

Mirian Alves do Nascimento

**A imprensa de oposição e a violência contra  
mulheres nas ditaduras do Brasil e do Uruguai  
(1964-1985)**

Florianópolis, abril de 2014.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nascimento, Mirian Alves do  
A imprensa de oposição e a violência contra mulheres  
nas ditaduras do Brasil e do Uruguai (1964-1985) / Mirian  
Alves do Nascimento ; orientador, Cristina Scheibe Wolff -  
Florianópolis, SC, 2014.  
238 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Violência. 3. Mulheres. 4. Imprensa de  
Oposição. 5. Ditaduras. I. Wolff, Cristina Scheibe. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em História. III. Título.

Mirian Alves do Nascimento

**A imprensa de oposição e a violência contra  
mulheres nas ditaduras do Brasil e do Uruguai  
(1964-1985)**

Dissertação apresentada para obtenção  
do título de Mestre em História, ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal de  
Santa Catarina, UFSC.

Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff

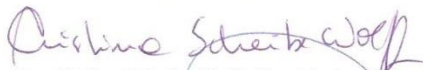


**A imprensa de oposição e a violência contra mulheres nas  
ditaduras do Brasil e do Uruguai.**

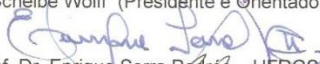
**Mirian Alves do Nascimento**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de  
**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

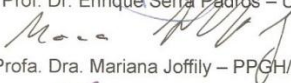
**Banca Examinadora**




Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (Presidente e Orientadora) PPGH/UFSC



Prof. Dr. Enrique Serra Padros – UFRGS



Profa. Dra. Mariana Joffily – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Daniela Novelli – PPGICH/UFSC

Profa. Dra. Joana Maria Pedro – PPGH/UFSC (suplente da casa)



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari  
Coordenadora do PPGH/UFSC  
Florianópolis, 07 de abril de 2014.



## **Agradecimentos**

Apesar dos esforços individuais para a elaboração desta pesquisa, cada um deles foi possível graças aos auxílios de muitas pessoas. Por isso, quero deixar aqui registrados os agradecimentos. Espero não esquecer de ninguém, já que eu não anotei sobre isso no decorrer do processo de pesquisa e confecção desta dissertação.

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de viver e realizar meus objetivos.

Agradeço à minha família, principalmente a minha mãe Altair e a minha filha Luisa, pelo carinho, pela compreensão e por suportar todas as minhas ausências na rotina da casa. Sem esse afastamento eu não chegaria até aqui! As minhas irmãs e meus irmãos que acreditaram em mim: Tânia, Benício, Samuel, Eunice, Eleazar e Paulo Roberto (in memoriam). Ao meu pai Benício e a todas as minhas sobrinhas e sobrinhos. A vocês dedico este trabalho.

Agradeço a Dani e o Zazo pela oportunidade de conviver com a nossa mais linda florzinha Elis, pois sem a sua presença nossos dias não teriam tanta cor.

Sou imensamente grata à minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff, por ter sido compreensiva durante os momentos mais difíceis que atravessei durante a confecção deste estudo, entre o segundo semestre de 2012 até meados de 2013. Por ter acreditado na minha vontade de prosseguir e pelos ensinamentos dispensados a mim nesses últimos anos.

Agradeço aos professores que participaram das bancas, de qualificação e de defesa: a professora Dr<sup>a</sup> Joana Maria Pedro, o professor Dr. Enrique Serra Padrós, a professora Dr<sup>a</sup> Daniela Novelli, a professora Dr<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva e a professora Dr<sup>a</sup> Mariana Joffily, por todas as contribuições que fizeram ao meu trabalho.

Expresso minha gratidão aos meus colegas do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) - Tamy, Marilene, Heloísa, Lídia, Gleidiane, Camila, Musa, Josiely, Thiago e Elias -, pois a convivência com eles provocou um crescimento inestimável. Aos colegas do mestrado. As minhas amigas e amigos queridas/os desde a graduação – Diego, Carol Almeida, Elis Marina, Larissa, Lilian, Cris, Vera, Carol, Isabel, Ariana, Gabriela, Gilmar, Mayra, Camila e Onete, por todas as conversas restauradoras e apoio.

Meu muito obrigada aos militantes do Partido pela Vitoria del Pueblo, pois me cederam material para a confecção deste estudo e

dispensaram a mim atenção especial com conversas que me ajudaram a entender um pouco mais daqueles anos tão difíceis vivenciados por muitos deles. Aos funcionários do Arquivo da Faculdade de Humanidades, por toda ajuda dispensada a mim. Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, pelo ótimo atendimento.

Ao CNPq, sou grata pela bolsa que garantiu minha sobrevivência durante o mestrado.

Finalizo agradecendo a todas as mulheres que me antecederam e lutaram para que eu tivesse a oportunidade de estudar. E, principalmente a todas aquelas que se tornaram exemplo de coragem ao se engajarem nas lutas contra todas as ditaduras, não apenas as governamentais!



## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	11
<b>Abstract</b> .....	13
<b>Introdução</b> .....	15
<b>1. Capítulo I – Breve histórico: sobre mulheres e jornais</b> .....	35
1.1. As mulheres na oposição.....	35
1.2. Os jornais na contramão dos governos.....	48
<b>2. Capítulo II - Os discursos nas denúncias de violência</b> .....	77
2.1. Os discursos sobre as violências em A Classe Operária e no <i>Compañero</i> .....	85
2.2. O <i>Marcha</i> , o Repórter e as denúncias contra as arbitrariedades em geral.....	119
<b>3. Capítulo III – “Vexames e torturas que revelam bestial sadismo”</b> .....	161
3.1. Denúncias de violência sexual no <i>Marcha</i> e no Repórter.....	167
3.2. O que denunciaram os jornais clandestinos sobre violências sexuais?.....	192
<b>Considerações finais</b> .....	204
<b>Fontes</b> .....	220
<b>Referências bibliográficas</b> .....	225



## Resumo

Os objetivos desta pesquisa são levantar, a tipologia das violências sofridas pelas militantes que foram publicadas nos jornais – e por fazer uma análise relacional, as violências sofridas pelos homens também -, e as possíveis motivações que levaram os redatores a publicarem as mesmas. Identificar se os escritores dos jornais se utilizaram de construções de gênero nos seus discursos, e se eles incorporaram aos textos falas de outras pessoas ou instituições que se alinhavam ou não aos ideários das organizações de esquerda, para sensibilizar o público no intuito de convencê-los a aderirem à sua luta, tanto de oposição quanto de resistência contra as ditaduras do Brasil e do Uruguai entre 1964 e 1985. E para tanto, levantar o modelo cultural predominante nos países envolvidos na pesquisa para relacioná-lo com a forma com que se apresentaram as notícias nas publicações examinadas. Os jornais pesquisados foram: *Repórter*, *Marcha*, *A Classe Operária* e *Compañero*, Os dois primeiros circulavam autorizados pelos governos e os últimos eram clandestinos. Livros de memórias e entrevistas auxiliaram, principalmente, na compreensão das situações vivenciadas pelas mulheres nas relações com os companheiros das organizações de esquerda, e nas situações de violência nos órgãos de repressão. Utilizarei, para as análises, metodologias da História Oral, pois trabalharei com algumas entrevistas e livros de memórias, da História Comparativa, já que os dois países atravessaram no mesmo período situações de repressão muito semelhantes, fatos que tornam a comparação uma ferramenta apropriada para perceber as similitudes e diferenças das redações dos jornais, e dos Estudos de Gênero, para entender os discursos acerca da atuação e percepção de funções de mulheres e homens naquelas sociedades. Pude perceber na pesquisa que os redatores dos jornais utilizaram discursos de instituições e pessoas, algumas vezes alheias aos ideais das organizações, para respaldar seus discursos, houve pouca utilização de construções de gênero, o que evidencia que a mídia alternativa estava atenta às transformações que estavam acontecendo no mundo em relação ao acesso das mulheres às instâncias que antes eram exclusivas dos homens, como a vida política, por exemplo. E houve certo silenciamento em relação às denúncias das violências sexuais sofridas pelas mulheres.

**Palavras-chave:** Violência. Mulheres. Imprensa de Oposição. Gênero. Ditaduras.



## Abstract

The objectives of this research are to raise from the complaints in the newspapers, the types of violence suffered by militants - and to make a relational analysis, violence suffered by men too - and the possible motivations that led the editors to publish them. Identify if the writers of the newspapers were used for constructions of gender in their speeches, and they incorporated to the texts speak of other people or institutions or were or not lined up to ideals of the leftist organizations, to raise public awareness in order to convince them accede to their struggle, both the opposition and resistance against dictatorships in Brazil and Uruguay between 1964 and 1965. And for both, raise the predominant cultural model in the countries involved in research to relate it to the way the news is presented in the publications examined. The newspapers surveyed are: *Repórter*, *Marcha*, *A Classe Operária* and *Compañero*, The first two circled authorized by governments and the last were illegal. Memoirs and interviews helped, especially in understanding the situations experienced by women in relationships with peers of leftist organizations, and in situations of violence in the organs of repression. I will use for the analyzes, the methodologies of Oral History, as work with some interviews and memoirs, the Comparative History, as both countries experienced in the same period situations very similar repression, facts that make the comparison an appropriate tool to understand the similarities and differences of editorial offices, and Gender Studies to understand the discourses on performance and perceived roles of women and men in those societies. I could see in the research that editors of newspapers used discourses of institutions and individuals, sometimes unrelated to the ideals of organizations to support their speeches, there was little use of gender constructions, what evidence that the alternative media was attentive to changes that were happening in the world in relation to women's access to instances that were previously exclusive to men, as politics, for example. And there was a certain silencing in relation to allegations of sexual violence suffered by women.

**Keywords:** Violence. Women. Opposition Press. Gender. Dictatorships.



## Introdução

Entre os anos de 1954 e 1989, os países do Cone Sul<sup>1</sup> atravessaram ditaduras caracterizadas por forte repressão a indivíduos que se engajaram em organizações de oposição. Os ideários que compuseram os embates estavam imersos nas mesmas ideias que marcaram a Guerra Fria, polarização de abrangência mundial, que não se constituiu apenas por divergências discursivas entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS), mas se espalhou por todo o globo e compôs blocos alinhados a estas potências. A busca da hegemonia dessas nações sobre os países, de força econômica e política inferiores, transferiu essas tensões para várias áreas do globo e trouxe resultados desastrosos ao reverter-se em conflitos abertos como a Guerra do Vietnã e a da Coreia, na Ásia e mais velados, conforme vimos nas lutas internas em grande parte dos países da América Latina, empreendidas por grupos ou organizações que simpatizavam com um dos dois lados, para citar alguns exemplos.

Grupos que se encontravam sob a orientação das políticas dos Estados Unidos ascenderam ao poder nestas nações, através de golpes, estabelecendo, então, ditaduras civil-militares. Com a utilização predominante da Doutrina de Segurança Nacional, entre outras, como as encontradas no Uruguai e no Brasil: “a derivada da teoria e da prática da repressão colonial francesa nas guerras de independência da Argélia e da Indochina (a denominada Doutrina Francesa)”, “as doutrinas vinculadas à Espanha franquista”, “uma raiz de pensamento nazifascista detectada em certos setores vinculados com as orientações da DSN”, especialmente difundidas em meio a “círculos políticos e militares de direita que haviam tido contato com missões militares da Alemanha e da Itália antes da Segunda Guerra Mundial” e as “correntes de pensamento de visibilidade restrita”, como determinadas leituras realizadas sobre “a interpretação argentina da DSN, bem como sobre aquelas vinculadas ao Brasil, caso da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e da Escola Superior de Guerra, particularmente na contribuição do pensamento de Golbery do Couto e Silva”.<sup>2</sup> Assim, esses governos autoritários se colocaram em ‘[...] estado de guerra permanente’ contra um (suposto)

---

<sup>1</sup> Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

<sup>2</sup> PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, jul/dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14/05/2014.

“inimigo interno” que podia ser toda pessoa ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente.”<sup>3</sup>

Apesar de já estarmos a cinquenta anos do golpe civil-militar no Brasil, conjunto de fatos que provocou o rompimento da frágil democracia que havia, desde o fim da ditadura de Getúlio Vargas em 1945,<sup>4</sup> temas ligados à última ditadura continuam sendo deveras atuais graças às novas discussões presentes na cena política e por consequência, nas mídias, acerca da implementação da Comissão da Verdade que foi pensada no intuito de “descobrir, esclarecer e reconhecer abusos do passado, dando voz às vítimas” da repressão empreendida contra os opositores do regime ditatorial vigente no Brasil entre os anos de 1964 e 1985.<sup>5</sup> Embora saibamos que não há necessidade da publicização dos assuntos históricos para que as historiadoras e os historiadores se interessem por eles - há uma série de outros fatores que levam as pesquisadoras e os pesquisadores a escolherem seus temas – uma das facetas do ofício desta(e) profissional compreende o estudo do passado com os questionamentos que existem, contemporâneos à pesquisa.

No Uruguai, a ditadura vem sendo discutida desde seu término em 1985. Entretanto, antes mesmo de seu término a Associação de Mães e Familiares de Processados pela Justiça Militar publicou, como veremos mais adiante, informes com denúncia acerca do tratamento dispensado aos presos<sup>6</sup>. As mães e familiares tem sido incansáveis nas

---

<sup>3</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional, Uruguay (1968-1985): do Pacheato à ditadura civil-militar*. Tomo I. 2005. 434p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 26.

<sup>4</sup> BRAGA. Suely. Estado Novo. **CPDOC**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo>>. Acesso em 02/05/2012.

<sup>5</sup> NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA – SÃO PAULO. Objetivos da comissão da verdade. **Cartilha: a comissão da verdade no Brasil**. p. 10. 2011. Disponível em: <<http://www.por.talmemoriasreveladas.arquivo.nacional.gov.br/media/Cartilha%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade%20-%20N%C3%BAcleo%20Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 02/05/2012.

<sup>6</sup> MÃES E FAMILIARES DE PROCESSADOS PELA JUSTIÇA MILITAR *apud* BAUMGARTNER, José Luis; MATOS, Jorge Duran; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos: a história da repressão no Uruguai**. Ed. Tchê. p. 186; sobre a data de fundação desta organização ver em: VALDÉS, Teresa. **De lo social a lo político: la acción de las mujeres latino-americanas**. Coleção Contraseña, Estudios de Género. Santiago: Ediciones LOM, 2000. p. 67.



denúncias e nas buscas acerca do paradeiro de seus desaparecidos. Desde 2005, com a ascensão da coalizão *Frente Amplio* à presidência do país, apesar dos entraves da *Ley de Caducidad*, foram procurados caminhos - através de leis e acordos internacionais contra os crimes de *lesa humanidade* -, e deu-se início a algumas investigações sobre as violações dos direitos humanos ocorridas durante o regime civil-militar, com algumas prisões de militares.

A ditadura civil-militar no Brasil tem suscitado vários debates, mesmo após ter-se encerrado, por causa da anistia, das indenizações aos militantes e familiares que desapareceram e das pessoas que perderam seus cargos públicos mesmo sem terem militado, do controle ao acesso aos documentos produzidos pelos órgãos de informação e repressão, enfim, pela posição que o país tomou em relação ao não julgamento dos responsáveis pelas torturas, sequestros e assassinatos de presos políticos em sob a responsabilidade de funcionários das forças armadas e policiais, diversa da de outros países do Cone Sul. Vemos aí que há um embate da memória no Brasil muito débil, pontual, que permanece centralizado nas Comissões da Verdade estaduais e nacional, a população pouco se interessa e a grande mídia se omite comumente. Diferente do Uruguai, que a partir dos governos de coalizão de esquerda vem somando esforços para apurar, julgar e condenar os criminosos do último regime de exceção, embora ainda haja muito a se fazer neste campo. E, inclusive, tem havido, em datas especiais, movimentações nas ruas para exigir justiça para os atropelos da ditadura.

A midiaticização dos debates, ainda que talvez não seja o fator principal, bem como o conhecimento dos historiadores acerca de tema tão atual e premente resulta em pesquisas nas várias fases de formação e atuação universitárias. Assim, um número de estudos cada vez maior no Brasil vêm contemplando, sob os aspectos históricos, sociológicos e antropológicos, o tema da ditadura militar da última metade do século XX. Alguns autores realçam em seus escritos grupos específicos de pessoas que militaram como o fez Elizabeth Ferreira que traz em Mulheres, militância e memória um “resgate” da memória social daqueles anos através das recordações de mulheres que foram presas pelos órgãos repressivos.<sup>7</sup> Outro autor que também escreveu sobre o período de exceção é o jornalista Luiz Maklouf Carvalho. Em Mulheres que foram à luta armada cerca de umas cinquenta mulheres deram seus depoimentos das experiências vividas em tempos tão tenebrosos e

---

<sup>7</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 214p.

relataram o cotidiano com detalhes de ações armadas, traições, justicamentos, procedimentos na tortura, inimizades, trabalho, família e amores.<sup>8</sup> A historiadora Ana Maria Colling escreveu sobre as experiências vividas por mulheres na situação difícil e, muitas vezes dolorosa, da resistência às políticas truculentas do regime militar em A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Nesta obra ela relatou, a partir de suas pesquisas, que tanto no interior das organizações de esquerda quanto nos locais de prisão sofreram preconceito por estarem fora do espaço concebido a elas, as dependências do privado.<sup>9</sup> Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff organizaram duas coletâneas sobre o tema, com abordagens a partir de um viés de gênero. Uma foi resultado das mesas redondas do Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul - no qual alguns ex-militantes tiveram a oportunidade de relatarem suas próprias histórias - sob o título Gêneros, feminismos e ditaduras no Cone Sul<sup>10</sup>, bem como autores dos vários países do Cone Sul escreveram artigos sobre seus países... e a outra Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul<sup>11</sup> que contém artigos com os mais diversos temas sobre as ditaduras, de autoria de vários pesquisadores dos projetos “O gênero da resistência: na luta contra as ditaduras militares no Cone Sul, 1964-1989” e “Do feminismo ao gênero - circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008)” do Laboratório de Gênero e História – LEGH da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Taís de Moraes e Eumano Silva, também jornalistas, trazem a tona, em Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha, uma narrativa histórica rica em detalhes e dados impressionantes sobre a única guerrilha rural a ter um pouco de fôlego no Brasil e que foi dizimada pelas Forças Armadas, em 1974.<sup>12</sup> Outros autores apresentam os anos de chumbo através de um panorama mais abrangente como fez o sociólogo Marcelo Ridenti em O

<sup>8</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. 484p.

<sup>9</sup> COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997. 157p.

<sup>10</sup> PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. 295p.

<sup>11</sup> PEDRO, Joana Maria; Veiga, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. 432p.

<sup>12</sup> MORAIS, Taís, SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 656p.

fantasma da revolução Brasileira ao desvendar o emaranhado em que se transformou as fragmentações das organizações e partidos de esquerda bem como a participação de pessoas das mais diversas origens e profissões nos movimentos de oposição ao governo.<sup>13</sup> Daniel Aarão Reis Filho, historiador, igualmente é um especialista no assunto, vem pesquisando as esquerdas brasileiras e escreveu obras como A revolução faltou ao encontro<sup>14</sup> e Ditadura militar, esquerdas e sociedade.<sup>15</sup> Esses dois autores organizaram a coletânea O golpe militar: 40 anos depois (1964-2004), que contém textos sobre história e memória; política, economia e sociedade; cultura e política e, repressão, censura e exílio, divididos em quatro partes assim distribuídas,<sup>16</sup> juntamente com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, da mesma forma, estudioso da ditadura civil-militar brasileira e outros temas afins. Este, por sua vez, é autor de Jango e o golpe de 1964 na Caricatura, que aborda o período pré-1964 e interpreta o golpe e o contexto baseado na produção de caricaturas encontradas na imprensa.<sup>17</sup> E Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964) o autor apresenta a constituição das representações do anticomunismo e suas ações, bem como as matrizes ideológicas que o alimentaram.<sup>18</sup> A história dos meandros da atuação da comunidade de informações está contemplada na obra Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política do historiador Carlos Fico.<sup>19</sup> Ele também escreveu Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar cujo conteúdo traz versões para ter se consolidado o golpe civil-militar que destituiu o presidente democraticamente eleito, João Goulart, da presidência do Brasil.<sup>20</sup>

---

<sup>13</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. 285p.

<sup>14</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 202p.

<sup>15</sup> Id., 2000. 84p.

<sup>16</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto de (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004. 334p.

<sup>17</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na Caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006. 190p.

<sup>18</sup> Id. 2002. 336p.

<sup>19</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269p.

<sup>20</sup> Id., 2004. 392p.

No Uruguai também vem crescendo o número de pesquisas acerca do tema da ditadura das quais destaco algumas. O período da ditadura recebe uma espécie de revisão, com relevantes fatos sobre a repressão do governo e a resistência a ditadura: a censura, as prisões, os desaparecimentos forçados, o sequestro de crianças, durante doze anos, e são apresentados a partir da publicação dos Atos Institucionais, de discursos militares oficiais, de cartas, de testemunhos, das publicações clandestinas, das canções, entre outras manifestações, que fazem parte da compilação que Virginia Martínez publicou em *Tiempos de dictadura: 1973/1985. Hechos, voces, documentos. La represión y la resistencia día a día*.<sup>21</sup> Os *Cuadernos de la historia reciente, 1968 Uruguay 1985: testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritario*, em cinco volumes, trazem, também, uma impressionante reunião de documentos, distribuídos por um número significativo de artigos escritos por diversos autores, entre 2006 e 2008.<sup>22</sup> O *Taller de Género y Memoria de ex-presas políticas* lançou três volumes da série *Memorias para armar*. As obras são resultados da reunião de mais de 230 relatos de memórias de mulheres que viveram experiências de repressão por parte do Estado: no bairro, na família e na própria pele.<sup>23</sup> O exílio também foi tema de livro no país. Reuniu-se em

---

<sup>21</sup> MARTÍNEZ, Virginia. **Tiempos de dictadura: 1973/1985. Hechos, voces, documentos. La represión y la resistencia día a día**. Montevideo: Banda Oriental, 2003. 290p.

<sup>22</sup> ABELLA, Alcides (Dir.). **Cuadernos de la historia reciente, 1968 Uruguay 1985: testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritario**. Vol. 1. Montevideo: Banda Oriental, 2006. 136p.; \_\_\_\_\_. **Cuadernos de la historia reciente, 1968 Uruguay 1985: testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritario**. Vol. 2. Montevideo: Banda Oriental, 2007. 96p.; \_\_\_\_\_. **Cuadernos de la historia reciente, 1968 Uruguay 1985: testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritario**. Vol. 3. Montevideo: Banda Oriental, 2007. 134p.; \_\_\_\_\_. **Cuadernos de la historia reciente, 1968 Uruguay 1985: testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritario**. Vol. 4. Montevideo: Banda Oriental, 2008. 112p.; \_\_\_\_\_. **Cuadernos de la historia reciente, 1968 Uruguay 1985: testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritario**. Vol. 5. Montevideo: Banda Oriental, 2008. 111p.

<sup>23</sup> TALLER DE GÉNERO Y MEMORIA. **Memoria para armar - uno**. 3ª. Ed. Montevideo: Senda, 2003. 296p. TALLER DE GÉNERO Y MEMORIA. **Memoria para armar - dos**. 1ª. Ed. Montevideo: Senda, 2002. 246p. TALLER DE GÉNERO Y MEMORIA. **Memoria para armar - tres**. 1ª. Ed. Montevideo: Senda, 2003. 307p.

El Uruguay del exilio: gente, circunstancias, escenarios, sob a coordenação de Silvia Dutréñit Bielous, mais de quinze artigos que dão uma mostra de como foi o exílio dos uruguaios nos mais diversos países: na América, na Europa e na Ásia.<sup>24</sup> Outra obra expressiva, Maternidad en prisión política: Uruguay, 1970-1980, publicada recentemente, traz relatos comoventes sobre a privação da convivência de filhos pequenos com suas mães que se encontravam presas nas várias prisões do país, a solidariedade entre essas mulheres que dividiam as celas e, ainda, a participação fundamental das famílias na criação dos pequenos.<sup>25</sup> A esquerda uruguaia é o objeto de estudo da tese de doutorado do espanhol Eduardo Rey Tristán que foi publicada sob o título A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya 1955-1973.<sup>26</sup> Ainda sobre questões importantes que corroboraram para a transição do regime democrático para a ditadura civil-militar do Uruguai, há o estudo vastíssimo realizado pelo professor Enrique Padrós, para a sua tese de doutorado intitulada Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional, Uruguay (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar.<sup>27</sup>

Eu sempre me interessei pela história Contemporânea e especialmente pela História do Tempo Presente do Ocidente porque estou inserida nela e, sentimos os resquícios de sua existência no cotidiano. E, conforme Marieta M. Ferreira, a História do Tempo Presente

[...] pode permitir com mais facilidade a necessária articulação entre a descrição das determinações e das interdependências desconhecidas que tecemos laços sociais. Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do

<sup>24</sup> BIELOUS, Silvia Dutréñit. **El Uruguay del exilio: gente, circunstancias, escenarios**. Montevideo: Trilce, 2006. 542p.

<sup>25</sup> JORGE, Graciela. **Maternidad em prisión política: Uruguay, 1970-1980**. Montevideo: Trilce, 2010. 263p.

<sup>26</sup> TRISTÁN, Eduardo Rey. **A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya 1955-1973**. Montevideo: Fin de siglo, 2006. 464p.

<sup>27</sup> PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional, Uruguay (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. Tomo I e II. 2005. 850p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

social pelos indivíduos de uma mesma formação social.<sup>28</sup>

Assim, compartilho do pensamento de Marc Bloch que nos esclarece sobre a não imparcialidade nas análises históricas. Porque todas as historiadoras e os historiadores são “filhos do seu tempo”, de determinado lugar, de situações singulares a que estão expostos. E suas produções textuais refletem isso.<sup>29</sup> E Michel de Certeau corrobora com a afirmação de que a escrita da história está marcada pelo lugar em que se encontra o historiador.<sup>30</sup> Então, por ainda perceber desdobramentos de práticas e culturas, do período em que o país viveu sob o regime autoritário e a Lei de Segurança Nacional, nos dias atuais, que me senti atraída em aprofundar meus conhecimentos sobre as ditaduras militares. O ingresso, em 2009, no Laboratório de Estudos de Gênero e História me possibilitou realizar o desejo de me debruçar sobre os jornais e analisar aquela época através dos discursos ali encontrados, especialmente porque, conforme Joan Scott, “as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente”,<sup>31</sup> assim pretendo contribuir, ainda que com uma ínfima parcela, para se pensar a (re)construção dos gêneros na atualidade.

O projeto inicial para este trabalho refletia o entusiasmo da graduanda, de querer contar “a história do mundo”. Por isso, o espaço da pesquisa abrangia a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai, entre os anos de 1950 até 1989. Porém, em conversa com a minha orientadora Cristina Scheibe Wolff, concordamos em estudar as denúncias de violência contra mulheres presas por órgãos repressivos entre os anos de 1967 e 1985, publicadas em jornais de oposição aos regimes ditatoriais que emergiram ao longo desse período no Brasil e no Uruguai.

---

<sup>28</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**. Vol. 94. No. 3. P. 111-124. Mai/Jun, 2000. p. 11. Disponível em : <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/517.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf)>. Acesso 10 de setembro 2013.

<sup>29</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 125-128.

<sup>30</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 65.

<sup>31</sup> SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**. No. 3, p.11-27. 1994. p. 13.

Os objetivos desta pesquisa são: levantar a tipologia das violências sofridas pelas militantes – e por fazer uma análise relacional, violências sofridas por militantes homens também -, que foram apresentadas pelos jornais, bem como as possíveis motivações que levaram os redatores a publicarem as mesmas. Identificar se os escritores dos jornais se utilizaram de construções de gênero nos seus discursos, bem como se eles incorporaram aos seus textos falas de outras pessoas ou instituições que se alinhavam ou não aos ideários das organizações de esquerda, para sensibilizar o público no intuito de convencê-los a aderirem à sua luta, tanto de oposição quanto de resistência. E para tanto, levantar o modelo cultural predominante nos países envolvidos na pesquisa para relacioná-lo com a forma com que se apresentaram as notícias nas publicações examinadas.

Tais objetivos foram formulados a partir do entendimento de que “[...] o discurso jornalístico moderno essencialmente como narrativa embasada na categoria “notícia”, a qual, mobilizando formas discursivas diversas, bem como narrativas de natureza diversa, constituem o que no plano do espaço público pode se por como “acontecimento”.<sup>32</sup> Uma vez que, nestes casos estudados, os discursos jornalísticos, através de sua elaboração permeada de discursos anti-governo, poderiam ter um potencial transformador entre o público leitor e assim possibilitar mudanças no plano social. O efeito das notícias/denúncias poderiam estender-se além do “eventual”, do momento em que fossem lidas, pois apesar de elas terem sido escritas em uma conjuntura de repressões, de discursos autoritários, de conservadorismos em vários setores da sociedade, encontravam ressonância entre os opositores. E, ainda sobre as notícias/acontecimentos, trago a afirmação apropriada de Braudel a esse respeito:

Um evento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações ou familiaridades. Dá testemunho por vezes de movimentos muito profundos [...] anexa um tempo muito superior à sua própria duração. Extensível ao infinito, liga-se, livremente

---

<sup>32</sup> SILVEIRA, Helder Gordim da. A Notícia-acontecimento em uma ideologia da solução autoritária: o golpe de 1964 no Brasil segundo o diário argentino Clarín. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1., 2011, Florianópolis. *Anais...* p. 889. Disponível em: <<http://www.eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/viewFile/130/182>>. Acesso em: 11/12/2012.

ou não, à toda uma corrente de acontecimentos, de realidades subjacentes [...]. Digamos então mais claramente, em lugar de ocorrencial: o tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo por excelência, do cronista, do jornalista.<sup>33</sup>

Após a explicitação dos objetivos deste estudo, quero falar da importância desse trabalho para a historiografia. Ela se dá por trazer uma nova perspectiva de conhecimento acerca do tratamento que foi dispensado pelos agentes do Estado em relação aos suspeitos de crimes políticos, militantes e pessoas próximas a esses, no interior da política conhecida por Terror de Estado, implementada pelos governos ditatoriais do Brasil e do Uruguai. Falo de nova perspectiva no que tange às fontes primárias utilizadas. Pois já há pesquisas que levantaram as torturas pelas quais passaram os presos políticos, bem como pesquisas sobre as trajetórias dos jornais estudados. Mas esta pretende dar conta da maneira como os jornais noticiaram as sevícias, através da localização das notícias, do espaço dado a elas e da omissão acerca delas. E, principalmente, se elas diferiam na composição do texto quando os redatores se referiam às violências sofridas por mulheres e homens, ao realçarem semelhanças ou especificidades, segundo conjunto de tradições e costumes vigentes na época, baseados no patriarcado. Marta Fontenla explica que

Con la formación de los Estados modernos, el poder de vida y muerte sobre los demás miembros de su familia pasa de manos del pater familias al Estado, que garantiza principalmente a través de la ley y la economía, la sujeción de las mujeres al padre, al marido y a los varones en general, impidiendo su constitución como sujetos políticos.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: \_\_\_\_\_. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. p.

45.

<sup>34</sup> FONTENLA, Marta. ¿Qué es el patriarcado? **Mujeres en red. El periódico feminista**. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1396>> Acesso em: 12/08/2013.



Logo, esse conjunto de valores está alicerçado na desigualdade entre homens e mulheres, a partir da superioridade deles sobre elas. Fato que justificaria práticas variadas de exploração e violência, como as que ainda ocorrem cotidianamente na maioria das sociedades existentes na atualidade. No entanto, entendemos que essa desigualdade é produto de construções culturais, baseadas na diferença entre os sexos biológicos, que chamamos de construções de gênero, as quais defendem que homens e mulheres se diferenciam tanto que haveria funções/papéis específicos para homens e mulheres a serem desempenhados nas sociedades. Linda Nicholson, em seu artigo “Interpretando o gênero” afirma que

[...] “gênero” é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; “gênero” e “sexo” são portanto compreendidos como distintos. De outro lado, “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos”.<sup>35</sup>

E, ainda que não seja o principal objetivo do trabalho, uma vez que também já foi objeto de vários estudos, esta pesquisa nos possibilita enxergar a importância dos meios de comunicação, legalizados ou clandestinos, no conhecimento histórico das sociedades. Pois, segundo Silmara Dela-Silva, “a imprensa, mais que simplesmente narrar acontecimentos e servir de suporte para tais narrações, produz sentidos para os acontecimentos que eleger como de destaque em um momento dado.”<sup>36</sup> E conforme veremos no decorrer do texto, se olharmos para

---

<sup>35</sup> NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Vol. 8., Nº 2., 2000. p. 1. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>> Acesso em: 13/08/2013.

<sup>36</sup> DELA-SILVA, Silmara Cristina. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o discurso sobre a televisão na imprensa brasileira. SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2009. pp. 4. p. 1-7. Disponível em:

alguns periódicos, a participação das mulheres na militância das organizações de oposição foi mascarada algumas vezes; em outros as violações só foram conhecidas pela reprodução de entrevistas com extorturadores, por exemplo. Fatos que nos ocultam as vivências de várias mulheres nos empreendimentos revolucionários da época. E reforçam, consequentemente, o protagonismo dos homens nos assuntos públicos. No entanto, ao confrontarmos com outras fontes como livros de memória, entrevistas e depoimentos foi possível contribuir para uma história mais completa acerca desse tema, tão importante para a atualidade. Visto que as ditaduras ainda estão sofrendo investigações em alguns países e o tema das violências contra mulheres vem sendo debatido na atualidade, nos mais diversos países do planeta, especialmente no Ocidente.

É muito importante esclarecer que este trabalho não busca desmerecer as lutas de oposição de resistência, nem diminuir o papel importantíssimo que os órgãos de imprensa cumpriram no combate ao Terrorismo de Estado e nem negar qualquer violência pelas quais passaram todos os indivíduos envolvidos direta ou indiretamente nas lutas contra as arbitrariedades dos governos dos países estudados.

No intuito de analisar as notícias que denunciaram as violências empreendidas contra suspeitos de crimes políticos/militantes de organizações de esquerda utilizei como fontes primárias os periódicos de oposição publicados no Brasil: o jornal A Classe Operária, órgão de imprensa oficial do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, organização de esquerda, cuja linha política se baseava no marxismo-leninismo,<sup>37</sup> defendia a luta armada, e que “suruiu como segunda alternativa política ao PCB. Suas origens remontam aos debates travados pelos comunistas entre 1956 e 1960”<sup>38</sup> que culminou em um “racha” no partidão. Em 1962 “estava fundado um novo Partido Comunista, embora seus dirigentes designassem o ato da fundação como ‘momento de

---

<<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/SilmarCristinaDelaSilva.pdf>>. Acesso em: 08/08/2013.

<sup>37</sup> O partido é indestrutível. **A Classe Operária**. Jul. 1967. p. 3. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_373.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_373.pdf)>. Acesso em: 04/04/2012.

<sup>38</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 36.

reorganização'.<sup>39</sup> O PCdoB passou por várias transições. Recebeu primeiramente o apoio da União soviética, da China e da Albânia. Aos poucos foi renegando seus aliados, permanecendo apenas com o apoio da Albânia já na fase de abertura da ditadura brasileira. Assim como o partido, o jornal A Classe Operária circulou clandestino, e apesar de ser publicado desde 1962, foi encontrado e analisado entre os anos de 1967 até 1983, época que compreende a fase mais sangrenta da ditadura brasileira, incluindo o confronto entre as Forças Armadas e os guerrilheiros do Araguaia com o extermínio destes, e a fase de distensão da ditadura. O jornal autorizado de circular, Repórter, pesquisado de 1977 até 1981, fase de maior abertura e por isso já não havia muitas ocorrências de prisão e tortura de mulheres militantes, porém o jornal publicou editoriais retrospectivos e apresentou notícias sobre a repressão em anos anteriores. Os periódicos uruguaios Marcha, legalizado, analisado entre os anos 1968 até seu fechamento em 1974 e o Compañero, quando clandestino, como órgão oficial do Partido por la Vitória del Pueblo - PVP, pesquisados entre os anos de 1978 até 1984. Este partido surgiu em 1975 - a partir de outras organizações, especialmente da Federação Anarquista Uruguiaia. Segundo Eduardo Tristán,

*Entre 1956 y 1975, el anarquismo organizado uruguayo sufrió una indudable evolución ideológica que le llevó a acercarse cada vez en mayor medida al marxismo, al punto de que algunos de sus miembros adoptaron éste como definición en 1976 con la creación de una nueva organización”, el Partido por la Victoria del Pueblo (PVP).*<sup>40</sup>

Que assim se estruturou, com grande parte de seus líderes exilados na Argentina. Como fontes secundárias, utilizei algumas autobiografias, depoimentos, entrevistas e periódicos que trazem as falas de indivíduos

<sup>39</sup> Id., 1990. p. 37; O partido é indestrutível. **A Classe Operária**. Jul. 1967. p. 3. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_373.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_373.pdf)>. Acesso em: 04/04/2012.

<sup>40</sup> TRISTÁN, Eduardo Rey. Izquierda Revolucionaria Anarquista. In: **A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya 1955-1973**. Montevideo: Fin de siglo, 2006. p. 235.

participantes dos movimentos de oposição e resistência<sup>41</sup> ao governo brasileiro e uruguaio. Utilizo fontes orais e escritas porque, segundo Alessandro Portelli, “elas tem em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra)”. E que, “as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes”, ao contrário, ao se fazer as análises pertinentes para cada modalidade, ocorre a possibilidade de uma melhor compreensão no resultado da pesquisa.<sup>42</sup>

As fontes foram coletadas em vários arquivos. Os jornais brasileiros foram pesquisados no Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP; no site da Fundação Maurício Grabois. Já os jornais uruguaios foram pesquisados no *Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos* (CEIU) da *Facultad de Humanidades* da *Universidad de la República* e no escritório do *Partido por la Victoria del Pueblo*, em Montevideu. As entrevistas foram realizadas por pesquisadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para tal estudo, que envolveu o Brasil e o Uruguai, países da América do Sul, que atravessaram histórias semelhantes durante as décadas de 1960 e 1970, utilizei como suporte teórico a história comparada. Aqui, o golpe civil-militar se deu em abril de 1964. O auge da repressão no Brasil foi entre os anos de 1968 e 1974, depois do “golpe dentro do golpe” que ocorreu com a publicação do Ato Institucional N° 5, de dezembro de 1968. A partir de 1976 inicia um período de abertura do regime culminando com a promulgação da anistia aos presos políticos em 1979. Já no Uruguai a repressão aos opositores iniciou-se também em 1968, possibilitada, entre outros fatos, por alterações na constituição anterior, que envolveram mudanças que proporcionaram uma maior concentração de poder ao Executivo, no governo de Gestido-Areco,<sup>43</sup> atravessou o golpe de junho de 1973,

---

<sup>41</sup> Segundo Marcelo Ridenti, “Pode-se usar apropriadamente o termo “resistência” para essas esquerdas, pois sua luta importou mais pelo significado de combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária, mais pelo sentido defensivo que ofensivo, ao contrário da intenção original dos agentes” Ver em: MOTTA, Rodrigo Patto de Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004. p. 57.

<sup>42</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. PUC-SP, N° 14, Fevereiro/1997. p. 26-28.

<sup>43</sup> PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional, Uruguay (1968-1985)**; do *Pachecato* à ditadura civil-

período em que houve o recrudescimento da repressão e que assinalou a época de maior violência do Estado contra suspeitos de crimes políticos, estendido até 1979. A ditadura civil-militar durou até 1985. Se analisarmos as fases da repressão nos dois países, independente das datas dos golpes, podemos enxergar semelhanças entre as situações. Um período inicial de repressão, com algum freio (Uruguai: 1968 até 1973, quando ocorre o golpe; Brasil: 1964 até 1968, com a instituição do AI-5), em seguida, um período sangrento (Uruguai: 1973-1979; Brasil: 1968-1976), depois, uma última fase na qual ainda oferece repressão, no entanto o regime já declina e os militares mais duros começam a sofrer desprestígio. Segundo Maria Lígia Coelho Prado, “a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes”.<sup>44</sup> De acordo com Themi e Bustamante, por convocar pesquisadores a analisarem as sociedades em múltiplos aspectos, a perspectiva comparativa permite e proporciona a percepção de singularidades, diversificação, estranhamento, e pluralização, produzindo “frequentemente espaços de inteligibilidade e de reflexões nova[s]”.<sup>45</sup>

Para analisar tais atribuições de papéis dispensadas às mulheres e homens lançarei mão das reflexões trazidas pelos estudos de gênero sob um viés feminista,<sup>46</sup> “na compreensão do gênero como uma construção social, cultural e histórica, sempre relacional, e que define hierarquias e estratégias de poder, territórios e comportamentos para homens e mulheres”, segundo Cristina Scheibe Wolff.<sup>47</sup> Pois, as atribuições de

---

militar. Tomo I. 2005. p. 269-282. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>44</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. **Revista de História**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, num. 153, 2º Semestre de 2005. p. 12.

<sup>45</sup> BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; THEML, Neyde. História Comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**, vol. 1, n.1, jun.2007. p. 14-16. Disponível em: <[http://www.hcomparada.ifs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001\\_Num001\\_artigo003.pdf](http://www.hcomparada.ifs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo003.pdf)>. Acesso em: 28/05/2012.

<sup>46</sup> PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, p. 82. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acesso em: 27/10/2010.

<sup>47</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**. Vol. 27, nº 54. 2007. p. 21. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>>. Acesso em: 25/05/2012.

papéis e funções específicas a mulheres e homens estavam enraizadas no interior das organizações de esquerda, balizaram decisões acerca de ações de militantes e até mesmo colocaram a segurança de algumas mulheres dessas organizações em risco. O gênero, enquanto construção se dá através da elaboração discursiva que se transforma em “práticas sociais, nas quais saber e poder se entrecruzam, configurando categorias sociais ao serem emitidas por instituições ou especialistas e também subjetividades, ao serem apropriados e emitidos pelos sujeitos”.<sup>48</sup> Empreguei, também, a perspectiva de abordagem dos estudos de gênero, no sentido de perceber as imbricações do poder nas relações entre policiais e suspeitos nas denúncias que serão apresentadas. Pois, durante um longo tempo construiu-se a ideia de policiais como indivíduos que dispensam segurança à sociedade, são protetores, corajosos, heróis, do bem. Portanto, em nossa sociedade, representam o ideal da masculinidade. Pois, mesmo quando as relações se dão entre dois homens, há um jogo de gênero envolvido nesta relação.

Ella Shohat afirma que os discursos “são percebidos, consumidos e tem impacto material, político e cultural na vida das pessoas”. Para esta autora, nada escapa da mediação das representações, mas as representações, igualmente, “têm um impacto no mundo, em nossas identidades projetadas, em nossas identificações sociais e filiações culturais”.<sup>49</sup> Os discursos dos jornais, uma vez lidos pelos leitores, poderiam fazer com que se posicionassem ao lado dos que lutavam contra as ditaduras, aderindo às organizações ou mesmo encontrando formas de denunciar aos organismos internacionais o que se passava nos órgãos de repressão, por exemplo.

Para analisar as entrevistas fiz uso da História Oral, cuja metodologia tem sido muito utilizada nos estudos históricos, especialmente nas pesquisas cujos objetos envolvem as mulheres, pois, a participação delas na história vem sendo levantada de forma mais acentuada na segunda metade do último século, em decorrência dos movimentos de mulheres e feministas que levantaram a importância da história das mulheres na história da humanidade<sup>50</sup> e demais minorias. A

---

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> COSTA, Claudia de Lima; Maluf, Sônia. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. p. 156. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8607.pdf>>. Acesso em: 03/05/2010.

<sup>50</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 15.

metodologia da História Oral é caracterizada principalmente pela utilização de entrevistas como fontes históricas, que são construídas a partir da memória da pessoa entrevistada ou que relata suas experiências em livros. Concordamos com Vavy Borges quando ela diz que tanto as entrevistas como as autobiografias são documentos que possuem os componentes típicos da construção das recordações e, por esse motivo, são carregados de ressignificações e marcados pela subjetividade,<sup>51</sup> não obstante, o uso dessas fontes se faz proveitoso, uma vez que “o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social”.<sup>52</sup> Entretanto, utilizamos todas as fontes sabendo de antemão que nenhum discurso é neutro.<sup>53</sup>

Segundo Tânia De Luca, os “jornais [...] não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”. Além disso, ela chama a atenção do historiador no sentido de que ele não dissocie o conteúdo do jornal do espaço ocupado por ele no decurso histórico.<sup>54</sup> É pertinente apontar, também, o que Eni Orlandi nos mostra: “se pensamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos de pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos.”<sup>55</sup> E complementa que a história está imbricada neste processo, uma vez que ela dá ferramentas para que os signos sejam compartilhados com significados semelhantes entre quem emite informação e quem recebe. A autora aponta, ainda, que “o trabalho simbólico do discurso está na base da

---

<sup>51</sup> BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 215.

<sup>52</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 163.

<sup>53</sup> Borges, loc. cit.

<sup>54</sup> LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 140.

<sup>55</sup> ORLANDI, Eni P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em Aberto**. Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994, p. 53. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/911/817>> Acesso em: 15/09/2010.

produção da existência humana”,<sup>56</sup> porque a linguagem faz a mediação entre o ser humano e seu entorno social. Logo, é através dos discursos que o indivíduo expõe suas realidades, que por sua vez são resultado das experiências vivenciadas por ele durante sua trajetória de vida. Foi através dos discursos contidos nos jornais que as direções das organizações contatavam tanto seus militantes como outras pessoas que porventura recebessem o impresso nas ruas, nas portas das fábricas, bem como de algum conhecido. Essas colocações são pertinentes, sobretudo, porque fazer história implica em estudar, pesquisar e analisar rastros que chegaram até nós, e neste caso, os discursos impressos nos jornais são os fragmentos que nos possibilitam uma aproximação do conjunto de discursos que compunham a cultura de então a respeito do que se concebia ser um professor, uma dona de casa, um operário, um estudante, um militar, uma mulher, um homem, um policial, um suspeito, enfim, os personagens que estão sob análise neste trabalho.

Durante as pesquisas para os estudos acerca das organizações de esquerda que tenho desenvolvido nos últimos anos, tenho constatado que as memórias dos integrantes das organizações de esquerda contidas em seus depoimentos jamais são elaboradas com a explicitação apenas de ações individuais, ao contrário, são coletivas. Cabe aqui lembrar o que diz a ex-militante Maria do Carmo de Oliveira – a Lia – sobre sua trajetória:

Não vou falar das minhas ações – nem que fiz, nem que não fiz. Quem faz uma ação faz com alguém. Eu sou muito míope. Na época usava óculos e não podia mexer com isso. Esse assunto pra mim apagou total. Elas eram coletivas. Quando estava presa, assumi todas e não assumi nenhuma [...] Foi a Organização que fez ações. A gente fez inúmeras, mas ninguém fez nenhuma. Do ponto de vista legal eu pegava tantos anos por cada uma, não me diminuía em nada. Mas do ponto de vista do interrogatório eu estava em outras tarefas. Eu vou manter isso a vida toda. As minhas coisas ainda não estão totalmente claras –

---

<sup>56</sup> Id., 2009. p. 15.



e se depender de mim nunca vão ficar claras.  
Porque ainda tem muita gente viva.<sup>57</sup>

E, ainda, que essa coletividade em relação à memória não seja regra para outros estudos históricos, aqui vemos que a produção desta memória não só se dá no coletivo como corrobora para a criação de cumplicidade em torno do dizer ou não dizer alguns assuntos, muitas vezes delicados, no que tange aos percalços vividos pelos militantes durante os anos de chumbo, como os justicamentos, as mortes acidentais, as relações amorosas não aprovadas pelos grupos etc. Fatos que Maria do Carmo de Oliveira, no fragmento mostrado acima, não quer expor “Porque ainda tem muita gente viva”. Para que ninguém se sinta prejudicado com as tais prováveis declarações e que nenhuma pessoa seja responsabilizada individualmente por decisões tomadas em grupo. E, ainda, suas declarações acima evidenciam que, embora tenha havido indivíduos que se destacaram nas organizações de esquerda, os movimentos de oposição e resistência ao governo militar foram necessariamente projetos coletivos. Halbwachs, se referindo à memória, escreveu que “Em todo caso, se com as durações individuais podemos reconstituir uma duração mais ampla e impessoal em que estão contidas, é porque elas mesmas se destacam sobre o fundo de um tempo coletivo a que tomam emprestada sua substância”.<sup>58</sup> E assim, as memórias acerca das organizações se constroem coletivamente. É possível notar isso quando se fala da presença das construções de gênero no cotidiano das organizações, já que elas estavam contidas nas relações diárias, no trato entre homens e mulheres, objeto deste trabalho.

A dissertação foi escrita em três capítulos. No primeiro foi abordada a presença das mulheres nas lutas de oposição e resistência às ditaduras do Brasil e Uruguai, tanto nas organizações de esquerda como nos órgãos de repressão do Estado e apresentei um breve histórico dos jornais para que seja possível entender as posições deles em relação as publicações de denúncias sobre as violências praticadas por policiais e militares, agentes do Estado, contra os suspeitos de crimes políticos e militantes de organizações que realizaram oposição e resistência aos governos ditatoriais nesses países. O segundo capítulo trouxe análises de notícias sobre as violências diversas, torturas: físicas e psicológicas,

---

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Maria do Carmo de *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. p. 134.

<sup>58</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 123-124p.

assassinatos, desaparecimentos, sequestros, situação precária de permanência nas prisões, excetuando as violências sexuais, no intuito de entender as motivações para aquelas publicações. E, ainda, levantou as apropriações de discursos de entidades e pessoas que, em princípio, eram criticadas e até repudiadas pelo mesmo jornal. O terceiro capítulo se centrou na análise das notícias que denunciaram as violências sexuais, nas quais se percebeu a utilização das construções de gênero, bem como a aparente ausência das violências sexuais contra os militantes homens.

Quero esclarecer que os dois últimos capítulos acompanharam, de certa forma, a proporcionalidade dos temas encontrados nos jornais. Assim, o segundo que falou sobre a maioria das formas de violências ficou maior que os demais. O terceiro se estendeu mais devido às análises, pois as notícias que trataram das violências sexuais foram publicadas em número bem reduzido.

## **1. Capítulo I – Breve histórico: sobre mulheres e jornais**

Discorrerei neste capítulo, de maneira sucinta, sobre dois assuntos introdutórios para melhor compreensão dos temas que serão tratados nos capítulos dois, três e quatro. Pois nestes serão levantadas as tipologias das violências sofridas pelos suspeitos e presos por crimes políticos, abordadas nas notícias dos jornais pesquisados; as possíveis motivações dos redatores para a publicização das mesmas; bem como buscarei identificar se as pessoas que escreveram os jornais se utilizaram das construções de gênero em seus discursos e, também, se incorporaram discursos de pessoas e instituições cujos ideários podiam ou não corresponder às linhas discursivas dessas organizações de oposições estudadas, com o intuito de sensibilizar os leitores para que estes se unissem aos esforços empreendidos pelas organizações de oposição e/ou resistência contra os governos ditatoriais.

O primeiro diz respeito à participação das mulheres nas lutas de oposição e resistência aos governos ditatoriais do Brasil e do Uruguai, tanto no que concerne a sua participação interna nas organizações de esquerda quanto às vivências sob a responsabilidade dos agentes do Estado, como suspeitas e/ou presas políticas, para que compreendamos os modelos culturais que predominavam nesses países, em relação às mulheres, e possamos relacioná-los com as maneiras que foram escritas as denúncias nos periódicos estudados.

O segundo traz um pouco da história dos jornais, para que entendamos suas posições discursivas no tratamento das notícias que denunciaram as atrocidades – torturas, sequestros, assassinatos e desaparecimentos forçados - cometidas contra parte das populações dos países em questão, os que se colocaram na oposição, no que conhecemos como Terror de Estado, perpetrados pelas ditaduras civis-militares.

### **1.1. As mulheres na oposição**

Mulheres brasileiras, na segunda metade do século passado, passaram a participar em número significativo, se comparado a períodos anteriores, da militância de partidos que se opunham aos governos de orientação política conservadora ou de direita, sobretudo os da “nova

esquerda”.<sup>59</sup> Às mudanças de costumes e práticas - resultantes da Revolução Sexual, da Segunda Onda do Movimento Feminista,<sup>60</sup> dos movimentos de contracultura, entre outros - como uma maior acessibilidade ao ensino e ao mercado de trabalho, por exemplo, credita-se essa participação expressiva das mulheres. Marcelo Ridenti, com base em suas pesquisas, afirma que “na maioria das organizações que se engajaram na luta armada, o percentual de mulheres denunciadas ficou entre 15 e 20%”.

Esses números, se comparados à população feminina brasileira total de 50,3%, são baixos. Mas quase coincidem com a representação das mulheres, no total relativo aos indivíduos economicamente ativos do período estudado, cerca de 21%. Mulheres das mais variadas ocupações: donas de casa, estudantes (em maior número), professoras, profissionais liberais e operárias se sentiram atraídas pelo ideário revolucionário que defendia um mundo mais justo e igualitário, e viveram, em sua maioria, o cotidiano das organizações de esquerda no que tange às ações armadas, ao seu planejamento, ao proselitismo político nas fábricas e nas ruas, entre outras práticas, bem como sofreram prisões, torturas, desaparecimentos forçados, assassinatos e exílio em decorrência da repressão estatal.<sup>61</sup> Todavia, embora tenha existido significativo avanço em relação à participação das mulheres no “ambiente público” daquela

---

<sup>59</sup> O termo “nova esquerda” neste texto é o utilizado por Marcelo Ridenti, e diz respeito à totalidade de organizações e partidos compostos por dissidentes dos partidos tradicionais de esquerda como o PCB e o PSB - considerados reformistas - e que, portanto, possuíam diretrizes que não davam conta dos ideais revolucionários que moviam indivíduos descontentes com a situação política do país durante as décadas de 60 e 70. Portanto, não diz respeito ao conceito trazido por Immanuel Wallerstein, que traduz como sendo o conjunto de movimentos sociais vertentes das ditas minorias como o Movimento Negro, o Movimento Feminista, entre outros. Ver em: WALLERSTEIN, Immanuel. ¿Qué significa hoy ser un movimiento anti-sistémico? **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. N°. 9. Janeiro/2003. Buenos Aires: CLACSO, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osa9/wallerstein.pdf>>. Acesso em: 16/05/2012.

<sup>60</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**. Vol.27. N°. 54. São Paulo, Dec. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 16/05/2012.

<sup>61</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p.198.

sociedade, ainda permaneciam discursos conservadores que delineavam funções e papéis específicos para homens e mulheres nas distintas esferas em que essas mulheres transitaram, como é possível observar nas falas proferidas por militantes acerca do cotidiano no interior das organizações e, também, por agentes do Estado nos órgãos de repressão, onde elas perceberam diferenças nos discursos endereçados a homens e mulheres suspeitas de crime político, conforme veremos abaixo.

As mulheres envolvidas nas lutas de oposição e resistência ao governo ditatorial ousaram enfrentar a tradição que as mantinha no espaço privado-doméstico. Iniciativa que rendeu a elas a experiência de vivenciar o preconceito advindo dos próprios militantes, no interior das organizações clandestinas, ainda que em proporção menor se comparado aos órgãos repressores, nos quais o preconceito se traduziu em várias formas de violência física e psicológica.<sup>62</sup> Esses constrangimentos físicos e/ou morais foram aplicados com o intuito de coibir, amedrontar, fragilizar e “educar” essas mulheres que estavam radicalmente afastadas do modelo social imposto há muito tempo, mostrando-lhes qual devia ser sua posição naquela sociedade significativamente machista.<sup>63</sup>

Faz-se necessário acrescentar que no Brasil, para os repressores, mulheres que participavam da luta armada ou eram “*putas* comunistas” ou adeptas do lesbianismo,<sup>64</sup> comportamentos reprováveis pela sociedade por revelarem o descontrole dos homens sobre as práticas sexuais das mulheres. A militante Damáris Lucena, da VPR, conta um episódio que viveu na OBAN: “Eu falava assim: “Olha, eu vejo dizer aí fora que vocês aqui dentro tiram as roupas das pessoas para torturar”. O Albernaz <sup>65</sup> falou: “O quê, sua *puta*?”. “... Passaram três ou quatro dias me chamando de *puta*”.<sup>66</sup> No Uruguai não foi diferente: “se castigó a estas mujeres por salirse de los roles de amas de casa, madres y esposas, estipulados para las mujeres del momento. Neste país elas “fueron humilladas, tratadas como objetos depreciables, se las calificó de

---

<sup>62</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar. In: **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 176.

<sup>63</sup> COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997. p. 78-85.

<sup>64</sup> Ibid., 1997. p. 104-108.

<sup>65</sup> Acusado por ex-presos políticos de aplicar torturas na sede da OBAN.

<sup>66</sup> LUCENA, Damáris *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. p. 82.

“*mugrientas, pichis, putas*””.<sup>67</sup> Logo, a partir do conhecimento sobre o tratamento reservado durante a repressão a essas mulheres que não desempenharam o papel destinado a elas naquelas sociedades, podemos afirmar que foram vistas como “inimigo interno”, por dupla transgressão. A autora Ana Rita Duarte afirma que “é possível identificar alguns elementos esparsos da ação ditatorial no que diz respeito ao combate do que seriam essas ameaças representadas por “maus comportamentos” de homens e mulheres em suas condutas morais e sexuais”.<sup>68</sup>

A ex-militante Dulce Maia relata, em entrevista ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, que

A tortura é algo animalesco – e até eu, que aguento qualquer dor, que já fiz até mielograma, tive um comportamento aquém do que eu esperava. Fui barbaramente torturada durante muitos meses. Eles me tinham ódio por várias razões – a primeira delas era eu ser mulher e estar resistindo como podia. Eles sabiam que eu estava ocultando. Diziam que eu era macho – o que de certa forma era um elogio dentro da concepção machista dos torturadores. Queriam saber quem era meu professor de ioga. Achavam que eu fazia ioga porque aguentava a tortura.<sup>69</sup>

No fragmento de texto acima Dulce Maia fala sobre sua percepção acerca do ódio dos torturadores para com ela, por ser mulher. É provável que ela tenha feito essa relação após ter tido contato com o feminismo no exílio, como aconteceu com tantas outras exiladas sul-americanas na

---

<sup>67</sup> MANGADO, Lala; ROBAINA, María Celia. La emergencia de un prolongado y silenciado dolor. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 29.

<sup>68</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 27. 2013. Natal. **Anais...** Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045\\_ARQUIVO\\_TEXTOCOMPLETOANPUH2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOANPUH2013.pdf)>. Acesso em: 14/05/2014. 17 p.

<sup>69</sup> MAIA, Dulce *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. p. 56.

Europa.<sup>70</sup> Mas, o depoimento nos revela que para os torturadores, homens e mulheres deveriam ter comportamento diferenciado frente à tortura, pois, dos homens esperava-se que suportassem as sevícias, por creditarem a eles força e resistência. Já as mulheres, o chamado sexo frágil, “naturalmente” seriam “dobradas” mais facilmente. A não ser que como no caso relatado acima, tivessem tido algum tipo de preparo físico e espiritual como a prática da ioga.

Outro exemplo de discurso machista proferido por torturadores, que reúne os estereótipos acima mencionados, acerca das mulheres, aparece no depoimento de outra presa política:

*Qué linda esta puta. ¡Quién iba a creer que son estas las que matan soldados! Tócale las piernas, ¡qué duras! Como la pasan haciendo ejercicio, ¡las putas estas! Esta debe ser karateca. Seguro que estuvo en Corea haciendo un curso. Nada de arruinar el cuerpo teniendo hijos. No las dejan tener hijos.*<sup>71</sup>

Ainda sobre a pretensa fragilidade das mulheres no imaginário social, cito o exemplo que Olívia Joffily levantou sobre o caso de cinco militantes mineiras cujo torturador responsável por extrair informações, o coronel Teixeira Góes, do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, pensou que seriam suficientes apenas “alguns tabefes para que aquelas mocinhas frágeis entregassem tudo”, no entanto elas não falaram absolutamente nada que incriminasse algum companheiro ou

---

<sup>70</sup> PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do cone sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. 124-127p; WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; ISAIA, Artur Cesar; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 31-48.

<sup>71</sup> TREACY, Mary Jane. Latin american women's prison memories. Hypatia. Vol. 11. Nº. 4. Women and violence. p. 130-145. Disponível em: <<http://jstor.org/stable/3810397>>. Acesso em: 21/01/2010 *apud* SANSEVIERO, Rafael. Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silencios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue un sistema de gobierno. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 58.

*aparelho*.<sup>72</sup> Os estudos a cerca do tema reafirmam que os comportamentos na tortura foram semelhantes entre homens e mulheres. Tanto houve indivíduos que suportaram as violências sem “entregar” ninguém como aqueles que mediante a dor e o medo não conseguiram resistir e informaram dados que contribuíram para a prisão, morte ou desaparecimento de outros militantes.

As construções de gênero foram utilizadas, nos órgãos de repressão, para auxiliar durante os interrogatórios com o objetivo de extrair informações dos militantes. A maternidade, foi explorada pelos agentes do governo, através das ameaças de tortura dos filhos na frente das mães. A esposa de um militante chamada Hilda presenciou os choques dados em sua filha de apenas quatro meses de idade, para forçá-la a fornecer alguma informação sobre seu esposo.<sup>73</sup>

Com este exemplo ficou claro que os policiais pensavam a maternidade como um estado “instintivo” que transformaria as mulheres em pessoas quase irracionais, no qual as mulheres, na sua totalidade, fariam de tudo para protegerem suas crias. Assim, dariam todas as informações que eles quisessem. Não afirmo aqui que aquelas mulheres não fossem dedicadas aos filhos, e que algumas delas talvez não tenham sucumbido à pressão, mas, a crença construída durante um longo tempo, sobre a superioridade do amor materno, é posta a prova quando percebemos que os pais também passaram por tais experiências e sofreram também com as ameaças. E o comportamento dos policiais nessas situações, embora os discursos reforçassem as construções de gênero, era o de aproveitar qualquer situação que trouxesse vantagem em relação às organizações na luta contra o governo. Por isso, sequestraram e torturaram pessoas que possuíam algum laço parental entre si, irmãos, mães e filhos, pais e filhos, esposas e maridos, mesmo que muitos não tivessem nenhum vínculo com a militância política. Fato que nos demonstra o quanto as construções culturais foram utilizadas das maneiras mais diversas e quando se tornou conveniente.

Então, vimos que os policiais se utilizaram das mais diversas construções culturais no que diz respeito aos “papéis” definidos para homens e mulheres, na sociedade de então, no intuito de atingirem os

---

<sup>72</sup> JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 229. *Aparelho* eram os locais onde moravam os militantes que viviam na clandestinidade.

<sup>73</sup> FON, Antonio Carlos. **Tortura: a história da repressão política no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Global Editora, 1981. p. 39.



objetivos dos órgãos de segurança que eram o desmantelamento das organizações e o aniquilamento das forças revolucionárias. Mas, o que percebemos das práticas culturais que mediavam as relações sociais no cotidiano das organizações em relação aos tais papéis? Para começar, lembremos que no Mini Manual do Guerrilheiro Urbano, de 1969, Carlos Marighella, líder da ALN, define logo no início que “o guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas [...]” e, ainda que afirme: “[...] roupas caras e elaboradas para os homens ou para as mulheres podem ser um impedimento para o guerrilheiro urbano [...]” todas as demais atribuições que faz ao guerrilheiro estão no masculino, reiteradamente diz que é um homem.<sup>74</sup>

Segundo Ana Maria Colling, no Brasil, alguns homens militantes das esquerdas armadas não estavam dispostos a mudar seus conceitos acerca da situação das mulheres na sociedade.<sup>75</sup> A partir de várias pesquisas sobre esse tema, das relações de gênero nas militâncias, ficou evidente que na sociedade ainda se cria nas ideias de que homens e mulheres eram indivíduos com características completamente diferentes e em virtude disso eram atribuídas a eles funções diferenciadas na sociedade, baseadas na capacidade de uns e incapacidade de outros para determinadas atuações. Especialmente nas organizações, comandadas comumente por eles, não se discutia as questões da condição feminina em relação à política,<sup>76</sup> ao espaço público, bem como ao direito de decidir sobre seu corpo, no que diz respeito aos relacionamentos amorosos e reprodução. Tais demandas eram vistas como de prioridade secundária. As tentativas de introdução destes assuntos nas pautas de discussões eram vistas como dissensão. Defendia-se que o projeto da organização era supremo: livrar a nação da ditadura civil-militar. Afirmavam que assim que revolução fosse vitoriosa, naturalmente todos seriam iguais. E até a possibilidade de ação das mulheres dentro das organizações, muitas vezes, diferiu da dos homens, especialmente

---

<sup>74</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Mini manual do guerrilheiro urbano**. 1969. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/cap01.htm#1>> Acesso em: 27/05/2012.

<sup>75</sup> COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997. p. 108.

<sup>76</sup> Ibid., 1997. p. 67; WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**. Vol. 27, nº 54. 2007. p. 22. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>>. Acesso em: 25/05/2012.

devido à atribuição de funções específicas para mulheres e homens, como veremos abaixo.

Antes de prosseguir com as questões das mulheres brasileiras, faço uma ressalva acerca das afirmações feitas por duas militantes do Partido por la Vitoria del Pueblo. Ana Amorós e Brenda Bogliaccini, ao serem questionadas sobre como eram seus companheiros em relação a autonomia delas, elas falaram que nunca tiveram problemas com eles. Sobre a divisão de tarefas em casa, também disseram que sempre foram divididas. Eles jamais se negaram a fazer a parte deles. Tanto elas quanto seus companheiros tinham raízes da sua militância na Federação Anarquista Uruguia.<sup>77</sup> Todavia, segundo alguns militantes, do mesmo partido, no cotidiano da casa “o machismo latino americano predominava”.<sup>78</sup> Em um caso a companheira militava, no outro não.

Voltando ao Brasil, podemos afirmar que não foi fácil para as mulheres alcançaram posições de lideranças nas organizações de esquerda. Em entrevista concedida a Marcelo Ridenti, Vera Silvia Magalhães, que pertenceu ao comando armado da DI-GB, afirmou que foi muito difícil pra ela permanecer naquela posição. Chegavam a implicar com ela por causa dos namorados:

Era uma guerra, enquanto mulher, ser de uma direção. Era uma coisa muito barra pesada, nada fácil para mim. Acho que em 1969 eu saíria da direção por mil outras razões, inclusive porque havia quadros novos surgindo. Mas houve um argumento fantástico, de que eu era uma pessoa instável emocionalmente. Só que as pessoas que diziam isso eram os homens que eu namorava, e que estavam na direção (a gente teorizava e praticava: a monogamia não existe, seria uma proposta burguesa, conservadora). E eu

---

<sup>77</sup> AMORÓS, Ana Rosa. **Entrevista**. Concedida a Mirian Alves do Nascimento. Montevideu, Uruguai, 05/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC. E BOGLIACCINI, Brenda. Concedida a Mirian Alves do Nascimento. Montevideu, Uruguai, 04/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

<sup>78</sup> SANTIN, Ruben Daniel. **Entrevista**. Concedida a Mirian Alves do Nascimento. Montevideu, Uruguai, 09/05/2012. Acervo do LEGH/UFSC. E OLIVERA, Raúl. **Entrevista**. Concedida a Mirian Alves do Nascimento. Montevideu, Uruguai, 05/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

perguntava: por que eles não saem? Por que só eu sou instável emocionalmente? [...].<sup>79</sup>

Segundo Marcelo Ridenti, a organização que ela participava, talvez por ser majoritariamente composta de estudantes, era “um dos grupos mais liberais nos costumes”.<sup>80</sup> Ela ainda reclamou de que sempre ficava com as piores armas para as ações. De que ia sozinha para fazer levantamentos para as ações, porque os companheiros pensavam que ninguém ia desconfiar dela por ser mulher, fato que a deixava extremamente vulnerável. E, ainda, que depois de um tiroteio com a polícia em uma ação ela falou para os companheiros da questão do medo, e foi muito criticada como se fosse um sentimento de mulher. Mas eles demoraram dois meses para fazer outra ação, só faziam levantamento.

Assim reiteramos que ideias pré-concebidas acerca de papéis masculinos e femininos ainda nortavam grande parte das cabeças no interior das organizações de oposição e resistência à ditadura, assim como na sociedade como um todo. O depoimento de Dulce Maia – codinome Judith - traz passagens que parecem contraditórias no que tange às concepções de gênero que permeavam os relacionamentos sociais dentro da organização a qual pertencia, a VPR. Ela relata um episódio que nos retrata a visão que alguns companheiros de militância tinham acerca de suas colegas:

Sempre tive muitos namorados, mas todos de fora da Organização. Eu tinha muito cuidado. Todos eles percebiam. O único da Organização foi o Diógenes, mas a história só aconteceu quando estávamos presos. Uma vez, em Cuba, um militante, o Portuga, disse que tinha tido uma decepção muito grande ao ter sabido da minha relação com o Diógenes. “É uma questão absurda”, eu disse pra ele. “Eu sou uma mulher normal, estranho seria se eu não tivesse um

---

<sup>79</sup> Ibid., 1990. p. 4.

<sup>80</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**. Revista Sociologia - USP, S. Paulo, 2(2): 113-128. 2º. Sem. 1990. p. 4. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempo-social/pdf/vol02n2/AS%20MULHERES.pdf>>. Acesso em: 19/07/2010.

companheiro”. Ele respondeu: “É que eu sempre te considerei um homem”.<sup>81</sup>

Parece que para o companheiro de militância de Dulce considerava que mulheres que participavam da guerrilha não podiam ser assim consideradas, para ele alguma coisa as diferenciava das demais. No entanto, em outro trecho encontramos o relato abaixo, quando a ex-militante fala sobre seu relacionamento amoroso vivido durante e depois da prisão:

Diógenes era um dos melhores, se não o melhor quadro da Organização. Não era um militarista, tinha boa formação, uma pessoa extremamente bonita como ser humano. Nossa história rolou entre olhares no Dops. Ele foi preso três meses depois de mim e saiu três meses antes. Ficou preso um ano. Eu fiquei 17 meses. Convivíamos no dia-a-dia da Organização, mas todos eles, homens, tinham um respeito muito grande por mim. Me viam como um ser delicado, quase um bibelô.<sup>82</sup>

A partir destes dois trechos é possível levantar algumas possibilidades. Não há dúvida que os dois relatos trazem ideias pré-concebidas sobre as mulheres. *Portuga*, o ex-militante e companheiro de ações de Dulce Maia talvez a visse como homem pelo comportamento dela nestas ações, “que não deixava a desejar” - talvez ele esperasse incompetência das mulheres para tais atividades. E, ainda, pelo fato de ele desconhecer as relações amorosas dela e ter conhecimento de situações que envolviam outras militantes que se relacionaram com colegas, diferentemente do caso dela.

Já no fragmento logo acima, em que ela está recordando do relacionamento que teve com Diógenes, dirigente da organização, ela diz que “todos eles, homens, tinham um respeito muito grande por mim. Me viam como um ser delicado, quase um bibelô”. Esta parte pode inferir uma generalização que ela estava fazendo a partir do tratamento que Diógenes dispensava a ela, já que afirma algumas vezes que ele foi

---

<sup>81</sup> MAIA, Dulce *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. p. 56.

<sup>82</sup> *Ibid*, 67.

o único grande amor da sua vida. Ou pode ser uma indicação de que os homens da direção, que planejavam as ações, ao participarem delas, não confiavam nessas mulheres enquanto guerrilheiras combatentes; e é possível que mantivessem a imagem das mulheres como seres frágeis, que necessitavam de cuidados ou até mesmo indivíduos incompetentes para determinadas tarefas que exigissem atuações mais ousadas.

Conforme podemos notar no relato de em um planejamento de uma ação de expropriação de um banco no Itaim Bibi, em São Paulo, onde Diógenes – codinome Luiz -, futuro companheiro de Dulce Maia, expôs o plano e a colocou na direção de um veículo, que facilitaria a fuga, por ela ser boa motorista – para essa função, segundo alguns ex-militantes, não bastava dirigir, tinha que ser piloto – e uma outra militante ficaria com o namorado do lado de fora observando o movimento de pessoas com o objetivo de ver se alguém chamava a polícia. Renata Guerra Andrade – codinome Cecília - teria esta função, porém, não gostou nada daquela missão, e ponderou conforme podemos observar abaixo:

Só isso, Luiz? Por que dois pra fazer tão pouco?  
Se é pra cuidar do povo na rua, ver se alguém sai  
correndo pra avisar a polícia e observar a ação  
para depois podermos fazer a autocrítica dela,  
como contribuição de quem a viu de fora, um só  
chega.<sup>83</sup>

Luiz assinalou que fora decisão do comando da organização, e mesmo assim ela retrucou: “Eu sei. Mas tá na hora de colocar uma mulher numa ação qualquer. Direto nela, armada e tudo. Por que só homens? Isso é machismo puro!” Outro ex-militante chamado Hermes Camargo Batista, conhecido por ter “trocado de lado” e traído seus companheiros, estava na mesma reunião e falou o seguinte sobre a reclamação de Cecília:

A diatribe dela exigia uma definição imediata: vai com mulher ou sem, mas isso tinha que ser decidido naquela hora. Cecília não aceitaria uma protelação e dispararia a vomitar conceitos feministas, nos lembrando, com o apoio integral de Judith, é claro, alguns escritos de Lênin, Fidel,

---

<sup>83</sup> ANDRADE, Renata Guerra *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. p. 38.

Che, Rosa de Luxemburgo etc. etc. sobre o destacado papel das mulheres na revolução.<sup>84</sup>

Nas organizações de esquerda, segundo Eleonora Menicucci de Oliveira, as mulheres que chegaram a fazer parte da direção de algumas organizações tiveram que se “masculinizar”, o que significou adotar posturas que supostamente teriam os homens, não as mulheres: ser “decidida, determinada, forte,” saber atirar.<sup>85</sup> Algumas se sobressaíram nas ações armadas, como assaltos a bancos, a empresas e sequestros, porém, boa parte participava no apoio das ações como grande parte dos militantes, não na empreitada em si. E pode-se notar a tendência em dividir as tarefas entre homens e mulheres, aos primeiros cabiam as atividades que exigiam liderança, coragem, domínio das subjetividades, em suma, atributos creditados ao ser masculino na sociedade ocidental. Entretanto, notamos que algumas iniciativas de manter as mulheres em atividades, entendidas, então, como femininas, não partiam necessariamente dos homens que exerciam liderança, mas de muitas militantes, conforme mostra a ex-militante da Ação Popular (AP) Derlei Catarina De Luca, nos depoimentos mostrados a seguir.

Sobre a chegada ao exílio do Chile no ano de 1972, Derlei afirmou em seu livro: “À noite, aparecem vários companheiros e as mulheres descascam batatinha para a janta. A agitação é grande... Vou para a cozinha ajudar e descascamos 2 sacos de batatinhas miúdas, que são consumidas rapidamente”. E assinala que enquanto as mulheres descascam batatas, “os companheiros conversam, preparam relatórios para mandar ao Brasil...”. Após o golpe de Pinochet, ainda no Chile, sobre a estada na embaixada do Panamá, a ex-militante fez a seguinte observação: “Os brasileiros, comparados com as demais nacionalidades, são os mais organizados. Nós, mulheres, fazemos a limpeza. Alguns homens brasileiros encarregam-se da alimentação, chefiados por Silvio”. Sobre tais observações é importante lembrar que os serviços de limpeza são considerados inferiores aos de cozinheiro, basta verificar os salários pagos às duas modalidades de trabalho. Logo, entendemos que as tarefas realizadas pelas mulheres eram sempre as menos valorizadas em relação

---

<sup>84</sup> BATISTA, Hermes Camargo *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. p. 39.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **Entrevista**. Concedida a Joana Maria Pedro (1 fita cassete). Cárceres - MT, Brasil, 14/10/2004. Acervo do LEGH/UFSC. p. 10.

as que tocavam aos homens. E, ainda, acerca da rotina dentro de uma cela na OBAN ela disse:

Paraíba traz limonada, que hoje é Natal. Até então só comera uma vez por dia, ao anoitecer. Quando correspondia a Paraíba ou Seu Marechal, a carceragem, há chance de ganhar um pedaço de pão, um pouco de café com leite. Rimos por tudo. Pedimos vassoura e cera. É Natal e nós queremos limpar a cela, somos mulheres, o clima se descontrai. Contam-se histórias de interrogatórios.  
86

Judith Butler fala de gênero como resultado de performances vividas de forma ininterrupta,<sup>87</sup> e nestes fragmentos de textos de Derlei De Luca vemos que há uma naturalização das construções de gênero, ela mesma credita às mulheres tarefas manuais, diferentes das dos homens, ligadas à intelectualidade, conforme expõe no fragmento de texto sobre sua chegada ao Chile, pois, eram eles que estavam cuidando das questões orgânicas da organização. E, quanto à cela da OBAN, a ex-militante dá a entender que elas só queriam limpar o lugar porque eram mulheres. Será que homens não o fariam?

Com o objetivo de abranger ainda mais as formas de comportamentos variados, apresento o relato de Vânia, uma das ex-militantes, que dá seu depoimento na seleção de textos que compõe Memórias das mulheres no exílio, de 1978. Ela afirma que na organização a qual pertencia “a mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro”. Contudo, para ela, “isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam”.<sup>88</sup>

Alguns órgãos de imprensa de organizações citadas nesta pesquisa veicularam matérias que traziam as mulheres como tema. O dia “8 de Março”, Dia Internacional da Mulher, foi lembrado durante os anos que antecederam, e nos anos seguintes ao Ano Internacional da

<sup>86</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002. p.97.

<sup>87</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 199-201.

<sup>88</sup> VÂNIA *apud* COSTA, Albertina de Oliveira et al. (ed.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 113.

Mulher, em 1975, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU). É possível que a cobertura dessa comemoração em jornais de esquerda pesquisados no Brasil fosse feita com o objetivo de promover a simpatia das mulheres - que por ventura entrassem em contato com tais publicações - pelas organizações de esquerda, como uma forma de atraí-las para as fileiras da oposição e resistência ao governo autoritário. Ainda assim, foi uma forma de trazer às mulheres assuntos que a elas importavam. Houve, ainda, algumas matérias sobre outros assuntos relativos às mulheres nos jornais de esquerda, conforme menciono abaixo. Todavia, Maria Amélia Teles, redatora do jornal do PCdoB, diz que chegava a ficar angustiada pela ausência de matérias sobre as mulheres e afirma:

Ó, se você ver hoje algum documento, se você for lá na UNICAMP, eu nunca olhei lá, na Classe Operária, nesses anos de 67, 68, até 72, nesse período, que fala de mulher, sou eu que escrevo. Todos que falam. Que é raríssimo, você não vai achar muito não. Porque eu brigava, pra sair alguma coisa de mulher ali eu brigava [...] <sup>89</sup>

Por exemplo, em 1973, o jornal *A Classe Operária* noticiou o VII Congresso das Mulheres Albanesas e, conjuntamente trouxe uma página de homenagem às mulheres.<sup>90</sup> Em meados da década de 1970 publicou um texto sob o título “A causa da emancipação da mulher” que, entre outras coisas, falou da luta pela igualdade de direitos entre os sexos e fez menção à instituição do ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU).<sup>91</sup>

## 1.2. Os jornais na contramão dos governos

---

<sup>89</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. **Entrevista**. Concedida a Joana Maria Pedro (3 fitas cassete). São Paulo, Brasil, 24/08/2005. Acervo do LEGH/UFSC. p. 22.

<sup>90</sup> INTRÉPIDAS combatentes da liberdade. **A Classe Operária**. Jun. 1973. N°. 74. p. 9. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_43.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_43.pdf)>. Acesso em: 11/03/2011.

<sup>91</sup> Id., mar. 1975, p. 5.



As ditaduras civis-militares tinham projetos para as mais diversas áreas das estruturas internas e externas que sustentavam os países envolvidos. Segundo Marilena Chauí, no Brasil,

A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalistas). A difusão dessas ideias foi feita nas escolas com a disciplina de educação moral e cívica, na televisão com programas como “Amaral Neto, o repórter” e os da Televisão Educativa, e pelo rádio por meio da “Hora do Brasil” e do Mobral (Movimento Brasileiro de alfabetização), encarregado, de um lado, de assegurar mão-de-obra qualificada para o novo mercado de trabalho e, de outro, de destruir o Método Paulo Freire de alfabetização.<sup>92</sup>

O texto nos mostra que as grandes empresas de comunicação foram importantes instrumentos de dispersão dos discursos das ditaduras entre as populações.

E após pesquisar os jornais de oposição no Brasil e no Uruguai bem como a bibliografia pertinente ao assunto é possível afirmar que durante o período destes regimes civis-militares, houve poucos embates beligerantes entre os agentes do governo e os militantes da oposição, pois os primeiros eram muitíssimos superiores aos últimos em se tratando de números, tanto financeiro quanto em soldados. E que havia, também, uma espécie de guerra de discursos e informações concentradas em algumas frentes. Entre estas destacarei os meios de comunicação, utilizados em cada lado do conflito para defender seus ideais e objetivos. A partir destes estudos e da percepção sobre os rumos históricos que cada país viveu durante e depois dos períodos ditatoriais, podemos perceber que a força econômica fez grande diferença no que tange à propaganda que cada lado empreendeu para conquistar o povo para suas “trincheiras”, uma vez que, nos países estudados, as oposições foram

---

<sup>92</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2007. p. 41-42.

vencidas durante os regimes de exceção como reflexo da superioridade econômica dos grupos que forjaram os golpes civis-militares.

Os grupos hegemônicos nos governos ditatoriais, “para a tarefa de legitimação da ordem estabelecida, passaram a assumir diretamente essa incumbência, pela criação, sob a forma de entidades estatais ou privadas, dos grandes órgãos de comunicação de massa.”<sup>93</sup> E contaram com os meios de comunicação de abrangência nacional: as emissoras de televisão como a Globo, os maiores jornais como O Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo,<sup>94</sup> rádios com funcionamento legal e as revistas semanais de grande tiragem como a Veja. Porém, essa potência comunicativa toda não surtiria os efeitos esperados pelo governo se ele não contasse com a elevada falta de conhecimento do povo brasileiro, porque as informações chegavam até as massas – no entanto, informação não é sinônimo de conhecimento, poderia apenas vir a compô-lo. Segundo Maria Aparecida Baccega,

O conhecimento é um processo que prevê a condição de reelaborar o que vem como um “dado”, possibilitando que não sejamos meros reprodutores; inclui a capacidade de elaborações novas, permitindo reconhecer, trazer à superfície o que ainda é virtual, o que, na sociedade, está ainda mal desenhado, com contornos borrados. Para tanto, o conhecimento prevê a construção de uma visão que totalize os fatos, inter-relacionando todas as esferas da sociedade, percebendo que o que está acontecendo em cada uma delas é resultado da dinâmica que faz com que todas interajam, dentro das possibilidades daquela formação social, naquele momento histórico: permite perceber, enfim, que os diversos fenômenos da vida social estabelecem suas

---

<sup>93</sup> COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. In: Revista USP. N° 48. **Comunicação**. São Paulo: USP, CCS, dezembro/fevereiro 2000-2001. pp.9.

<sup>94</sup> KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004. 404p. e GUERRA, Cláudio; MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. p. 147.

relações tendo como referência a sociedade como um todo<sup>95</sup>.

Os meios de comunicação sempre compartilharam poderes com as instituições políticas tradicionais. Em grande parte do tempo procuraram limitar o poder do executivo, do legislativo e do judiciário nas suas práticas legais ou ilegais através do domínio que ela pratica sobre seu público. Podemos ir mais longe e dizer que a mídia mudou as formas de fazer política. Pois, as empresas de comunicação são empresas privadas, seus donos possuem interesses particulares e, portanto, utilizam seus empreendimentos para realizá-los e ou difundi-los e não é raro que estes interesses estejam atrelados ao fazer político. Por muito tempo a mídia procurou decidir o que devia ser dito e o que ia ser calado. Ela punha em pauta os assuntos que interessariam estar “na boca do povo” através da possibilidade em formar a opinião pública, embora, isto fosse limitado, guardadas as proporções, pela existência da imprensa alternativa, de oposição, do período. Sem dúvida, durante a ditadura civil-militar, houve cooperação entre o governo e as grandes empresas de comunicação. Maria Lúcia Becker afirma que o governo federal foi o maior anunciante do período<sup>96</sup> entre outras concessões. E os grupos de comunicação auxiliaram o governo das mais diversas formas. Um exemplo simples de colaboração foi feita através do empréstimo de carros institucionais, pelo grupo Folha, para auxílio nas detenções de suspeitos de oposição ao regime.<sup>97</sup>

Bernardo Kucinski afirma que esse período foi especialmente fértil para o surgimento da chamada “mídia alternativa” uma vez que despontaram no cenário brasileiro mais de 150 periódicos que tinham como objetivo se contrapor à ditadura civil-militar e/ou organizar a

---

<sup>95</sup> BACCEGA, Maria Aparecida. A construção do campo comunicação/educação: alguns caminhos. In: Revista USP. N. 48. **Comunicação**. São Paulo: USP, CCS, dezembro/fevereiro 200-2001. p. 19-31. pp. 23-24.

<sup>96</sup> BECKER, Maria Lúcia. Mídia alternativa: antiempresarial, antiindustrial, anticapitalista? In: WOITOWICZ, Karina Janz (org). **Recortes da mídia alternativa**: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. p. 281.

<sup>97</sup> CINTRA, André. Fundação Perseu Abramo. **Entrevista**: Beatriz Kushnir – a estreita união entre imprensa e ditadura. Publicada em 22 de abril de 2009. <<http://www2.fpa.org.br/conteudo/entrevista-beatriz-kushnir-estreita-uniao-entre-imprensa-e-ditadura>> Data de Acesso: 24 de maio de 2010.

comunidade em torno de seus interesses.<sup>98</sup> Entretanto, ao contrário do esteio proporcionado pelo governo aos grandes veículos de imprensa, a situação da mídia alternativa era oposta. Os meios de comunicação alternativos no Brasil, que nasceram na época da ditadura, sucumbiram às crises financeiras, às perseguições políticas ou rachas de cunho ideológico dentro dos periódicos. Majoritariamente, tinham suas receitas vinculadas, no caso dos jornais, à venda dos exemplares. Porém, os cortes da censura feitos nas matérias desmotivavam o leitor do jornal a comprá-lo e muitos donos de bancas se negavam a vendê-los, pois tinham medo de represálias – algumas foram destruídas por venderem os tais jornais. Outro inimigo dos periódicos eram as apreensões realizadas pela Polícia Federal, nas gráficas onde *rodavam* os jornais ou nos veículos que os transportavam. As rádios opositoras, mesmo legalizadas, eram constantemente atacadas e seus equipamentos destruídos. Os anúncios publicitários não recheavam as páginas destes jornais nem a grade de programação destas rádios como era comum nos veículos atrelados à situação política.<sup>99</sup>

Denominada também de imprensa “nanica” podemos verificar que a imprensa alternativa, segundo Karina Janz Woitowicz, se caracterizou pela

Produção de veículos voltados a demandas e interesses sociais, que não atuam nos limites do mercado tradicional (de produção, circulação e consumo) da informação. Embora a denominação não seja consensual – uma vez que algumas expressões, como comunicação comunitária e popular, mídia radical e independente, apresentam abordagens semelhantes –, optou-se por adotar a ideia de mídia alternativa para valorizar seus modos diferenciados de produção, uma vez que a participação efetiva dos indivíduos, a explicitação das ideologias e o caráter de mobilização inerente

---

<sup>98</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 14-18.

<sup>99</sup> Conforme o primeiro e segundo capítulos do livro: WOITOWICZ, Karina Janz (org). **Recortes da mídia alternativa**: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. 312p.

à sua prática figuram como algumas características desta forma de comunicação.<sup>100</sup>

E notabilizou-se, frequentemente, pela oposição acirrada que fazia ao regime civil-militar através da publicação de matérias jornalísticas de interesse público. Nas suas pautas encontravam-se assuntos variados, os quais estavam sempre atrelados à denúncia dos mais diversos modos de opressão: o desemprego, os movimentos sindicais, as condições de trabalho dos operários, a baixa qualidade de vida através da falta de infraestrutura na saúde, na educação e na habitação; a violência sofrida dentro das fábricas, nas greves, nos delitos comuns entre as camadas mais baixas da população.

Em 1975, com a instituição do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas – “pelo impacto que já se fazia sentir do feminismo europeu e norte-americano, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional”<sup>101</sup> -, as reivindicações das mulheres em prol de melhores condições nos âmbitos do trabalho feminino, do salário, das creches, da violência doméstica, do aborto e da sexualidade também rechearam as páginas dos alternativos. Outro assunto presente nos jornais opositores brasileiros foi o “milagre econômico” que aos poucos foi se revelando um enorme embuste, a construção de um castelo de areia que se tornou patente à medida que a primeira metade da década de setenta transcorria, com a retirada progressiva dos “auxílios” prestados ao governo brasileiro pelos Estados Unidos da América. Temas políticos pertinentes ao período também integraram as páginas destes periódicos como as prisões, os sequestros, as torturas e os desaparecimentos de opositores do regime. Por consequência, logo atraíram para si a censura do governo.<sup>102</sup>

Os grupos de oposição ao governo golpista no Brasil contavam, dentro da imprensa alternativa, com alguns meios de comunicação como os jornais legalizados - entre os de expressão nacional citamos: os

<sup>100</sup> WOITOWICZ, Karina Janz. Apresentação: Por uma outra história da mídia. In: \_\_\_\_\_. **Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. p.13.

<sup>101</sup> SARTI. Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**. Vol.12. Nº.2 Florianópolis. Mai/Ago. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 22/11/2013.

<sup>102</sup> Woitowicz, op. cit., 312p.

paulistanos Movimento, e Em tempo, o primeiro começou a circular em 1975 e o segundo a partir de 1977 e o carioca Opinião – a partir de 1972. Mas existiram também os jornais de circulação regional que refutaram as práticas do governo ditatorial como os gaúchos Comunicação - cujo lançamento se deu em 1975 - e o Informação - com início da circulação em 1976 - bem como o paraense Resistência, fundado em 1978. Todos realizavam, em diversas gradações, oposição ao governo através da publicação de matérias de cunho político partidário, contudo, o Pasquim e o Repórter, que foram lançados em 1969 e 1977, respectivamente, encampavam a condição de não estarem atrelados a nenhum partido. O Repórter portava os dizeres “autônomo independente” acima do título. Estes mantinham uma linha editorial que priorizava as críticas sociais relacionadas à moral e aos costumes, tinha um perfil popular, buscava público entre as camadas medianas e baixas da população e dava voz aos populares.<sup>103</sup> Já o paulistano “Versus”<sup>104</sup> que circulou a partir de 1975, apresentou a cultura como forma de ação política e chegou a reproduzir grandes reportagens dos escritores Mario Benedetti, Juan Carlos Onetti e Gabriel García Márquez, publicadas no semanário Marcha, analisado neste estudo.<sup>105</sup> Surgiram ainda os jornais de sindicatos como o Tribuna Metalúrgica em 1971 e os jornais clandestinos dos partidos – através da panfletagem de rua e a distribuição remunerada entre simpatizantes - como o periódico A Classe Operária<sup>106</sup> do PCdoB, que teve sua impressão, durante parte do período da ditadura realizada fora do Brasil

---

<sup>103</sup> LUZ, Bianca Alighieri. **Jornalismo público na contramão do sensacionalismo.** Disponível em: <[http://www.observatoriadaimprensa.com.br/news/view/jornalismo\\_publico\\_na\\_contramao\\_do\\_sensacionalismo](http://www.observatoriadaimprensa.com.br/news/view/jornalismo_publico_na_contramao_do_sensacionalismo)> Acesso em: 28/01/2014.

<sup>104</sup> CANDIDO. Jéferson. **Versus: a arte como arma.** Disponível em: <[http://www.cce.ufsc.br/~ne\\_lic/Boletim\\_de\\_Pesquisa\\_6\\_7/versus6\\_7.htm](http://www.cce.ufsc.br/~ne_lic/Boletim_de_Pesquisa_6_7/versus6_7.htm)> Acesso em: 25/05/2010.

<sup>105</sup> KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 181.

<sup>106</sup> Em 1961 aconteceu o 5º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Ali, a partir das ideias de Prestes e aliados, o Partido Comunista do Brasil se transforma em PCB – Partido Comunista Brasileiro e expulsou vários líderes como João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois e Lincoln Oest, entre outros. O jornal A Classe Operária ressurgiu em 1962 conjuntamente ao PCdoB – Partido Comunista do Brasil, sob a direção dos líderes expulsos no 5º Congresso, em 1961.

depois que o “aparelho” onde era impresso foi “estourado” pela repressão com apreensão de máquinas e prisão dos militantes.

No Uruguai, podemos conhecer os jornais que realizavam resistência aos governos de Pacheco Areco e Bordaberry através dos fechamentos dos mesmos pela censura estatal. Segundo o professor Gerardo Albistur, a perseguição aos jornais de oposição começou antes mesmo da instituição das Medidas Prontas de Seguridad em 1968. No final de 1967 foram fechados definitivamente o diário Época e o órgão de imprensa do Partido Socialista El Sol e temporariamente o El Popular. Tiveram suspensões temporárias já em 1968 o diário progressista judeu Unzer Fraint,<sup>107</sup> por publicar em idioma estrangeiro uma convocação do Partido Comunista; o semanário Marcha – por, entre outras matérias “rebeldes”, criticar o governo que era violento com as camadas populares; o Extra, por noticiar um “enfrentamento armado entre los Tupamaros y la policía” e outras notas que desagradaram os censores como a publicação de uma carta de jovens oficiais em apoio ao General Liber Seregni, que resultou em seu fechamento definitivo; o diário El Popular, por noticiar os assassinatos de três estudantes pela polícia: Liber Arce, Hugo de los Santos e Suzana Pintos; o semanário Izquierda, o qual publicou a informação que o embaixador dos Estados Unidos ofereceu apoio ao governo uruguaio no combate ao comunismo e um artigo de Eduardo Galeano sobre o filme “*La Batalla de Argelia*”. Em 1969, a censura suspendeu ou fechou definitivamente por críticas aos governos: Acción, Extra, Izquierda, Democracia, De Frente, Nuevo El Plata, Marcha. No ano seguinte sofreram fechamentos, por causa das notícias que denunciavam as intervenções do governo na educação do país entre outras, o De Frente e o El Popular. Por publicizar a corrupção na polícia o El Debate sofreu suspensão por cinco números. O BP Color teve sua publicação interrompida por dois números devido a reprodução de um anúncio de greve de professores. Nos anos que se seguiram foram fechados definitivamente ou tem sua publicação interrompidas vários periódicos do interior do país como La Idea, El Faro, El Centenario, El Litoral, El Radical e El Eco. Bem como outros de maior envergadura como El Oriental, o Marcha, Última Hora, Ahora, Respuesta, El

---

<sup>107</sup> ASOCIACIÓN CULTURAL ISRAELITA ZHITLOVSKY. **Prensa:** la prensa judía en el Uruguay. Disponível em: <<http://www.zhitlovsky.org.uy/historia/prensa.htm>>. Acesso em: 30/07/2013.

Popular e até o jornal ultradireitista Azul y Blanco foi suspenso, por seis edições.<sup>108</sup>

Alguns dos jornais analisados, que se opunham ao governo, se mostraram equivocados nas análises de conjunturas naquela época.<sup>109</sup> Explico o porquê dessa afirmação. Com ou sem intenção, o desejo de derrotar a ditadura fez com que algumas vezes fossem muito otimistas acerca das forças de oposição contra os militares. Especialmente no jornal A Classe Operária, até começarem a falar de anistia, a partir de meados da década de 1970, foram publicados textos que indicavam que as forças das organizações de resistência estavam cada vez mais fortes e era questão de tempo para ruir a ditadura civil-militar.

Parece óbvio que um periódico a serviço da comunicação entre os líderes dessas organizações, os militantes e a população em geral, se esforçasse no intuito de não gerar desânimo e, conseqüentemente, desestimular as iniciativas de lutas e/ou resistência contra os regimes golpistas. Mas se tornava fantasioso, uma vez que durante anos seguidos - salvo nos acontecimentos diários que procuravam explicitar as divergências nas versões das informações entre a grande imprensa e a versão deles -, se publicava conteúdos muito semelhantes acerca da crença na derrocada da ditadura que ao passar o tempo não acontecia e, paralelamente, falava-se sobre as prisões, desaparecimentos e assassinatos de militantes, inclusive de líderes da oposição, o que parecia minuar cada vez mais os contingentes de militantes, fato que ia de encontro ao otimismo apresentado.

Lembro ainda ser possível que levassem em conta a rotatividade do público, já que muitos foram para as prisões, outros tantos foram mortos e as panfletagens aconteciam nas ruas. De qualquer forma a repetição é uma forma de fixar os conceitos e as crenças, a imprensa tem esse caráter “educativo”. Segundo Enrique Padrós, o semanário Marcha, que analisava com precisão as políticas dos Estados Unidos para os países do Cone Sul, “errou a mão” ao apontar que “as recomendações do Informe Rockefeller inclinaram a balança a favor do Departamento do Estado, o que causou um afrouxamento da repressão, considerada a estratégia mais eficiente para evitar a radicalização dos conflitos

---

<sup>108</sup> ALBISTUR, Gerardo. Autocensura o resistencia. El dilema de la prensa en el Uruguay autoritario. In: **Cuadernos de la historia reciente - Uruguay 1968-1985**. Vol 1. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 2006. p. 124-129.

<sup>109</sup> Apesar da análise ser atual, era possível observar o equívoco ao observar as prisões, os assassinatos e desaparecimentos, em decorrência das forças da repressão.



sociais”. Ao invés de a repressão diminuir, a violência passou a ser ainda mais atroz.<sup>110</sup>

Diferentemente, o Repórter, por ser um periódico fundado em 1977, já não tinha nenhum tipo de ilusão acerca da força das organizações de oposição e resistência frente às Forças Armadas, que eram muito superiores, embora também procurasse conscientizar o povo das políticas excludentes do governo aplicadas em todas as esferas – municipal, estadual e federal.

Sobre os jornais estudados para esta pesquisa, devemos levar em conta que naquela situação de abatimento muito profundo dos movimentos sociais, a imprensa opositora foi a única possibilidade de voz das massas e ainda assim as notícias passaram pelo crivo dos editores responsáveis pelas publicações. Outra informação a ser lembrada é que os períodos estudados nos jornais não se equivalem diretamente às fases das ditaduras, pois devemos lembrar que nos tempos sombrios da repressão muitos documentos, e os jornais estavam entre eles, foram destruídos para evitar que provas fossem suscitadas contra os militantes, especialmente os clandestinos.

Com a possibilidade de alcançar o povo através dos periódicos, as organizações de esquerda também os utilizaram como forma de “educá-lo” para que se engajassem na construção de um governo de viés popular e, sobretudo na luta contra a repressão e posteriormente pela democracia e anistia aos presos políticos. O PCdoB frequentemente publicava frases semelhantes a “temos diante de nós a grande tarefa de esclarecer o povo, abrir-lhe os olhos...”,<sup>111</sup> assumindo o papel de vanguarda que Lênin atribuiu ao proletariado. Sobre este assunto, Maria Aparecida Baccega afirma que

---

<sup>110</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional, Uruguay (1968-1985)*: do *Pachecato* à ditadura civil-militar. Tomo I. 2005. 434p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 164. O relatório de rockefeller foi enviado ao presidente dos EUA, Richard Nixon em agosto de 1969. Ver em: ROCKEFELLER, Nelson. **As condições de vida nas Américas**: relatório de uma missão presidencial dos Estados Unidos ao Hemisfério Ocidental. Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A. s/d. 148p.

<sup>111</sup> ELEVAR o nível do trabalho partidário. **A Classe Operária**. Set. 1973. N°. 77. p. 6. Disponível em: <[http://www.fmauriciograboais.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_46.pdf](http://www.fmauriciograboais.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_46.pdf)>. Acesso em: 05/07/2010.

As relações imagéticas estão carregadas da presença da mídia. Trata-se de um mundo construído pelos meios de comunicação, que selecionam o que devemos conhecer, os temas a serem pautados para discussão e, mais que isso, o ponto de vista a partir do qual vamos compreender esses temas. Eles se constituem educadores privilegiados [...] <sup>112</sup>

Uma das maneiras utilizadas para sensibilizar o povo foi a veiculação de denúncias sobre o desrespeito aos direitos humanos como os sequestros, as torturas, as violações e os assassinatos aos opositores do regime. De maneira aparentemente solidária, esses jornais também denunciavam violências praticadas por governos golpistas em outros países da América Latina como Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Colômbia, Bolívia, entre outros, bem como traziam notícias dos países que estavam sofrendo invasão das grandes potências, como o Vietnã. Essas publicações foram necessárias principalmente quando os jornais que eram publicados de maneira legal não podiam noticiar os terrores praticados em seu próprio país. Pois era a forma de, através da comparação das conjunturas, inferir que todos os abusos se faziam presentes nos órgãos de repressão estatais de onde o leitor vivia e, também, a maneira de denunciá-los a todas as pessoas que estavam irmanadas contra as violações dos direitos humanos em todo ocidente.

Aliás, as denúncias foram feitas paralelamente aos organismos internacionais para a defesa dos direitos humanos por militantes que foram para o exílio. <sup>113</sup> Como podemos observar no depoimento de Sara Youtchak, sobre sua chegada ao exílio na França: “[...] *no paré de testimoniar... iba a todos lados a contar mi experiencia. Era una militante de la denuncia. Presentamos mi caso en cuanto organismo de derechos humanos hubiera.*” <sup>114</sup>

---

<sup>112</sup> BACCEGA, Maria Aparecida. A construção do campo comunicação/educação: alguns caminhos. In: Revista USP. N. 48. **Comunicação**. São Paulo: USP, CCS, dezembro/fevereiro 2000-2001. pp. 21.

<sup>113</sup> LARROBLA, Carla. El horror femenino: las representaciones de los episodios traumáticos en testimonios de mujeres víctimas del terrorismo de Estado. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 73.

<sup>114</sup> YOUTCHAK, Sara *apud* LARROBLA, Carla. El horror femenino: las representaciones de los episodios traumáticos en testimonios de mujeres víctimas del terrorismo de Estado. In: BAICA, Soledad González;

E não podia ser diferente. Conforme foi dito acima, a força utilizada pelo governo no combate aos militantes de esquerda era incomparável à destes. Pouco confronto armado existiu realmente. Muitos foram forçados para justificar o assassinato dos opositores que aconteciam comumente nas sessões de tortura ou em fuzilamentos sumários, como foi visto no Massacre da Lapa<sup>115</sup>, onde tombaram três dirigentes do PCdoB.

Como já foi explicitado na introdução deste trabalho, nessa pesquisa analiso o periódico Marcha entre os anos de 1968 e 1974, período em que a repressão tomou conta do Uruguai a partir da aplicação das Medidas Prontas de Seguridad, mesmo antes de acontecer o golpe civil-militar, efetivado em 27 de junho de 1973, até o período em que o jornal foi fechado. E que, concomitantemente, é o período mais sangrento da ditadura civil-militar brasileira, fato que possibilitou a escrita desta pesquisa, com as ferramentas que foram utilizadas.

Posso afirmar que nesse período o jornal transformou-se em um defensor ferrenho dos direitos humanos no seio da população uruguaia ao denunciar, a cada número publicado, as violências perpetradas pelo poder público contra o povo. Assim como o jornal brasileiro Repórter, o Marcha criticou as mazelas em que viviam as pessoas das periferias das cidades, as mortes em decorrência da fome, os baixos salários, as más condições de saúde, a perseguição aos professores e estudantes, a intervenção e fechamento de instituições de ensino, os preços altos e a inflação altíssima entre muitos outros problemas que afligiram a população naquele longo período de exceção.

O periódico uruguaio Marcha, de formato “standard”, foi publicado entre os anos de 1939 e 1974. Fundado e dirigido durante toda sua duração por Carlos Quijano, em uma sintonia tão grande que há quem diga que os dois se fundiam numa coisa só. Sobre o Marcha, Juan Carlos Onetti diz:

*[...] nació Marcha y Marcha fue Quijano y Quijano fue Marcha durante unos muy buenos años de libertad de que disfrutó el país hasta que un decreto firmado por un señor estanciero, de innegable competencia en la cría y trato de*

---

FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 74.

<sup>115</sup> POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa**: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo, 1976. 3. ed. rev.. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 189.

*bovinos, puso fin para siempre a aquel temible "semanario marxista".*<sup>116</sup>

O periódico de Quijano teve longo alcance em relação aos seus leitores, pois circulou em vários países do continente americano e também da Europa, em virtude dos exílios forçados ou espontâneos, ocorridos em número significativo naqueles tempos difíceis. No entanto, apesar de poder ser lido em outros países, inclusive nos Estados Unidos, sofreu censura, também, fora do território uruguaio. Ele foi censurado na Argentina por vários anos.<sup>117</sup> Ainda sobre a nota acima, que fez referência ao fechamento do jornal: "*hasta que un decreto firmado por un señor estanciero, de innegable competencia en la cría y trato de bovinos, puso fin para siempre [...]*",<sup>118</sup> o senhor estanciero a que se refere o autor é o ex-presidente ditador Juan María Bordaberry.

Sobre o fechamento de *Marcha*, faço um adendo. O professor de literatura e ex-colaborador deste jornal Jorge Ruffinelli<sup>119</sup> afirma que começou a se tornar concreto por ocasião da publicação e repercussão de um conto chamado "*El guardaespaldas*", de Nelson Marra, vencedor em um concurso de contos promovido pelo semanário em 8 de abril de 1974. A obra literária trazia a história de um policial, homossexual, morto por Tupamaros. Os chefes da polícia enxergaram semelhanças entre o personagem e um policial que havia morrido há alguns anos em circunstâncias semelhantes. Tornaram o fato em oportunidade para por em prática o que desejavam há tempos, suspender a publicação de um dos últimos jornais que faziam oposição ao governo autoritário de Juan María Bordaberry, e prender os responsáveis pela publicação do conto no *Marcha*: seu diretor, Quijano, o editor responsável Hugo Alfaro, os jurados do concurso de contos Juan Carlos Onetti y Mercedes Rein e o autor, que foi preso durante quatro anos e torturado, Ruffinelli não foi

<sup>116</sup> Ver em: ONETTI. Juan Carlos Onetti. **Quijano era Marcha**. Disponível em: <[http://www.onetti.net/es/articulos/quijano\\_era\\_marcha](http://www.onetti.net/es/articulos/quijano_era_marcha)>. Acesso em: 04/06/2013.

<sup>117</sup> MARCHA en Argentina. **Marcha**. Montevideu. 01 jun. 1973. N°. 1645. p. 12.

<sup>118</sup> Devo lembrar aqui que esse semanário teve várias edições suspensas pela censura. No ano de 1974 sua publicação foi interrompida em 20 edições e logo em seguida foi fechado definitivamente.

<sup>119</sup> Sobre Ruffinelli ver em: STANFORD UNIVERSITY – DIVISION OF LITERATURES, CULTURES, AND LANGUAGES. **Jorge Ruffinelli**. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/dept/DLCL/cgi-bin/web/people/jorge-ruffinelli>>. Acesso em: 29/07/2013.

preso por estar no México. A justificativa para o público foi a de que o conto era pornográfico e ia de encontro à moral que o Estado simulava preservar. O Periódico ficou fechado durante dez semanas, neste episódio. Ruffinelli disse: “*Clausurar Marcha por motivos políticos resultaba inconveniente, encontrar una razón “moral” era ideal. Así es como una dictadura y sus brazos represivos de pronto se transformaron en cruzados de la Moral uruguaya.*” Depois da prisão ainda publicaram mais três números e depois foi suspenso por mais vinte edições. Quijano foi para o exílio e o jornal não mais foi veiculado.<sup>120</sup>

Voltando à nota transcrita acima, sobre esse jornal é importante notar que a expressão “semanário marxista” está entre aspas, pois essa foi a alegação defendida pelos repressores para que fosse fechado o veículo de comunicação, apesar de o jornal não se autodenominar dessa forma. Sobre o periódico é possível afirmar que

*El semanario Marcha supone la fundación y el sostenimiento de una verdadera empresa político-cultural, destinada a la información y a la formación de un público en el marco de un amplio proyecto ideológico cuyos tópicos fundamentales serán persistentes a lo largo de su existencia, aunque las coyunturas históricas contribuirán a moldearlos. Los principales, desde un punto de vista político son: el antifascismo, el nacionalismo en su versión antimperialista, el latinoamericanismo y el tercerismo, dentro del marco de la defensa legalista del orden democrático.*<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup> RUFFINELLI, Jorge. ONETTI. Juan Carlos Onetti. **La censura contra Marcha:** um caso exemplar. Disponível em: <[http://www.onetti.net/es/articulos/quijano\\_era\\_marcha](http://www.onetti.net/es/articulos/quijano_era_marcha)>. Acesso em: 04/06/2013.

<sup>121</sup> GILMAN, C. Colaboración para el diccionario enciclopédico de la literatura Latinoamericana. Biblioteca Ayacucho, Caracas. Disponível em: <[http://www.periodicas.edu.uy/Libros%20sobre%20pp/Gilman\\_C\\_El\\_semanario\\_Marcha\\_\(193974\)\\_Articulo\\_para\\_el\\_Diccionario\\_Enciclopedico\\_de\\_las\\_letras\\_de\\_America\\_Latina\\_\(DELAL\)\\_Fundacion\\_Biblioteca\\_Ayacucho\\_Caracas\\_Monte\\_Avila\\_editores\\_latinoamericanos\\_1995.pdf](http://www.periodicas.edu.uy/Libros%20sobre%20pp/Gilman_C_El_semanario_Marcha_(193974)_Articulo_para_el_Diccionario_Enciclopedico_de_las_letras_de_America_Latina_(DELAL)_Fundacion_Biblioteca_Ayacucho_Caracas_Monte_Avila_editores_latinoamericanos_1995.pdf)>. Acesso em: 04/06/2013.

Sobre o *Marcha*, ainda é necessário lembrar que durante a formação do *Frente Amplio*, em 1970, vários de seus colunistas estavam presentes. Essa coligação de esquerda tinha uma “*concepción nacional progressista, anti-imperialista y democrática avanzada*”,<sup>122</sup> posições políticas também defendidas pelo jornal.<sup>123</sup>

O semanário era impresso, frequentemente, em vinte e quatro páginas, no entanto, em datas marcantes ou comemorativas, ele podia conter suplementos especiais que faziam com que saltassem os números de páginas para mais de quarenta, podendo atingir até mais de sessenta páginas. Especialmente no final da década de 1960, quando a censura ainda não era muito ferrenha.

Esse periódico, no período pesquisado, continha várias colunas, que davam conta dos assuntos mais importantes da época. Havia espaço para os assuntos nacionais, os temas científicos, os acontecimentos internacionais, cujo editorial se chamava “Los 4 puntos cardenales”. As relações de espetáculos em cartaz faziam parte da recheada agenda cultural sempre presente no periódico. Eram comuns os convites para palestras de líderes políticos e professores da área de Ciências Humanas, estes que a partir de 1968 passaram a ser perseguidos e presos na escalada repressiva. A política e a economia do país também eram temas frequentes no periódico, embora, como já mencionei acima, depois da censura o cuidado com a escrita desses temas teve que ser redobrado para que não fosse suspensa a publicação do jornal. As páginas destinadas à literatura sempre traziam autoras e autores diversos, e frequentemente davam espaço aos escritores da América Latina, vários oriundos de países que passavam por conflitos políticos. As charges, na quarta capa, trataram de temas diversos e traduziram perfeitamente aqueles dias conturbados. Uma das pessoas mais “retratadas” ali foi Pacheco Areco e Juan María Bordaberry, presidentes durante o período estudado. Não se pode esquecer que “*Las cartas de los lectores*” se localizavam nas primeiras páginas e era o espaço em que se falava dos assuntos mais diversos, era ali que apareciam algumas críticas e opiniões divergentes das do jornal e seus colaboradores. Geralmente elas eram respondidas na mesma oportunidade. Missivistas podiam discutir entre si, por semanas, acerca de assuntos polêmicos. Foi através

---

<sup>122</sup> BAYLEY, Miguel Aguirre. **El Frente Amplio: historia e documentos**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental., 1985.p. 21.

<sup>123</sup> FRENTE AMPLIO. **Historia**. Disponível em: <<http://www.frenteamplio.org.uy/frenteamplio/historia>>. Acesso em: 03/07/2013.

desta secção que o Comité de Familiares de Detenidos Políticos anunciou sua criação e indicou o seu objetivo específico: “[...] *de velar por las necesidades de nuestros familiares en prisión y de lograr un tratamiento igualitario con respecto al resto de los reclusos.*”<sup>124</sup>

A partir do dia 13 de junho de 1968, com o decreto do governo, que instituiu as *Medidas Prontas de Seguridad*,<sup>125</sup> houve censura nos jornais.<sup>126</sup> Mas esta ficou mais ferrenha a partir de abril de 1972, por ocasião da ofensiva militar<sup>127</sup> que empreenderam os Tupamaros, em 14 deste mês, contra militares,<sup>128</sup> quando o governo proibiu que se publicassem notícias acerca das prisões arbitrárias por crime dito político. E, também, não mais permitiu que os nomes das organizações que aderiram à luta armada como os “*Tupamaros*” e o braço armado da FAU, a OPR-33, aparecesse nos jornais. Assim, toda vez que se noticiava sobre essa organização, referia-se a eles como os “*inonmbrables*”.<sup>129</sup> Notícias do governo? Só podiam as positivas. Coisa rara naqueles dias. Nos últimos anos de funcionamento do *Marcha*, os redatores utilizaram estratégias para tentar burlar a censura. Pouco se falava das decisões do governo que com frequência prejudicaram os mais despossuídos - no entanto, as charges eram profícuas em mostrar

---

<sup>124</sup> POR los presos políticos. **Marcha**. Montevideú. 13 jun. 1969. N°. 1452. Cartas de los lectores, p. 3.

<sup>125</sup> PADRÓS, Henrique Serra. Uruguai: o Pachecato e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26., 2011, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025\\_ARQUIVO\\_TEXTOENRIQUESERRAPADROS.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025_ARQUIVO_TEXTOENRIQUESERRAPADROS.pdf)>.

Acesso em: 06/05/2013.

<sup>126</sup> Id., 14 jun. 1968. Capa.

<sup>127</sup> Ver em: PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional, Uruguay (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. Tomo I. 2005. 434p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 299 e BLIXEN, Samuel. **Sendic**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2000. p. 234-243.

<sup>128</sup> Segundo a biografia de Sandic, esses militares pertenciam ao Esquadrão da Morte uruguaio.

<sup>129</sup> Segundo Gerardo Albistur, inicialmente os inonmbrables foram os Tupamaros e a POR-33, depois, todos os principais líderes dos partidos tradicionais proscritos. Ver em: ALBISTUR, Gerardo. Autocensura o resistencia. El dilema de la prensa en el Uruguay autoritario. **Cuadernos de la historia reciente** - Uruguay 1968-1985. Vol 1. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 2006. p. 121.

os problemas que grande parcela da população sofria cotidianamente.<sup>130</sup> Não mais puderam escrever matérias sobre violência contra pessoas presas e torturadas pela repressão. Mas publicaram cartas de leitores que denunciavam as sevícias, geralmente assinadas com codinome ou até mesmo como anônimo; colocaram transcrições de discursos de senadores e deputados,<sup>131</sup> uma vez que até próximo ao golpe que ocorreu em 27 de junho de 1973, os representantes do legislativo gozaram da imunidade parlamentar,<sup>132</sup> embora já houvesse iniciativas por parte do executivo de incriminar legisladores que faziam oposição ao regime, como a acusação contra o senador Enrique Erro,<sup>133</sup> de ele ser o “*chefe civil del M. L. N.*”. E, quando todas essas iniciativas foram cerceadas, só restou a denúncia das violências por paralelismos, denunciou-se, então, as ditaduras vizinhas.

Foi prática recorrente no *Marcha* alardear acerca das violências praticadas por governos contra indivíduos civis, entre o próprio povo ou até mesmo de povos de outros países. Levantei alguns exemplos publicados pelo jornal para demonstrar ao público tais violências, como os abusos cometidos pelo exército dos Estados Unidos da América contra a população do Vietnã do Norte<sup>134</sup> e do Camboja.<sup>135</sup> Os assassinatos de argentinos pela polícia chilena.<sup>136</sup> E, também, dos governos de outros países da América Latina contra seu próprio povo,

---

<sup>130</sup> Conforme é possível ver em: NO es chiste. **Marcha**. Montevideú. 09 jul. 1971. N°. 1551. 4ª capa, apenas para citar um exemplo.

<sup>131</sup> Id., 19 may. 1972. p. 6.

<sup>132</sup> No Brasil, o golpe de 1964 não dissolveu o Congresso, mas em 1965 os partidos políticos foram extintos e criaram-se dois partidos: o MDB e a Arena, conforme podemos ver em: FERREIRA, Marieta de Moraes. Vozes da oposição: ditadura e transição política no Brasil. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE: ditadura militar e resistência no Brasil, Rio de Janeiro, 2004. **Anais...** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 184. Todavia, por ocasião do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o recesso do Congresso Nacional, e só foi reaberto em outubro de 1969, no intuito de referendar a escolha de Médici para a Presidência da República, como pudemos encontrar em: Fatos e imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. FGV/CPDOC. **O AI-5**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 14/05/2014.

<sup>133</sup> Id., 15 jun. 1973. p. 9.

<sup>134</sup> Id., 11 ago. 1972. p. 10.

<sup>135</sup> Id., 08 may. 1970. Segunda Seção, p.5.

<sup>136</sup> Id., 09 nov. 1973. p. 16.



como o Brasil,<sup>137</sup> a Argentina,<sup>138</sup> o México,<sup>139</sup> o Paraguai<sup>140</sup>, o Chile<sup>141</sup> e vários outros.

O periódico também criticou a repressão através de suas matérias. Mario Benedetti,<sup>142</sup> famoso escritor uruguaio e um dos colaboradores do *Marcha*, ocupou, em maio de 1972, significativos espaços em duas páginas do jornal, em publicações consecutivas<sup>143</sup> – páginas sete e seis, respectivamente - com a publicação das “*Fábulas sin moralejas*”, conjunto de pequenos textos que continham sempre uma “lição” para o leitor, com personagens fictícias, embora ele dissesse o contrário. O primeiro texto ele inicia assim:

Los últimos bandos han hecho tan difícil (por no decir imposible) el escribir sobre política nacional, que, para cumplir mal que bien esa función, ya no es dable tomar como tema el país real, sino un país inexistente, un país de ficción. Frente a semejante alternativa, resolví (al menos, por esta semana) dedicarme sin rodeos a la fábula. Y además: sin moraleja. No sea que algún tic del azar, o algún retortijón del inconsciente, lleven a las moralejas a caer en contradicción con algún bando.<sup>144</sup>

Uma das características do semanário é que entre as pessoas que escreveram para o *Marcha* estão nomes de destaque no cenário intelectual ocidental. Fato que também contribuiu para a excelente qualidade do jornal e o tornou referência para os mais variados leitores, especialmente no Ocidente, uma vez que aproximadamente a décima parte da população uruguaia emigrou para diversos países durante o período de exceção. Entre os escritores do jornal destacamos o escritor

---

<sup>137</sup> Id., 20 dic. 1968. p. 20-21.

<sup>138</sup> Id., 22 sep. 1972. p. 16-19.

<sup>139</sup> Id., 08 oct. 1971. Segunda Sección, p. 5-6.

<sup>140</sup> Id., 22 jun. 1973. p. 5.

<sup>141</sup> Id., 25 ene. 1974. p. 16.

<sup>142</sup> FUNDAÇÃO MÁRIO BENEDETTI. **Biografía**. Disponível em: <[http://www.fundacionmariobenedetti.org/mario\\_benedetti/vida/](http://www.fundacionmariobenedetti.org/mario_benedetti/vida/)> Acesso em: 06/05/2013.

<sup>143</sup> BENEDETTI, Mario. *Fabulas sin moraleja*. **Marcha**. Montevideu. 05 may. 1972. N°. 1591. p.7 e Id., 12 may 1972. p. 6.

<sup>144</sup> Id., 1972, p.6.

Mario Vargas Llosa, Mario Benedetti, Eduardo Galeano, e os colaboradores mais assíduos como Julio Castro – sequestrado em 1977 e desaparecido político,<sup>145</sup> Hugo Alfaro, Adolfo Aguirre Gonzalez, entre outros. E o jornalista, político e escritor brasileiro Paulo Schilling, que se exilou no Uruguai, junto com sua família, depois do golpe civil-militar brasileiro. Não podemos esquecer, também, das contribuições do senador Zelmari Michelini. Além de seus discursos, que frequentemente foram publicados na íntegra no jornal de Quijano, pois denunciavam as diversas formas de violência contra presos políticos no Senado, esse político e jornalista que ajudou a fundar o *Frente Amplio*,<sup>146</sup> ainda escreveu matérias para o *Marcha*. Como já foi relatado acima, por usufruírem da imunidade parlamentar até o golpe, as matérias, os discursos e as entrevistas que levavam os nomes dos senadores e deputados, mesmo em meio à forte censura, eram as que continham as críticas mais contundentes contra o governo autoritário.

As mulheres tiveram espaço no *Marcha*. Em significativo número do periódico foi possível encontrar matérias que contemplaram fragmentos de vidas e obras de escritoras e cantoras conhecidas do público, como Sara de Ibañez e Violeta Parra,<sup>147</sup> entre outras. Algumas mulheres escreveram para o jornal: Maria Ester Gilio e Marta Traba, são exemplos. Uma das mulheres de destaque no Uruguai, cujas ideias

---

<sup>145</sup> MADRES Y FAMILIARES DE URUGUAYOS DETENIDOS DESAPARECIDOS. Disponível em: <[http://issuu.com/famidesa/docs/detenidos\\_desaparecidos\\_en\\_uruguay?e=2028549/2625579](http://issuu.com/famidesa/docs/detenidos_desaparecidos_en_uruguay?e=2028549/2625579)>. Acesso em: 01/07/2013 e BAUMGARTNER, José Luis; MATOS, Jorge Duran; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos: a história da repressão no Uruguai**. Ed. Tchê. p. 218.

<sup>146</sup> Sobre a participação do Senador Michelini na formação do Frente Amplio consulte: CENTRO PARA LA APERTURA Y EL DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA – CADAL. Zelmari Michelini, periodista: Recuerdo de una de las víctimas de la represión ilegal en América Latina. Disponível em: <[http://www.cadal.org/prensa/nota.asp?id\\_notas=2362](http://www.cadal.org/prensa/nota.asp?id_notas=2362)> Acesso em: 01/07/2013. Acerca da história do *Frente Amplio* pesquisei: FRENTE AMPLIO. **Historia**. Disponível em: <<http://www.frenteamplio.org.uy/frenteamplio/historia>>. Acesso em: 05/06/2013. Para ambos, a tese de Enrique Padrós: PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional. Uruguay (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. Tomo I. 2005. 434p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>147</sup> Há exemplos em: IBAÑEZ, Roberto. La poesia de Sara Ibañez. **Marcha**. Montevideu. 01 jun. 1973. N.º. 1645. p. 30-31 e AHARONIÁN, Coriún. Retrato de Violeta por Angel Parra. **Marcha**. Montevideu. 23 jul. 1971. N.º. 1553. p. 27.

foram publicadas no periódico, foi a senadora, advogada e poeta Alba Roballo. Militante do Partido Colorado, abandonou-o a partir de 68, e juntou-se ao *Frente Amplio*, uma coalizão de esquerda que fez oposição ao governo ditatorial.<sup>148</sup> Movimentos sociais compostos por mulheres apareceram naquelas páginas: o *Comité Femenino del Frente Izquierda*, enviou uma carta para o jornal que diz o seguinte:

*El Comité Nacional Femenino del Frente Izquierda, condena una vez más la existencia de presos políticos en nuestro país, que el gobierno mantiene al amparo de las medidas prontas de seguridad, violentando las normas constitucionales y los derechos humanos consagrados por la Organización de las Naciones Unidas, reclama su inmediata libertad, permitiéndoles es así la vuelta a sus hogares ya a la sociedad [...].*<sup>149</sup>

Destaco ainda que apesar da censura imposta ao jornal e a perseguição às pessoas que faziam críticas ao governo estarem bem fortes na segunda metade de 1972, o jornal publicou a carta e a organização das mulheres a subscreveu, sem utilizar pseudônimo. Indo de encontro às declarações do governo de que não havia presos políticos. Já a *Comisión Coordinadora de Mujeres Uruguayas* escreveu uma carta no intuito de promover um concurso de cartazes para o terceiro Seminário Latino Americano de Mulheres que aconteceria no Chile.<sup>150</sup>

Nos anos fartos de incertezas e medos que antecederam o golpe civil-militar, levado a cabo no Uruguai em junho de 1973, os responsáveis pelo *Marcha* se esforçaram por denunciar as arbitrariedades dos governos e seus *tentáculos* repressivos. Ao analisar o jornal pudemos observar que grande parte de suas edições trouxeram

---

<sup>148</sup> Foi a primeira mulher Ministra de Cultura na América Latina – governo de Pacheco Areco. FRENTE AMPLIO. Por siempre Alba Roballo. Notícias. Disponível em: <<http://www.frenteampio.org.uy/noticia/por-siempre-alba-roballo>>. Acesso em: 07/06/2013 e FRENTE AMPLIO. História. Disponível em: <<http://www.frenteampio.org.uy/frenteampio/historia>>. Acesso em: 07/06/2013.

<sup>149</sup> DEL Comité Femenino del Frente Izquierda. *Marcha*. Montevideu. 07 ene. 1972. N°. 1577. Cartas de los lectores, p. 2.

<sup>150</sup> CONCURSO de afiches. *Marcha*. Montevideu. 01 sep. 1972. N°. 1608. Carta de los lectores, p. 4.

informes sobre as violências que haviam se tornado corriqueiras naquele país. Prisões ilegais, torturas, assassinatos no meio da rua, em universidades, maus tratos nas prisões, sequestros, repressão às manifestações populares. Existiam, ainda, as violências do cotidiano, perpetradas por governos que mal administravam o país: a fome, a escassez de alimentos, a saúde precária, a inflação, problemas que acentuaram ainda mais a precarização dos menos favorecidos. Outras medidas do governo que tumultuaram a vida social do país foram os fechamentos e intervenções em escolas e universidades, e a não investigação e, por consequência, a ausência de punição de grupos paramilitares de extrema direita que se arvoraram no direito de perseguir pessoas que de alguma maneira demonstrassem algum descontentamento e/ou resistência contra o governo, ou que participassem de movimentos sociais ou organizações sindicais ou estudantis.

O jornal mensal Repórter, publicado em formato tabloide, que circulou de forma legal, foi fundado em 1977, a partir da necessidade de três jornalistas cariocas, Luiz Alberto Bettencourt, Paulo Haddad e João Sant'Anna, em publicar uma entrevista, feita por eles, com o representante da Anistia Internacional, o jornalista Thomas Hammarberg, por ocasião de sua vinda ao Brasil, sob sigilo, para fundar uma seção brasileira daquela organização em 1976. Esse número, o zero, foi impresso em mil exemplares e distribuído pelas bancas do Rio de Janeiro pelos mesmos três jornalistas que o criaram.

Outros jornalistas se uniram a eles, entre eles, alguns que haviam militando na dissidência do Partido Comunista - PC no Rio de Janeiro. Alguns destes, apesar de não participar da luta armada, foram presos e cumpriram penas. Eles tinham o apoio de uma “empresa convencional” chamada Margem Editora, responsável também pela publicação de outra publicação chamada “Relatório Reservado”, um “boletim econômico-financeiro dirigido a grandes empresários e banqueiros” com conteúdo alternativo ao da grande imprensa. Passaram pelo Repórter, entre vários colaboradores, o historiador Daniel Aarão Reis, os jornalistas Alex Solnik, Eduardo Homem, Luiz Gollo, Luzia Rodrigues, Eliane Pastores, Chico Júnior, Luiz Alberto Bettencourt, Lucia Murat<sup>151</sup> e Tim Lopes, este que por ser mulato e ter o biótipo físico semelhante a muitos homens pobres, inseriu-se entre estes e fez várias reportagens acerca do

---

<sup>151</sup> As colaboradoras do Repórter sempre foram minoria na redação como foi possível observar no “expediente”.

dia a dia desta parcela da população, especialmente entre o operariado, sobre as más condições de trabalho e escassez de alimentos.<sup>152</sup>

O jornal começou a ser escrito sob um viés político, com críticas à repressão, ao passar o tempo, embora não tenha abandonado totalmente esse perfil, dedicou-se mais à crítica social. Privilegiou matérias que mostravam o cotidiano de grupos e pessoas marginais da sociedade como as travestis, as lésbicas, as prostitutas, os garotos de programa, os favelados, os operários e outros subalternos como as mulheres. É bom lembrar que nesta época o feminismo já despontava nas matérias de alguns alternativos. Segundo Bernardo Kucinski, nas páginas deste alternativo eram retratados “[...] a fome, a promiscuidade, os assaltos, os estupros, o analfabetismo e a brutalidade policial, a prostituição e as drogas, os favelados que comem ratos. Um cotidiano abjeto de miséria [...]”.<sup>153</sup>

O Repórter tinha uma linguagem acessível e procurou se aproximar dos interesses da parcela da população mais despossuída, e até dos miseráveis mesmo. Além dos problemas cotidianos que atrapalhavam a vida das pessoas como as más condições de trabalho, os baixos salários, as más condições de habitação, a inacessibilidade à saúde e a educação, a fome e a violência policial, os responsáveis pelo periódico buscaram o caminho da crítica à repressão dos costumes no que tange à sexualidade, por isso a frequência de matérias com os grupos estigmatizados em relação a esse tema, citados acima. Além disso, muitas vezes o jornal publicou matérias que traziam imagens de cenas com nudez ou gestos que remetiam à sexualidade, especialmente sobre o carnaval nas ruas e clubes. As notícias, algumas vezes, beiravam o pornográfico. Iniciativas que renderam sucesso nas vendas. Entretanto, esse jornalismo “meio cru” rendeu críticas de profissionais de outros veículos, que o consideravam “imprensa marrom”, sensacionalista.<sup>154</sup>

A diagramação do Repórter era diferenciada dos demais jornais, mesmo dos alternativos: utilizava a cor vermelha e muitas imagens colocadas em posições não habituais, para chamar a atenção do público. Apesar de não ser censurado previamente a repressão o atacou algumas vezes. O de número cinco, por exemplo, teve toda a tiragem apreendida após ter publicado, no número quatro, uma matéria especial sobre o ano

---

<sup>152</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 285-286, 289.

<sup>153</sup> Ibid., p. 291.

<sup>154</sup> Ibid., p. 291.

de 1968. Ainda assim o jornal publicou reportagens acerca de temas da repressão, como as torturas, as prisões de presos políticos, os grupos paramilitares de direita, já em 1977, na sua edição de número um.<sup>155</sup> Trouxe, ainda neste número, a polêmica entrevista com o Secretário de Segurança de São Paulo na época, o coronel Erasmo Dias, conhecido por sua truculência, que falou sobre sua vigilância contra o “vírus do comunismo”. O Repórter não tinha nenhuma coluna ou editorial regular.

O jornal Repórter trouxe várias notícias que denunciaram violências perpetradas contra toda a população e, também, contra opositores do regime ditatorial, embora estas em menor número, conforme é possível observar nos capítulos seguintes. Esse jornal, que sobrevivia graças às vendas diretas ao público leitor, com poucas assinaturas e publicidade, sucumbiu por ocasião dos atentados às bancas de jornais em 1981, porém, ainda teve uma edição especial sobre o carnaval em 1982.<sup>156</sup>

O órgão oficial do PCdoB, no período da última ditadura brasileira, foi o jornal A Classe Operária, com o formato de uma página A4, ressurgiu juntamente com o partido por ocasião do “racha” que aconteceu no PCB, em 1962. Apesar de circular desde esta data, foi encontrado entre os números 16 e 155, no Centro de Documentação e Memória da fundação Maurício Grabois, através de seu *site* e, portanto, analisado entre os anos de 1967 até 1983, época que abrange o período que antecedeu os confrontos entre as Forças Armadas e os guerrilheiros do Araguaia, os confrontos com o extermínio destes,<sup>157</sup> e a fase de distensão da ditadura, período marcado pelo fim da censura e anistia.<sup>158</sup>

O periódico do PCdoB, conforme podemos observar através de seu conteúdo, era utilizado para a comunicação entre os líderes do partido e demais militantes, de maneira mais geral, e, também, para proselitismo junto ao público em geral, através das críticas à ditadura civil-militar: denúncias de violências, panoramas econômicos, condições de vida das camadas pauperizadas, bem como das notícias internacionais. Estas denunciavam de maneira contínua tanto os regimes capitalistas e suas agressões aos países colonizados ou invadidos quanto

---

<sup>155</sup> REPÓRTER. **Violência**. Rio de Janeiro. Dez. 1977. N°. 1. 20p.

<sup>156</sup> Kucinski, op. Cit., p. 293.

<sup>157</sup> Ver MORAIS, Taís, SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 656p.

<sup>158</sup> NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). Estudos Avançados N°. 24 (69), 2010. P.389-402. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a24.pdf>> Acesso em: 10/03/2011.

os países que foram deixando os ideais do socialismo, conforme a visão dos líderes do partido.

Este jornal, durante toda sua existência, desde maio de 1925, sofreu por vários longos períodos a repressão do Estado, tanto na República Velha quanto na República Nova, tendo sobrevivido durante muito tempo na clandestinidade, inclusive no período estudado. Fato que ocasionou algumas falhas em sua publicação no que concerne a frequência, comumente realizada a cada mês, chegando a faltar por meses. Como outros jornais de organizações de esquerda, teve edições redigidas no exílio. Neste caso elas eram transmitidas “ao Brasil através da Rádio Tirana”, gravadas e transformadas em material impresso.

O site da Fundação da Fundação Maurício Grabois informa que “teve entre seus editores, sobretudo nos períodos heroicos de enfrentamento da repressão policial das ditaduras, alguns gigantes da luta operária no Brasil, como Otávio Brandão, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Carlos Danielli, entre outros.”<sup>159</sup> Por esse texto, a impressão que se tem é que não haviam mulheres envolvidas nesse processo de confecção do jornal, pois apenas os homens mais notáveis do partido são citados. Todavia, veremos logo abaixo que esta não era a realidade da publicação naquele tempo.

O periódico A Classe Operária<sup>160</sup>, em 1972, sofreu um revés ao ter o “aparelho”, onde era impresso, “estourado” pela repressão com apreensão de máquinas e prisão dos militantes - entre eles estavam as irmãs e militantes do PCdoB Criméia Alice Schmidt de Almeida, Maria Amélia de Almeida Teles, juntamente ao seu companheiro César Teles e o dirigente do PCdoB, o então responsável pelo periódico, Carlos Nicolau Danielli, assassinado pela repressão naquela ocasião. Augusto Buonicore, no site da Fundação Maurício Grabois nos relata que

---

<sup>159</sup> FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS. **Jornal A Classe Operária** (arquivo). Disponível em: <[http://grabois.org.br/porta/cdm/revistas.capa.php?id\\_sessao=51](http://grabois.org.br/porta/cdm/revistas.capa.php?id_sessao=51)> Acesso em: 05/08/2013.

<sup>160</sup> Em 1961 aconteceu o 5º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Ali, a partir das ideias de Prestes e aliados, o Partido Comunista do Brasil se transformou em PCB – Partido Comunista Brasileiro e expulsou vários líderes como João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois e Lincoln Oest, entre outros. O jornal A Classe Operária ressurgiu em 1962 conjuntamente ao PCdoB – Partido Comunista do Brasil, sob a direção dos líderes expulsos no 5º Congresso, em 1961.

Desde 1966, o militante César Teles era o responsável por rodar A Classe Operária. Recebia os textos, geralmente já em stencil, e os mimeografava. A “gráfica” ficava na sua própria casa, que funcionava como um aparelho do Partido. Era localizada em Nova Iguaçu na baixada fluminense. Depois de imprimir o boletim entregava, numa sacola de feira, ao Danielli que distribuía para os estaduais.<sup>161</sup>

Maria Amélia Teles, esposa de César Teles, que trabalhou no jornal, contou em entrevista um pouco do cotidiano do jornal, de sua função na confecção do órgão de imprensa do Partido Comunista do Brasil:

Eu era uma espécie de tudo, sabe? Porque eu era rádio-escuta, fazia o trabalho de rádio-escuta... Porque tinha um programa, rádio Moscou, rádio Pequim, rádio Albânia, né? Rádio (...) E, fazia leitura dos jornais daqui, do Brasil, fazia leitura de alguns jornais estrangeiros, entendeu, então era isso, e fazia a parte, de edição mesmo não, isso era com homem, imagina que eles iam deixar uma mulher fazer. Ficava um homem que era da direção, entendeu? E aí eu sempre pedia pra colocar uma matéria sobre mulheres, e muito sobre cultura, porque às vezes eu via na cultura uma possibilidade de fazer alguma coisa. Eles sempre achavam... às vezes eles até achavam boa a matéria, mas ficava pro próximo número porque não cabia. E acabava nunca saindo, sabe? E quando, nossa, quantas vezes eu fiz matéria, cheia de página (...) Depois saía, três linhas daquela

---

<sup>161</sup> BUONICORE, Augusto C.. A Classe Operária na clandestinidade (1967-1983). **Fundação Maurício Grabois**. 2010. Disponível em: <[http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=28&id\\_noticia=3857](http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=28&id_noticia=3857)>. Acesso em: 06/02/2011.



matéria, porque não deu, porque não deu. Pra dizer que não saiu nada, então saía.<sup>162</sup>

Assim, podemos notar que houve pelo menos uma mulher que trabalhou na confecção do jornal e que era realizada uma espécie de autocensura, ao serem escolhidos os assuntos que, na visão dos dirigentes, eram mais importantes que outros, como por exemplo, citado na fala de Amelinha Teles, as notícias acerca das problemáticas das mulheres. Ainda que houvesse em seus quadros militantes mulheres, cujas realizações de tarefas eram imprescindíveis no funcionamento do partido e até do jornal, conforme o depoimento de Maria Amélia Telles. Não podemos esquecer, conforme vimos acima, que as questões dos direitos das mulheres deviam ser deixadas para depois, uma vez que a derrubada da ditadura e a revolução trariam naturalmente essas conquistas.

Augusto Buonicore diz, ainda, que a partir da queda do aparelho, apreensão das máquinas e prisão dos militantes, o jornal passou a estar sob a responsabilidade de Pedro Pomar e teve sua impressão “possivelmente” realizada de maneira descentralizada, diretamente nos estados, mas com a arte enviada pelo Comitê Central.<sup>163</sup> A análise do jornal nos mostra que a partir do período de enfrentamento no Araguaia, em 1972, bem como depois da prisão de Amelinha e sua família, surgiu um maior número de denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres conforme pudemos observar acima, quando falamos sobre as mulheres e as construções de gênero nas organizações de oposição. As circunstâncias em relação às mulheres foram se alterando a partir desta data no jornal, até culminar com a instituição pela Organização das Nações Unidas - ONU, da década e do ano Internacional da Mulher em 1975, e uma maior e mais frequente exposição de matérias sobre as mulheres.

O jornal *Compañero*, órgão oficial do *Partido por la Vitória del Pueblo - PVP*, cujo formato era de uma folha A4 dobrada ao meio, foi pesquisado na fase clandestina, entre os anos de 1978 até 1984. Tanto o partido quanto o periódico trilharam trajetórias que tem como base a *Federação Anarquista Uruguiaia - FAU*. Sobre o período estudado, Eduardo Tristán assinala que a

---

<sup>162</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. **Entrevista**. Concedida a Joana Maria Pedro (3 fitas cassete). São Paulo, Brasil, 24/08/2005. Acervo do LEGH/UFSC. p. 22.

<sup>163</sup> Buonicore, loc. cit.

*[...] FAU entendía que el Uruguay del momento vivía una crisis en todos los órdenes para la que el modelo capitalista y la burguesía nacional no tenían respuestas. La única posible sería precisamente la que los niega, esto es, el socialismo.*<sup>164</sup>

Esta organização foi criada no final de 1956,<sup>165</sup> e esteve ligada, desde então com os movimentos sindicais. A partir de dezembro de 1967, quando as organizações de caráter revolucionário foram postas na ilegalidade, a FAU criou três grupos (“as patas”) de ação em seu interior, com objetivos específicos e diferenciados de atuação política entre o povo. Um deles ficou sendo a própria FAU, cujos integrantes seriam os mais destacados militantes, uma espécie de vanguarda; o outro, chamado *Resistencia Obrero Estudiantil* – ROE, para atuar no trabalho de conscientização das massas, uma vez que continha os setores mais dinâmicos da sociedade – estudantes e trabalhadores – e ter um perfil legal. Por último, a *Organización Popular Revolucionaria “33 Orientales”* - OPR-33, “una organización armada cuyo fin es el apoyo de la lucha de masas y la radicalización de las movilizaciones”<sup>166</sup>, que por algum tempo foi denominada internamente de “Chola”. Nesta época, foram produzidos dois órgãos de comunicação da FAU: um chamado Rojo y Negro, que teve publicado apenas dois números, para ser o contato da Federação com o público em geral. A direção estava a cargo de Gerardo Gatti, um de seus líderes, que tinha experiência com jornais, pois tinha trabalhado como jornalista no periódico *Lucha* e era linotipista.<sup>167</sup> E outro, clandestino, denominado de *Revista* ou *Cartas de FAU*, destinado à orientação dos militantes nos meios estudantis e de trabalhadores, que durou todo o período de clandestinidade da organização até 1971. Este tinha uma aparência bem simples e era distribuído em um número até sete vezes menor que o número de leitores. Cada pessoa que recebia as “Cartas” lia e passava adiante, em

---

<sup>164</sup> TRISTÁN, Eduardo Rey. Izquierda Revolucionaria Anarquista. In: **A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya 1955-1973**. Montevideo: Fin de siglo, 2006. p. 253.

<sup>165</sup> Ibid., p. 217.

<sup>166</sup> Ibid., p. 227.

<sup>167</sup> RODRÍGUEZ, Universindo; TRÍAS, Ivonne. **Gerardo Gatti: revolucionário**. Montevideu: Trilce, 2012. p. 24-29.

uma manobra que possibilitou a leitura de um só exemplar por até dez pessoas.

No início de 1971, o governo de Pacheco Areco revogou a medida que havia colocado a FAU na ilegalidade. Então, em uma “comunicación interna destinada exclusivamente a militantes y premilitantes” é assinalado que se faz necessário “preparar la publicación de um periódico de agitación, denuncia y orientación [...]”, e há na sequência do texto a orientação para que não se explicita que este impresso é o porta-voz da organização, bem como as características de formato e distribuição: “se distribuiría por los canales comerciales, procurando llegar especialmente a los sectores obreros, barriales y estudiantiles. Sería una publicación modesta, de lenguaje sencillo y tono popular.”<sup>168</sup> O grupo responsável pela publicação era a ROE. Assim nasceu *Compañero*. Foi veiculado quinzenalmente, salvo exceções em que saiu semanalmente, de abril de 1971 até meados de 1973.<sup>169</sup> Depois do golpe, com a nova perseguição contra as organizações de oposição ao governo de Juan María Bordaberry, uma parte dos militantes e líderes dessa organização se dirigiu ao exílio na Argentina, onde fundaram o Partido por la Victoria del Pueblo, em 1975, sob as mesmas lideranças: Gerardo Gatti e León Duarte.<sup>170</sup> Segundo Eduardo Tristán,

*Entre 1956 y 1975, el anarquismo organizado uruguayo sufrió una indudable evolución ideológica que le llevó a acercarse cada vez en mayor medida al marxismo, al punto de que algunos de sus miembros adoptaron éste como definición en 1976 con la creación de una nueva organización”, el Partido por la Victoria del Pueblo (PVP).*<sup>171</sup>

---

<sup>168</sup> MECHOSO, Juan Carlos. **Acción directa anarquista**. Una historia de FAU. Tomo IV. Montevideo: Ediciones Recortes, 2009. p. 159-162.

<sup>169</sup> Ver em TRISTÁN, Eduardo Rey. Izquierda Revolucionaria Anarquista. In: **A la vuelta de la esquina**: la izquierda revolucionaria uruguaya 1955-1973. Montevideo: Fin de siglo, 2006. p. 229; TRÍAS, Ivonne. **Hugo Cores**: pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008. p. 62.

<sup>170</sup> Tristán, op. cit., p. 235. Trías, op. cit. p. 63.

<sup>171</sup> Tristán, op. cit., p. 235.

Em 1976, vários destes militantes e líderes foram sequestrados, mortos ou desaparecidos em Buenos Aires. Em 1977, o *Compañero* voltou a ser publicado, só que desta vez do exterior – é a partir desta data que ele foi analisado na pesquisa. O responsável pela redação do jornal a partir deste período foi o professor de História e bancário Hugo Cores.<sup>172</sup> E o fez do exterior, onde se exilara depois de ser sequestrado, preso e posteriormente solto na Argentina. Parte desse exílio foi vivida em São Paulo. De onde saíam os jornais que denunciaram as violações reiteradas aos direitos humanos, praticadas pelos agentes das polícias e Forças Armadas do Uruguai. A confecção do jornal contou com o auxílio de outros militantes do PVP que o ajudaram na confecção e transporte do jornal até a fronteira com o Uruguai.<sup>173</sup> De 1977 até 1984, o jornal teve uma única seção que foi publicada com certa continuidade: “En pocas palabras”, que trazia notícias curtas. A abertura do regime provocou o encerramento do *Compañero* em 1984, já que a partir daquela data as lutas por justiça seriam realizadas através de outras instâncias.

---

<sup>172</sup> Trías, op. cit., p. 20-21.

<sup>173</sup> Em conversa informal com o militante do PVP Alberto Caetano, que também se exilou primeiramente no Brasil – tem um filho que nasceu no Brasil - e depois, devido ao sequestro e posterior prisão de Universindo Rodríguez e Lilian Celiberti, numa ação conjunta das polícias do Brasil e do Uruguai (ver REIS, Ramiro. Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970. *Estudios históricos*. N° 3. Dec/2009. Disponível em: <[http://www.estudioshistoricos.org/edicion\\_3/ramiro-reis.pdf](http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/ramiro-reis.pdf)>. Acesso em: 10/07/2012.), acabou por ir para a Europa – ele me relatou que alguns materiais escritos e os jornais, produzidos em formato pequeno – folha A4 dobrada ao meio – eram produzidos com serigrafia e transportados clandestinamente dentro de caixas de bombons, embalagens de coco seco, café e pequenos quadros, entre a tela e o papelão, até a fronteira com o Uruguai, onde militantes estavam esperando para distribuí-los no país.

## 2. Capítulo II - Os discursos nas denúncias de violência

Neste capítulo abordarei as notícias/denúncias publicadas nos jornais clandestinos para levantar as violências diversas que foram apresentadas nos jornais: torturas físicas e psicológicas, assassinatos, desaparecimentos, sequestros, situação precária de permanência nas prisões, excetuando as violências sexuais que serão analisadas no segundo capítulo, para observar as formas com que foram abordadas, no intuito de entender as motivações para tais publicações. E, ainda, levantar a apropriação, realizada pelos jornais, dos discursos de entidades e pessoas alheias aos princípios do socialismo ou do comunismo que estavam presentes nas denúncias. Algumas, inclusive, que em princípio, foram criticadas e até repudiadas pelos próprios jornais.

Entre o Brasil e o Uruguai é possível elencar algumas diferenças fundamentais, que acredito, influenciaram na forma como os redatores selecionaram as palavras, os termos e as expressões utilizadas em algumas das denúncias publicadas, conforme veremos abaixo. O Uruguai era um país de tradição democrática, tendo permanecido sem regimes autoritários durante toda a primeira metade do século XX.<sup>174</sup> Já para o Brasil, o século XX havia sido marcado pela ditadura de Getúlio Vargas entre os anos de 1937-1945.<sup>175</sup> Outro ponto que os distancia é a questão dos níveis educacionais. Na década de sessenta, no Brasil, o índice de analfabetismo estava próximo aos 40%.<sup>176</sup> No Uruguai, os índices eram tão baixos que Enrique Padrós afirma:

A existência de um qualificado sistema de ensino público que foi parte do substrato social que gerou uma cultura política marcada pela participação

<sup>174</sup> TRISTÁN, Eduardo Rey. **A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya 1955-1973**. Montevideo: Fin de siglo, 2006. p. 21.

<sup>175</sup> Sobre a ditadura de Vargas ver: FGV-CPDOC. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>>. Acesso em: 07/08/2012.

<sup>176</sup> PINTO, José Marcelino de Rezende (*et. al.*). **Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil**. p. 513. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/137/137>>. Acesso em: 07/08/2012.

política, inclusive dos setores sociais menos privilegiados. Sem dúvida, a educação pública e de qualidade esteve profundamente relacionada com o crescimento de uma cultura popular engajada e mobilizadora. Esse é um fato que não pode ser desconsiderado na hora de aferir a relação existente entre o grau geral de politização dessas sociedades e a brutal escalada posterior.<sup>177</sup>

E acerca das questões partidárias Constanza Moreira afirma,

As esquerdas brasileira e uruguaia evoluíram em contextos partidários e institucionais completamente distintos, que colocaram restrições e ofereceram oportunidades diferentes ao seu desenvolvimento político. Se no Uruguai a esquerda teve que lutar com uma alta integração do sistema político, para "encontrar seu lugar", no Brasil, enfrentou o desafio de configurar-se como partido, em um sistema político desarticulado e diante de uma cidadania refratária à política.<sup>178</sup>

Como foi apontado na introdução, há algumas semelhanças em relação às fases de repressão vividas nos dois países abordados por esta pesquisa, entre os anos de 1968 e 1985. Entretanto, a cronologia dos fatos apontam algumas diferenças. As datas dos golpes, por terem sido distintas, resultaram em circulação de exilados que se deu da seguinte forma: ao ter acontecido o golpe no Brasil em 1964, antes do golpe no Uruguai, que ocorreu em 1973, pessoas que se destacavam aqui, por sua atuação política, como Paulo Schilling, Leonel Brizola, e o ex-presidente João Goulart, ou ainda, militantes de organizações de

---

<sup>177</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional, Uruguay (1968-1985)*; do *Pachecato* à ditadura civil-militar. Tomo I. 2005. p. 144. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>178</sup> MOREIRA, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. *Revista Opinião Pública*. Vol.6. N° 1. Campinas. Abr/2000. p. 31. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v6n1/16919.pdf>>. Acesso em: 07/08/2012.

esquerda que estavam sendo procurados aqui como Flavio Tavares, foram para o país vizinho. Segundo Teresa Cristina Marques,

Dentre as ações políticas dos brasileiros durante o exílio, merece destaque a crítica e denúncia dos atos abusivos praticados pela ditadura militar no Brasil, por intermédio dos meios de comunicação uruguaios. O fato de estarem teoricamente livres da censura imposta pelos militares no plano interno, fez com que enxergassem a imprensa como uma das armas mais fortes contra o regime autoritário.<sup>179</sup>

Depois, quando aqui já havia abertura política, militantes uruguaios perseguidos vieram para cá e continuaram militando, como está escrito abaixo o exemplo de Daniel Santin, Hugo Cores e outros. Entre outras atividades, eles cuidaram da redação, impressão e transporte do jornal *Compañero* até a fronteira do Rio Grande do Sul.

As ditaduras implantadas nos países do Cone Sul se notabilizaram pelo uso da força contra os movimentos de oposição e resistência aos governos de exceção. No Brasil, a situação foi semelhante à vivida no país vizinho, o Uruguai, no que concerne à violência empregada pelos órgãos de repressão contra os suspeitos de crimes políticos, militantes de esquerda. Segundo Enrique Padrós,

A ditadura uruguaia (1973-1985) apresentou uma lógica de poder que se impôs sobre o conjunto da sociedade através de uma política de TDE (Terror de Estado) global que implementou múltiplos mecanismos coercitivos e de controle. Essa política de TDE visou a desmobilização política dos setores populares, a destruição das organizações e instituições pelas quais se manifestavam seus anseios e exigências, o

---

<sup>179</sup> MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Marcha e os exilados brasileiros no Uruguai: a oposição à ditadura militar através da imprensa. **Revista Territórios e Fronteiras**. Vol. 2. Nº 1. Jan-Jun/2009. Disponível em: <<http://www.pgghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/31/30>>. Acesso em: 14/06/2011. p. 3.

disciplinamento da força de trabalho e a imposição de uma nova ordem fundamentada nos princípios da DSN (Doutrina de Segurança Nacional) e das novas necessidades da economia internacional.”<sup>180</sup> (grifos meus)

Essa doutrina avançou ao mesmo tempo em que ocorreu o processo de ‘*pentagonização*’ dos exércitos da América Latina, a partir do ano de 1951, época em que a Lei de Segurança Mútua foi aprovada pelo congresso estadunidense, esta versava sobre a questão do fornecimento de materiais bélicos e assessoria militar através dos treinamentos oferecidos por agentes estadunidenses.<sup>181</sup> Segundo os autores Baumgartner, Matos e Mazzeo, “o Brasil adotou, aperfeiçoou e aplicou a DSN antes de qualquer outro país ao sul do Rio Bravo”, fruto notável de tais ações foi a realização do golpe contra o governo de João Goulart em 1964. Já no Uruguai, Padrós declara que

Embora o contato dos militares uruguaios com as teses da DSN remonte ao fim da Segunda Guerra, a orientação legalista e constitucionalista das Forças Armadas se manteve, apesar de alguns percalços, até meados da década de 1960. Porém, a partir de 1968, iniciou rápida mudança. Efetivamente, durante o governo de Pacheco Areco, o fator militar foi incorporado, gradualmente, ao projeto autoritário, mesmo que ainda de forma subordinada.<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional, Uruguay (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tomo I. 2005. p. 33. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>181</sup> BAUMGARTNER, José Luis; MATOS, Jorge Duran; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos: a história da repressão no Uruguai**. Ed. Tchê. p. 138-139.

<sup>182</sup> PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguia: doutrina e segurança nacional. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, jul/dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14/05/2014.



Ainda que haja algumas divergências entre autores acerca da utilização da Doutrina de Segurança Nacional no país vizinho, Baumgartner, Matos e Mazzeo mostram que a expressão “Segurança Nacional” já estava presente em um documento produzido pela *Junta de Comandantes en Jefe (JCJ)* e pelo *Estado Mayor Conjunto (ESMACO)*, denominado de Resolução Nº 1, em 15 de setembro de 1971. A partir disso houve início do processo que pôs os militares no centro do poder. O autoritarismo que já havia nos governos democráticos de Pacheco Areco e Bordaberry, aumentou significativamente, antes mesmo do golpe ocorrido em meados de 1973.<sup>183</sup>

As iniciativas de controle no Brasil da época, não eram fatos novos no cenário político. Ao contrário, o país tem um passado de políticas de coibição contra movimentos populares que comumente os criminalizou, como é possível observar nos embates de Canudos, Contestado, Revolta da Vacina, da Chibata, entre vários outros. As repressões, que também aconteceram nas ruas, durante manifestações públicas, foram institucionalizadas através da criação de órgãos “especializados” na “manutenção da ordem” e consequente cerceamento, de qualquer manifestação de contrariedade às medidas antidemocráticas, traduzido nas prisões, sequestros, desaparecimentos forçados, assassinatos e torturas de militantes e simpatizantes das organizações de esquerda.

O que se viu de novidade naquela conjuntura foi a criminalização de indivíduos de uma camada da população, a classe média, que até então permanecera fora da lógica repressiva cotidiana, que atingia comumente os pobres, os negros, as prostitutas etc, pessoas que já viviam marginalizadas. Como se deu então essa criminalização a ponto de tais indivíduos serem seviciados e assassinados? De acordo com Mariana Joffily, “a marginalização se dá pela via da doutrinação ideológica e pela construção social do sujeito “subversivo” e “terrorista”, tido como inimigo da nação, da família e dos valores cristãos.”<sup>184</sup>

Segundo Dreifuss, os Estados Unidos, por nutrirem interesses na política brasileira, devido à ameaça do “perigo comunista”, cooperou economicamente e com recursos humanos para a “capacitação” dos

<sup>183</sup> Baumgartner; Matos; Mazzeo, 1987, p. 141-148.

<sup>184</sup> JOFFILY. Mariana. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 2008. 349p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 259.

militares brasileiros. Estes foram treinados visando à segurança interna, na qual se praticava “operações e táticas de contraguerrilha, contra insurreição, informações e contrainformações, informação pública, guerra psicológica, assuntos civis e governo militar, controle de distúrbios em manifestações públicas e guerrilha na selva”.<sup>185</sup> Toda essa especialização foi posta em prática nos órgãos militares e policiais, como os citados a seguir, responsáveis pela prisão e interrogatório de suspeitos de crime político.

A Operação Bandeirantes (OBAN), criada em 1969, na cidade de São Paulo, e financiada por banqueiros e empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, bem como o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), criado um ano depois, também em São Paulo e que serviu de modelo para os DOI-CODI de outras cidades brasileiras, reuniram em seus quadros militares das três forças armadas e das polícias, no intento de aniquilar os grupos de resistência e oposição ao governo ditatorial, chamados então de “subversivos” e “terroristas”.<sup>186</sup> Havia, ainda, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) - órgão que permaneceu em funcionamento de 1924 até 1983, e era especialmente responsável por controlar a circulação de ideias e impôs “regras à sociedade em nome da justiça, da ordem e da segurança nacional”<sup>187</sup> - também conhecido por DOPS, e ficou famoso pela figura emblemática de Sérgio Fernando Paranhos Fleury, então delegado em São Paulo, conhecido pela truculência com que tratava os presos.

A rotina desses órgãos compunha-se pela procura e busca de suspeitos e posterior encaminhamento para interrogatório, que comumente era realizado sob as mais diversas modalidades de tortura, para que eles falassem sobre suas atividades políticas e de

---

<sup>185</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 81,115, 116.

<sup>186</sup> JOFILLY, Mariana. A margem da suspeita. Simpósio Nacional de História. 24. 2011. **Anais...** 12p. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299511009\\_ARQUIVO\\_ANPUH\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299511009_ARQUIVO_ANPUH_2011.pdf)>. Acesso em: 15/04/2012. p. 1-3.

<sup>187</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas: o Deops e as minorias silenciadas.** São Paulo: Estação Liberdade/SEC, 1997. 102p.

companheiros.<sup>188</sup> Sobre tais fatos, é importante lembrar o que Daniel Aarão Reis Filho afirma acerca da prática das torturas: “Já há muitos anos não é mais possível sustentar a metáfora dos “porões” para designar os “órgãos” repressivos. Eles atuavam na “sala de visitas” da Ditadura, pois a tortura era uma política de Estado”.<sup>189</sup> Mariana Jofilly relata que “Um general chegou ao cinismo de afirmar, numa entrevista, que o nome do órgão [DOI-CODI] era muito apropriado, porque “DOI” evoca dor”. E acrescenta que “médicos e enfermeiros avaliavam as condições físicas dos interrogados, para saber se podiam sofrer novas sevícias”. Sobre os torturadores ela declara: “os torturadores, por sua vez, tinham de se enquadrar a um determinado perfil psicológico. Tinham de ser necessariamente violentos, mas sempre mantendo certa dose de calma e frieza, pois ao contrário perderiam a “superioridade” em relação ao interrogado”.<sup>190</sup> Marilena Chauí acrescenta que

[...] depoimentos e memórias de torturados revelam que a marca fundamental da situação da tortura é a desumanização dos participantes: o torturador se coloca *acima* da condição humana e força o torturado a se colocar na situação *abaixo* da condição humana. O suplício não é a apenas a dor, é a humilhação cuja função primordial é a desumanização (grifos da autora).<sup>191</sup>

As organizações de esquerda, tendo a possibilidade de atingir o povo através da leitura dos periódicos, os utilizaram como forma de

<sup>188</sup> JOFILLY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios da Operação Bandeirante e do DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo, 2008. Tese de Doutorado. USP - FFLCH.

<sup>189</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto de; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru, São Paulo: Edusc, 2004. p. 42.

<sup>190</sup> JOFILLY, Mariana. Gritos no porão: por meio de tortura e assassinatos, a Oban ganhou a guerra contra a esquerda armada. **Revista de História** [online]. 14/06/2008. s/p. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/gritos-no-porao>>. Acesso em: 12/11/2009.

<sup>191</sup> CHAUÍ, Marilena. “Um regime que tortura”. In: ELOYSA, Branca. (Org.). **I Seminário do grupo Tortura nunca mais, depoimentos e debates**. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 33.

“educá-lo” - sob uma perspectiva leninista de “educar as massas no espírito da democracia consequente e do socialismo”- , <sup>192</sup> para que se engajassem na construção de um governo de viés popular e, sobretudo na luta contra a repressão e posteriormente pela democracia e anistia aos presos políticos. Uma das maneiras utilizadas para sensibilizar o povo foi a veiculação de denúncias no que diz respeito ao desrespeito aos direitos humanos como os sequestros, as torturas, as violações, os desaparecimentos forçados e os assassinatos aos opositores do regime. De maneira solidária, esses jornais também denunciaram as violências praticadas por governos golpistas em outros países da América Latina como a Argentina, o Chile, o Paraguai e a Bolívia, bem como traziam notícias dos países que estavam sofrendo invasão das grandes potências, como o Vietnã. Entretanto, é importante notar o que afirma Maria Aparecida Baccega sobre a mediação dos meios de comunicação presente no cotidiano:

As relações imagéticas estão carregadas da presença da mídia. Trata-se de um mundo construído pelos meios de comunicação, que selecionam o que devemos conhecer, os temas a serempautados para discussão e, mais que isso, o ponto de vista a partir do qual vamos compreender esses temas. Eles se constituem educadores privilegiados...<sup>193</sup>

Aliás, as exposições sobre as sevícias impingidas contra os militantes de organizações de esquerda eram parte importante da feitura dos jornais clandestinos, pois, estavam presentes em praticamente todos os números. No ano de 1970, há uma nota em A Classe Operária onde lemos: “as denúncias contra as torturas e os torturadores devem ser

---

<sup>192</sup> LENIN, Vladimir I. **Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/cap02.htm>>. Acesso em: 23/09/2010.

<sup>193</sup> BACCEGA, Maria Aparecida. A construção do campo comunicação/educação: alguns caminhos. In: Revista USP. N. 48. **Comunicação**. São Paulo: USP, CCS, dezembro/fevereiro 2000-2001. p. 19-31. pp. 21.

precisas, concretas, convincentes e pormenorizadas”.<sup>194</sup> Além de sensibilizar o povo contra o regime, era uma das maneiras de fazer chegar ao conhecimento dos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos as arbitrariedades cometidas pelos agentes do Estado. E não podia ser diferente. Conforme veremos no decorrer do texto, a força utilizada pelo governo no combate aos militantes de esquerda era incomparável à destes. Pouco confronto armado realmente existiu. Muitos foram forçados para justificar o assassinato dos opositores que aconteciam comumente nas sessões de tortura ou em fuzilamentos sumários, como foi visto no Massacre da Lapa<sup>195</sup>, onde tombaram três dirigentes do PCdoB.

## 2.1. Os discursos sobre as violências em A Classe Operária e no *Compañero*

Comumente o jornal clandestino brasileiro publicou notícias que denunciaram a aplicação de violência contra indivíduos em geral, sem que se lhes imputasse militância em alguma organização de esquerda, como a notícia a seguir: “Sucedem-se as prisões em massa de cidadãos, que são submetidos a torturas, quando não assassinados”.<sup>196</sup> Nesta breve exposição notamos que o redator utilizou a palavra cidadão, o que provavelmente todos eram de fato, salvo um ou outro estrangeiro que se comprometeu com as organizações de esquerda brasileiras. Porém, para o Estado muitos suspeitos eram apenas terroristas, como eram expostos nos cartazes espalhados pelas rodoviárias e outros lugares de aglomeração de pessoas. E, além do mais, como vimos no AI-14, havia a possibilidade das pessoas serem banidas devido à “guerra revolucionária”, como aconteceu a muitos que foram para o exílio e perderam a cidadania brasileira até a promulgação da Lei da Anistia. O termo “prisão em massa” dá a impressão de que não havia critério para se efetivar as prisões, ou seja, havia incompetência por parte da polícia que acabava por torturar e/ou assassinar tais presos.

---

<sup>194</sup> ABAIXO as torturas! **A Classe Operária**. 01 mar. 1970. Nº 39. p. 10. Disponível em: <[http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_386.pdf](http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_386.pdf)>. Acesso em: 22/07/2011.

<sup>195</sup> POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa**: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo, 1976. 3. ed. rev.. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 189.

<sup>196</sup> Id., 01 fev. 1969. p. 5.

Frequentemente o jornal denunciou os abusos dos órgãos repressivos ao falar das violências cometidas desta maneira: “em nome da chamada luta contra a subversão, prendem, torturam e assassinam”.<sup>197</sup> Foi comum nos dois países estudados acontecerem tais fatos. Hoje conhecemos bem os números assustadores do saldo de vítimas das ditaduras. Outra denúncia no mesmo número do jornal informou:

Crimes inomináveis são cometidos contra os adversários políticos nas cadeias e cárceres do país. Se os presos não aceitam as acusações ou repelem as brutalidades dos esbirros da polícia e do Exército, são submetidos a vexames e torturas que revelam bestial sadismo. Com verdadeira sanha fascista os carcereiros procuram quebrantá-los fisicamente, abatê-los moralmente e fazê-los capitular. E não são poucos os que têm pago com a vida sua resistência heroica.<sup>198</sup>

Como foi explicado acima, a tortura era realizada, comumente, para a obtenção de informações sobre outros militantes das organizações, o que fica claro nesta notícia. Mas havia o interesse, também, de desmoralizar o indivíduo, fazê-lo desistir de lutar contra o governo. No entanto, o redator - que certamente escrevia para fazer circular as denúncias entre outros companheiros e simpatizantes que pudessem aderir ao combate contra o governo -, não se utilizou da vitimização, mas valorizou a resistência das pessoas que não cediam mediante a violência sofrida e se sacrificaram pela causa, chamando-os de heróis.

Já os policiais torturadores foram desqualificados quando chamados de esbirros, pois, segundo o dicionário da língua portuguesa, esta palavra vem do italiano e significa “empregado menor dos tribunais”, e, mais, chama-os de sádicos, que tem alguma relação com o fascismo, regime que se aliou ao nazismo na II Guerra Mundial, logo, associava os policiais com adjetivos negativos, relativos à pequenez dessas pessoas. A denúncia demonstrou, também, que por mais vil que

---

<sup>197</sup> Id., 01 dez. 1967. p. 1.

<sup>198</sup> SOLIDARIEDADE aos presos políticos. **A Classe Operária**. 01 fev. 1969. Nº. 27. p. 8. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_375.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_375.pdf)>. Acesso em: 07/2010.

fosse o tratamento dos presos pelos policiais, embora os últimos estivessem em posição superior de força, ainda assim, recebiam resistência por parte dos presos, porque não eram presos comuns, mas “adversários políticos”.

Ao estudar todos os números do jornal A Classe Operária, do PCdoB, foi possível constatar que a expressão “vexames e torturas que revelam bestial sadismo” foi normalmente utilizada para denunciar violências que envolvias abusos sexuais, tanto sofrido pelos homens quanto pelas mulheres.<sup>199</sup> Ainda nesta notícia vemos que o redator utilizou substantivos escritos no gênero masculino, mas dito como universal, uma vez que não falou de mulheres, embora saibamos que elas sofreram as mesmas sevícias. É pertinente ainda apontar que, nesta notícia, quando o redator disse: “Crimes inomináveis são cometidos contra os adversários políticos nas cadeias”. Podemos ver que há a referência à violência praticada contra “adversários políticos”, os militantes de oposição ao governo. Algo específico.

Entretanto, quando os jornais alardearam que “cidadãos” estavam sendo presos, pode ter sido com a intenção de chamar a atenção das pessoas para a possibilidade de qualquer um, do conjunto da população, que contrariasse o governo poderia sofrer retaliações por parte dos órgãos de repressão.

O jornal Compañero, do PVP, publicou a seguinte nota: “Que el enemigo es capaz de cualquier atrocidad bien sabemos como P.V.P., con decenas de compañeros desaparecidos, asesinados o presos”.<sup>200</sup> Aqui, o responsável pela escrita da notícia relatou que dezenas de militantes do seu partido estavam “*desaparecidos, asesinados o presos*”. Dizer que quem estava sofrendo violência eram os militantes foi prática comum na grande maioria dos números dos jornais Compañero pesquisados durante este estudo. É provável que tais iniciativas tenham relação com as características das populações dos dois países em questão, como os índices da educação, da sindicalização, enfim, da politização.

No Brasil, ao contrário, resguardava-se, comumente, a militância política, ao empregar-se substantivos mais genéricos como cidadãos, patriotas, conforme pudemos observar acima. Por toda essa realidade

---

<sup>199</sup> NASCIMENTO, Mirian Alves. **A imprensa alternativa e a violência contra mulheres nas ditaduras militares do Brasil e Chile (1964-1989)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e licenciatura em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 9.

<sup>200</sup> ¡ABAJO la dictadura! ¡Viva el 1º de Mayo! **Compañero**. Montevideú. 1º may 1978. N.º. 64. p. 1.

brasileira tornou-se possível a existência de cartazes contendo fotos de militantes com os dizeres “Terroristas procurados, ajude a proteger sua vida e a de seus familiares, avise à polícia”, que foram espalhados em várias cidades a partir de agosto de 1969<sup>201</sup>. Semelhantes aos da imagem abaixo:



Imagem: “Terroristas procurados” com fotos de militantes de esquerda.<sup>202</sup>

Tal propaganda certamente foi pensada a partir da publicização dos discursos acerca dos militantes de esquerda realizados pelos aparelhos ideológicos do Estado, anteriormente e durante o período, que resultou em medo, na população em geral, sobre os “comunistas”. Pois, segundo Mariana Joffily

<sup>201</sup> JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 2008. 349p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 160.

<sup>202</sup> TERRORISTAS procurados. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=26432>>. Acesso em: 18/05/2014.



O poder constituído lutava, então, contra um novo tipo de adversário: o “inimigo interno”, entidade nascida no âmbito da Guerra Fria, quando o bloco capitalista (liderado pelos EUA) opunha-se ao bloco socialista (liderado pela União Soviética) e uma nova modalidade de guerra, a “guerra revolucionária”, colocava em campos opostos cidadãos de um mesmo país. O “subversivo”, ou “terrorista”, era considerado um elemento extremamente perigoso.<sup>203</sup>

Como exemplo dessa situação, cito um pequeno trecho do prefácio de “O fantasma da revolução brasileira” no qual Marcelo Ridenti recorda que certa vez, em sua casa, a mulher que trabalhava de empregada doméstica entrou “*apavorada, gritando que os comunistas tinham invadido o Brasil*” e que só ficou sossegada quando a informaram que “*os carros vermelhos e os soldados na rua eram do corpo de bombeiros*”.<sup>204</sup> Onde essa pessoa tinha aprendido acerca dos comunistas? Na escola? Na igreja? Na televisão? Ou na sua comunidade? Não temos como saber. Mas uma coisa é certa, tinha ouvido falar dos comunistas em algum momento e para ela eles eram “perigosos”, capazes de pelo menos causar pânico em uma pobre mulher. Assim, se justifica o fato de que algumas vezes os redatores tentassem “maquiar” um pouco as denúncias acerca das violências praticadas contra militantes, fazendo-os passarem por “pessoas comuns”, procurando inverter o alvo do medo da população em geral. Ao invés de temerem os comunistas, deveriam temer os militares, os policiais torturadores e assassinos.

No fragmento de notícia a seguir vemos que o redator especificou a ocupação dos que estavam sofrendo com as ações do governo: “[...] suspensões maciças de estudantes e professores, prisões e torturas,

---

<sup>203</sup> JOFFILY, Mariana. Gritos no porão: por meio de tortura e assassinatos, a Oban ganhou a guerra contra a esquerda armada. **Revista de História** [online]. 2008. s/p. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/gritos-no-porao>>. Acesso em: 12/11/2009.

<sup>204</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. P. 16-17.

perseguições indiscriminadas [...]”<sup>205</sup>. É possível inferir aí que o uso das palavras “estudantes e professores” fez-se de maneira proposital com o objetivo de criar no público empatia com a causa, uma vez que pessoas ligadas à intelectualidade, que estudavam e ensinavam, estavam sendo afastadas das suas atividades e padecendo torturadas. Logo, não eram “bandidos” nem “terroristas” que estavam sofrendo nas mãos de policiais torturadores.

Esse mesmo periódico comumente noticiou as violências contra seus militantes, deixando claro sua condição de opositor do governo apenas quando estes já estavam presos em presídios, já tendo sido julgados pela Justiça Militar ou mortos, pois assim não ofereciam o risco de seus companheiros sofrerem dano maior pela confirmação do engajamento político. Eis a notícia sob o título “Banditismo da ditadura”:

Agora, os atentados à pessoa humana são mais frequentes e bárbaros do que antes. Recentemente, foi assassinado no DOPS de Belo Horizonte o sargento da Aeronáutica João Lucas Alves. O laudo cadavérico que chegou à Justiça militar informava que a causa mortis fôra provocada por “asfixia mecânica” e que, no corpo do sargento, “foram constatados arrancamentos de unhas com esmagamentos de outras”, além de “escoriações e equimoses em várias partes do organismo”.<sup>206</sup>

No trecho acima podemos notar que o redator do jornal trouxe detalhes da morte do sargento João Lucas Alves, sublinhou inclusive o termo causa mortis, certamente para chamar mais a atenção do leitor. Ficou claro que houve a intenção de mostrar que após o AI-5 o tratamento dos militares dispensados aos suspeitos de militância política mostrou-se mais atroz. Quando mencionou que “os atentados à pessoa humana são mais frequentes e bárbaros do que antes” distanciou seus algozes da humanidade e aproximou-os de uma condição desumana, pois parece incompatível que seres da mesma espécie se tratem dessa maneira, ao violar os direitos mais elementares do ser humano, o direito a vida e a

---

<sup>205</sup> NADA salvará a ditadura. **A Classe Operária**. 01 mar. 1969. N°. 28. p. 4. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_376.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_376.pdf)>. Acesso em: 7/2010.

<sup>206</sup> Id., 01 abr. 1969. p. 10.

integridade física. O título “Banditismos da ditadura”, bem apropriado, já infere certa distância entre os responsáveis pela ditadura e os que foram perseguidos por eles. Ainda a respeito da vítima, nota-se que era um sargento, fato que provocava ainda mais da fúria de seus algozes, pois entre os militares era um traidor da “classe”.

Outra notícia que demonstra a crueldade com que militares trataram presos políticos é a que segue:

Em toda parte, as Forças Armadas e a polícia recorrem aos métodos mais requintados e sádicos para arrancar confissões dos detidos. Um dos presos em Salvador relatou perante o juiz-auditor os maus tratos sofridos: além dos choques elétricos, penduraram-no numa árvore com a ponta dos pés mal atingindo o solo, o que o obrigava a tremendos esforços para suportar o suplício. Outro prisioneiro, no Rio, um economista, ficou cinco dias em estado de coma. Os policiais, que o torturaram, subiam numa mesa e pulavam sobre o seu corpo imobilizado no chão. Quebraram-lhe várias costelas e uma clavícula. Dias depois, a polícia informava cinicamente à imprensa que o preso teria tentado suicidar-se atirando-se sob as rodas de um caminhão. Em São Paulo, repetiram-se as brutalidades, sobretudo contra os militares acusados de atividade subversiva. Diz-se que um deles morreu na prisão.<sup>207</sup>

Neste fragmento de texto pudemos observar que o redator se referiu, na maioria dos casos, às vítimas das violações como “presos”, informou que um deles era economista, alguém que estudou. Informou, ainda, que a polícia criou uma “cena” para justificar os resultados das torturas no corpo do prisioneiro. E que, dentre os inimigos do governo militar, os que sofriam sevícias mais terríveis foram os militares dissidentes.

Apesar da denúncia acima trazer os casos de homens que sofreram torturas, A Classe Operária, em outras edições, publicou casos de violência contra mulheres. Denunciou a morte, em detalhes, de Helenira Resende, estudante que militou no Araguaia e que é

---

<sup>207</sup> Id., 01 set. 1975. p. 3.

denominada de Elenira Machado na notícia, talvez devido ao uso de codinomes, conforme vemos abaixo:

Caiu bravamente. Cercada por tropas da reação, não se amedrontou. Recebeu uma rajada de metralhadora nas pernas e verteu muito sangue. Assim mesmo atirou quanto pode nos que se aproximavam. E acertou no alvo. Depois foi agarrada. Como prisioneira, sua vida devia ser respeitada. Embora gravemente ferida, tinha possibilidade de restabelecer-se. No entanto, os bandidos fardados trataram de liquidá-la utilizando a tortura. Queriam que falasse. Elenira gritou-lhes na cara: “Os companheiros me vingarão”. Assassinaram-na bestialmente. Este crime das Forças armadas nunca será olvidado.<sup>208</sup>

O assassinato de militantes como Helenira, que já estava em condição de prisioneira, foi recorrente nas ditaduras pesquisadas. Isso demonstra que não se respeitou as legislações internacionais em relação a prisioneiros de guerra. Pois desde 1864, a Convenção de Genebra, “inaugura o que se convencionou chamar *direito humanitário*, em matéria internacional; isto é, o conjunto de leis e costumes da guerra, visando minorar o sofrimento de soldados doentes e feridos [...]”, segundo Fábio Konder Comparato.<sup>209</sup> Embora ela tenha sido assinada apenas por nações europeias, a partir daquela data não se voltou atrás nesse assunto. Ao contrário, as convenções que se seguiram evoluíram nas especificidades de crimes de guerra bem como no combate a eles e o número de países que aderiram a elas aumentou consideravelmente. No entanto, deve-se levar em conta que, apesar de em algumas ocasiões as Forças Armadas terem se comportado como se houvesse uma guerra interna, como nos episódios de ataques à guerrilha do Araguaia, nos quais lutaram até 20 mil soldados contra menos de cem militantes, na verdade houve verdadeiros massacres contra cidadãos que se opunham ao regime que cerceou todas as liberdades democráticas. Pois até o golpe, alguns desses militantes exerceram cargos públicos conquistados através das urnas, resultado da vontade de parcelas da população, não

---

<sup>208</sup> Id., jan. 1974. p. 7.

<sup>209</sup> COMPARATO, Fábio Konder. **Convenção de Genebra**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/gen1864.htm>>. Acesso em: 19/08/2013.

ascenderam à representação popular por nenhum tipo de golpe.<sup>210</sup> Ainda que algumas organizações defendessem a Revolução do Proletariado.

A notícia do periódico *Compañero*, publicada em 1978, sob título: “¡Abajo la dictadura! Viva el 1° de Mayo!” dizia assim:

*Muchos de los hombres y mujeres que contrubuyeron a la forja del movimiento obrero uruguayo hoy se encuentran presos, muertos o desaparecidos. Tal es el caso de los compañeros Gerardo Gatti, León Duarte, Hector Rodriguez, Gerardo Cuestas, Washington Rodriguez Beletti y Vladimir Turiansky.*<sup>211</sup>

É importante notar que na citação acima o redator, ao denunciar prisões, mortes e desaparecimentos o fez incluindo “*hombres y mujeres*”, e acrescenta que ambos “*contrubuyeron a la forja del movimiento obrero uruguayo*”, uma mostra das origens políticas do *Partido por la Victoria del Pueblo*, que se deu no movimento anarquista - que entre outras demandas, defendia a igualdade entre mulheres e homens – conjuntamente com o movimento sindical que sofreu reestruturação através de iniciativas da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU).<sup>212</sup> Entretanto, nesta notícia, apesar de falar de mulheres, não há menção dos nomes delas, ainda que algumas já estivessem sofrendo prisões, mortes ou desaparecimentos forçados. Mas a omissão dos nomes das

---

<sup>210</sup> Alguns políticos cassados, desaparecidos ou mortos: Deputado Federal pelo PTB – em 1962, Rubens Beirodt Paiva, ver em: TORTURA NUNCA MAIS. **Rubens Beirodt Paiva**. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=326>>. Acesso em: 19/08/2013. Deputado Federal pelo PCB – em 1945, Maurício Grabois, ver em: TORTURA NUNCA MAIS. **Maurício Grabois**. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=306&Pesq=Maur%EDcio%20Grabois>>. Acesso em: 19/08/2013. Deputado Federal pela coligação PCB-PSP – em 1947, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, ver em: TORTURA NUNCA MAIS. **Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar**. Disponível em: <<http://www.torturanunca-mais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=177&Pesq=Pedro%20Pomar>> Acesso em: 19/08/2013.

<sup>211</sup> ¡ABAJO la dictadura! ¡Viva el 1° de Mayo! **Compañero**. Montevideú. 1° may 1978. Nº. 64. p. 4 e 5.

<sup>212</sup> TRISTÁN, Eduardo Rey. **A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya 1955-1973**. Montevideú: Fin de siglo, 2006.p. 200-207.

mulheres não era regra nas páginas do órgão de imprensa do PVP, como vemos na seguinte denúncia, sob o título “24 de mayo de 1976: aniversario de dolor y de coraje” - que ganhou destaque ao estar junto a duas imagens, raras neste tipo de publicação, e circuladas em preto:

*El 18 de mayo se cumplen dos años del secuestro y asesinato en Buenos Aires de Michelini, Gutierrez Ruiz, Barredo y Whitelaw. Hacía apenas un mes que había aparecido el cuerpo acribillado de nuestra compañera Telba Juárez y, apenas unos días antes, da desaparición de Eduardo Chizzola y Ary Cabrera. La criminal colaboración represiva entre la dictadura uruguaya y a la Junta Militar argentina iba a alcanzar su apogeo en esos meses trágicos de 1976.*<sup>213</sup>

A publicação deste número do jornal, a primeira da segunda fase, realizada propriamente pelo PVP, no mês de maio de 1978, foi aproveitada para a realização de uma pequena retrospectiva de crimes praticados neste fatídico mês, em 1976, dois anos antes, na capital argentina, onde houve várias quedas de militantes da esquerda uruguiaia, especialmente do Partido por la Victoria del Pueblo, que prosseguiram com a militância a partir do país vizinho, inclusive com a produção de periódicos.<sup>214</sup> Lembrou-se da presença de muitas pessoas no funeral de Michelini: “Esse día, venciendo el terror y el silencio que queria imponer la ditadura, vários miles de hombres y mujeres de nuestro pueblo, desafiando a la ditadura [...]” e comparou-se ao número de pessoas que participaram da greve geral de 1973, elogiando-as por sua coragem contra a ditadura, sem deixar de incluir os homens e as mulheres.

A notícia ainda mencionou a cooperação entre as polícias da Argentina e Uruguai e falou do modo como foi morta a militante, que

---

<sup>213</sup> ¡ABAJO la dictadura! ¡Viva el 1º de Mayo! **Compañero**. Montevideú. 1º may 1978. Nº. 64. p. 5.

<sup>214</sup> SANTIN, Ruben Daniel. **Entrevista**. Concedida a Mirian Alves do Nascimento. Montevideú, Uruguai, 09/05/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

teve seu corpo *acribillado*, logo, foi muito ferido, perfurado.<sup>215</sup> No pé da página, dentro da mesma linha de destaque ainda vemos: “A los compañeros Micheliní, Gutiérrez Ruiz, Barredo y Whitelaw les decimos ¡presente! En sus vidas inmoladas nuestro homenaje a todos los que han caído luchando en estos duros años de dolor [...]”.<sup>216</sup> Os últimos sobrenomes eram de um casal uruguaio que foi sequestrado de sua casa, em Buenos Aires, juntamente com três crianças pequenas, a de mais idade, com quatro anos, era filha de Rosário Barredo e do ex-marido, as outras, filhas de Willian Whitelaw, tinham dezoito e dois meses, respectivamente, por ocasião da subtração dos militantes, em 13 de maio de 1976. Seus corpos foram encontrados 8 dias depois do sequestro, dentro de um automóvel, junto aos dos ex-legisladores Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz.<sup>217</sup>

No mesmo número do jornal há uma notícia sob o título “*Gestiones por la vida y la libertad de Elena Quinteros*”, publicada em uma sessão que traz destaques internacionais, com o seguinte texto:

*La señora Mariádel Carmen Almeida, madre de nuestra compañera Elena Quinteros, se encuentra hoy en Venezuela haciendo gestiones por su hija. Elena Quinteros es la joven maestra secuestrada por militares uruguayos luego de haberse asilado en la Embajada de Venezuela el 24 de junio de 1976, motivo por el cual ese país rompió relaciones diplomáticas.*<sup>218</sup>

Vemos que o texto acima trouxe várias informações, especialmente acerca da arbitrariedade do regime ditatorial uruguaio, que praticamente não se diferiu de seus pares no Cone Sul, ao desprezar acordos internacionais em relação aos direitos humanos. E, especificamente neste caso, sobre questões de diplomacia no que tange ao espaço territorial ocupado por embaixadas, ao sequestrar a professora

---

<sup>215</sup> Segundo o Dicionário de la lengua española da Real Academia Española, *acribillar*: hacer muchas heridas o picaduras a una persona.

<sup>216</sup> **Compañero**, loc. cit.

<sup>217</sup> PRESIDÊNCIA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI. **Máximo Fernando Agustín Whitelaw Barredo**. 26/04/2013. Disponível em: <[http://sdh.gub.uy/inicio/documentos/fichas\\_personales\\_ninos\\_y\\_adolescentes/whitelaw\\_barredo\\_maximo\\_fernando\\_agustin](http://sdh.gub.uy/inicio/documentos/fichas_personales_ninos_y_adolescentes/whitelaw_barredo_maximo_fernando_agustin)>. Acesso em: 13/05/2014.

<sup>218</sup> **Compañero**, op. cit., p. 6.

Elena Quinteros,<sup>219</sup> que estava presa sob domínio da polícia uruguaia, conseguiu se desvencilhar dos policiais, adentrara a embaixada venezuelana e pediu asilo político. Porém, foi retirada de lá por policiais uruguaios, contrariando funcionários da embaixada que a haviam recebido. Fato que se tornou em um incidente diplomático e resultou no rompimento de relações entre os dois países. Para a polícia uruguaia, ao que pareceu, a prisão e o posterior desaparecimento da militante do PVP era mais importante que a relação diplomática com a Venezuela – país que não estava sob domínio ditatorial na época.<sup>220</sup>

Na edição de setembro de 1979,<sup>221</sup> a capa do *Compañero* trouxe fotos de vários militantes desaparecidos, mulheres, homens e crianças abaixo da palavra “desaparecidos”, escrita em fonte de tamanho grande. No interior do jornal, as fotos de cada um com um texto curto com informações como idade, família, profissão, organização a que pertencia e as informações acerca do sequestro ou desaparecimento.

Além de todas as declarações acerca dos desaparecimentos, outra imagem, vejamos abaixo, me chamou a atenção. E ela esteve presente em mais de uma edição - inclusive em uma capa em 1978 -<sup>222</sup>, geralmente quando foi tratado do tema dos desaparecidos. Nela há duas figuras que pelos traços de gênero da época me parecem de mulheres, uma vez que os cabelos mais compridos estão contrastando com a figura da pequena imagem que está na mão de uma delas e parece ser de um homem, de cabelos curtos. Apesar do “progressismo” do jornal em várias frentes, a publicação da imagem reforça a construção do gênero das mulheres como sofredoras, frágeis, como as que foram protagonistas nas denúncias contra os desaparecimentos, as que foram vítimas dessa modalidade de violação dos direitos humanos enquanto expectadoras do que aconteceu aos homens, quando sabemos que muitas mulheres também desapareceram<sup>223</sup>, e homens também reclamaram sua ausência. Mas o uso dessa imagem no jornal talvez sensibilizasse mais os leitores,

<sup>219</sup> BAUMGARTNER, José Luis; MATOS, Jorge Duran; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos: a história da repressão no Uruguai**. Ed. Tchê. p. 145.

<sup>220</sup> LANDER, Edgardo. Venezuela: conflito social em um contexto global. In BENEDITO, Flávio (Org.). **Venezuela: temas contemporâneos**. São Paulo, 2011. p. 7-10. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/65432081/VENEZUELA-TEMAS-CONTEMPORANEOS>>. Acesso em: 12/07/2012.

<sup>221</sup> DESAPARECIDOS: ¡En esta lucha no vamos a aflojar! **Compañero**. Montevideu. Set. 1979. Nº 75. 33p.

<sup>222</sup> Id., 1º set. 1978. Capa.

<sup>223</sup> Como o caso de Elena Quinteros, já comentado anteriormente, para citar apenas um.



pois mostrava uma mãe e talvez uma irmã ou uma esposa com semblante entristecido, pesaroso, e dava a nítida dimensão da tragédia provocada pelos governos no seio das populações. Famílias desfalcadas, “mulheres desamparadas”. E evocava o direito “sagrado” das mães de ter seus filhos de volta.



Imagem: mulheres.<sup>224</sup>

As denúncias a respeito das violências praticadas contra os opositores do regime de exceção serviram para legitimar esta oposição, pois não havia racionalidade que justificasse as atrocidades impingidas pelos policiais e demais militares que aconteciam reiteradamente no interior de delegacias, quartéis, casas clandestinas de torturas, prisões, entre outros espaços em que se aplicavam sevícias contra suspeitos de crimes políticos. E as exposições da desaprovação desses atos desumanos por alguns organismos internacionais foi uma forma

---

<sup>224</sup> DESAPARECIDOS: la lucha continua. **Compañero**. Montevideú. Jun. 1980. Nº. 77. p. 14.

encontrada pelos órgãos de imprensa de esquerda, para sensibilizar pessoas que tivessem contato com o jornal, no intuito de que também se posicionassem a respeito do assunto. Exemplo dessa iniciativa podemos ver no Compañero. Sob o título “La OIT exige explicaciones al gobierno: citan al ministro de trabajo a dar la cara en Ginebra”, a notícia aponta:

*Otro de los ámbitos donde se le están complicando las cosas a la dictadura es en la OIT. Frente a las múltiples denuncias de atropellos a las libertades sindicales, de persecución, de tortura, prisión y desaparición de dirigentes, la OIT ha hecho reiteradamente pedidos de información al gobierno y (ilegível) al país, que se repitieron en 1974 y 1976, sobre la situación sindical.*<sup>225</sup>

Assim, a partir de tais informações, poderia gerar entre os leitores, a certeza de que a situação de terror deveria ser denunciada, pois só dessa maneira ela poderia ser mudada uma vez que o mundo exterior, ao conhecer os terrores institucionalizados dos governos ditatoriais – perseguição, tortura, prisão e desaparecimento de dirigentes sindicais – se solidarizaria e exerceria pressão contra o governo.

O periódico A Classe Operária também se valeu desse recurso para ganhar adesão de possíveis militantes e também a simpatia de vários grupos, como vemos no texto sob o título “Abaixo as torturas!”, que segue,

Os jornais noticiaram: “Civilitá Católica”, periódico jesuíta que normalmente reflete o pensamento do Vaticano, publicou recentemente um trabalho que intitula de “Livro Negro sobre o Brasil. Trata de denúncias sobre violências e torturas impostas aos presos políticos no Brasil. Outra notícia, também publicada na imprensa legal: o “Comitê para a paz” da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, condenou as “violências cometidas contra os prisioneiros políticos num

---

<sup>225</sup> Id., 1º may. 1978. p. 6.

país católico como o Brasil”. Jornais divulgaram que a Associação Cultural Amigos da França, de Buenos Aires, enviou nota à embaixada brasileira na capital argentina, pedindo que esta interceda em favor da vida de Apolônio de Carvalho, combatente da revolução nacional-libertadora de 1935, da guerra da Espanha contra o fascismo e da Resistência Francesa contra os nazistas, que está sendo submetido a bestiais torturas em mãos dos esbirros da ditadura, na Guanabara. O jornal francês “Le Monde” noticiou que inúmeros patriotas estão sendo torturados brutalmente nas masmorras da polícia política e em quartéis do Exército, e que, inclusive, fora assassinado o escritor Mário Alves. Um jornalista sueco, na capital da Inglaterra, diante das afirmações do embaixador brasileiro em Londres, negando a existência de torturas nos cárceres de nosso país, pediu a constituição de um Comitê Internacional para investigar a veracidade das inúmeras denúncias de sevícias a que estão submetidos os presos políticos.<sup>226</sup>

Assim como a notícia publicada por Compañero logo acima, com especial destaque no jornal através da colocação de uma imagem e de título escrito em um tamanho de fonte grande se levarmos em conta o formato reduzido do jornal, a publicação acima também está em realce. Foi publicada no que seria a contracapa ou última página, com o título escrito em tamanho grande. É notável neste texto, que A Classe Operária buscou legitimidade para suas publicações, suas denúncias. Neste caso especialmente, acerca das violências praticadas pelas forças de segurança do Estado contra presos acusados de crimes políticos.

O redator fez isso através de dois caminhos, o primeiro ao utilizar “os jornais noticiaram”, numa alusão à imprensa legal. Mostraram assim, que não estavam sozinhos. O segundo caminho foi trazer para dentro do jornal informações, trazidas pelos jornais legalizados, sobre opiniões de setores da Igreja Católica: “o “Civilitá Católica”, periódico jesuíta que normalmente reflete o pensamento do Vaticano, publicou

---

<sup>226</sup> ABAIXO as torturas. **A Classe Operária**. 01 mar. 1970. Nº 39. p. 10. Disponível em: <[http://www.fimauciciograboais.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_386.pdf](http://www.fimauciciograboais.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_386.pdf)>. Acesso em: 22/07/2011.

recentemente um trabalho que intitula de “Livro Negro sobre o Brasil.” E continua: “trata de denúncias sobre violências e torturas impostas aos presos políticos no Brasil.” E não para por aí. Na sequência está escrito: o ‘Comitê para a paz’ da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, condenou as “violências cometidas contra os prisioneiros políticos num país católico como o Brasil’.

É compreensível que tenha sido feita tal manobra em um momento que as organizações de esquerda necessitavam de novos militantes, já que o país continha uma população de maioria católica - segundo o IBGE, na década de 1970 havia um total de 91,8% de católicos.<sup>227</sup> Acerca desses destaques podemos levantar mais algumas questões. A partir da década de 1950 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fomentou a interação da Igreja com os assuntos de ordem social, ampliada posteriormente a partir das resoluções tomadas pelo Concílio Vaticano II, ocorrido entre os anos de 1963 e 1965. Entre as decisões deste concílio, uma das mais significativas foi a de conclamar “os cristãos a serem vanguarda na luta social”, no entanto, haviam ressalvas pró obediência aos poderes constituídos, nada mais apropriado para uma instituição altamente hierarquizada.

Segundo Angelo Gonçalves, “se por um lado a Igreja brasileira realmente estava preocupada com a miséria do povo e com a corrupção política, por outro lado ela também via na ação social uma forma de se combater os comunistas”, pois sua visão destes era de que “se aproveitavam do sofrimento do povo para proliferar sua ideologia, portanto, a promoção de reformas sociais pacíficas seria uma forma de combate aos que queriam promover uma revolução comunista no país”.<sup>228</sup>

É desse período o surgimento de alguns setores, especialmente os jovens fiéis da igreja, favoráveis às lutas do povo por melhores condições de vida, originando as pastorais, as Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo, aparelhados com o discurso que se conhece até hoje

---

<sup>227</sup> AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos avançados**. Vol.18. Nº 52. São Paulo. Set./Dec., 2004. p. 113. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009)>. Acesso em: 16/07/2012.

<sup>228</sup> GONÇALVES, Angelo Barreiro. A igreja católica e o golpe de 1964. **Akrópolis** – Rev. de Ciências Humanas da UNIPAR. Vol. 12. Nº 1. Jan./mar., 2004. p. 50. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/390/355>>. Acesso em: 16/07/2012.

como a Teologia da Libertação.<sup>229</sup> E, “quando ocorreu o golpe, ainda eram restritas as áreas da Igreja que haviam alcançado essa sensibilização social e a grande maioria da hierarquia acabou “fechando” com o golpe”. Prova disso é que “alguns bispos e padres” chegaram, “inclusive, ao extremo de denunciar aos militares membros do próprio clero e leigos, acusando-os de serem parte do “perigo comunista”.<sup>230</sup> “A partir de 1964, a repressão dos militares atingiu diretamente os membros da Ação Católica, que se viram abandonados pela CNBB, com exceção de Dom Hélder Câmara, Dom Candido Padim, Dom José Maria Pires e outros poucos, que munidos de muita coragem, agiram por conta própria.”<sup>231</sup> Sobre tal situação é oportuno lembrar que A Classe Operária publicou a nota que vem a seguir:

Enquanto mentores da Conferência Nacional dos Bispos confraternizavam com os governantes fascistas e, de certa maneira, procuravam encobrir os crimes da ditadura, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, cujo prestígio ultrapassa as fronteiras do país, denunciava corajosamente, no exterior, as violências cometidas pelos militares no Brasil. Em grandes atos públicos, em importantes cidades da Europa, apresentou fatos incontestáveis sobre a política terrorista da ditadura, que mantém em seus cárceres milhares de milhares de presos políticos, que tortura e sevicia todos os que lhes caem nas

---

<sup>229</sup> “A Teologia da Libertação, como ficou conhecida posteriormente, propunha reflexões um tanto subversivas aos olhos militares, e seu ideal de libertação atingiu não só a liturgia e os grupos de oração, mas também abrangia propostas exteriores, sugerindo mudanças na vida material das pessoas. Um desses trabalhos foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 para atuar na defesa dos pequenos proprietários e posseiros frente aos grandes latifundiários da Região Norte. Dessa Comissão originou-se o atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizado e ativo desde meados da década de 1980”. Ver em SOUZA, Sara Cristina de. Igreja Católica, política e moral durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). **Revista Aulas.** Dossiê Religião. N° 4. abr-jul/2007. p. 3. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4\\_21.pdf](http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_21.pdf)>. Acesso em: 16/07/2012.

<sup>230</sup> Gonçalves, op. cit., p. 52-53.

<sup>231</sup> Gonçalves, op. cit., p. 51.

garras, assassina com requintes de crueldade inúmeros patriotas.”<sup>232</sup>

Pela posição privilegiada que ocupava, o arcebispo pode denunciar “corajosamente, no exterior, as violências cometidas pelos militares no Brasil”. E o jornal aproveitou para mais uma vez denunciar os constrangimentos físicos e psicológicos, pelos quais estavam passando os presos políticos. Porém, lembremos que algumas autoridades eclesiásticas sempre mantiveram bom relacionamento com os militares por serem anticomunistas, como D. Eugênio Salles, falecido recentemente.<sup>233</sup> O órgão de imprensa do PCdoB publicou, ainda, sobre o que falou, em entrevista, o Cardeal Agnelo Rossi, ao retornar das férias passadas em Roma:

Entre outras coisas, disse que “as torturas são, geralmente, o primeiro assunto quando se fala do Brasil na Europa”. O cardeal lamentou o fato e o atribuiu a falsas notícias espalhadas por brasileiros banidos do país. E adianta: “Mas o fato deles estarem inteiros, sem mãos ou pés decepados, ou feridos, é a melhor prova de que aqui não existem torturas.”<sup>234</sup>

---

<sup>232</sup> DEFINIÇÃO de posições. **A Classe Operária**. 01 jun. 1970. N° 42. p. 4. Disponível em: <[http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_395.pdf](http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_395.pdf)>. Acesso em: 22/07/2011.

<sup>233</sup> SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia da Letras, 2001. p. 150. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=WokPpxwIDcwC&pg=PP8&lpg=PP8&dq=Di%C3%A1logos+na+sombra.+Bispos+e+militares,+tortura+e+justi%C3%A7a+social+na+ditadura%22&source=bl&ots=yCS0mh0mm-&sig=6NCOH1\\_N-vHuzqqnCxpCr0Kbmh8&hl=pt-BR&sa=X&ei=Op8ZUJuLBoPd0QHK14HYCA&ved=0CEsQ6AEwADgK#v=onepage&q=Di%C3%A1logos%20na%20sombra.%20Bispos%20e%20militares%20tortura%20e%20justi%C3%A7a%20social%20na%20ditadura%22&f=false](http://books.google.com.br/books?id=WokPpxwIDcwC&pg=PP8&lpg=PP8&dq=Di%C3%A1logos+na+sombra.+Bispos+e+militares,+tortura+e+justi%C3%A7a+social+na+ditadura%22&source=bl&ots=yCS0mh0mm-&sig=6NCOH1_N-vHuzqqnCxpCr0Kbmh8&hl=pt-BR&sa=X&ei=Op8ZUJuLBoPd0QHK14HYCA&ved=0CEsQ6AEwADgK#v=onepage&q=Di%C3%A1logos%20na%20sombra.%20Bispos%20e%20militares%20tortura%20e%20justi%C3%A7a%20social%20na%20ditadura%22&f=false)>. Acesso em: 16/07/2012.

<sup>234</sup> O cardeal e as torturas. **A Classe Operária**. 01 ago. 1972. N° 67. p. 7. Disponível em: <[http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_38.pdf](http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_38.pdf)>. Acesso em: 06/08/2010.

Apesar de alguns casos isolados como os que vimos acima, no decorrer do tempo a Igreja, enquanto instituição foi se posicionando contra o regime ao ter tido várias experiência de sacerdotes e freiras perseguidos, torturados e alguns assassinados, como no episódio dos dominicanos, ligados à ALN, que foram brutalmente torturados, e especialmente através da atuação de importantes autoridades como os bispos Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Helder Câmara.<sup>235</sup> Apesar de a igreja ser anticomunista, o jornal necessitava desse jogo político. Era oportuno mostrar que até a Igreja Católica estava contra o governo ditatorial. Assim, seus fiéis poderiam se engajar na luta contra a ditadura.

Na continuação da notícia anterior à fala de Rossi, o redator expôs: “a Associação Cultural Amigos da França, de Buenos Aires, enviou nota à embaixada brasileira na capital argentina, pedindo que esta interceda em favor da vida de Apolônio de Carvalho...”<sup>236</sup>. Neste fragmento é possível enxergar que o redator buscou se apoiar em instituições que neste momento detinham certo prestígio como a França, ainda que nesse caso se tratasse apenas uma associação cultural no país vizinho. Mas os nomes tem peso. E, por isso, ele estava publicando tal informação. Pois, Apolônio de Carvalho, um antigo combatente que participou dos mais significativos acontecimentos ocorridos no Século XX em nível mundial - lutou sempre contra os regimes autoritários: contra os fascistas na Guerra Civil Espanhola e contra os nazistas na II Guerra Mundial, além da revolução nacional-libertadora, em 1935, aqui no país -, naquele momento estava “sendo submetido a bestiais torturas em mãos dos esbirros da ditadura, na Guanabara”. Definitivamente, a violência da ditadura não respeitou idade frente ao seu objetivo de dismantelar as organizações de esquerda, Apolônio de Carvalho, quando foi preso em 1970, estava com 58 anos.

Como vimos acima, os escritores dos jornais sabiam que a menção aos nomes de homens que haviam ocupado as lideranças das organizações de esquerda podia render o interesse do público pela leitura dos jornais, pela simpatia à causa e até mesmo, quem sabe? Pelo engajamento na militância de esquerda contra os regimes ditatoriais. Assim, é notória a incidência frequente dos nomes mais famosos de

---

<sup>235</sup> BETTO, Frei. **Batismo de sangue: Guerrilha e morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 416p.

<sup>236</sup> DEFINIÇÃO de posições. **A Classe Operária**. 01 jun. 1970. N° 42. p. 4. Disponível em: <[http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_395.pdf](http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_395.pdf)> Acesso em: 22/07/2011.

líderes de partidos nas páginas dos periódicos clandestinos, tanto no Uruguai quanto no Brasil. E, comumente, eles protagonizaram as denúncias do terror exercido pelos órgãos de repressão, com seus nomes e sobrenomes, muitas vezes acompanhados de uma imagem sua. Assim é a notícia que foi publicada no número 65 do periódico *Compañero*, que fala de um de seus líderes mais proeminentes que está desaparecido desde 1976:

*Gerardo Gatti, dirigente de nuestro partido, expresa en la trayectoria de su vida, años y años de tenaz y sacrificada militancia política revolucionaria. Militó en Juventudes Libertarias y, en la década del 50, estuve entre los fundadores de la FAU, más tarde, como obrero linotipista, fue dirigente del sindicato de Artes Gráficas y en representación de este tuvo en rol preponderante en 1964 junto con Duarte y Héctor Rodríguez y otros luchadores en la fundación de la CNT [...] En 1976, cuando fue secuestrado, dirigía desde Buenos Aires la acción de nuestro partido procurando la reorganización del movimiento obrero y la reanimación de las luchas populares. [...] En 10 de junio se cumplen dos años que fuera secuestrado en Buenos Aires. Por los testimonios de otras personas que estuvieron secuestradas – junto con él, sabemos que Gerardo, en junio y julio de 1976, fue ferozmente torturado, estando en manos de Gavazzo y sus secuaces [...].*<sup>237</sup>

No jornal *A Classe Operária*, várias foram as denúncias sobre mortes de militantes de esquerda famosos, pois, alguns deles haviam exercido cargos públicos como Pedro Pomar, o paraense eleito deputado federal por São Paulo em 1947, antigo militante de esquerda e morto em 1976 no famoso episódio conhecido como “Chacina da Lapa”. O jornal de janeiro de 1977, que trouxe na capa uma foto de meio corpo de Pomar, publicou a notícia do assassinato de três de seus líderes sob o título “Crime monstruoso dos generais fascistas” na qual disse:

---

<sup>237</sup> INTENSIFICAR la denuncia y la movilización por los desaparecidos. *Compañero*. Montevideú. 1º jun. 1978. N.º. 65. p. 7.



A ditadura militar-fascista vem de cometer mais um monstruoso crime. Apoiada numa extensa e requintada máquina policial que tem nas Forças Armadas seu principal expoente, conseguiu localizar alguns militantes e dirigentes do Partido Comunista do Brasil. O II Exército, em colaboração com o I Exército e o CENIMAR, incumbiu-se de levar a cabo uma operação terrorista contra aqueles elementos que culminou com o assassinato frio e calculado dos camaradas Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Drumond e com a prisão de outros quadros do Partido, entre os quais, Elza Monnerat, Aldo Arantes, Haroldo Rodrigues de Lima e Wladimir Torres Pomar. Dois outros dirigentes do Partido – Manoel Jover Teles e José Novais – foram também colhidos nas malhas da repressão e encontram-se desaparecidos. Logo após a prisão, os detidos foram enviados para o Rio de Janeiro e submetidos lá como no II Exército a torturas ignóbeis.<sup>238</sup>

A notícia ocupou duas páginas do jornal. Algo compreensível em se tratando de noticiar o episódio em que foi aniquilada a cúpula do partido PC do B, que tinha conseguido manter certa organização com os principais dirigentes ainda vivos quando a ditadura já se encontrava em distensão. Mesmo depois da derrota da Guerrilha do Araguaia em 1974,<sup>239</sup> onde foram assassinados vários militantes, incluindo Maurício Grabois, um dos antigos dirigentes do partido, que junto com Pomar e outros, em 1962, deixou o PCB e ajudou na reorganização do PCdoB.

Foi publicado também um “Comunicado do comitê central do PC do B” com duas páginas e meia. Expressões como “ataque criminoso contra o PC do Brasil”, e “o assassinato dos camaradas” deram o tom da notícia. No final dela, um último desejo: “os que caem na luta em prol dos explorados e oprimidos serão substituídos por muitos outros,

---

<sup>238</sup> CRIME monstruoso dos generais fascistas. **A Classe Operária**. Jan. 1977. Nº 112. p. 2. Disponível em: <[http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_83.pdf](http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_83.pdf)> Acesso em: 12/07/2010.

<sup>239</sup> Ver MORAIS, Taís, SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 656p.

decididos a ocupar um posto de honra no sagrado combate por uma causa que é justa.” O PCdoB levou seu último grande golpe antes da abertura política. Ainda neste número há mais três páginas e meia com as biografias dos três líderes tombados. Ao todo, praticamente nove páginas relacionadas às suas mortes.<sup>240</sup> Ainda em janeiro saiu, com o mesmo número de edição, outra publicação que reproduziu as nove páginas referentes às mortes deles.

Em fevereiro o periódico trouxe cinco páginas sobre a “Repercussão no exterior dos crimes da ditadura”, com a reprodução de cartas de condolências recebidas do Partido do Trabalho da Albânia e do Partido Comunista da China e as cartas de agradecimento que foram enviadas pelo Comitê Central do partido.<sup>241</sup> Em março/abril, nas últimas cinco páginas, há a reprodução de mais “Mensagens de condolências dos partidos irmãos”. Partido Comunista da Argentina, da Colômbia, de Portugal e da Alemanha.<sup>242</sup> Em maio, número seguinte ao de março, há mais cinco páginas com mensagens de sentimentos pelas mortes dos membros do Comitê Central do PC do B. Dos partidos comunistas do Chile, Espanha, Peru e Noruega. No mês seguinte é a vez do Partido Comunista da Itália, do Partido Comunista Revolucionário do Uruguai, do Partido Comunista da Grécia e do Partido Comunista da Suécia. Mais três páginas.<sup>243</sup> No número 130, relativo a setembro e outubro de 1978, saiu publicada uma homenagem a Maurício Grabois que ocupava três páginas no jornal.<sup>244</sup> Ele foi o grande líder da campanha do Araguaia.

Entretanto, os homens, apesar de serem os mais destacados nos jornais clandestinos - até porque estiveram em maior número na militância de esquerda, mesmo durante um período em que aumentou significativamente o número de mulheres que se engajaram nas lutas contra o regime de exceção no Brasil -, não foram os únicos a ocuparem as páginas deste tipo de imprensa.

A análise do jornal nos mostrou que a partir do período do início dos enfrentamentos no Araguaia, em 1972, surgiu um maior número de denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres. No número de junho de 1974, o jornal noticiou, o VII Congresso das Mulheres Albanesas e, conjuntamente trouxe uma página de homenagem às mulheres com o título “Intrépidas combatentes da liberdade”, o texto é o

---

<sup>240</sup> **A Classe Operária**, op. cit., p. 2-10.

<sup>241</sup> Id., 01 fev. 1977, p. 14-18.

<sup>242</sup> Id., 01 mar. 1977, p. 18-22.

<sup>243</sup> Id., 01 jun. 1977, p. 25-28.

<sup>244</sup> Id., 01 set. 1978, p. 20-22.

seguinte: “o movimento revolucionário no Brasil ganha força. Comprova-o a participação ativa e sempre maior da mulher nas diversas frentes de combate.” E continua: “Particularmente depois do golpe militar de 1964, o elemento feminino destaca-se em atos corajosos contra a ditadura”.<sup>245</sup> Será que anteriormente ao golpe as mulheres tinham as mesmas oportunidades de participação? Ou foi o golpe que abriu as portas para as mulheres nas organizações de esquerdas que estavam necessitadas de soldados e “ávidas” por recrutar qualquer um que se dispusesse a entregar sua vida à causa? Em março de 1975 A Classe Operária publicou um texto sob o título “A causa da emancipação da mulher”<sup>246</sup> que entre outras coisas, falou da luta pela igualdade de direitos entre os sexos e fez menção à instituição do ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas.

Ao continuar a abordagem ao órgão de imprensa do Partido Comunista do Brasil, trago aqui a homenagem feita à Dinalva Oliveira, a Dina, guerrilheira do Araguaia cuja data do desaparecimento nunca foi esclarecida.<sup>247</sup> Seu número de janeiro de 1974 diz assim:

Outra destacada combatente da resistência popular é uma jovem com instrução superior, conhecida pelo nome de Dina. Trabalhou durante vários meses no povoado de S. Geraldo, defronte da cidade de Xambioá, sendo muito estimada pela população. Mais tarde, instalou-se numa região de posseiros no município de Conceição do Araguaia. Sua característica principal é a aptidão para se aproximar da gente humilde. Desde as crianças até os velhos, todos encontram facilidade para tornar-se amigos desta extraordinária mulher que dedica sua vida aos interesses do povo. Para servi-lo, Dina aprendeu noções de enfermagem, chegando mesmo a realizar partos difíceis. Depois do assalto das Forças Armadas contra os habitantes de zona em que residia, ela se transformou em guerrilheira. O Exército pôs sua cabeça a prêmio. Dina enfrenta com serenidade e grande compreensão revolucionária as condições adversas de existência. Vive na selva, dorme ao

---

<sup>245</sup> Id., jun. 1973. p. 9.

<sup>246</sup> Id., mar. 1975. p. 5.

<sup>247</sup> Ver MORAIS, Taís, SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 570p.

relento, alimenta-se irregularmente, sempre cheia de entusiasmo e confiança no futuro.<sup>248</sup>

A publicação, uma das poucas que trouxe notícias sincrônicas sobre pessoas que estavam no Araguaia, buscava ganhar a simpatia das pessoas para a causa ao dizer que uma jovem, mesmo com nível superior, estava se doando a ponto de estar no meio da selva, enfrentando condições adversas de sobrevivência para ser “*combatente da resistência popular*”.

Os desaparecimentos forçados foram uma das formas mais cruéis de violência contra os povos desses dois países. E os jornais denunciaram tais atos. Todavia, o órgão de imprensa do PVP foi o mais enfático nas denúncias contra esse crime. O *Compañero* trouxe, em destaque, em seu n° 65, a notícia que segue, sob o título “*¿Dónde están?*”:

*Gerardo Gatti, León Duarte, Hugo Méndez, Alberto Mechoso, Roger Julien, Victoria Grisonas de Julien, Juan Miguel Morales, Pablo Errandonea, Jorge Zaffaroni, Ma. Emilia Islas Zaffaroni, Ruben Prieto González, Carlos Alberto Rodríguez, Rafael Lezama, Pablo Recagno, Ary Cabrera, Adalberto Sota, Bernardo Arnone, Raúl Tejera, Cecilia Trías, Josefina Kleiner, Washington Cram, Washington Quiero, Ma. Del Rosario Carretero, Miguel Angel Moreno, Gomensoro (ilegível), Eduardo Chizzola, Adriana Gatti, Segundo Chejenian, Graciela M. de Chejenian, Manuel Liberoff, Nelson Mazzuchi, y Julio D' Elía, todos desaparecidos en Buenos Aires? ¿Dónde están Amaral García, Simón Antonio Riquelo, Mariana Zaffaroni Islas, Victoria y Anatole Julien Grisonas, desaparecidos junto a sus padres en Buenos Aires? ¿Dónde están Gustavo Inzaurreal y Nelson Escotto, detenidos en Paraguay y posteriormente trasladados a*

---

<sup>248</sup> INTREPIDAS combatentes da liberdade. **A Classe Operária**. Jun. 1973. N° 74. p. 9. Disponível em: <[http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_43.pdf](http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_43.pdf)> Acesso em: 15/08/2010.

*Uruguay sin que se tuviera más información sobre su paradero?* <sup>249</sup>

Neste texto o jornal apresentou nomes de vários desaparecidos políticos uruguaios que foram capturados na Argentina, principalmente no ano de 1976. Grande parte tinha se exilado naquele país para fugir das perseguições que estavam sofrendo no seu país de origem. A notícia mostrou, ainda, os nomes de filhos de desaparecidos e de dois homens que foram detidos no Paraguai e desapareceram. Aqui é interessante notar que, embora o redator tenha escrito que os donos daqueles nomes eram filhos dos desaparecidos, não fez menção à idade deles, nem se utilizou de construções de gênero para sensibilizar o público leitor. Disse apenas “*desaparecidos junto a sus padres en Buenos Aires*”.

Enquanto o *Compañero* trouxe insistentemente o tema dos desaparecidos, o Jornal *A Classe Operária* pouco falou do tema nesses termos. Geralmente falou em ‘assassinados’ que não se conhecia o destino, como na edição de fevereiro de 1975,<sup>250</sup> já citada no capítulo 2, para mostrar a apropriação de discursos para passar credibilidade e reforçar as denúncias do jornal acerca das violências dos agentes do Estado contra presos políticos, com a fala de Eliomar Baleeiro. Em outubro de 1983 o periódico publicou um artigo sobre direitos da mulheres que trouxe uma imagem de mulheres, em uma manifestação de rua, segurando cartazes com as seguintes inscrições: “Onde está? Roberto Rasgado Rodrigues”, “Onde estão? Brasileiros desaparecidos Argentina”, “Onde está? M<sup>a</sup> Regina Marcondes Pinto”, “Os brasileiros sumiram na Argentina. Onde estão?” e “Onde está? Sidney F. Marques L. Santos.”<sup>251</sup> Ao me deparar com a escassez do tema “desaparecidos” neste jornal, falei com a ex-militante do PCdoB, Amelinha Teles, através de e-mail, para saber porque o jornal não tratou do tema. Ela enviou-me a seguinte mensagem:

Havia um clima de solidariedade a todos presos e mortos/desaparecidos. Até porque cada um que tombava, havia um pressentimento que estava

<sup>249</sup> INTENSIFICAR la denuncia y la movilización por los desaparecidos. *Compañero*. Montevideu. 1º jun. 1978. N°. 65. p. 6.

<sup>250</sup> EXPLICAÇÕES mentirosas sobre o destino de presos políticos. *A Classe Operária*. 1º fev. 1975. N° 94. p. 2-4. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_64.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_64.pdf)>. Acesso em: 22/07/2011.

<sup>251</sup> Id., out. 1983. p. 7-12.

chegando o nosso dia. Então havia uma mensagem entre nós de que o perigo/tortura/morte cercavam nossas vidas. Era nesse ambiente que fazíamos o trabalho da imprensa e distribuíamos o material impresso. Agora não escrevíamos sobre isso nos jornais internos. Por que? Não sei. Talvez pelo medo, talvez por não saber como tratar do assunto. Talvez por medo de que pudéssemos estar contribuindo para espalhar o terror de estado. Sei que mandávamos notícias para o exterior falando do assunto, denunciando os assassinatos, as torturas, os sequestros que eram lidos nos jornais das rádios da China, Albânia etc.<sup>252</sup>

Após essa explicação é importante lembrar que foi possível observar que o jornal passou por três fases no que tange às concentrações de temas acerca do regime de exceção. A primeira foi a de incentivar as lutas contra a ditadura, na segunda foram as denúncias contra as torturas e assassinatos contra presos políticos e a terceira predominou a “bandeira” da anistia. Então, como a imagem referida acima não tem indicação de data, apesar de o jornal ser de 1983, é possível inferir que se trata do período de abertura, em que já era possível haver manifestações de rua, possivelmente concomitante ou posterior às manifestações ocorridas na Argentina, onde as mães da Praça de Mayo reivindicavam notícias sobre o paradeiro de seus filhos e netos cujos cartazes traziam a expressão “¿Dónde están?”<sup>253</sup>. Destaco na fala da Amelinha a questão do desejo do partido de não cooperar com a disseminação do Terror de Estado. Iniciativa difícil de realizar, mas compreensível. Se por um lado a publicização das violências perpetradas pelos agentes do Estado poderiam sensibilizar os leitores para se engajarem nas lutas contra a ditadura, ao mesmo tempo poderia cooperar para a generalização do medo e, assim, paralisar as iniciativas contra o regime.

---

<sup>252</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. **Informação para pesquisa!** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mirocall@hotmail.com>. 21/10/2013.

<sup>253</sup> Imagens: ¿Dónde están? Madres de la Plaza de Mayo. Disponível em: <[https://www.google.com.br/search?q=donde+est%C3%A1n%3F+madres+de+la+plaza+de+mayo&rlz=1C1SAVU\\_enBR547BR552&espv=210&es\\_sm=122&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=NhEKU7OxNpLTkQeHioHoAQ&ved=0CAkQ\\_AUoAQ&biw=1366&bih=630](https://www.google.com.br/search?q=donde+est%C3%A1n%3F+madres+de+la+plaza+de+mayo&rlz=1C1SAVU_enBR547BR552&espv=210&es_sm=122&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=NhEKU7OxNpLTkQeHioHoAQ&ved=0CAkQ_AUoAQ&biw=1366&bih=630)>. Acesso em: 23/03/2014.

O jornal A Classe Operária se utilizou de construções de gênero para noticiar violências contra filhos de militantes: “Crianças atormentadas diante dos pais, esposas violadas na frente dos maridos, pessoas idosas afrontadas física e moralmente” [...],<sup>254</sup> a parte “crianças atormentadas diante dos pais”, que coloquei em destaque agora, demonstra que o redator da notícia creditava aos pais um amor incondicional que na realidade é uma construção, a naturalização de uma condição que não é verdadeira. Não quero afirmar aqui que aquelas pessoas não fossem dedicadas aos filhos. No entanto, temos contato quase que diariamente com notícias sobre pais que maltratam seus filhos, aplicando inclusive métodos de tortura contra eles. Todavia é necessário ressaltar que os regimes ditatoriais, tanto do Brasil quanto do Uruguai, foram extremamente cruéis no que diz respeito às sevícias impetradas contra todos os seus opositores, especialmente contra as crianças, filhos, filhas, irmãos, irmãs, sobrinhos/sobrinhas, netos/netas, enfim, todas que de alguma maneira tiveram alguma ligação com os perseguidos políticos, pois, sofreram variadas formas de violência, torturas físicas, torturas psicológicas, sequestros, a privação dos pais e da família, conforme vimos acima.

O periódico A Classe Operária também participou aos leitores o desaparecimento de pessoas. No número 94, de fevereiro de 1975, há uma notícia de três páginas, intitulada “Explicações mentirosas sobre o destino de presos políticos”:

Em nome do governo, o Ministro da Justiça divulgou uma nota acerca do desaparecimento de dezenas de pessoas, homens e mulheres, acusadas de atividades contrárias ao regime. Armando Falcão limitou-se a transmitir indicações sabidamente falsas fornecidas pelos torturadores e assassinos que dominam os chamados órgãos de segurança nacional. Recorreu, assim, ao subterfúgio, a deslavadas mentiras a fim de contornar uma situação que se vai tornando crítica para os detentores do Poder.

Até novembro de 1973, a ditadura anunciava os assassinatos de prisioneiros políticos através de notas emitidas pelas Secretarias de Segurança de

---

<sup>254</sup> TRIBUNAL Russell. A Classe Operária. Jun. 1974. Nº 86. p. 7. Disponível em: <[http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_55.pdf](http://www.fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_55.pdf)>. Acesso em: 15/08/2010.

diversos estados, sempre dirigidas por oficiais do Exército. Essas notas deturpavam completamente os fatos e atribuíam a morte dos presos a acidentes inverossímeis. Ora alegavam “tiroteios” entre “subversivos, ou entre estes e a polícia; ou pretextavam tentativas de fuga dos detidos. Algumas vezes referiam-se a suicídios. O objetivo era semear o terror, confundir a opinião pública e tentar por esse meio conter a oposição popular. Mas os resultados foram diferentes. Aumentavam os protestos contra o banditismo policial, os crimes ficavam evidentes demais. A repressão mudou então de tática: continuou torturando barbaramente todos os que lhe caíam nas garras e simultaneamente fazia desaparecer os presos que considerava perigosos. Matava-os sem dizer nada [...].<sup>255</sup>

Não tenho dados que corroborem com a afirmativa do jornal em dizer que após novembro de 1973 os órgãos de repressão mudaram de tática, nem faz parte desta pesquisa tal questão, mas é provável que tanto o desaparecimento de uns quanto a apresentação de outros mortos correspondia a alguma necessidade dos órgãos de repressão ou até mesmo aos escalões mais altos na hierarquia do Estado. Por exemplo, Marighella foi morto na rua e seu corpo foi “apresentado”, em 1969. Vladimir Herzog foi morto sob tortura, em 1975, e seu corpo foi apresentado no caso de maior cinismo por parte dos militares com a “reconstituição de uma cena de suicídio”. Sobre esse jogo de esconde/mostra, cabe o pensamento de Leonardo Boff que nos diz:

O Terror de Estado conhece uma lógica feroz: primeiro liquida com os líderes de qualquer segmento da sociedade, capazes de articular resistência, elaborar alguma alternativa ou manter viva a chama da liberdade. Simultaneamente cria um sistema de controle sobre todas as manifestações da vida e uma rede de delação

---

<sup>255</sup> Id., 01 fev. 1975. p. 2-4.



secreta, levando a tortura psicológica a toda sociedade.<sup>256</sup>

Entendo que para cada caso destes, principalmente envolvendo pessoas de destaque, havia realmente um plano “educativo”, seja para calar a população através da demonstração de força, seja para mostrar para os militantes de esquerda que eles não tinham nenhuma chance contra as Forças Armadas e a polícia, juntas. Porém, a notícia tem mais elementos importantes para constarem nesta análise. Assim, logo abaixo, mais um fragmento da mesma notícia que nos mostra versões bem distintas sobre o destino de pessoas que caíram nas garras da repressão. A primeira é a do então ministro da justiça Armando Falcão, a segunda, de Aliomar Baleeiro, ministro do Supremo Tribunal Federal, esta pronunciada em uma conferência em São Paulo:

Tentando fugir à verdade, isto é, esquivando-se de reconhecer que os elementos em questão haviam sido trucidados na OBAN, no CENIMAR e em quartéis das Forças Armadas, o auxiliar direto de Geisel, no estilo de um reles policial, tratou de apresentar dados inconsistentes de cada vítima com a declaração de que “seu destino é ignorado”, “está foragido”, “passou à clandestinidade”, “encontra-se no exterior” e outros grosseiros embustes [...].

‘Muito mais graves que a desonestidade e a inépcia de alguns perfeitos – disse ele – são os atentados que se comete contra outros direitos muito mais importantes (...) são as prisões ilegais, as torturas, os desaparecimentos – se Fulano de Tal desaparece, não se acha mais nada, nem cadáver nem cinzas do cadáver – e a opressão à liberdade de pensamento’.<sup>257</sup>

A primeira parte demonstra, mais uma vez, a violência com que o Estado tratou seus opositores. Além de todas as atrocidades contra os corpos e mentes das vítimas, ainda violentavam as famílias e amigos

---

<sup>256</sup> BOFF, Leonardo, Prefácio. In: ELOYSA, Branca (Org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**: Depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 11.

<sup>257</sup> **A Classe Operária**, loc. cit.

com a incerteza da morte e das circunstâncias em que se deram, necessárias, para lidar de forma menos traumática com a perda. No segundo trecho, mais do que a fala muito apropriada do ministro do Supremo, há que se pensar na posição do jornal em publicá-la. É certo que naqueles tempos bicudos toda ajuda era bem vinda. Já vimos que até a Igreja Católica “endossou” as denúncias do jornal. Mas Aliomar Baleeiro era da UDN, “um dos mais próximos colaboradores do presidente Castelo Branco”. Não importava. Para o jornal, a posição de Baleeiro como crítico do governo no que diz respeito à supressão do Estado de Direito era extremamente importante. Até ele estava se pronunciando contra as arbitrariedades dos quartéis.<sup>258</sup>

A notícia mencionada acima traz alguns nomes de militantes que estavam desaparecidos – e ainda estão. O que significa que seus corpos nunca foram encontrados. Entre eles está o nome da então professora da Universidade de São Paulo, Ana Rosa Kucinski, desaparecida em abril de 1974, conforme podemos ver abaixo:

O povo brasileiro repudia as explicações mentirosas e os supostos gestos de boa vontade do governo, cuja finalidade é acobertar crimes monstruosos e proteger inqualificáveis verdugos. Entre os assassinados figuram nomes bastante conhecidos como Rui Frasão Soares, jovem e combativo universitário; Honestino Guimarães, que dirigiu durante vários anos a UNE; Ana Rosa Kucinski, professora da Universidade de São Paulo; Davi Capistrano e João Massena, antigos parlamentares; Luis Maranhão, jornalista; Eduardo Collier, participante do movimento estudantil e tantos outros. Todos eles foram presos à vista de várias pessoas e localizados nos cárceres. Há testemunhas de que sofreram selvagens torturas.<sup>259</sup>

O jornal procurou mostrar que o governo deu explicações falsas sobre o paradeiro de pessoas que foram presas em uma tentativa de

---

<sup>258</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001 *apud* FGV/CPDOC. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dos\\_sies/AEraVargas2/biografias/aliomar\\_baleeiro](http://cpdoc.fgv.br/producao/dos_sies/AEraVargas2/biografias/aliomar_baleeiro)>. Acesso em: 03/08/2012.

<sup>259</sup> *Ibid.*, p. 2-4.

“acobertar crimes monstruosos” e se referiu aos agentes da repressão como monstros, por cometerem “crimes monstruosos”, e “verdugos”, termo este que significa “algoz, carrasco, pessoa cruel, desumana, que dá maus tratos a alguém”. Além de complementar com o adjetivo “inqualificáveis”, que denota algo “que não se pode qualificar, indigno, muito vil”,<sup>260</sup> palavras bem apropriadas para designar os militares e demais policiais envolvidos naqueles crimes.<sup>261</sup> Em contrapartida, para falar dos indivíduos que sofreram as violências, o redator não fez alusão a eles como militantes ou companheiros como comumente fez o jornal *Compañero*. Mas colocou suas ocupações, todas ligadas a intelectualidade, seguidas de seus nomes. Se para o regime eles eram uma ameaça, para o público em geral, tais profissões gozavam de prestígio, logo, não seriam vistos como delinquentes.

Em *A Classe Operária* de abril de 1975, publicaram uma matéria intitulada “A fala dos generais”, em função das comemorações do golpe de 1º de abril de 1964. Na notícia, o comandante do II Exército, Ednardo d’Avila reclamou da imprensa. Suas falas foram destacadas pelo jornal: ‘Esta massa de crítica vai perturbando a consciência popular, vai criando desesperanças’. Sobre as informações diz: ‘A massa tremenda de notícias e informações que o homem recebe hoje [...] lhe tira o hábito da meditação’. E continua: ““Diariamente são feitas acusações aos elementos da segurança”... “Eles ficam terrivelmente marcados”... Espalham-se boatos para “desmoralizar os elementos da

---

<sup>260</sup> MICHAELIS MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=verdugo>>. Acesso em: 2012-2014.

<sup>261</sup> Recentemente a mídia publicou informações sobre os depoimentos dados pelo ex-delegado Cláudio Guerra para os jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, que escreveram “Memórias de uma guerra suja”, no qual o ex-policial e agora pastor de uma igreja evangélica, faz relatos sobre o destino de corpos de militantes mortos em centros de torturas como a Casa da morte de Petrópolis. Segundo ele, foram incinerados na usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, de propriedade do ex-vice governador do Rio Heli Ribeiro Gomes (1967-1971) os “os restos mortais de David Capristano, comunista histórico, do casal Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva e de outros presos políticos, como João Batista Rita, Joaquim Pires e João Massena Melo.” Ver em: ESTADÃO. Ex-delegado diz que presos na ditadura foram incinerados em usina de cana. 02/05/2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,ex-delegado-diz-que-presos-na-ditadura-foram-incinerados-em-usina-de-cana,867971,0.htm>> Acesso em: 06/08/2012.

segurança”... “É com eles que estamos conseguindo manter este país em tranquilidade...”<sup>262</sup> Os responsáveis pelo periódico sabiam da importância de denunciar as violências contra os militantes de organizações de esquerda. Para que as denúncias fossem feitas de modo a sensibilizar o público, conforme vemos em várias delas analisadas nesta pesquisa. Os militares sabiam do conteúdo dos jornais clandestinos, muitas vezes apreendidos junto aos militantes, servindo inclusive como prova contra os presos, ou em aparelhos “estourados”; eram os órgãos de imprensa dessas organizações que participavam à população as arbitrariedades, uma vez que a imprensa legalizada estava sob censura.

Outra forma de violência que sofreram os presos políticos foram as más condições em que se encontravam sob custódia do Estado, já nas prisões. O *Compañero* relata: “*Justamente, uno de los puntos débiles de la ditadura allí donde convergen en este momento las críticas y las condenas internacionales, es sobre la existencia de miles de presos políticos y sus pésimas condiciones de detención [...]*”<sup>263</sup>, no Brasil não foi diferente e o jornal do PCdoB as denunciou. Em uma delas, sob o título “Solidariedade aos presos políticos” podemos ler:

As condições carcerárias são as piores possíveis. Os presos são metidos em celas imundas, vivem amontoados em alojamentos pequenos e inadequados, alimentam-se pessimamente e, com frequência, são punidos por qualquer reclamação que façam. Agora, procurando afastá-los do contato com seus familiares e com os advogados [...]<sup>264</sup>

Esta denúncia mostra que todo o processo de “livrar” o Brasil do perigo comunista foi feito de forma muito violenta, passando por sequestros, prisões arbitrárias e torturas. Nos suspeitos e algumas vezes em seus familiares, e até por ocasião do cumprimento das penas, em lugares

---

<sup>262</sup> A fala dos generais. **A Classe Operária**. 01 abr. 1975. Nº 96. p. 9-10. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_105.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_105.pdf)>. Acesso em: 22/07/2011.

<sup>263</sup> INTENSIFICAR la denuncia y la movilización por los desaparecidos. **Compañero**. Montevideú. 1º jun. 1978. Nº. 65. p. 6.

<sup>264</sup> SOLIDARIEDADE aos presos políticos. **A Classe Operária**. Jul. 1972. Nº. 66. p. 10. Disponível em: <[http://fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_37.pdf](http://fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_37.pdf)>. Acesso em: 22/07/2011.

insalubres. Situação que não se modificou desde aqueles tempos até a atualidade.<sup>265</sup> O acesso da família e a assistência dos advogados também foram cerceados para os presos políticos. Alguns dos defensores foram presos e sofreram as mesmas violências que seus clientes.

Pela proximidade do Brasil e do Uruguai, algumas vezes as histórias dos dois países se cruzaram. Em uma delas o jornal Compañero noticiou amplamente uma prática criminosa das forças de segurança que já era bastante conhecida dos militantes uruguaios: o sequestro. Desta vez Lilián Celiberti, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Días foram retirados de Porto Alegre em uma ação conjunta das Forças conjuntas uruguaias e da polícia brasileira. Fato que teve bastante repercussão no Brasil, pois além de ter acontecido em uma cidade brasileira, vários militantes uruguaios aqui se encontravam, o periódico era escrito aqui e, além disso, já estávamos em processo de abertura, inclusive com a suspensão da censura na mídia desde o mês de junho e em campanha pela anistia. O jornal foi todo dedicado ao tema do sequestro. As duas páginas centrais trouxeram recortes de jornais com as manchetes brasileiras sobre o episódio que envolveu os uruguaios, para dar respaldo às informações contidas no Compañero, conforme vemos abaixo:

---

<sup>265</sup> CAMARGO, Virgínia. **Âmbito Jurídico**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1299](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1299)>. Acesso em: 03/08/2012.



Imagem: Sequestro de uruguaios no Brasil.<sup>266</sup>

Na imagem podemos ver que uma das manchetes falou: “Advogado denuncia torturas em Lilián”, pois ela sofreu violências já em Porto Alegre.<sup>267</sup> Outras mencionaram que uma família uruguaia tinha sido presa no Brasil pela polícia daquele país. É interessante destacar que Universindo não fazia parte daquela família, mas parece que tal informação não foi passada para a imprensa brasileira. O uso do termo “família” provavelmente sensibilizaria mais os leitores do que militantes que fingiam ser uma família para despistar a polícia. Além do mais Lilián estava com as crianças, sem marido e tinha outro homem em casa. Lembro aqui que o divórcio no Brasil tinha sido aprovado apenas no ano anterior ao sequestro, em 1977.<sup>268</sup> E as mulheres separadas eram estigmatizadas.

<sup>266</sup> CRONOLOGIA. *Compañero*. Montevideu. 18 dec. 1978. N° 71. p. 5-15.

<sup>267</sup> CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Lucy. *Meu quarto, minha cela*. Tradução: Ernani Ssô. Porto Alegre: L&PM Editores, 1989. p. 13.

<sup>268</sup> ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *Rompendo vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977*. 2010. 190p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. p. 11.

## 2.2. O *Marcha*, o Repórter e as denúncias contra as arbitrariedades em geral

Uma maneira encontrada pelos veículos de imprensa de oposição para denunciar as situações de violência que estavam sendo vivenciadas por parte das populações dos países estudados, sem cair na censura, foi aproveitar que os países vizinhos se encontravam em situações semelhantes e noticiar as violações aos direitos humanos ocorridas nesses países. Como alguns estavam sob ditaduras civis-militares era fácil traçar paralelos e reconhecer que todos atravessavam situações de violência semelhantes.

Entre os países presentes nas edições de *Marcha*, separei alguns textos que me impactaram. Sobre a Argentina, país que mesclou períodos de ditadura e democracia entre as décadas de 1960 e 1980, destaco o artigo, publicado em quatro páginas, que trouxe os testemunhos de três sobreviventes – entre eles uma mulher-, da matança realizada na base aeronaval de Trelew, conhecida por “Massacre de Trelew”, María Antonia Berger, Ricardo René Haidar e Alberto Camps<sup>269</sup>. Justificada pelo governo argentino como contenção de uma tentativa de fuga, quando na realidade se tratou de um fuzilamento sumário.<sup>270</sup>

Sobre o Paraguai, escolhi uma denúncia sobre maus tratos a presos políticos, tema comumente encontrado tanto nos jornais brasileiros quanto uruguaios e que foi denunciado também naquele país, que estava desde 1954 sob a ditadura de Strossner. Ela informava que treze pessoas dividiam uma cela de 10m<sup>2</sup>, na qual havia uma latrina, não havia ventilação nenhuma, nada que diminuísse o calor nos períodos quentes nem algo que aquecesse durante o frio. Os alimentos enviados pelos familiares recebiam algum “tratamento” que causava transtornos gástricos ou intestinais.<sup>271</sup> Não havia nenhuma menção à mulheres presas.

O Brasil, possivelmente por seu tamanho e sua posição geográfica de proximidade em relação ao Uruguai, esteve presente em muitas edições do *Marcha*. Muitas das matérias traziam informações acerca das violências cometidas no âmbito do Terror de Estado. E algumas cogitaram uma possível invasão do país ao Uruguai, uma vez

<sup>269</sup> Os três foram perseguidos e assassinados na última ditadura argentina.

<sup>270</sup> TRELEW: el testimonio de los sobrevivientes. *Marcha*. Montevideú. 22 set. 1972. Nº 1611. p. 16-19.

<sup>271</sup> Id., 13 jun. 1969. p. 9.

que muitos inimigos políticos da ditadura brasileira se exilaram naquele país enquanto foi possível. E mantinham contato com organizações de esquerda no Brasil, como foi o caso de Leonel Brizola. A frequência do tema violência era tal que Paulo Schilling, o jornalista brasileiro exilado e colaborador de *Marcha*, escreveu em abril de 1971, um artigo acerca da repressão no Brasil que começou assim:

*Discúlpenos el lector; la culpa no es nuestra si volvemos siempre al mismo tema: represión, torturas, asesinatos. Pero sucede que escribir sobre el Brasil de hoy es, necesariamente, escribir sobre la violencia del sistema social y de superestructura política, la dictadura militar [...]*.<sup>272</sup>

O texto falava que após o sequestro do embaixador estadunidense ter sido bem sucedido, os métodos repressivos sofreram uma transformação. Pois ao se verem obrigados a trocarem um refém por muitos presos políticos, mudariam de estratégia para conter as organizações de oposição. Matariam os guerrilheiros ao invés de prendê-los para serem julgados. Foi o que o jornalista observou depois que chegou para ele uma carta, trazida de um presídio do Brasil, que contava da morte violenta de um dos dirigentes revolucionários brasileiros mais destacados: Eduardo Leite, o “Bacuri”.

Apesar de o texto acima mostrar um pouco das práticas violentas dos policiais e militares brasileiros, a matéria mais completa acerca das atrocidades cometidas nas dependências da polícia e das Forças Armadas foi publicada em julho de 1971. Trata-se de uma entrevista realizada com o ex-presos político Jean Marc Von Der Weid, que fez parte do grupo dos 70 que foram trocados por ocasião do sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. Fato que pareceu ironia do destino, uma vez que Jean Marc tinha dupla nacionalidade, brasileira e suíça, e por ser o único dos banidos a ter passaporte, foi o escolhido para divulgar a situação do Brasil em vários países europeus.

A entrevista feita com Jean Marc, que tinha 25 anos na época, contou um pouco da trajetória das torturas no Brasil a partir do golpe de 1964. Ele falou que as torturas começaram desde o golpe, mas que

---

<sup>272</sup> SCHILLING, Paulo. Brasil: la tortura, pan cotidiano. **Marcha**. Montevideu. 02 abr. 1971. Nº 1538. p. 21.



inicialmente não foi generalizada e atingiu principalmente os dirigentes das organizações revolucionárias de esquerda. As mais violentas sofreram os líderes das Ligas Camponesas, no Nordeste.<sup>273</sup>

Perguntado sobre as detenções, ele afirmou que apenas no Rio de Janeiro, cerca de 50.000 pessoas foram presas e que nessa oportunidade a Ilha das Flores foi utilizada como campo de concentração. Disse, ainda, que nos anos de 1965 e 1966 as torturas não eram frequentes; a violência policial se concentrava nas manifestações de rua, apesar de que prendiam manifestantes e faziam-nos passar por “corredor polonês” nos quartéis. O que consistia em colocar soldados dispostos lateralmente em duas filas paralelas e fazer o detido caminhar no meio enquanto sofria golpes de cassetetes.<sup>274</sup>

Perguntado sobre o início das torturas (sistematizadas), ele afirmou que foi a partir do ano de 1968, quando aconteceram muitas manifestações, que iniciaram os interrogatórios associados às torturas, ainda que a maior violência policial fosse sentida durante as manifestações de rua. Em seguida, o jornalista perguntou: “¿Y despues del golpe de estado de diciembre de 1968?” - evento que se refere ao que os brasileiros conhecem como “o golpe dentro do golpe”, ou a implantação do AI-5 -, ele respondeu que aumentaram consideravelmente nas principais capitais da região Sudeste. No entanto, fez a ressalva de que antes mesmo do AI-5, dois líderes estudantis foram torturados em Belo Horizonte, com uma combinação de tortura física e psicológica. Esta afirmação ajuda a derrubar a ideia defendida pelos militares de que o AI-5 foi uma resposta dos militares às ações da guerrilha urbana,<sup>275</sup> pois, conforme Von Der Weid, antes mesmo desse ato institucional, lançado em 13 de dezembro de 1968, já existiam celas preparadas para a aplicação das torturas psicológicas mais elaboradas, o que nos faz pensar que em se tratando da máquina estatal, para a construção de estruturas físicas era necessário o tempo de planejamento e outro para execução, o que não podia ser feito de uma hora para outra. Voltemos às torturas psicológicas sofridas pelos companheiros de Jean Marc.

---

<sup>273</sup> BERMEJO, Ernesto González. Brasil: una cámara de torturas. **Marcha**. Montevideú. 09 jul. 1971. Nº 1551. p. 16-18.

<sup>274</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>275</sup> ANGELO, Vitor Amorim de. Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil. In: BRASA CONGRESS. 11, 2012, Illinois. **Anais...** 28p. Disponível em: <[http://www.brasa.org/Documents/BRASA\\_XI/Vitor-Angelo.pdf](http://www.brasa.org/Documents/BRASA_XI/Vitor-Angelo.pdf)>. Acesso em: 29/01/2014. p. 11-13.

Segundo ele, tais sevícias, conhecidas por ‘tortura americana’, consistiram em colocar o preso em celas muito estreitas - onde só era possível ficar em pé -, “con luces fortísimas y altoparlantes que trasmitían ruidos muy agudos”. O tempo de permanência nesses lugares era de três ou quatro dias, sem receber alimentos. O indivíduo perdia a noção do tempo. Segundo Antonio Carlos Fon, essa “técnica” era chamada de “o sistema inglês”, que, ainda, fazia uso da alternância de temperatura ambiente, ora gelada ora muito quente, refeições em horários muito distantes e muito próximos para desorientar o preso. Todavia não previa pancadas e nenhuma outra violência que machucasse o corpo.<sup>276</sup> E, ainda, que neste período havia alguma regulação para a aplicação das torturas<sup>277</sup>:

*[...] principalmente a dirigentes obreros y campesinos se les torturaba sin muchas reservas. También a intelectuales, pequñoburgueses, empleados, pero en estos casos sólo a los considerados importantes. Los otros sufrían violencias pero no una tortura sistemática.*

Podemos observar, através da fala do estudante, que aos mais simples, aos mais pobres, o tratamento sempre foi pior, já desde o golpe. Fato que demonstra claramente que a complacência para a transgressão das regras da sociedade, que mantém o *status quo*, obedecia a uma gradação. Na qual a “rebeldia” dos mais necessitados, logo, menos assistidos, os que exerciam atividades que estavam na base da produção da alimentação, da habitação, da metalurgia e outros bens de consumo essenciais, não devia ser tolerada.

Estudante do último ano de Química e presidente da União Nacional de Estudantes Brasileiros – UNEB, Jean Marc defendeu que em 1969 houve uma “verdadeira escalada”<sup>278</sup>, com a montagem dos

<sup>276</sup> FON, Antonio Carlos. **Tortura**: a história da repressão política no Brasil. 6ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1981. p. 72.

<sup>277</sup> BERMEJO, Ernesto González. Brasil: una cámara de torturas. **Marcha**. Montevideu. 09 jul. 1971. Nº 1551. p. 16-18.

<sup>278</sup> Sobre a escalada de violência contra os suspeitos e presos políticos o jornalista Flávio Tavares declarou: “minhas experiências de prisioneiro exemplificam o caminho progressivo da ditadura. A primeira prisão, branda e breve, ainda em 1964. Três anos depois, o tom já foi duro e o encarceramento longo, mas não houve tortura. A terceira, em 1969, em pleno ápice do regime,

primeiros centros de tortura. Segundo ele, a Ilha Das Flores foi o primeiro centro em que se aplicaram torturas seguindo uma metodologia. Ali havia um quartel da marinha composto de um batalhão com 800 homens. A ilha era cercada de arames farpados e o último fio, que ficava dentro da água, era eletrizado para evitar fugas. As celas - de dois metros por um e meio -, para os presos políticos, não tinha nenhuma mobília e o banheiro consistia em uma lata. Esse centro de torturas foi organizado pelo Centro de Informações da Marinha – CENIMAR. Com conhecimento sobre o tratamento recebido pelos presos uma vez que ali permaneceu por mais de um ano, revelou que as torturas eram “sistemáticas e bárbaras”. Disse que “Sergio Teixeira, hijo de un dirigente del PCBR, lo torturaron en forma casi continua durante 50 días; se volvió loco, fue internado en un hospital psiquiátrico”, fatos que ocorreram entre maio e junho de 1969.<sup>279</sup>

Em seguida ele defendeu que a partir de julho daquele ano a tortura foi generalizada através da organização da Operação Bandeirantes, que centralizou os vários organismos repressivos do Brasil: DOPS, Polícia Federal, SNI, Serviços Secretos do Exército, CENIMAR, Serviços secretos da Aeronáutica e o Esquadrão da Morte, que era paramilitar. Falou, ainda, que após a Operação Bandeirantes ser instalada havia uma média de prisões de 4 mil pessoas por dia, a partir da escolha de bairros onde poderiam estar escondidas pessoas suspeitas. Procuravam casa por casa e prendiam qualquer suspeito, os quais geralmente eram torturados.<sup>280</sup> E que depois deste período só conheceu três pessoas, militantes do PCB, que foram convocadas oficialmente, compareceram voluntariamente e não sofreram torturas. No mais, todos os suspeitos foram torturados.<sup>281</sup>

Acerca do tempo em que começavam as torturas depois que o suspeito era preso ele falou que não havia tempo, era imediatamente. Devido aos mecanismos de segurança das organizações de esquerda, que procuravam evitar que os militantes se conhecessem, por isso se

no início da etapa triunfal dos porões, após o Ato Institucional nº 5, em que a preocupação principal era torturar”. Ver em: TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**: os segredos dos porões da ditadura. Ed. ver. e amp. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 12.

<sup>279</sup> Bermejo, loc. cit.

<sup>280</sup> Essas últimas informações são totalmente desconhecidas para mim e se confirmadas renderiam bons estudos.

<sup>281</sup> BERMEJO, Ernesto González. Brasil: una cámara de torturas. **Marcha**. Montevideu. 09 jul. 1971. Nº 1551. p. 16-18.

dividiam em células de poucos indivíduos e, também pelo desconhecimento do endereço dos companheiros, medida que obrigava a marcação de pontos de encontro, através de senhas, para o andamento das atividades dos grupos. Caso houvesse falta de um dos contatos, era sinal de que alguma coisa estava errada, provavelmente tinha havido “quedas”. Tais informações eram preciosas para os “investigadores”, por isso, a urgência em “arrancá-las”.<sup>282</sup> No Uruguai também aconteceu isso, pois nem todas as pessoas que foram torturadas tinham sido processadas, conforme podemos observar nesta outra denúncia do *Marcha*: “Tomaremos para ilustrar el hecho dos declaraciones, una de un ciudadano detenido sin que haya sido sometido a procesamiento y de otro que está procesado. A uno no se le imputa ningún delito y a otro se le ha procesado por imputación de delito [...]”.<sup>283</sup>

O entrevistado brasileiro também discorreu sobre as torturas que foram frequentemente praticadas nos órgãos de repressão. Falou que o preso ficava “completamente desnudo y encapuchado [...]”, com “una bolsa atada al cuello [...]” - essa bolsa não tinha nenhum orifício que facilitasse sua respiração e até a fala saía estranha. Sobre os instrumentos de tortura utilizados disse: “El básico es el ‘pau de arara’<sup>284</sup>, todos los otros métodos son utilizados combinándolos con ese”. Ele explicou como era o instrumento e como o utilizavam coordenado com os golpes de cassetetes em lugares estratégicos – os mais sensíveis.

Depois falou dos choques elétricos, que podiam ser aplicados diretamente da “corrente ou com uns telefonos de campanha”, e para aumentar sua eficiência jogava-se água salgada no corpo do preso. Que havia uma espécie de “progressão” nesta prática conhecida por ‘máquina da verdade’. Começava pelas mãos e pés, depois nas

---

<sup>282</sup> JOFFILY, Mariana. A margem da suspeita. Simpósio Nacional de História. XXVI. 2011. *Anais...* 12p. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299511009\\_ARQUIVO\\_ANPUH\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299511009_ARQUIVO_ANPUH_2011.pdf)>. Acesso em: 15/04/2012. p. 6-7.

<sup>283</sup> TORTURAS: el informe de la comisión del senado. *Marcha*. Montevideu. 05 jun. 1970. Nº 1496. p. 12-15.

<sup>284</sup> Pau-de-arara: utilizava-se uma barra de ferro atravessada entre os punhos e os joelhos, amarrava-se e pendurava-se o preso a cerca de 20 a 30 centímetros do chão. Tal posição deixa a cabeça pendurada para trás e para baixo e causa dores atrozes no corpo. Além disso, eram aplicados com choques em várias partes do corpo, inclusive na genitália e no ânus, pancadas e queimaduras com cigarros. Ver em: FON, Antonio Carlos. Tortura: a história da repressão política no Brasil. 6ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1981. p. 78.

genitálias e ânus, até chegar à língua e às orelhas.<sup>285</sup> Os choques eram aplicados com o preso no pau de arara, sentado em uma cadeira eletrificada<sup>286</sup> ou em uma espécie de “casco metálico” colocado sobre a cabeça. E todas essas torturas eram acompanhadas por um médico que tinha a função de verificar se o seviciado poderia suportar mais torturas, se se fazia necessária a aplicação de soro ou alguma outra substância que o mantivesse consciente, ou ainda, se tinha que suspender as torturas pelo risco iminente de morte.

Outro tipo de tortura explicada por Von Der Weid foi a “hidráulica”: o prisioneiro era inclinado para trás e introduziam nas suas narinas umas cânulas de borracha com água, cuja pressão provocava a inundação dos pulmões e a sensação de sufocamento e afogamento. Além desses tipos já citados, havia um que consistia em amarrar as mãos do suspeito e suspender o corpo até que os pés ficassem a um palmo do chão, associado com golpes de cassetetes. Depois de algum tempo o corpo ficava tão distendido que alcançava o solo. Tinha também o telefone, feito com golpes das mãos nas orelhas, simultaneamente, que frequentemente rompia os tímpanos. Ou colocavam por debaixo das unhas umas lascas de material combustível e ateavam fogo.

Jean Marc falou, ainda, sobre a existência dos centros de torturas clandestinos – e indicou a localização de uma casa em Jacarepaguá, um bairro residencial no Rio de Janeiro - para os quais foram levados dirigentes de organizações que foram barbaramente torturados, mortos e/ou desaparecidos como Joaquim Câmara Ferreira, Aldo de Sá Brito, Jorge Ferreira Leal e Bacuri.<sup>287</sup> afirmou que um dos métodos de

---

<sup>285</sup> BERMEJO, Ernesto González. Brasil: una cámara de torturas. **Marcha**. Montevideu. 09 jul. 1971. Nº 1551. p. 16-18.

<sup>286</sup> Essa cadeira era conhecida como “cadeira do dragão”: semelhante a uma cadeira utilizada na inquisição, de madeira e na época da ditadura revestida de metal para “melhorar” o desempenho. O preso era colocado ali, tendo o seu corpo em contato com o metal que era tocado por fios elétricos para dar choques. Ao receber as descargas elétricas o corpo era chacoalhado pela força da eletricidade e a sua pele em contato com o material da cadeira ficava muito ferido. Recebiam outros tipos de golpes neste instrumento de tortura: socos, tapas em várias partes da cabeça. Ver em: FON, Antonio Carlos. **Tortura**: a história da repressão política no Brasil. 6ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1981. p. 77-78.

<sup>287</sup> O nome de Bacuri é Eduardo Collen Leite. Ele militou na Ação Libertadora Nacional (ALN), Política Operária (POLOP), Resistência Democrática (REDE) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ver em: EREMIAS

torturas que empregavam ali eram as mutilações e descreveu como mataram “Bacuri”: “Le habían sacado los dos ojos; tenía una de las orejas cortada, la boca rasgada hasta la oreja, todos los dientes quebrados y también los brazos y las piernas y el maxilar inferior; le habían cortado los dedos. Finalmente lo mataron de un hachado en la frente.”<sup>288</sup> E, ainda, entregaram seu cadáver para sua esposa, Denise Crispin, com o objetivo de torturá-la.

Haviam modalidades de tortura psicológica, lembradas pelo estudante, que eram a detenção de familiares para assistirem o prisioneiro ser torturado e o fuzilamento simulado. Ele citou, ainda, alguns tipos de torturas sexuais que serão mostradas no terceiro capítulo. Contou das sevícias sofridas por ele, bem como alguns detalhes de sua trajetória desde a prisão até a libertação através da troca com o embaixador suíço. Deu nomes, codinomes e características físicas de torturadores e também seus comportamentos durante as torturas:

*Existen dos tipos: el tipo que está digamos ideológicamente convencido de lo que está haciendo: tortura porque tiene una posición política, ideológica, de represión al pueblo, a los revolucionarios. Son los oficiales de alta graduación de la Marina, del ejército [...] En general son tipos muy fríos, torturan con método, buscan la eficacia para sacar información. Los de la marina son así, en general. La gente del ejército es bastante más emocional.*<sup>289</sup>

Perguntado sobre o outro tipo de torturadores ele disse: “Son los sádicos, gente totalmente deformada, que tortura por placer; hay muchos pederastas entre los torturadores, sobre todo en San Pablo”. Nesta resposta podemos observar que Jean Marc falou em “pederastas”. Que havia muitos deles entre os torturadores. A consulta ao dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira nos trouxe

---

DELIZOICOV. **Dossiê Mortos e Desaparecidos políticos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=107&m=3>>. Acesso em: 27/08/2013.

<sup>288</sup> WEID, Jean Marc Von Der *apud* BERMEJO, Ernesto González. Brasil: una cámara de torturas. **Marcha**. Montevideu. 09 jul. 1971. Nº 1551. p. 18.

<sup>289</sup> BERMEJO, Ernesto González. Brasil: una cámara de torturas. **Marcha**. Montevideu. 09 jul. 1971. Nº 1551. p. 16-18.

como significado de “pederastia” as seguintes definições: “perversão em que ocorre relação sexual de homem com menino” e “homossexualismo masculino”.<sup>290</sup> Tais significados da atualidade se diferem dos atribuídos, por exemplo, na antiguidade, que carregava, segundo estudos historiográficos atuais, um sentido pedagógico:

O erasta era um cidadão com papel ativo na sociedade, geralmente com mais de 30 anos, homem experiente e que sentia brotar em si uma vocação pedagógica ao tornar-se mestre de seu amado. O erômeno era um jovem filho de cidadão que de acordo com a historiografia geralmente possuía entre 12 e os 18 anos.<sup>291</sup>

A partir dessas definições sobre o termo “pederastia”, a afirmação de Von der Weid nos faz pensar em algumas hipóteses: 1) Poderia haver homens homossexuais entre os torturadores; 2) Poderia haver homens heterossexuais que violavam os militantes para “rebaixá-los” à condição de mulher, uma vez que as mulheres, apesar de na época estarem começando a se tornarem independentes através do ingresso significativo nas universidades e no mercado de trabalho, ainda eram vistas como frágeis, dependentes e submissas e, portanto, deveriam ter sua sexualidade dominada pelos homens. Eram cidadãs de segunda categoria; 3) Poderia ser uma escolha discursiva para “desqualificar” os torturadores, já que naquele tempo, no Brasil, ainda era comum chamar homossexuais de pederastas bem como existir a crença de que todo homossexual era promíscuo, pervertido e perigoso; 4) E, finalmente, aponta o objetivo pedagógico que a tortura trazia para toda a população. A aplicação da violência buscava dissuadir as pessoas de se engajarem nas lutas de oposição e resistência à ditadura. Situação semelhante à existente no Uruguai, como podemos observar no que assinalam Diego Sempol e Federico Graña: que haviam

---

<sup>290</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Minidicionário da Língua Portuguesa. 6ª ed. rev. e atualiz. Curitiba: Positivo, 2004. P. 618.

<sup>291</sup> SOUSA, Luana Neres. Platão e Aristóteles: visões acerca da Pederastia em Atenas no período Clássico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 24, 2007, São Leopoldo. **Anais...** Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0486.pdf>>. Acesso em: 18/05/2014.

[...] discursos patologizadores y estigmatizantes los cuales estaban en casi todos los ámbitos de nuestra sociedad. Esa visión del disidente sexual como débil, enfermo, corruptor de menores o traidor estaba arraigada tanto en los sectores conservadores como en los sectores que desafiaban el sistema político a fines de los sesenta.<sup>292</sup>

As mulheres também sofreram violações e eu ainda não pude observar se os comportamentos com homens e mulheres em relação às violências sexuais mudavam de acordo com as equipes de torturadores. Entretanto, trago um trecho do livro “Mulheres que foram à luta armada” que diz assim:

Ali, numa grande sala, são postos nus, os três juntos, sob o comando do tenente Aílton Guimarães, o mesmo que se notabilizou como chefe do jogo do bicho. Guimarães e muitos outros militares mandaram que Chica ajoelhasse e chupasse o sexo dos dois, e que Bento e Chael fizessem a mesma coisa.<sup>293</sup>

A leitura desta passagem do livro de Maklouf me faz pensar que durante as torturas valia tudo para desmoralizar, destruir psicologicamente o preso, não havia muita distinção de sexo para as sevícias, as violências de gênero buscaram feminizar<sup>294</sup> - que significa atribuir o gênero feminino a (alguém) (grifos meus) - os torturados, como veremos no próximo capítulo. O frei dominicano Fernando de Brito, em suas escritas diárias quando esteve preso devido à sua ligação com a ALN, relatou que nos órgãos de repressão havia uma “ficha sintética de múltipla escolha” para definir o perfil psicológico dos

---

<sup>292</sup> GRAÑA, Federico; SEMPOL, Diego. Salvar a la pátria y a la familia. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 88.

<sup>293</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. p. 126.

<sup>294</sup> Conforme o MICHAELIS MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=feminizar>>.



suspeitos de crime político presos, se eram simpatizantes, comunista ou esquerdista, entre outros, e acrescentou que a prática homossexual era considerada “desvio sexual” e forte indício de que o indivíduo era comunista”.<sup>295</sup> Assim, vemos que na tentativa de rotular o indivíduo que estava do lado oposto, de alguma coisa que era considerada negativa naquele tempo, ambos denominavam o outro de homossexual, ainda que não fossem. Os presos, por sofrerem as violências sexuais por parte dos torturadores, relegados à passividade por estes. Já os torturadores, por perpetrarem as violências sexuais nos presos, logo, terem tais iniciativas “desviantes”.

A continuação da entrevista Jean Marc acabou por mostrar, também, essa mesma impressão. Ao ser perguntado se a distinção básica seria entre os que seguiam uma ideologia e os sádicos ele respondeu: *“Una distinción bastante artificial; creo que después de algún tiempo esta distinción entre torturadores por ideología y por sadismo desaparece: todos se degeneran”*. Outra palavra que era utilizada para pessoas com sexualidade desviante: degenerados - que significa perder qualidades que tinha ao ser gerado<sup>296</sup>. Ainda sobre os torturadores ele afirmou que diziam: *‘nosotros sólo tenemos confianza en la verdad que sale de “pau-de-arara”, de los choques eléctricos: la “verdad” de los que hablan sin torturas, para nosotros no es una verdad’*.<sup>297</sup>

Com essas análises procurei mostrar o quanto a entrevista deu conta de muitas informações que permanecem atuais, ainda que tenha sido publicada em 1971. Entretanto, apesar de trazer muitos esclarecimentos acerca de torturados e torturadores, apenas nomes de homens foram citados. Será que as mulheres que sofreram torturas eram todas anônimas? Será que ele não conhecia pelo menos uma delas? Ou era mais importante falar de homens/líderes conhecidos? Jean Marc não falou espontaneamente sobre as sevícias sofridas por mulheres. Apenas quando foi inquirido a respeito disse que elas passaram por todas aquelas relatadas por ele e se referiu às violações sexuais, fragmento que será analisado no capítulo específico sobre o tema.

---

<sup>295</sup> BETTO, Frei. **Diário de Fernando**: nos cárceres da ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 86.

<sup>296</sup> Ver em: MICHAELIS: MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-ortugues&palavra=degenerar>>. Acesso em: 18/05/2014.

<sup>297</sup> BERMEJO, Ernesto González. Brasil: una cámara de torturas. **Marcha**. Montevideu. 09 jul. 1971. Nº 1551. p. 16-18.

Uma entrevista como esta, que revelou tão cruamente as práticas de torturas no país vizinho “caiu como uma luva” para a publicação em *Marcha* no ano eleitoral de 1971. Pois a situação política estava cada vez mais preocupante com a escalada de repressão advinda de um governo “eleito pelo povo” e podia piorar ainda mais se naquela circunstância não houvesse um despertar do povo para a escolha dos candidatos da coalizão de esquerda, apoiados pelo jornal. Apesar de até ali não haver cessado completamente a legalidade, estudantes já tinham sido assassinatos nas manifestações de rua, muitos estavam nas prisões e as torturas faziam parte da rotina nos centros de detenção uruguaios. A matéria era uma demonstração do que já estava acontecendo no país e um alerta acerca do futuro.

Da mesma maneira que no *Marcha* encontramos matérias que falaram do Brasil, encontramos no *Repórter* texto acerca da ditadura uruguaia. Em janeiro de 1979, foi noticiada a distribuição de um dossiê, nas redações de pelo menos dez importantes jornais brasileiros, por uruguaios que vieram até o Brasil, sobre o caso do sequestro de Lilián Celiberti, seus filhos Camilo e Francesca e Universindo Rodríguez Díaz que tinha acontecido no mês de novembro, em Porto Alegre. O jornal destacou um trecho do documento que dizia: ‘Com precisão e sensibilidade exemplares, a imprensa brasileira informou detalhadamente todos os fatos relacionados ao sequestro [...]’.<sup>298</sup> Intitulado ‘Sobre o sequestro de uma família uruguaia em Porto Alegre e seu posterior aparecimento em Montevideu, em mãos das Forças Conjuntas uruguaias’, o dossiê procurava “mostrar o terror implantado pelos militares, denunciar as perseguições políticas intermináveis, os sucessivos malogros dos planos econômicos do governo”. Além de ter se reportado aos “casos tristes de desaparecimento de famílias inteiras, inclusive crianças [...]”<sup>299</sup> com o objetivo de divulgar os casos para dar alguma chance de sobrevivência a elas.

Esse jornal brasileiro informou que mesmo tendo passado dois meses do sequestro a imprensa uruguaia não tinha podido tocar no assunto devido à repressão “mais violenta da atualidade”. Sobre a situação repressiva uruguaia afirmou: “A Anistia Internacional, entidade que zela pelos direitos humanos (os de verdade, não os do Jimmy Carter) em qualquer nação, revelou ter conhecimento de quase cem mortes sob tortura [...]”. O texto está escrito exatamente assim – sobre

---

<sup>298</sup> GOLLO, Luiz Augusto. Esse sequestro é uma vergonha: polícia gaúcha ignora fronteira. **Repórter**. Jan. 1979. Nº 13. p. 23.

<sup>299</sup> Ibid., p. 23.

os direitos humanos e o Jimmy Carter -, fato que me fez lembrar a posição do PCdoB, em relação ao uso do termo direitos humanos. Em novembro de 1977, em um texto de quatro páginas, acerca do aniversário da revolução russa ocorrido em outubro, cujo título é “O único e verdadeiro caminho”, há a seguinte declaração: “A demagogia de Carter, sobre direitos humanos, não consegue esconder a verdade de que os monopolistas norte-americanos são o sustentáculo dos regimes retrógrados, antinacionais e antipopulares, no Continente”.<sup>300</sup> Logo, para os comunistas do Brasil, o discurso do presidente estadunidense sobre esse tema era vazio. Voltando à notícia do Repórter, na sequência, para impactar ainda mais o leitor, revelou: “cerca de 10 mil cidadãos que participaram das eleições de 1971 foram cassados após o golpe de 1973. O poder uruguaio abomina a atividade política em qualquer nível, mesmo num grêmio escolar”.

O texto do jornal privilegiou a divulgação da face mais obscura do Terror de estado uruguaio ao escrever, também, sobre a existência de uma lista, que constava no dossiê, com os nomes dos assassinados pela repressão uruguaia no exterior (especialmente na Argentina). Dizia o texto: “Ali estão famílias completas, marido mulher e filhos pequenos, todos sequestrados de uma só vez e sumariamente mortos. São muitos casos de crianças desaparecidas em função da perseguição a seus pais”. E foi além ao apontar os responsáveis: “A culpa é, indiscutivelmente, das forças de segurança uruguaias, em conluio com grupos argentinos, brasileiros, paraguaios etc.” E cobrar o esclarecimento da “participação da polícia gaúcha no episódio”, uma vez que Camilo chegou a identificar o prédio da Secretaria de Segurança de Porto Alegre, como o local para onde foram levados logo após o sequestro, já que as autoridades negaram tal participação.

O artigo, que ocupou uma página inteira e trouxe uma foto em preto e branco, estilo 3x4, em traços, de Lilián Celiberti bem no meio, chamou atenção pela iniciativa do jornal, em ser solidário com os militantes do país vizinho. Lembro que não foi esclarecido no texto que os sequestrados tinham ligação com o partido PVP. Nem que os demais desaparecidos eram opositores da ditadura civil-militar daquele país. Apesar de falar em cassação e perseguição às pessoas que tiveram alguma participação política. Mas o fato mais curioso é o próprio título do dossiê: “Sobre o sequestro de uma família uruguaia em Porto Alegre

---

<sup>300</sup> O único e verdadeiro caminho. **A Classe Operária**. Nov. 1977. Nº 120. p. 7-10. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_292.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_292.pdf)>. Acesso em: 21/01/2014.

e seu posterior aparecimento em Montevideu, em mãos das Forças Conjuntas uruguaias”. Talvez os brasileiros não soubessem, mas certamente os uruguaios tinham conhecimento que Lilián era realmente mãe das crianças, mas a formação da família era uma fachada para despistar a repressão. Mas será que esclarecer os fatos naquele momento não seria incômodo? Denunciar o sequestro de uma família não sensibilizaria mais o público leitor do que o sequestro de uma mãe com seus dois filhos pequenos, que vivia com um companheiro do partido, sem que fossem casados? Para a sociedade brasileira daquela época, conforme pudemos observar neste estudo, até aqui, certamente faria diferença. A matéria também destacou a informação repassada pela Anistia Internacional acerca das cem mortes ocorridas nas sessões de torturas nos últimos anos. E essa foi apenas uma das denúncias que citaram as organizações internacionais.

E a vinda dos uruguaios ao Brasil, aludida na notícia sobre o sequestro em Porto Alegre, para distribuir o dossiê provavelmente também não era real, é bem provável que eles já estivessem por aqui, pois segundo depoimentos de militantes do PVP, alguns deles vieram para o Brasil, especialmente depois da repressão na Argentina, com o intuito de continuar o trabalho de denúncias contra o governo uruaio, inclusive com a produção do periódico *Compañero*, como já foi mostrado no primeiro capítulo.

Voltando às organizações internacionais de apoio aos presos políticos, assim como os jornais clandestinos, os de circulação legal também se apoiaram nas tais entidades, pois elas traziam visibilidade e respaldavam as denúncias.

O *Marcha*, por exemplo, publicou em fevereiro de 1971, um texto que informou a negativa dos governos brasileiro e uruaio em permitir a entrada da Cruz Vermelha para analisar a situação dos presos políticos. Na mesma notícia, foram apontados casos de maus tratos à mulheres presas, investigados pela Comissão do Senado, entre eles, o caso de uma senhora operária de 64 anos que teve um infarto e mesmo assim foi obrigada a descer três andares; o de uma menor, cujas roupas foram tiradas e, colocada em uma banheira de água fria, em pleno inverno, foi incitada ao suicídio; e por último, o caso de uma outra jovem que tinha 18 anos e estava grávida de sete meses. Colocaram-na, privada completamente de alimentação, em uma prisão que continha excrementos, durante 36 horas, além disso, houve uma tentativa de

violação contra ela por um policial bêbado<sup>301</sup>. Em nenhum dos casos citaram nomes, compreensível naquela conjuntura.

O Repórter, que nasceu a partir de uma entrevista com o então diretor da Anistia Internacional, publicou, em junho de 1978, uma matéria cujo título dizia: “Fumaça colorida arrancou a pele das moças”. O evento ocorreu na PUC-SP, quando “[...] estudantes tentavam realizar o III Encontro Nacional de Estudantes (III ENE)” e os policiais invadiram a universidade. Um dos estudantes que estava no momento declarou:

O primeiro sinal da polícia foi com o fechamento da esquina das ruas Monte Alegre com João Ramalho por camburões. Foi quando se desencadeou a invasão, debaixo de uma chuva de bombas, de gritos e cassetadas dos policiais. As bombas, que expeliam fumaças de cores variadas – laranja, branca, preta etc. – faziam-nos chorar e o nosso corpo arder, impedindo qualquer reação que não fosse o sofrimento da dor.<sup>302</sup>

O texto trouxe, também, informações sobre o gás lacrimogênio, bem como um breve histórico de seu uso nos Estados Unidos, onde ele havia sido proibido em 1971, devido às lesões causadas nas vítimas, e também na Europa. No entanto, segundo o texto, por não haverem “provas conclusivas sobre o material utilizado na invasão da PUC”, o jornal levantou a hipótese de ser um material muito mais lesivo: “sabe-se que o Exército brasileiro comprou 1.326 invólucros (canisters) do produto **Chemical Mace**, com o qual são fabricadas as bombas [...]” e acrescentou: “Os testes realizados com o **Chemical Mace** concluíram que o produto irrita os olhos e a pele, provoca opacidade ou arranhadura na superfície da córnea, causa prejuízo à traqueia bem como lesões na pele.” Porém, os estragos causados nos membros da estudante cujas fotos foram postas na mesma página do jornal e eu reproduzo abaixo, não parecia nenhum dos dois materiais citados até aqui:

---

<sup>301</sup> URUGUAY: no a la Cruz Roja. **Marcha**. 05 feb. 1971. Nº 1531. Incidentes y perspectivas, p. 14.

<sup>302</sup> FUMAÇA colorida arrancou a pele das moças. **Repórter**. Jun. 1978. Nº 7. p. 24.



Imagem: Violência contra manifestação de rua.

Entretanto, em destaque tinha uma pequena nota com o título “Até a TV inglesa protestou” que apresentou um trecho de um telegrama enviado, em dezembro de 1977, por Tricia e Gerald Sievers, da Anistia Internacional da Inglaterra para Thomas Hammarberg, então presidente do Comitê Executivo da Anistia Internacional, que assim dizia: ‘(...) Outras fontes afirmam que as ‘bombas de efeito moral’ são de fato chamadas ‘litros’ e causaram danos severos durante uma manifestação nos Estados Unidos em 1971 [...]. Por favor, remeta-nos uma cópia da análise química das roupas que você mencionou’. E, também, a resposta de Hammarberg:

Vejo que vocês estão acompanhando o caso das estudantes que sofreram queimaduras (na mini-invasão da PUC) em São Paulo. O que fizeram a respeito? Pedi a um especialista em química que analisasse o pedaço de roupa dela e mostrei as fotos a um médico. Enviamos a história para a televisão (BBC) aqui e o programa mostrou que não se tratava de gás lacrimogênio, mas algo mais

sério. Uma das teorias era de que se tratava de fósforo branco ou amarelo.<sup>303</sup>

A notícia falou da violência sofrida por mulheres jovens estudantes, mostrou alguns depoimentos delas que contaram dos tratamentos a que foram submetidas. Não deixou de mencionar que o caso estava arquivado, apesar da gravidade do ocorrido.

E não foram só as notícias sobre esses países que foram intercambiadas e publicadas nos jornais do país vizinho. As pessoas também trocaram de país em função do exílio. Todavia, uma brasileira foi mais longe. Flávia Schilling - filha do colaborador do *Marcha*, Paulo Schilling -, se exilou no Uruguai por causa do golpe de 1964 no Brasil e se envolveu com a guerrilha uruguaia ao militar no MLN-Tupamaros, foi presa, torturada e ficou presa durante sete anos e meio. Para que ela fosse liberta o *Repórter* realizou uma campanha através de um anúncio publicado a cada edição, a partir de outubro de 1979, no intuito de sensibilizar a sociedade para que pressionasse a ditadura uruguaia em prol da libertação da jovem brasileira. Quando Flávia chegou ao Brasil, em maio de 1980, o jornal cobriu o evento.<sup>304</sup> Sobre as violências contra militantes de oposição, falou: “no Uruguai eles chegaram a um refinamento técnico muito grande na questão da tortura física. Mas eu até agora não tive conhecimento de um requinte tão grande na parte da tortura psicológica”. Perguntada acerca das torturas utilizadas ela respondeu que

Vão desde as coisas mais fáceis de fazer, quanto à técnica, como o ‘plantão’: ficar de pé com os braços levantados e as pernas abertas, que embora pareça simples consegue levar as pessoas a terem alucinações no fim de alguns dias [...]. A tortura física e a tortura psíquica estão completamente ligadas [...]. Os dois trabalhos são constantes. A parte psiquiátrica tem como motor o medo. O medo de quem se sente totalmente desamparado, noção de total inferioridade frente à onipotência do torturador.<sup>305</sup>

---

<sup>303</sup> Ibid. p. 24.

<sup>304</sup> Id., mai. 1980. p. 8.

<sup>305</sup> DANTAS JR., Altino. Flávia. *Repórter*. Mai. 1980. Nº 29. p. 8.

Segundo o jornal, Flávia permaneceu três anos dentro de solitárias de várias prisões, nas quais passava o dia inteiro virada para uma parede com uma proximidade de meio metro. Foi mordida por cães que eram treinados para tal tarefa e realizou trabalhos forçados de carregamento de pedras para a construção de muros que eram destruídos assim que ficavam prontos para que fosse repetido todo o procedimento.

A violência policial nas ruas da capital uruguaia também rendeu reportagem no *Marcha*. Em setembro de 1968 o jornal publicou que nos últimos cinco meses havia tido uma escalada de violência nas ruas, falou dos choques entre estudantes e operários e a polícia, e que a polícia passou a atirar com arma letal, atirou em várias pessoas que ficaram com a saúde comprometida, especialmente em estudantes, e matou um deles, Liber Arce.<sup>306</sup> No final de julho de 1971, esse mesmo jornal publicou uma edição cuja capa estampou muitas pessoas aglomeradas e os dizeres: “Heber Nieto: com él marchó hacia adelante el pueblo”. Tratava-se do funeral do estudante Heber Nieto, que foi assassinado em uma manifestação de rua, pela polícia. Aquele número apresentou vários escritos sobre a morte do garoto de dezesseis anos. Cartas de leitores, artigo do escritor Mario Benedetti, texto de Hector Rodriguez, todos falaram da morte do estudante e da violência policial que fez mais uma vítima.<sup>307</sup> O evento se assemelhou ao assassinato do estudante brasileiro Edson Luis<sup>308</sup> no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, com grandes aglomerações de pessoas durante o velório, sepultamento e missa de 7º dia.

Em novembro de 1968, meses após o lançamento das Medidas Prontas de Seguridad, mesmo em meio às censuras, o *Marcha* publicou uma denúncia de uma página inteira, sobre a prática de torturas realizada pela polícia de Montevideu. O título “Los establos a limpiar” preparava o leitor para o conteúdo do texto. Era apenas o início do movimento das engrenagens perversas que levariam milhares às câmaras de torturas no Uruguai, momentos em que ainda se recorria à justiça para reclamar do tratamento dado pelos policiais aos suspeitos de crime político. Já no início do artigo estava a afirmação: “Esta semana -

---

<sup>306</sup> BAÑALES, Carlos et al. Ya son tres muertos. *Marcha*. 27 set. 1968. Nº 1418. p. 13.

<sup>307</sup> Id., 30 jul. 1971. 40p.

<sup>308</sup> CUNHA, S. D. B. C. A morte de Edson Luís no Calabouço em 1968. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 25, 2001. Caxambu. *Anais...* Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/SCunha\_Memorias.pdf>. Acesso em: 06/11/2013.



a menos que hechos nuevos y muy improbables vengan a modificar la situación – los torturadores de la policía montevideana están ganando otra de sus escaramuzas contra la justicia y la opinión sana del país”.<sup>309</sup> A motivação para tal era que algumas vítimas de torturas haviam recorrido à justiça contra os policiais responsáveis pela violência e a justiça não havia se pronunciado, mas os agentes haviam, também, processado essas mesmas vítimas por calúnia e nesse caso a justiça já se pronunciara.

Entretanto, havia muito mais a denunciar naquele espaço. As vítimas eram os irmãos Leo e Freddy Gerner e a esposa do primeiro. Freddy relatou sua experiência, vivenciada enquanto esteve sob a guarda do Estado para o jornal que assim descreveu:

*Afectado de una úlcera estomacal y con un defecto físico en una pierna, Freddy es de complexión delicada y los castigos policiales le provocaron serias consecuencias aún no totalmente diagnosticadas. A los castigos, además, se sumó la coacción psicológica: se le hizo oír, en una pieza contigua, las torturas que estaban siendo infligidas a su hermano.*

Além da tortura psicológica, os relatos revelaram a falta total de escrúpulos por parte dos agentes policiais, que negaram até os direitos mais básicos das pessoas, conforme veremos no trecho que segue:

*Estando en la celda, supongo que a la madrugada (era bien oscuro, como de noche, y había pasado mucho, mucho rato luego del primer interrogatorio) pedí al ‘llavero’ (guardián) que me permitiese ir al baño para hacer mis necesidades. Nadie contestó por más que llamé y llamé. Y seguía encerrado. No tuve más remedio que hacer mis necesidades en el piso. A eso de las ocho de la mañana vino alguien a mi celda y le pedí – asqueado de toda inmundicia – un balde de agua y una escoba, así yo mismo haría la limpieza. ‘En seguida’, contestó el carcelero.*

---

<sup>309</sup> GUTIERREZ, Carlos Maria. Los establos a limpiar. **Marcha**. 22 nov. 1968. Nº 1426. p. 9.

*Pero en lugar de volver él, vino otro: traía un balde lleno de orines y excrementos, y lo desparramó por toda la celda [...].*

Depoimentos de outros presos políticos mostraram esse tipo de maus tratos: a proibição do acesso ao banheiro seja para fazer suas necessidades fisiológicas ou para tomar banho mesmo, porque durante as torturas as pessoas perdiam o controle sobre o corpo. Ficar sujo durante dias foi traumático.<sup>310</sup> Sobre essa situação, Lilián Celiberti falou:

Nesse momento o que mais te dói é a humilhação que significa estar aí, anulado, com o corpo todo lambuzado de merda e tremendo sem poder te controlar, tremendo sem que tua vontade possa impedi-lo. O objetivo da tortura é esse: te destruir como pessoa, que teu corpo, tua vontade, percam o controle e te sintas um montão de carne, ossos, merda e dor e medo.<sup>311</sup>

As mulheres ainda tinham a menstruação, o sangue escorria sem nenhum material que o recolhesse. Damáris Lucena contou a experiência dela assim que foi presa:

Eu cheguei na OBAN com a cara muito inchada. Não podia abrir a boca direito porque a dentadura encaixou na gengiva. A ponte também encaixou. Nem falar eu podia. Fiquei o dia inteiro lá, deitada. Veio a menstruação. Não tinha roupa. Fiquei toda ensanguentada. Eles diziam: ‘Tira essa mulher daqui, essa mulher está podre’. Quando me chamaram para a entrevista, eu não tinha nem como tomar banho. Levei uns quatro dias naquele estado deplorável.<sup>312</sup>

---

<sup>310</sup> Id., 05 jun. 1970. p. 12-15.

<sup>311</sup> CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. **Meu quarto, minha cela**. Tradução: Ernani Ssó. Porto Alegre: L&PM Editores, 1989. p. 13.

<sup>312</sup> LUCENA, Damáris *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. p. 82.

Ela só recebeu algum tipo de ajuda depois de ser torturada e levada para uma cela onde estava a socióloga Eliana Rollemberg, que cedeu alguns materiais de higiene a ela.

Voltando ao depoimento de Freddy, nos parece inacreditável que esses policiais fossem os mesmos que até ali haviam estado no seio da sociedade, embora saibamos que sim, eram parentes de alguém, vizinhos de alguém, pais, filhos, tios, avôs, irmãos, esposos, gente comum que se aproveitou da posição social para demonstrar sua personalidade sádica. O que de fato havia mudado era a disposição de várias pessoas de se engajar nas lutas de oposição aos governos ditatoriais, por isso estavam sofrendo as sevícias. E essas estavam sendo ouvidas pelos meios de comunicação, podiam denunciar. Não eram aquelas marginalizadas que eram deixadas à própria sorte. Então, voltemos ao testemunho de Freddy, pois descreveu uma sessão de tortura a que foi submetido:

*Y en seguida me hicieron desnudar completamente, aunque me quedé con los zapatos. 'Quítate los zapatos'. Les expliqué que tengo una pierna más corta que otra, por lo que, cuando quedo sin los zapatos correctivos, al quedar mi cuerpo desnivelado sufro mucho. Igual me obligaron a quitarme los zapatos. El piso estaba totalmente orinado. Y por arriba, desde una banderola abierta, se filtraba una corriente de aire frío, infernal. Me hicieron parar mirando la pared, con las piernas abiertas al máximo y los brazos en cruz. No sé cuánto tiempo pasó. Pero llegó el momento en que me vinieron las arcadas [...] Y me descargaron una serie interminable de golpes contra los riñones, aplicados con el canto de las manos – yo tenía la sensación de que era con el canto de una tabla; quien pegaba era un 'tira' pero estaba acompañado de dos o tres más – al tiempo que exclamaban: 'Subí los brazos y mira que esto recién empieza.' Tras las arcadas me vinieron los vómitos; y luego la incontinencia; sin poderlo impedir me orinaba. 'Por favor, aparten mis ropas que quedarán a la miseria con los vómitos y mi incontinencia.' El pedido sirvió para que colocasen toda mi ropa justo en el lugar donde pudiese recibir todo encima. (...) Mientras tanto el carcelero venía, miraba y se reía*

*ruidosamente. Los vómitos aumentaron. Y eran cada vez más violentos. Lo que vomitaba aumentaba en oscuridad, hasta que termine vomitando sangre (el vómito del ulceroso, o 'hematemesis')<sup>313</sup>.*

A citação acima me fez pensar no título “Los establos a limpiar” como uma metáfora que, obvio, não se referia aos “resíduos” produzidos pelos presos nas horas intermináveis de torturas, mas, perdoem-nos os animais, à excrescência produzida por esses seres de difícil adjetivação, os torturadores, em toda sua cadeia hierárquica.

Vale dizer, ainda, sobre a notícia, que apesar de haver uma mulher como vítima de tais agentes, nada foi dito a respeito de sua estada em poder da polícia. Talvez no intuito de preservá-la de constrangimentos futuros, preocupação menor foi dedicada aos homens, pois até seus nomes foram expostos, mesmo em uma conjuntura em que qualquer informação que desagradasse os policiais poderia ser fatal. Nesse caso, é possível que a publicização dos casos estivesse sendo utilizada para preservar a vida dos envolvidos, pois se deu em 1969, época em que o governo ainda tentava manter uma aparência democrática.

Da mesma maneira que outros jornais de oposição pesquisados neste trabalho, durante todo o período em que foi analisado o *Marcha*, mesmo tendo a circulação legalizada, serviu de porta-voz da resistência e oposição ao governo ao publicar anúncios de entidades políticas e, com frequência, patrocinar debates com análises da conjuntura e de fatos políticos, estes muitas vezes violentos, que ocorriam com grande frequência. Estavam afinados com as ideias de muitos docentes das áreas de humanas das universidades da capital que, muitas vezes, participavam de tais debates. Quando estes foram sequestrados e presos, o periódico realizou campanhas de denúncia bem frequentes, até que se localizasse o paradeiro deles ou até que fossem libertos. A tradição uruguaia de valorização da educação apareceu nas denúncias de violências que envolveram professores. Em uma nota assinada por: “Liceo 1(?), profesores de la GPM”, intitulada “Libertad para Beatriz Cardozo”, vemos que o jornal destacou-a colocando um traço ao redor de toda extensão, formando um retângulo. O texto não destoava de outras denúncias escritas por colunistas fixos do jornal. A nota dizia:

---

<sup>313</sup> GUTIERREZ, Carlos Maria. Los establos a limpiar. *Marcha*. 22 nov. 1968. Nº 1426. p. 9.

*La profesora Beatriz Cardozo fue detenida en su casa el sábado 3 de setiembre a raíz de un procedimiento policial. El órgano represivo del “pachecato” tuvo a la compañera en la jefatura durante tres días incomunicada. Sólo al cabo de los mismos fue sometida a la jurisdicción militar, la que decretó su libertad por comprobarse su total desvinculación con los cargos imputados. Sin embargo, el Poder Ejecutivo sumó a la flagrante inconstitucionalidad y a la aberración jurídica de someter un civil a la jurisdicción militar, la internación bajo el régimen de Medidas Prontas de Seguridad en la Escuela “Carlos Nery”.*

*Ante estos hechos denunciamos:*

- 1) La grave distorsión que genera la ausencia de dicha profesora en sus alumnos, quienes, además de verse privados de su profesora, comienzan a sentir los perjuicios morales de tan tremenda, arbitraria como injusta medida del Poder Ejecutivo.*
- 2) El desconocimiento, a esta altura muy inquietante, de los derechos humanos.*
- 3) El grave antecedente que el caso de la compañera Cardozo plantea en la órbita de la justicia.*

*Por lo tanto, reclamamos la inmediata libertad de la compañera.*<sup>314</sup>

Há que se fazer algumas considerações em relação à escrita deste texto além das já feitas acima. Primeiro, apesar de todas as irregularidades cometidas pelas autoridades policiais e todas as inconstitucionalidades do evento, o país estava sob leis de exceção que permitiam tais abusos. E por mais que pessoas engajadas contra o governo tivessem excelentes razões para fazê-lo, os órgãos repressivos estavam executando as ordens que o Executivo havia dado. Era a manutenção do Terror de Estado. Em segundo lugar, apesar de o texto afirmar que “comprobarse su total desvinculación con los cargos imputados”, sabemos que vários professores se envolveram nas lutas de

---

<sup>314</sup> LIBERTAD para Beatriz Cardozo. **Marcha**. Montevideú. 24 sep. 1971. Nº 1562. p. 5.

oposição e resistência ao governo. Logo, ser professor/a não era sinônimo de isenção a esse respeito. É claro que em uma carta para ser publicada em um jornal não se colocaria que a professora tinha algum envolvimento, seria como assinar um testemunho contra ela. E o objetivo da denúncia era justamente o contrário, pedir por sua liberdade.

Outro exemplo de prisão arbitrária contra professores podemos ver na denúncia abaixo, sob o título “Profesor detenido”, publicada no ano de 1973, poucos meses antes do golpe no Uruguay:

*La Federación Nacional de Profesores hace pública la detención del Profesor Washington De Vargas de la que no se han expresado las causas. Esta circunstancia lesiona derechos individuales y plantea inconveniencias a un adecuado funcionario de la enseñanza: la Federación manteniendo una posición que ha sostenido permanentemente reclama el esclarecimiento de la situación del compañero detenido.*<sup>315</sup>

Nesta nota, que também foi publicada na seção “Las cartas de los lectores” – seção do jornal que colocava a opinião pública diretamente no jornal sem a mediação discursiva dos redatores, mas que devemos lembrar, também passava por uma seleção para estarem ali -, podemos realizar algumas observações. A presença da *Federación Nacional de Profesores* dava uma certa autoridade para o texto, pois a educação era bem valorizada no país vizinho e nestes casos os professores geralmente são bem vistos, o que poderia gerar relações de poder, ainda que imaginárias, em relação às pessoas que tinham profissões com menos prestígio. É utilizada as palavras “*adecuado funcionario*”, que me parece uma tentativa de elogio contido, para que não se tornasse piegas. Nesta pequena escritura não se fala de inculpação, apenas se deseja saber as causas de sua prisão. Lembro que, muitas vezes, o anúncio da prisão/sequestro de alguém para o máximo de pessoas se tornava a única possibilidade de tentar garantir a sobrevivência do preso/sequestrado, e a negativa para os parentes, que iam aos lugares possíveis de detenção, de que o preso não estava, era a chance de isentar os órgãos de repressão e o governo da

---

<sup>315</sup> Id., 27 abr. 1973. p. 5.

responsabilidade do encaminhamento que se daria ao tratamento do preso. José Baumgartner, Jorge Matos e Mario Mazzeo, afirmam que

No Uruguai, este procedimento que transitou pelas bordas da Lei de Segurança foi aplicado massivamente pelo governo militar a partir de meados de 1975 (o que não significa que antes não tivesse sido tentado: o “esquadrão da morte” durante os anos de 1970-72 e as próprias Forças Conjuntas, em 1974, com os assassinados em Soca.<sup>316</sup>

Os autores acrescentam ainda que o sequestro

Implica a detenção de pessoas seguida de seu “*desaparecimento*” e a obstinada negativa oficial de reconhecer a responsabilidade dos organismos envolvidos e de admitir que aquelas estavam em poder das Forças Armadas. Operavam em total clandestinidade e com todo respaldo. Geralmente atuavam altas horas da noite ou de madrugada. De preferência, por isto mesmo, a incursão se realizava no domicílio da vítima, embora tenha havido sequestros em locais de trabalho e nas ruas em plena luz do dia e em meio a outras pessoas.

Após matérias publicadas sobre a repressão em alguns números do Repórter no começo de 1979, entre as quais uma sobre a bomba que explodiu no jornal O Estado de São Paulo, outra sobre a censura e perseguição à imprensa alternativa, o jornal publicou em abril uma carta, enviada por leitores que se diziam irmãos do jovem militante Antonio Marcos Pinto de Oliveira, com a denúncia de seu assassinato da qual destaco o trecho abaixo:

Em 29 de março de 1972, por ocasião de prisões e assassinatos em massa de elementos ligados à VAR-Palmares, assim como outras organizações revolucionárias, Antônio Marcos foi surpreendido por agentes do DOI/CODI [...] residência de um companheiro, sendo lá assassinado juntamente

---

<sup>316</sup> BAUMGARTNER, José Luis; MATOS, Jorge Duran; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos**: a história da repressão no Uruguai. Ed. Tchê. p. 17.

com Maria Regina Leite Lobo Figueiredo e Lígia Maria Salgado Nóbrega (então grávida). Para prender um rapaz e duas moças, os agentes fizeram da rua e periferia uma verdadeira praça de guerra, lançando granadas, metralhando a casa, ameaçando e aterrorizando vizinhos, utilizando-se do mais requintado sadismo na maneira de assassinar 3 jovens – [...].<sup>317</sup>

Quero lembrar que apesar de na época desta edição a censura oficial já ter sido extinta, por isso foi possível publicar tal denúncia, a ditadura ainda estava em vigência e por isso os irmãos pediam pela anistia na carta. Mas voltando à citação acima, podemos dizer que esse foi um dos raros textos publicados pelo Repórter que falaram acerca das torturas e ou assassinatos de suspeitos e presos políticos. Mesmo no período pós-anistia não trouxeram tais denúncias. A notícia falou dos assassinatos de três jovens, e enfatizou que uma das jovens estava grávida, pois este dado podia sensibilizar ainda mais os leitores contra a ditadura. Contou, ainda, dos métodos que a repressão utilizava, mesmo dispondo de muito maior força bélica e de pessoal que as organizações, para disseminar o terror entre a população.

Outra seção da carta denunciou as torturas sofridas pelos irmãos de Antonio Marcos, as físicas, bem como as torturas psicológicas que atingiram toda a família, conforme vemos abaixo:

Nossa família foi atingida diretamente, sendo envolvida nesse clima de violência e terror, através de ameaças e coações. Nós, autores desta carta, fomos também atingidos (e como!...) por sermos irmãos de Antonio Marcos e estarmos engajados na mesma luta, fomos presos, levados encapuzados para a P.E. (DOI/CODI), torturados e forçados a ouvir dos algozes a maneira covarde utilizada no assassinato de nosso irmão. As torturas foram de todas as espécies: físicas e psicológicas. Maria de Fátima esteve internada 1 mês depois da morte de Marcos em estado de semi coma no Hospital Central do Exército (HCE), e Januário permaneceu 1 mês altamente

---

<sup>317</sup> MAIS um assassinado pelo DOI/CODI. **Repórter**. Rio de Janeiro. Abr. 1979. N° 16. p. 21.



debilitado e continuamente torturado também no DOI/CODI.

Quanto às torturas psicológicas, nem se fala – (constantes ameaças de torturar nossos familiares e até matá-los em nossa frente).

Podemos ver na notícia acima que a violência atingiu aos militantes presos de maneira semelhante, independente do gênero do militante. Tanto o irmão quanto a irmã sofreram agressões causando-lhes debilidade na saúde.

Em 10 de abril de 1970, no ano em que as Organizações das Nações Unidas - ONU instituiu como o Ano Internacional da Educação, o *Marcha* trouxe uma matéria, sob o título irônico “Nuestro aporte al año de la educación”, que contém entrevista com Roberto Ares Pons, professor de História, que havia estado detido por 17 dias e, segundo ele, em nenhum momento o informaram a causa da detenção. Roberto relata o momento da prisão:

*En la madrugada del jueves 19 de marzo llegó a mi casa una camioneta policial. Inmediatamente me llevaron a Jefatura y, una vez allí, me encerraron en una celda del cuarto piso. Prácticamente no podía moverme. Todo lo que podía hacer era caminar tres pasos.*<sup>318</sup>

Acrescentou ainda que na noite do dia em que o prenderam foi transferido, com outros colegas, para o Centro General de Instrucción de Oficiales de Reserva - CGIOR. Um conhecido centro de detenção e tortura, antes mesmo de a ditadura iniciar em 1973.<sup>319</sup> E relata uma das violências a que foram submetidos vários presos políticos, os lugares inapropriados para detenção, espaços exíguos, onde os presos, muitas vezes, permaneciam na mesma posição incômoda por períodos longos. As detenções em lugares inapropriados foram descritas em abril de 1984, em um informe da associação de “Mães e Familiares de Processados pela Justiça Militar, que assim esclareceu:

---

<sup>318</sup> NUESTRO aporte al año de la educación. **Marcha**. Montevideú. 10 abr. 1970. Nº. 1488. p. 14.

<sup>319</sup> LOCALES clandestinos de detención y tortura. **Compañero**. Montevideú. 20 set. 1981. Nº. 82. Suplemento Especial, p. 4-5.

Permaneceram e permanecem em celas individuais (2 x 1,50), sem janelas nem ventilação, frias, úmidas e sem luz natural. Em muitos casos, subterrâneas, iluminadas com uma lâmpada elétrica que permanece acesa 24 horas, e sem serviços sanitários, nem água há na cela [...] Quando se passavam vários dias e não nos davam nem uma gota d'água, não tínhamos outro recurso a não ser urinar numa lata e guardar a urina. Aprendemos que convinha deixa-la repousar para que os sais se depositassem no fundo, e tendo a temperatura ambiente se fazia mais potável. Mascamos papel higiênico, comemos sabão que é indigesto, comemos pasta de dentes...[...]

Até 1976, no quartel de Durazno, se utilizou uma cisterna como cela. Consiste numa antiga escavação de 4 ou 5 metros de profundidade com a finalidade de armazenar água da chuva. Depois de chover, fica inundada por um ou dois dias; quando a água chega a altura de meia perna, o refém é içado com uma soga até que o nível da água volte a descer.

No quartel de Colônia, o calabouço do refém localiza-se num sótão e mede 2 X 1,5 X 1,5 de altura, pelo que o prisioneiro não pode manter-se erguido. Não tem qualquer tipo de ventilação e a porta que é de metal permanece fechada as 24 horas.

No quartel de Trinidad, o calabouço tem chão de barro e está localizado sobre a rede sanitária que drena água usada constantemente. As condições higiênicas e de umidade são tais que o detido costuma padecer de diarreia meses a fio.[...]

Ao aproximar-se a madrugada começam a por água no pequeno corredor dos calabouços. Isto se faz para que o preso permaneça de pé, descalço sobre a água. Abrem a porta de chofre e o refém, que dorme deve pôr-se de pé, descalço, atar o capuz ao pescoço, na frente de um soldado que aponta-lhe uma arma; sair; pôr-se contra a parede com os braços para o alto e as pernas abertas ao máximo. Um cão faz a custódia aos pés do refém. O lugar está completamente escuro e não se trata de revistar, mas de jogar tudo no chão, pisar, rasgar, quebrar os poucos pertences: cartas, roupa,

comida, livro. Tudo em minutos. Depois, permanecer de pés sobre a água, uma hora, duas, todo o tempo que apraza ao oficial em diligência. Finalizado o procedimento, o refém tem cinco minutos para arrumar tudo. Às vezes jogam sobre suas coisas um balde de urina e excremento.<sup>320</sup>

A nota publicada no *Marcha* e os trechos do informe das Madres e Familiares de Processados pela Justiça Militar me fez recordar que a militante do *Partido por la Victoria del Pueblo* - PVP, Lilian Celiberti, conhecida no Brasil pelo sequestro sofrido em Porto Alegre, em 1978, junto aos dois filhos e Universindo Rodriguez Díaz, numa operação conjunta de militares uruguaio e policiais brasileiros, fruto do Operativo Condor, passou cento e cinco dias em uma solitária, na prisão Punta de Rieles.<sup>321</sup>

No Brasil também houve prisão de professores, como já vimos acima. Nos jornais *Repórter* pesquisados, foi publicada uma notícia sobre a violência praticada em um órgão de repressão contra uma professora suspeita de crime político. Em março de 1978 o periódico fez uma retrospectiva sobre os dez anos de vigência do AI-5 e, publicou, entre outras matérias, uma acerca da prisão e tortura sofrida pela professora Maria Nilde Mascelanni - cujo “crime” cometido foi trabalhar com o método Paulo Freire. No entanto, como se tratou de uma denúncia de crime sexual, deixei a análise para o próximo capítulo.

No Uruguai, vários líderes de agremiações oposicionistas sofreram subtração. Ao serem presos os militares que reforçaram as filas do *Frente Amplio* – nomes que serão citados na nota transcrita abaixo, uma das várias publicadas sobre o assunto -, o jornal foi insistente em pedir por suas liberdades e se mostrar solidário. Uma das estratégias para demonstrar a arbitrariedade do governo foi a de revelar a quantidade de dias em que estavam na prisões e as condições em que se encontravam os presos. A nota cujo título é “Seregni”, nome do ex-candidato do *Frente Amplio*, derrotado nas eleições de 1971, relata:

---

<sup>320</sup> MÃES E FAMILIARES DE PROCESSADOS PELA JUSTIÇA MILITAR *apud* BAUMGARTNER, José Luis; MATOS, Jorge Duran; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos**: a história da repressão no Uruguai. Ed. Tchê. p. 186.

<sup>321</sup> CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Lucy. **Meu quarto, minha cela**. Tradução: Emami Ssó. Porto Alegre: L&PM Editores, 1989. p. 64-65.

*Se cumplen hoy dieciocho días de la detención del general Seregni, líder del Frente Amplio, personalidad nacional por los muchos méritos de su trayectoria. Fiel a sus principios y a su pueblo, Seregni, en el pináculo de una carrera de largos servicios y muchos honores, tomó, sin vacilaciones y sin cálculos el camino más difícil. Sabía lo que le esperaba: pero era el que su deber le imponía y por eso, con simplicidad y sin estridencias, continuó su marcha.*

*Al amigo y compañero que agrega ahora nuevos títulos a todos los que posee, MARCHA le hace llegar su fraternal solidaridad.*

*Con el general Seregni fueron detenidos al general Licandro y el coronel Zufriategui. A ellos también MARCHA les envía un saludo solidário.*<sup>322</sup>

Várias outras notas acerca da prisão desses militares foram publicadas no jornal de Quijano. Nas edições de 3 e 10 de agosto, 19 e 26 de outubro, 16 de novembro e 14 de dezembro de 1973, 28 de janeiro e 25 de maio de 1974 foram publicadas notas que informaram o tempo, em número de dias, em que eles estiveram presos. Em julho de 1974 foi noticiada a soltura de Seregni. Falar com frequência da prisão de Seregni no jornal foi não só necessário como oportuno. Pois ele era um militar de alta patente - embora na reserva-, que defendeu, '[...] *la pacificación del país, a una pacificación que supone amnistía, comprensión de los problemas, medidas económicas, medidas sociales y plena vigencia de las libertades [...]*',<sup>323</sup> segundo discurso do senador Michellini reproduzido no jornal em 1972. Ideias que contrariavam as posições do governo e dos militares já envolvidos com a repressão desse período. Foi, também, candidato do *Frente Amplio* à presidência do país, na coalizão de esquerda, que agrupou tendências progressistas e de esquerda, apoiada pelo periódico e, embora tivesse perdido as eleições, era possível pensar que ele teria sido a melhor opção para o país. Uma vez que seu oponente, Juan Maria Bordaberry, vencedor, deu continuidade às medidas econômicas e políticas de seu antecessor, Pacheco Areco e empreendeu o golpe de 1973. O que elevou ainda mais a crise no Uruguai. E chegou a prender Seregni e outros colegas

<sup>322</sup> SEREGNI. **Marcha**. Montevideu. 27 jul. 1973. Nº. 1650. p.7.

<sup>323</sup> Id., 19 may. 1972, p.11-12.

militares do *Frente Amplio*, sem que tivessem cometido crime algum à luz da constituição.

Em 30 de agosto de 1969, o jornal publicou fragmentos de um discurso do senador Michellini bem como as interrupções para falas de outros senadores. O senador Bonavita falou que o governo tinha ódio das mulheres:

*Hay en las cárceles – en esa cárcel Carlos Nery, [...] un centro de martírio de mujeres – madres dignísimas, esposas dignísimas, profesoras, maestras, obreras, mujeres de este país nuestras hermanas, que no han cometido ningún delito infamante, quenon son unas marginadas. Vuelvo a decir: son madres arrancadas del seno de sus familias y que permanecen presas desde hace días y días, semanas y semanas; madres de niños de corta edad, a las que se tienen encarceladas, sometiendo a las familias a la tortura de no saber cómo explicarles a los hijos dónde están sus madres.*<sup>324</sup>

Neste trecho do discurso podemos fazer algumas observações. Ainda que este texto não tenha sido escrito por colaboradores do *Marcha*, ele foi editado por pessoa(s) que escrevia(m) para o jornal. A utilização do adjetivo “dignísima” atribuído às mães e às esposas está em oposição às “*mujeres marginadas*”. Logo, vemos que esta fala classificou as mulheres. Seria legítimo martirizar as que estivessem às margens da sociedade? Estar à margem já não seria martírio suficiente? Quem seriam essas marginadas? Seriam homicidas? Ladras? Prostitutas? O que faria das mulheres, citadas no discurso, dignísimas? O fato de serem mães? Serem esposas? Estarem no interior de famílias baseadas no ideal burguês? A meu ver, nesta fala há a oposição entre as mulheres controladas pelos homens – dentro das famílias - e outras que talvez não estivessem sob este controle: ou não cumpriam o papel de esposa ou o de mãe. Por que o espanto aqui é exatamente este. Como prenderam tais mulheres dignísimas? A que ponto o Estado chegou? “*Madres arrancadas del seno de sus familias*”. Certamente havia um diálogo cúmplice com a sociedade a respeito de tais valores.

---

<sup>324</sup> Id., 30 ago. 1969, p. 9-11.

A maternidade também foi ressaltada no discurso citado acima. E na continuação: “[...] *esas mujeres, muchas de ellas madres y otras en estado de gravidez – son pasibles de sanciones mucho más graves [...]*”. É importante lembrar que a maternidade, para os ideais patriarcais, é o destino natural da mulher no “seio” da família e falar dela – maternidade - por si só poderia causar revolta nos leitores contra o governo repressor. E a seguir o discurso traz:

*[...] cuatro, ocho días arrancadas del seno de sus familias, martirizadas, sometidas sus familias a esa angustia tremenda de no saber cómo explicarle a un niño o a una niña de corta edad donde están sus madres. Porque yo me imagino lo tremendo que debe ser para un padre tener que decir a la hija o al hijo pequeño que la madre está presa, a pesar de que no ha cometido delito alguno, y mucho menos un delito infamante.*

Nesta parte do discurso a preocupação era com a família e com o marido dessas mulheres. Como a ausência delas seria maléfica para os que ficaram para trás. Seria a estratégia mais eficaz para gerar alguma reação da sociedade contra o Estado repressor. Todavia, a última parte voltou a tocar na questão do “não merecimento” da prisão, como isso dificultava contar aos filhos. Se essas mulheres fossem “criminosas” seria mais fácil explicar para os filhos pequenos que a mãe estava presa? Mas os estereótipos não param por aí. Logo em seguida:

*Por supuesto que yo participo de la indignación que en todo hombre bien nacido tiene que provocar el atentado contra la libertad de los individuos, [...] pero pensaba que estos ciudadanos presos, que a estos hombres presos por lo menos todavía les queda el recurso de soñar que acaso algún día se presentará la oportunidad de un ajuste de cuentas. Pero a las mujeres no; ni esta oportunidad tiene; se les deja solas con su angustia, y esto no es un día, sino días y días, semanas y semanas.*

Para encerrar a análise desse discurso este fragmento se mostrou bem oportuno. O autor da fala afirmou que participava “de la indignación que en todo hombre bien nacido tiene”, o que ele queria

dizer com ser bem nascido? Essa expressão pode aglutinar muitas possibilidades. Seria bem nascido alguém cuja família tem boas condições financeiras e por isso possibilita aos filhos boa educação escolar? Ou seria alguém cuja família transmite aos filhos princípios éticos, ainda que não seja abonada? Talvez vários dos políticos que aprovaram as políticas repressoras do governo, contra as liberdades dos que o criticavam, estavam inclusos na primeira possibilidade. Todavia a parte mais significativa foi a última em que o senador afirmou pensar que pelo menos aos homens presos restava-lhes a possibilidade do “ajuste de contas” contra os que os perpetraram injustiças. Entretanto, às mulheres só restava o sofrimento e este poderia durar muito tempo. Numa alusão de que as mulheres são frágeis, não dadas às lutas, às resistências. Ideia que contrariava as razões pelas quais supostamente elas estariam presas.

Podemos pensar que o senador Bonavita não previa que ao Uruguai fosse restituída a justiça em seu estado pleno. Só restaria a vingança ou a convivência com o sofrimento passivo, a injustiça. Previsão que vem se concretizando em parte, pois as investigações e punições aos responsáveis pelas violências vem se arrastando desde o fim da ditadura com poucos êxitos. Sobre a omissão do Estado frente às denúncias de violências contra presos e desaparecidos políticos, Rafael Sansaviero afirma que

*[...] la impunidad constituye un modelo de convivencia social con efectos políticos, jurídicos y culturales donde el Estado contemporáneo funciona como un agente encubridor y cómplice de las violaciones a los derechos de las personas durante la anterior fase terrorista de ese mismo Estado.*<sup>325</sup>

Em junho de 1970, o Marcha publicou um artigo de quase quatro páginas sobre o informe da Comissão de Investigação do Senado, criada em 1969 para investigar as denúncias de torturas praticadas no país, do qual fez uma edição já que se tratava de documento muito extenso.

---

<sup>325</sup> SANSAVIERO, Rafael. Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silencios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue un sistema de gobierno. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 60.

Escolhi esta notícia por ela sintetizar várias modalidades de denúncias em uma só publicação, mas que mostra o trabalho dos redatores na escolha dos fragmentos de textos, bem como as torturas impingidas contra as mulheres e homens uruguaios no período. A matéria foi composta de várias divisões, que demonstraram os maus tratos dispensados aos presos, que não foi esclarecido se eram comuns ou políticos.

O primeiro subtítulo, “Hechos probados”, trouxe uma série de violências que foram dispensadas contra presos<sup>326</sup>, obedecendo uma escalada de brutalidade, das quais destaco as que não contém explicitamente violências sexuais, porque estas serão tratadas no próximo capítulo. Cada item foi numerado. Vejamos:

*1) Los malos tratos de palabra; 2) El sometimiento a privación de agua y comida; 3) Prohibición de hacer sus necesidades fisiológicas en lugares y formas adecuadas; 4) Encierro en calabozos con excrementos; 5) Golpes en los momentos de detención [...]; 6) Plantones prolongados generalmente acompañados de palizas sistemáticas; 7) Distorsión de miembros provocada por esas posiciones de forzoso plantón durante lapsos extensos [...]; 8) Utilización de sistemas de “ataduras” en forma especialmente dolorosa – manos atadas a los miembros inferiores en posiciones difíciles-; 9) Picana eléctrica en diferentes partes del cuerpo, especialmente talones, [...], en un caso concreto se pudo comprobar, en los ojos (certificado médico y declaraciones); 10) [...]; 11) A todo esto se agrega el uso cotidiano de la tortura psicológica, agravando los malos tratos y la tortura física que toma diversas formas y modalidades [...]; 12) Mujeres embarazadas sometidas a trato inhumano, privación de agua y alimentos, en algún caso concreto mujeres detenidas por represalia contra familiares junto a sus hijos menores debieron permanecer sin*

---

<sup>326</sup> Apesar de não estar especificado, o teor do texto, pela sua urgência e pelo número de casos recentes, nos indica que estavam falando principalmente de presos políticos, mas em algumas passagens, também de presos comuns, nos quais as práticas já vinham de muito tempo, assim como no Brasil.



*elementos indispensables para atender sus indispensables necesidades alimenticias.*<sup>327</sup>

É notório que nesta escala de violências, quem escreveu a notícia considerou mais grave as prisões e privações das grávidas e das mães com seus filhos pequenos, ainda mais que algumas delas foram feitas de reféns, para que o parente militante se entregasse. Entretanto, ponderamos que não é possível mensurar os traumas das pessoas, cada uma delas responde diferentemente às violências, e nem saber quem foi mais “resistente” na hora das torturas. Tanto os homens quanto as mulheres deram informações para os agentes da repressão, e em alguns casos, nenhum nem outro falou nada.<sup>328</sup>

O relatório, além de ouvir depoimentos de vítimas e testemunhas das violações, ouviu advogados, médicos e médicos legistas que atenderam alguns casos desses, para que as investigações tivessem credibilidade. Outro ponto importante que foi tocado diz respeito às dificuldades de publicização das torturas, pois

*La indefensión en que se encuentran quienes, detenidos, están sometidos a la voluntad omnipotente, arbitraria y todopoderosa de los que actúan como dueños y señores de su libertad y de su persona, se coligan en algunos casos para hacer más difícil que muchos hechos tomen conocimiento público.*<sup>329</sup>

Através deste texto entendemos, claramente, que havia um pacto de silêncio entre os repressores bem como ameaças às testemunhas, familiares e vítimas. No entanto, uma das partes mais interessante para a pesquisa é a que vem a seguir:

*El temor en algunos casos, el pudor en otros, explicable fácilmente tratándose de mujeres de vida normal y conducta respetable que se han visto, por las circunstancias anormales que ha*

---

<sup>327</sup> TORTURAS: el informe de la comisión del senado. **Marcha**. Montevideu. 05 jun. 1970. Nº. 1496. p. 12-15.

<sup>328</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. 484p.

<sup>329</sup> **Marcha**, loc. cit.

*vivido el país, sometidas a tener trato policial, hacen que hechos no aparezcan públicamente en toda su grave dimensión.*

No fragmento acima podemos observar que o redator condicionou parte do silêncio existente com relação às violações sofridas pelas mulheres, incluídas as sexuais, à sua conduta respeitável e vida normal. Que tipo de conduta seria esta? A vida normal, ou seja, dentro das normas vigentes na época nos indicam que esta conduta seria oposta a de uma mulher não digna de respeito, marginalizada, talvez com um comportamento sexual não desejável. Mas será que estas mulheres, as de conduta não respeitável se comportariam diferentemente? Exporiam com facilidade violências sofridas? Parece que havia, no período a crença de que só as mulheres “direitas” sofriam violência, as de comportamento “duvidoso” já não teriam nada a perder. Vejamos no terceiro capítulo, no qual analisaremos as denúncias acerca das violências sexuais.

Outra motivação apontada para o silêncio das pessoas que sofreram sevícias, segundo o relatório, é o fato de as pessoas, após denunciarem na justiça, voltariam para as delegacias e sofreriam represálias. Pois, os dados recolhidos nas investigações mostravam que na

*Jefatura de policía de Montevideo la aplicación de la tortura en sus diversas formas es un hecho normal, frecuente, habitual, y que están infiltrados en los cuadros policiales, junto a funcionarios de excepcional capacidad y de recta conducta moral, seres humanos inferiores que parecen solazarse en el sufrimiento ajeno y usan sus funciones públicas para descargar bajos instintos propios de elementos de inferior categoría humana.*<sup>330</sup>

Mais uma vez podemos observar que os jornais escolheram mostrar como os agentes do governo envolvidos com as torturas apresentavam características que os faziam parecer seres desumanos, ou mesmo humanos inferiores, como vimos também em denúncias

---

<sup>330</sup> TORTURAS: el informe de la comisión del senado. **Marcha**. Montevideú. 05 jun. 1970. N°. 1496. p. 12-15.

realizadas no órgão de imprensa do PCdoB. E foram além, duvidando da civilidade encontrada nos locais de detenção, como vemos abaixo:

*Es evidente, asimismo, que una superioridad carente de energía y del vigor en el mejor de los caos – o cómplice en la peor hipótesis – hace que el establecimiento donde son retenidos los que la policía detiene, en vez de convertirse en un establecimiento con esa exclusiva finalidad, se transforme en un lugar donde el ser humano sufre vejámenes incompatibles con nuestra organización democrática, con nuestro estilo de vida y con nuestro estado de civilización. [...]*<sup>331</sup>

Os relatos recebidos pela Comissão do Senado de fato contrariavam completamente a vida pregressa do país no que tange à tradição democrática em que se assentava a outrora Suíça da América. E, só para lembrar, esse relatório foi resultado de investigações realizadas em 1969 e começo de 1970, três anos antes de ocorrer o golpe.

A seção de testemunhos trouxe as falas de médicos que atenderam pessoas que passaram pela tortura e começou dizendo: “comenzaremos el análisis de los testimonios por el de aquellos que en cumplimiento de sus obligaciones funcionales tienen contacto casi diario con el tema, para proseguir el examen concreto de algunos de los testigos que han sido víctimas de los hechos”. E justificam a necessidade de começar por tais análises:

*Lo hacemos porque siempre existe en esta materia un margen de incredulidad frente a lo que, por estar tan reñido con el sentido humano de nuestro pueblo, parece más bien una descripción de un imaginativo creador de una narración de terror que de hechos reales que ocurren aquí, en pleno centro de la ciudad de Montevideo [...]*<sup>332</sup>

Ou seja, os depoimentos das vítimas eram inacreditáveis, comparáveis a uma história de terror, assim como era inacreditável que tais fatos

---

<sup>331</sup> Ibid.

<sup>332</sup> Ibid.

estivessem ocorrendo tão próximo das pessoas, em plena capital do país. E, segundo o autor, estes depoimentos serviam para provar outros mais antigos que tinham chegado até o senado, no entanto nenhum responsável havia sido punido.

Entretanto, tanto no Brasil quanto no Uruguai as torturas já vinham sendo utilizadas por policiais em presos ditos comuns antes mesmo de serem instituídas a Lei de Segurança Nacional e as medidas Prontas de Seguridad, respectivamente. Tanto o Repórter quanto o Marcha trouxeram matérias que denunciaram tais violências.

Na sequência, o texto trouxe as falas dos médicos. Um médico chamado Rios declarou que trabalhava há dez anos como médico forense e que todos os médicos que trabalhavam na mesma especialidade tinham visto centenas de pessoas submetidas a maus tratos de todo tipo. E acrescentou: “Nosotros tenemos guardia una semana cada cinco y puedo decir que es excepcional la semana en que yo no vea una persona politraumatizada por castigos policiales. [...] Van desde lesiones triviales hasta otras muy graves.”<sup>333</sup> Ele falou também das queimaduras produzidas por choques e por cigarros.

Nesta mesma matéria, logo na sequência, podemos observar as denúncias que dão conta de torturas também sofridas por presos comuns. Um médico de nome Julio Arzuaga, que afirmou trabalhar há 14 anos como médico forense, assinalou que : ‘*A lo largo de este período he visto, en muchas oportunidades, personas que se quejaban de haber recibido castigos policiales [...]’*. Os quais resultaram em “*lesiones que van desde moretones – para aplicar el término más conocido - hasta otras provocadas por la famosa picana eléctrica, quemaduras de cigarrillos, fracturas etc.*” Fatos que ocorriam pelo menos uma vez por semana, segundo o médico. Que acrescentou: ‘*También he visto alguna persona con el abdómen y la parte inferior del tórax, con quemaduras de cigarrillos, una al lado de la otra, con 60 ó 70 quemaduras’*.

Assim como a matéria de Marcha falou em presos políticos, destaco agora a matéria do repórter Rivaldo Chinen, de título “Eles não se calaram”, nela o Repórter denunciou as torturas sofridas por cidadãos comuns, suspeitos, em uma delegacia da época, o 47º Distrito Policial. O título evidencia, pelo tamanho da fonte e pelo conteúdo, que a iniciativa dos indivíduos, que vivenciaram os eventos informados abaixo, era fora do comum e merecia destaque. Ao nos inteirarmos das situações é fácil identificar que tais pessoas não militavam em nenhuma

---

<sup>333</sup> Ibid.

organização política. Pelas motivações das prisões, seus testemunhos e, ainda, sabendo que na época da publicação o país já estava sob a vigência da anistia. Na página da notícia havia quatro fotos. Uma foto com tamanho suficiente para possibilitar que os leitores vissem claramente as três pessoas sentadas. Dois homens e uma mulher ao centro. Aparência simples. Nenhum olhou para a câmera no momento da foto. Outras duas fotos mostravam material utilizado no interrogatório. Em uma delas estava uma barra de ferro em formato cilíndrico encaixada em dois cavaletes em cada extremidade e cordas penduradas na barra. A outra imagem traz cabos elétricos e uma “maquininha” com uma manivela. Objetos que compunham o pau-de-arara e a matraca, respectivamente, utensílios que foram amplamente utilizados durante os interrogatórios de presos políticos. Conforme podemos ver logo abaixo:



Imagem: Tortura em presos comuns.<sup>334</sup>

A matéria, que tinha um subtítulo em letra de fonte menor: “Socos no peito do servente pra ver se ele caía” diz assim:

<sup>334</sup> CHINEN, Rivaldo. Eles não se calaram. **Repórter**. Rio de Janeiro, 5 a 18 ago. 1981. Nº 49. p. 16.

O servente de pedreiro José Oswaldo de Souza, 44 anos, pai de 6 crianças ainda menores de idade, estava trabalhando na pavimentação de uma rua quando viu dois carros pararem, dez metros adiante. Era seu patrão. Antônio Pita e o encarregado dos serviços, Pedro. Os dois apontaram para ele com o dedo. Os ocupantes do outro carro desceram de arma em punho. – Jogue a enxada, vamos. Entra no carro. José Oswaldo entrou. Percorreram vários lugares de Santo Amaro, [...] pararam num posto de gasolina. Entrou mais um homem no carro, que viajou ao lado de José Oswaldo. Esse homem fazia as perguntas. A acusação que faziam ao pedreiro: furto de 7 sacos de cimento, 7 de cal e algumas ferramentas, como fio prumo e colher.

Delegacia do 47º Distrito Policial. José foi levado para uma sala e ganhou logo um murro no peito. Depois outro. E mais outro. [...] Os investigadores saíam e voltavam. A cada vez que abriam a porta seguia-se uma série de murros. Um soco foi tão forte que ele quase caiu. “Se perder o equilíbrio vai morrer”, ameaçava o policial. Mais socos no peito. E tapas e mais tapas. – Tá bom. Já que vocês tão falando, podemos crever aí: eu roubei. Só não quero é que me batam mais. Não aguento.<sup>335</sup>

O jornalista iniciou a notícia dizendo que o suspeito era “pai de 6 crianças ainda menores de idade”, talvez numa tentativa de justificar um possível deslize de Souza ou retirar as suspeitas sobre um “pai de família”. Depois, citou a presença dos patrões. Lembro aqui que o Repórter, durante o período pesquisado, trouxe várias denúncias de empresários que exploravam demasiadamente seus funcionários ou tinham má conduta em relação aos direitos destes. Voltando à notícia, os objetos roubados: cal, cimento e ferramentas podiam ser a prova de que o servente precisava daquilo, talvez para fazer algum conserto em casa, já que tinha tantos filhos e seu salário não era suficiente para viver com um mínimo de dignidade. A segunda parte da notícia denunciou a brutalidade da polícia no tratamento do suspeito e mostrou como cotidianamente podiam ser obtidas as confissões destes. Neste caso, o

---

<sup>335</sup> Ibid.

jornalista mostrou que a polícia prontamente acreditou no patrão e julgou o empregado, sem mesmo investigar, e castigou-o fisicamente. Na mesma página havia outra denúncia sob o título “Despiram a doméstica e ligaram os fios”, uma manchete que já dava o tom do relato que lemos abaixo:

A empregada doméstica Conceição Maria Pedro da Silva, 21 anos, também foi torturada na delegacia. Embora alegasse estar grávida de um mês, os policiais não a pouparam dos choques e do pau-de-arara. Foi a sua patroa, Anita Leme da Rocha, médica da Beneficência Portuguesa, em São Paulo, quem a acusou de ter roubado, junto com seu namorado de nome Firmino, Cr\$ 24 mil em dinheiro, uma pistola Beretta, um relógio e alguns dólares.

—Várias vezes a patroa me disse que, se eu tivesse grávida do Firmino, ela tiraria meu filho da minha barriga. Até que ela me acusou e, antes de ser presa, vi os policiais recebendo um cheque assinado por ela, ali na hora.

Conceição foi recepcionada na delegacia com alguns tapas no rosto. Depois foi levada para uma sala cheia de investigadores e um delegado, que ela identificou apenas pelo nome: doutor Jaciro. Foi ele quem deu as ordens. Primeiro, ela tirou os chinelos de borracha, depois o vestido, a blusa, a calcinha, o sutiã. Foi amarrada no pau-de-arara? — Fiquei com os pés juntos e a mão amarrada. O fio saía direto da luz e ia para uma maquininha daquelas usadas nas máquinas de costura. Conforme eles iam apertando, o choque era mais violento. O delegado ficou sentado no sofá, com um monte de investigadores em volta, olhando tudo. Faziam uma pergunta e davam um choque. Levei choque no corpo inteiro.<sup>336</sup>

O redator, mais uma vez realçou que havia conflitos entre patrões e empregados. E foi mais além. Mostrou que a patroa quis controlar a vida íntima da funcionária, ao tentar provocar-lhe o aborto através da

---

<sup>336</sup> CHINEN, Rivaldo. Eles não se calaram. **Repórter**. Rio de Janeiro, 5-18 ago. 1981. Nº 49. p. 16-17.

violência, pois, segundo Conceição, Anita entregou aos policiais “um cheque assinado por ela”. E relatou o interrogatório sob tortura, com a supressão da roupa da mulher – considerada uma violência sexual -, a aplicação de choques e o uso do pau-de-arara. Os policiais abusaram da autoridade que lhes foi concedida para humilhar e constranger a suspeita/vítima. A repressão atingia a toda população, preferencialmente os pobres e quem ousou lutar em defesa dos interesses deles.



### 3. Capítulo III – “Vexames e torturas que revelam bestial sadismo”

Este capítulo se centrará na análise das notícias que denunciaram as violências sexuais nos jornais, para perceber a utilização das construções de gênero, bem como a aparente ausência das violências sexuais contra os militantes homens. E fará um diálogo com a bibliografia acerca do tema da violência sexual, procurando desconstruir algumas crenças a respeito de semelhanças e diferenças neste tipo de tortura contra mulheres e homens.

Como vimos no primeiro capítulo, apesar de, naquele período, grande parte do planeta estar passando por transformações culturais e muitas mulheres, nos países estudados neste trabalho, acessarem as universidades e o mercado de trabalho, predominava nessas sociedades a mentalidade de que as mulheres diferiam muito dos homens nos sentimentos, papéis, funções, o que chamamos de construções de gênero: um determinismo cultural baseado no sexo biológico, que colocava as mulheres em oposição aos homens, e que muitas vezes, impediu que as mulheres transitassem por caminhos trilhados pelos homens, como certas profissões, lugares e posições sociais. Assim, muitas delas tiveram dificuldade em ascender no interior das organizações de oposição aos governos ditatoriais. Nas quais, as principais lideranças foram os homens.

Se transitar entre os homens que queriam mudar o mundo foi difícil para essas mulheres, muito mais violenta foi a reação dos agentes da repressão contra essas mulheres vistas como transgressoras. Sobre o Uruguai, Mariana Risso Fernández fala que

*[...] las mujeres militantes, en su mayoría jóvenes, integradas en creciente número a la actividad política en la década del 60, fueron especialmente criminalizadas en los setenta y ochenta. Esas mujeres que supeditaron los roles femeninos tradicionales, como la maternidad y los quehaceres domésticos, a la actividad política reivindicativa fueron doblemente culpabilizadas.*<sup>337</sup>

---

<sup>337</sup> FERNÁNDEZ, Mariana Risso. Entre el nudo subjetivo y el nudo político. In BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p.41.

Para as análises das matérias publicadas nos jornais que denunciaram violências sexuais levaremos em conta os vários tipos de violências citados por alguns estudiosos do tema, conforme veremos a seguir. Lala Mangado e María Celia Robaina indicam algumas formas dessa violência:

*Desnudez forzada, acoso, humillación y burla con connotación sexual, abuso, amenaza y/o simulacro de violación, violación, prostitución forzada, forzamiento al exhibicionismo, mutilación, embarazo o aborto forzados, esclavitud sexual.*

Acrescentam que durante o período de exceção uruguaio a violência sexual foi utilizada como “estratégia de guerra”. Na qual os “[...] *actos de vejación sexual realizados por represores a través de la fuerza física, el uso de armas, animales u objetos amenazantes [...]*” foram utilizados “[...] *con la intención de torturar a la mujer y a los compañeros que veían y escuchaban, así como sacarlas información, humillarlas, dominarlas y dividir los grupos.*”<sup>338</sup>

Alguns especialistas no assunto vão mais longe para definir as violências sexuais na tortura. A socióloga argentina Elizabeth Jelin, afirma que:

*En realidad, toda tortura involucra una violación al cuerpo sexuado de la persona. La desnudez desvergonzada, las prácticas de tortura sobre aquellas partes del cuerpo donde la sensibilidad es mayor – especialmente órganos sexuales y zonas erógenas – ya son en sí mismas actos de violación sexual. La cuestión es que en muchas ocasiones, se traspasó otro límite a través del abuso sexual genital. Y esto parece agregar algo que puede ser considerado cualitativamente diferente.*<sup>339</sup>

<sup>338</sup> MANGADO, Lala; ROBAINA, María Celia. La emergencia de un prolongado y silenciado dolor. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 28.

<sup>339</sup> JELIN, Elizabeth. Dilemas del presente: los abusos sexuales como crímenes de lesa humanidad. In: **Crónicas de la utopía**. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/123453.pdf>>. Acesso em: 12/2013.

Lembro que os jornais pouco dizem a respeito das violações sexuais genitais infligidas nos presos políticos. Provavelmente pela razão que assinala Jelin: a violação sexual genital agrega “*algo que puede ser considerado cualitativamente diferente*”, seria, talvez, considerada a pior das torturas, o domínio total do outro, devido aos signos que foram atribuídos pelas sociedades à genitália, em relação à intimidade. O contato entre as genitálias de duas pessoas deveria ser o ápice da concessão entre ambos, que na tortura não se dava.

Para Lilián Celiberti, ex-presa política uruguaia, professora e ativista feminista e dos direitos humanos, a tortura, num todo, possui um caráter de violência de gênero. Ela afirma que

*El torturador es un hombre, y en tanto tal, posee el conocimiento y la internalización del poder que socialmente mantiene sobre la mujer. Las técnicas de la destrucción psicológica y de la pérdida de identidad política, que son el objetivo principal de la tortura tiene una connotación sexual, que se expresa de forma diferente hacia los cuerpos masculinos y femeninos.*”<sup>340</sup>

Esse texto foi escrito para se compreender as razões simbólicas das práticas de torturas realizadas durante o período de exceção por que passou o Uruguai entre as décadas de 1960 e 1980. Entretanto, embora tenhamos conhecimento de que os torturadores eram, naquele tempo, “em sua esmagadora maioria, homens, e que havia “*el conocimiento y la internalización del poder que socialmente mantiene sobre la mujer*”, e que “*las técnicas de la destrucción psicológica y de la pérdida de identidad política, que son el objetivo principal de la tortura tiene una connotación sexual*”, a última afirmação de que a tortura se expressava de forma diferente frente aos corpos dos homens e das mulheres faz sentido pra mim no que diz respeito ao fato de os torturadores, em sua maioria homens, se interessarem em violar, com conjunção carnal, as presas mulheres, pois havia a situação de vulnerabilidade que facilitava esta prática de tortura. No entanto, como vimos no segundo capítulo, o estudante Jean Marc Von Der Weid afirmou que em São Paulo havia

---

<sup>340</sup> CELIBERTI, Lilián. Desatar, desnudar... Reanudar. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 17.

muitos torturadores pederastas (como veremos mais adiante), o que indica violações contra os homens, com conjunção carnal.

E, além disso, não são conhecidos relatos de o contrário ter acontecido, uma vez que as mulheres pouco participaram dos interrogatórios enquanto agentes do Estado – o jornal *Compañero* noticiou em 1981 a participação de duas mulheres: “*ellas permanecen en la sala de cacheo*”<sup>341</sup>. E ainda, “*ellas intervienen en interrogatorios y torturas. Su trabajo en las guardias es igual que el de los efectivos masculinos*”<sup>342</sup> -, e a anatomia masculina “funciona” de maneira diferente das mulheres. Ou seja, para que haja a conjunção carnal entre homens e mulheres, há a necessidade da vagina, que pouco muda seu estado em função da preparação para o ato sexual, e a ereção do pênis, que nem sempre acontece. O que fez com que, durante muito tempo no Brasil, as mulheres não fossem julgadas por estupro, que era considerado apenas a violência na qual acontecia a conjunção carnal. A mudança do Código ampliou a noção acerca desse crime.<sup>343</sup>

Em relação ao corpo biológico enquanto matéria a ser vilipendiada na tortura, ambos sofreram violências semelhantes. Uma vez que os homens não tem vagina, então os torturadores usaram as possibilidades equivalentes nos corpos dos homens – entre elas, introduziram cabos de vassoura e outros objetos pontiagudos no ânus<sup>344</sup>

---

<sup>341</sup> Sala ou zona de cacheo é o lugar onde colocavam a venda ou capuz no preso, os que não chegavam já encapuzados. Era ali que se deixava o preso em posição de cacheo, ou seja, braços erguidos, pernas abertas, de cara para a parede. Ali eram registrados e eram retirados seus pertences. Ver em: PREFECTURA Nacional Naval. *Compañero*. Dic. 1981. Nº 83. Suplemento especial, p. 7.

<sup>342</sup> UM inferno que ‘zozobra’. *Compañero*. Dic. 1981. Nº 83. Suplemento especial, p. 3.

<sup>343</sup> A alteração do Código Penal, em 2009, fez com que as mulheres também possam ser responsáveis pelo crime de estupro e este não mais se refere apenas quando ocorre a conjunção carnal. O novo texto diz que é estupro se: “Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso [...]”. Ver em: DIREITO PENAL VIRTUAL. Comentários sobre o crime de estupro após o advento da lei 12.015/09. Disponível em: <<http://www.direitopenalvirtual.com.br/artigos/comentarios-sobre-o-crime-de-estupro-apos-o-advento-da-lei-12-01509>> Acesso em: 16/07/2013.

<sup>344</sup> No site Tortura Nunca Mais encontramos: “Ele era Mário Alves de Souza Vieira, jornalista. Foi preso no dia 16 de janeiro do corrente, na Guanabara, pela polícia do 1º Exército e levado para o quartel da P.E., sendo espancado barbaramente de noite, empalado com um cassete dentado, o corpo todo

e pênis dos homens – nas mulheres também introduziram objetos no ânus, principalmente para aplicar choques elétricos. Ações com cunho sexual, que a grande maioria dos presos sofreu, independente do sexo biológico. E, penso que houve sim, violência de gênero, pois as construções de gênero assinalam relações de poder e estas perpassaram os corpos. Mas não apenas contra as mulheres, como veremos mais adiante.

É certo que na tortura as mulheres sofreram reiteradas violações, fato que compreende vários significados, especialmente quando houve a conjunção carnal, uma vez que, conforme María Sonderéguer,

*Tanto cuando el cuerpo de las mujeres es violado como cuando se “entrega”, nos encontramos inscritos en una estructura simbólica que percebe al cuerpo de las mujeres como territorio – literal- de los varones. Si el cuerpo de las mujeres es de los varones, son por ende los varones quienes inscriben allí su soberanía.*<sup>345</sup>

E assim, seus corpos foram por vezes invadidos, submetidos e controlados pelos agentes repressores, pois no imaginário destes os corpos das militantes e das que tinham laço parental com os militantes eram propriedades dos inimigos, e a “ocupação” destes era a própria ocupação do território inimigo. Se esses atos resultassem em gravidez forçada, ela representava o domínio total, pois além da violação da mulher/conquista do território, ela geraria um filho do adversário, que é equivalente à colonização.

As violências sexuais contra os homens, apesar dos silêncios, sempre aparece em algumas falas, ainda que timidamente. Nas entrevistas com as mulheres ou nos jornais, conforme veremos abaixo. A uruguaia Sara Youtchak, em entrevista, afirma que a mais terrível experiência por que passou não era a sua, e afirma: “*en lo que me hacían presenciar... las violaciones a los compañeros... tenían perros. Usaban*

---

esfolado por escova de arame, por se recusar a prestar informações exigidas pelos torturadores do 1º Exército e do DOPS” (Grifos meus). Cabe lembrar aqui que nas relações homossexuais masculinas há penetração no ânus. Logo, a introdução de um objeto ali, tem conotação sexual.

<sup>345</sup> Sonderéguer, María. Violencias de género en el terrorismo de Estado argentino. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 108.

*perros para las violaciones...*”<sup>346</sup> A ausência das violências sexuais contra os homens na literatura acerca das ditaduras nos dois países me fez lembrar de uma conversa que tive com um militante do PVP, o senhor Raul Oliveira, que ao ser indagado sobre o assunto revelou-me que apenas um militante uruguaio havia passado por essa experiência. Talvez ele se referisse à violação com conjunção carnal, pois as demais violências sexuais são apontadas nas denúncias dos jornais. No entanto, quando eu perguntei sobre as torturas sofridas para dois militantes do PVP, ex-presos políticos, eles preferiram não falar.

Sabemos que é difícil falar de assunto tão delicado, que traz lembranças amargas, dolorosas, de um tempo sombrio que talvez seja melhor esquecer por completo, pois reitera, dentro do indivíduo, a sensação de impotência, de susceptibilidade, enfim, de finitude, pois vários companheiros de militância desapareceram. Imaginemos o que deve ser para esses homens, vistos por muitas pessoas como heróis, falar de violação sexual, em sociedades pautadas por construções de gênero em que os homens devem dominar e as mulheres serem dominadas? Por isso, arrisco afirmar que os homens que vivenciaram a experiência traumática da violação sexual sofreram violência de gênero. A mesma violência de gênero destinada às mulheres. Porque o objetivo tanto da violação dos homens quanto das mulheres era o de feminizar o adversário. E eu acrescento que para os homens provavelmente foi mais difícil de conviver com essa experiência, pois nas mulheres foi o reforço do estereótipo da fragilidade, da submissão, do controle – ainda que muitas já rechassem tais rótulos e por isto estavam presas – e, além do mais, violências sexuais contra mulheres eram comuns desde os tempos imemoriais. Mas para os homens, as violações contrariavam todas as construções de gênero destinadas a eles, bem como as práticas que delas advinham, já que para a sociedade os dominadores eram eles. Indivíduos preparados para protegerem a família, especialmente as mulheres. Todavia atravessaram vivências tão amargas, completamente contraditórias. Foram também subjugados, dominados, tanto quanto as mulheres. O lugar que sempre ocuparam era bem mais “elevado”, logo, o espaço simbólico percorrido até o controle de terceiros sobre sua sexualidade foi maior.

---

<sup>346</sup> YOUTCHAK, Sara *apud* LARROBLA, Carla. El horror femenino: las representaciones de los episodios traumáticos en testimonios de mujeres víctimas del terrorismo de Estado. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 82.

Diferenças de reações à parte, concordamos que

*El horror fuerza al silencio, y para quebrar esa dinámica perversa se precisan testimonios valientes pero también se necesita de escucha, compañía afectiva e intelectual porque para hablar es necesario contar con interlocutores.*<sup>347</sup>

E é provável que nos anos 70, as pessoas que sofreram violências sexuais, não contavam com ouvintes dispostos a entenderem tais experiências. Pois, como lemos no estudo de Eva Gavron sobre os crimes sexuais, os processos tendiam a culpabilizar as mulheres, vítimas de tais atos, pela violência sofrida<sup>348</sup> – como vemos ainda na atualidade. E, embora as situações fossem diferentes, o medo e a vergonha eram e são semelhantes.

### 3.1. Denúncias de violência sexual no *Marcha* e no *Repórter*

O jornal *Repórter*, de periodicidade mensal, chamava atenção pela contestação ao regime militar através dos “ataques à moral e aos bons costumes” vigentes naquela época. E, através das edições analisadas foi possível perceber que o periódico, por realizar um jornalismo popular, costumava dar mais voz as vítimas através da prática de reproduzir a fala dos entrevistados na busca de maior veracidade e liberdade de expressão em tempos tão turbulentos. Entre os exemplares do *Repórter* pesquisados, houve apenas uma notícia sobre violência praticada pelos órgãos de repressão contra mulheres presas suspeitas de crime político. Em março de 1978 esse periódico fez uma retrospectiva sobre os dez anos de vigência do AI-5 e, entre outras matérias, publicou uma acerca da prisão e tortura sofrida pela professora Maria Nilde Mascelanni em janeiro de 1974. A matéria apresentou a elocução da professora relatando detalhes de sua permanência sob a tutela do Estado e mostrou que a ameaça e/ou a prática da violência sexual fizeram parte da aplicação da tortura. Ela contou que foi

---

<sup>347</sup> BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 7.

<sup>348</sup> GAVRON, Eva. **Dramas e danos**: estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985). 2008. 300p. Tese de doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p. 17.

interrogada pelo delegado Sérgio Fleury - famoso na época pela truculência com que tratava os suspeitos de crime político - no DOPS – Departamento de Ordem Política e Social e relatou os seguintes fatos:

Ele (Fleury) abriu a porta e chamou um tal Marquinhos. – Vê se disciplina a professora – ele disse a Marquinhos. Marquinhos me deu uma bofetada... E eu sabia que não podia dar um tapa nele. Respondi falando: - A única força que vocês têm é essa mesmo, porque força moral não tem nenhuma! Levei mais dois bofetões... (grifos meus).

Segunda-feira começamos interrogatórios. Oito policiais me interrogando ao mesmo tempo. Choques elétricos. Fleury só entrava na sala para dar ordens. Dizia que perguntas tinham que me fazer e como deviam me torturar.

O olho direito, do qual fiquei cega dois anos depois, comecei a perder numa sala acústica onde ficava amarrada numa cadeira e eles ligavam luzes de todas as cores, intermitente. A sala era quentíssima – ainda mais era janeiro – eu suava muito, mas não me davam água...

Fleury fazia cenas. Entrava no meio do interrogatório com óculos na mão dizendo que era o óculos de um amigo meu que estava apanhando muito...

Alguns policiais me chamavam de você, outros de senhora, outros de vaca...

Eu me negava a responder os interrogatórios. Então resolveram me colocar na solitária. Fiquei quatro dias sem comer, sem medicação pra minha artrite, fechada na solitária...

Fizeram muitas cenas pra me impressionar enquanto eu estava na solitária. Encenaram que minha mãe tinha morrido; que iam me levar e matar na represa de Guarapiranga; que um padre amigo meu estava moribundo, em frente à minha cela.

Um dia colocaram um criminoso comum na minha sala, com intenção que ele me violentasse. Em vez disso, eu conversei muito com ele, orientei como uma orientadora social e quando ele



saiu os policiais gritaram com ele, chamaram de bicha e me chamaram de homem!<sup>349</sup>

Ainda em relação a esta notícia é importante ressaltar a utilização das construções de gênero feita pelos policiais com a intenção de agredir a professora, aprisionada por razões políticas, bem como ao chamado preso comum, quando o plano dos policiais não deu certo. Pois, de acordo com a fala dela, e é bem fácil notar, colocaram o prisioneiro no intuito de que ele a violasse, coisa que não aconteceu. Ao nomearem ele de “bicha”, queriam desqualificá-lo em sua posição de homem, que na visão deles não podia ter fugido da sua obrigação de macho, ter “negado fogo”, ao ser colocado na cela com o propósito da violência sexual. Já ao chamarem a professora de homem, não fizeram isso em relação a sua postura de conversar com o preso, mas pela atitude do preso em relação a ela, já que se ele não tinha se interessado por ela, ela é que devia ser estranha, não feminina. Uma vez que na sociedade brasileira dos anos 70, ainda era incipiente o movimento feminista que elencou as questões das mulheres pelo direito ao corpo, ao prazer<sup>350</sup>, e por isso não admitia a iniciativa da mulher no exercício da sua sexualidade. Logo, o homem sentia desejo, a mulher apenas cedia ou não aos desejos dele.

Houve ainda a publicação, nesta mesma retrospectiva, de uma denúncia acerca de um episódio de invasão do Teatro Ruth Escobar, onde estavam encenando a peça *Roda Viva*<sup>351</sup>, de Chico Buarque de Holanda. Foi a própria Ruth que contou sobre o evento. Era dia 19 de julho de 1968, ela estava em seu escritório, a sessão havia terminado fazia quinze minutos quando “ela ouviu um barulho de depredação”. E explicou:

---

<sup>349</sup> PROFESSORA torturada: Fleury em ação. **Repórter**. Rio de Janeiro. Mar. 1978. Nº 4. p. 3.

<sup>350</sup> PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. São Paulo: Editora UNESP, 2005, vol. 24 (1), p. 77-98, 2006.

<sup>351</sup> “Em Porto Alegre, a temporada resumiu-se ao espetáculo de estréia, a 3 de outubro de 1968. Depois disso o espetáculo foi proibido em todo território nacional”. Ver em: CARVALHO, Jacques Elias de. *Roda Viva* (1968) de chiko buarque: a dramaturgia e a cena teatral sob a ótica da crítica especializada. *Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, out/dez 2004, vol. 1, ano 1, nº1. p. 6.

Os que invadiram estavam dentro do teatro. Na porta havia uma viatura da Rádio patrulha, da Polícia Militar. Na ocasião insisti para que os policiais arrombassem a porta para ver o que estava acontecendo. Foi em vão. Lá dentro, cerca de 20 integrantes do CCC, que há mais de um mês ameaçava uma ação contra o espetáculo, barbarizavam literalmente os atores. Cassetetes eram introduzidos nas vaginas das atrizes, apesar de uma delas alegar estar grávida de seis meses. E estava mesmo. Os atores eram espancados com socos ingleses, cassetetes; os membros do CCC também estavam armados [...].<sup>352</sup>

A citação mostrou que os invasores eram do Comando de Caça aos Comunistas. Eles espancaram os atores e violaram as atrizes com cassetetes. E uma estava grávida, como fez questão de frisar Ruth Escobar - para mostrar que as pessoas que apoiavam a ditadura não respeitavam ninguém. No entanto, houve, no mínimo, omissão de socorro por parte da polícia militar que havia posicionado uma viatura na porta do teatro. Todavia me parece que estavam ali para garantir a invasão. Ruth ainda afirmou que

Na ocasião, duas pessoas – um agente do DOPS e um jornalista – conseguiram deter dois invasores, que foram remetidos à 4ª Delegacia de Polícia, no bairro da Consolação, através da Polícia Militar que se recusou a intervir na invasão do teatro. Na mesma ocasião foram apreendidos dois cassetetes, também enviados a essa delegacia.

Perguntada sobre o que aconteceu a esses dois presos e ao material, ela disse que nada aconteceu. E descobriu-se ‘que um era tenente do Exército e outro um estudante secundarista de 27 anos’. Mas os autos não registraram nada, nem sobre as duas pessoas nem sobre as armas apreendidas’. Se realmente ocorreram tais violências sexuais não nos é possível saber, nem o objetivo deste estudo. O intuito é levantar as denúncias que os jornais fizeram acerca das violências perpetradas pelos agentes do governo, ainda que de maneira clandestina, contra os suspeitos e presos por crimes políticos.

---

<sup>352</sup> CASSETETES na vagina das atrizes. **Repórter**. Mar. 1979. Nº 15. p. 7.

Apesar do *Marcha* publicar, frequentemente, denúncias sobre as violências: torturas, sequestros, prisões ilegais, invasão de domicílios, roubo de residências de pessoas presas, perpetradas contra homens e mulheres, estudantes, professores, advogados, médicos, militantes, militares e até legisladores, realizadas por agentes do Estado, foi possível perceber que houve certo silenciamento em relação às violências sexuais cometidas contra presos. De forma clara, poucas denúncias contra esse tipo de crime foram encontradas nos jornais durante o período analisado. Será que não se tinha conhecimento de tais acontecimentos? Havia motivações para que os jornais não denunciassem esse tipo de crime? Tentaremos aqui levantar as possíveis motivações para a pouca presença de tais denúncias nos jornais, tanto do Uruguai quanto no Brasil.

Como veremos no fragmento do relatório da Comissão e Investigação do Senado acerca das torturas realizadas por agentes do Estado uruguaio, havia a classificação das mulheres em relação à sua “moral”, que estava atrelada a sua sexualidade. Fato que, se por um lado poderia escandalizar as pessoas ao saberem dos crimes acontecidos sob a responsabilidade do Estado, poderia, também, deixar as mulheres vulneráveis à estigmatização frente aos julgamentos das pessoas conhecidas. Sara Youtchak, ex-presa política afirma:

*Siempre relaté al detalle las torturas y sin embargo omití las violaciones. En realidad las penetraciones, porque nunca fui violada por un hombre... es decir, siempre se trató de objetos. Te introducían objetos por el ano y por la vagina...*<sup>353</sup>

Tais fatos ajudam a explicar os silêncios dos jornais em relação às violências sexuais, conforme veremos a seguir:

*La indefensión en que se encuentran quienes, detenidos, están sometidos a la voluntad omnipotente, arbitraria y todo-poderosa de los que actúan como dueños y señores de su libertad*

---

<sup>353</sup> YOUTCHAK, Sara *apud* LARROBLA, Carla. El horror femenino: las representaciones de los episodios traumáticos en testimonios de mujeres víctimas del terrorismo de Estado. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 82.

*y de su persona, se coligan en algunos casos para hacer más difícil que muchos hechos tomen conocimiento público. [...]*  
*El temor en algunos casos, el pudor en otros, explicable fácilmente tratándose de mujeres de vida normal y conducta respetable que se han visto, por las circunstancias anormales que ha vivido el país, que esos hechos no aparezcan públicamente en toda su grave dimensión.*<sup>354</sup>

Essas citações reforçam o que já foi dito mais acima acerca do medo da estigmatização, do medo de sofrer represálias, pois entre os indivíduos que se encontravam aprisionados havia a possibilidade de voltarem a sofrer torturas nas dependências das forças de segurança. Ou da possibilidade de dúvida dos que ouviriam as atrocidades cometidas nos quartéis, delegacias, prisões, pois parecia incrível como vemos abaixo:

*Lo hacemos porque siempre existe en esta materia un margen de incredibilidad frente a lo que, por estar tan reñido con el sentido humano de nuestro pueblo, parece más bien una descripción de un imaginativo creador de una narración de terror que de hechos reales que ocurren aquí, en pleno centro de la ciudad de Montevideo, en la calle 18 de Julio y Paullier o en San José y Yi y a veces en algunas de las secciones en diferentes barrios montevidanos.*<sup>355</sup>

No *Marcha*, durante o período estudado, a primeira denúncia que falou em violência de cunho sexual tinha o título “Brasil: lección de torturas”. Ela foi publicada em 23 de janeiro de 1970, quase dois anos depois da instituição das Medidas Prontas de Seguridad - outros tipos de violências como invasões de domicílios, torturas variadas, assassinatos, já vinham sendo noticiadas desde 1968. Segundo o jornal, o artigo foi escrito por Edouard Bailby, um jornalista do L’Express de Paris, cujo número deste em que fora publicado matéria acerca das torturas no

---

<sup>354</sup> TORTURAS: El Informe De La Comisión Del Senado. **Marcha**. Montevideu. 05 jun. 1970. Nº 1496. p. 12-15.

<sup>355</sup> Motivações para as investigações escritas no relatório da Comissão de Investigação sobre torturas no Senado. Ver em: TORTURAS: El Informe De La Comisión Del Senado. **Marcha**. Montevideu. 05 jun. 1970. Nº 1496. p. 12-15.

Brasil foi sequestrado pela repressão daqui. O mesmo aconteceu quando o L'Express veiculou denúncias de torturas no Uruguai. Foi recolhido lá também. Esse texto falava de aulas de torturas para militares no Rio de Janeiro. Esclarecia que não eram aulas teóricas e que na mesa do professor repousavam objetos que seriam utilizados nas lições: “hilos eléctricos, pinzas, pedazos de hierro, de madeira, de goma”. Informa o nome do professor, que era um tenente da polícia do Exército, e acrescenta que um dos alunos não suportou as atividades em “sala” e saiu para vomitar. Sobre os presos políticos ‘cobaías’, eram dez, e traziam um de cada vez, para sete alunos exercitarem as “técnicas” de interrogatório. A matéria informa sobre várias outras questões que dizem respeito à ditadura, inclusive sobre a teoria do “inimigo interno”, construída por ocasião da Guerra Fria, polarização de abrangência mundial, que se constituiu por divergências ideológicas entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, e que atingiu também países periféricos,<sup>356</sup> porém vou dar enfoque às violências sexuais descritas na declaração, transcrita em partes na matéria, assinada por presos políticos torturados, 34 homens e 15 mulheres, encerrados na Ilha das Flores.<sup>357</sup> As experiências contadas no documento não aconteceram apenas na ilha, mas em alguns centros de torturas pelos quais passaram presos políticos nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Diz o texto que na Ilha das Flores, em um pequeno edifício chamado de Casa Branca ou Casa 29, sob o comando do comandante José Clemente Monteiro Filho, as torturas realizadas eram acompanhadas por um médico, chamado doutor Coutinho,<sup>358</sup> e um cachorro de nome Ringo, que mordida as partes mais sensíveis dos presos. Sobre estas, penso que se referiam aos seios das mulheres e das

---

<sup>356</sup> JOFILLY, Mariana. Gritos no porão: por meio de tortura e assassinatos, a Oban ganhou a guerra contra a esquerda armada. **Revista de História** [online]. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/gritos-no-porao>>. Acesso em: 12/11/2009.

<sup>357</sup> Depois do golpe civil-militar, em 1964, a Ilha das Flores foi usada para os “interrogatórios” de presos políticos, leia-se torturas, e deixou de ser um centro de torturas quando foi criado, entre 1969 e 1970, o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Ver em: SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 24, 2007. p. 4. **Anais...** Ver em: Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0418.pdf>> Acesso em: 10/07/2013.

<sup>358</sup> Comparado, na matéria, ao médico nazista Josef Mengele.

genitálias em ambos os casos. Pois, embora as sensibilidades biológicas dos corpos variem; na situação da tortura, em que a primeira “providência” tomada nas sessões era a supressão da vestimenta, havia a sensibilidade, também, no que diz respeito ao pudor da exposição das partes do corpo comumente reservadas ao privado. Pois até hoje, por mais que a nudez venha sendo naturalizada, as pessoas cobrem costumeiramente a genitália, exceto nas praias onde o naturismo é praticado.

Sobre os casos particulares descritos, apenas um fala sobre a tortura de uma mulher: “*A Dorma Tereza de Oliveira, de 23 años, obrera, le retorcieron los pechos con tenazas*”.<sup>359</sup> Essa “*tenaza*” é uma ferramenta parecida com um alicate. E se trata de violência sexual, no contexto em que os seios tem uma conotação erótica.

A primeira denúncia sobre violências sexuais, ocorridas no Uruguai e apresentada em destaque no jornal, foi intitulada “Horrores Cotidianos”. A publicação é do período em que o Senado uruguaio montou uma comissão para investigar os crimes cometidos por agentes da repressão, contra pessoas envolvidas em movimentos sociais, sindicatos, estudantes, organizações e cidadãos em geral que se opunham ao governo. Junto a notícia acima havia outra denúncia que tratava da relação do Senado com o Poder Executivo. Ela falava que em algumas votações a casa esvaziava, fato que impedia o quórum necessário para aprovar qualquer medida que desagradasse ao presidente. Lembrou que quando a Comissão Parlamentar suspendeu as Medidas Prontas de Seguridad, o presidente Pacheco Areco as manteve. A nota mostrou, ainda, o esforço do senador Michelini em chamar seus colegas para que mantivessem a função do Senado de controlar os desmandos do presidente, e afirmava que se isso não ocorresse, este ia acabar por fechá-lo. Médicos foram chamados para falarem sobre os danos causados contra pessoas que tinham sido presas ou estavam sob a custódia do Estado e o periódico assim noticiou:

*Ante la comisión que investiga las torturas policiales depusieron los médicos forenses: Guaymirán Ríos, Julio Arzuaga, Juan Scandrolío dieron testimonio de los tormentos que, se comprueba” en forma casi diaria”, son aplicados*

---

<sup>359</sup> BRASIL, lección de tortura. **Marcha**. Montevideu. 23 ene. 1970. Nº 1479. 21p.

*a distintos presos. Quemaduras producidas por los choques de picana eléctrica en los órganos genitales, quemaduras concigarrillos, golpes en las zonas menos protegidas del cuerpo, quebraduras de huesos, secuelas patológicas de diversa índole, etc. Los casos se acumulan en una lista al parecer interminable, que no se ha detenido ni siquiera con la entrada en funciones de esta comisión: al día siguiente de declarar en el parlamento, el propio doctor Scandroglio, junto con el juez actuante doctor Gervasio Guillot, comprobaron nuevas torturas infligidas en el cuerpo de Rodebel Cabrera, antelo que se inició otra investigación judicial de las muchas existentes al respecto.*<sup>360</sup>

A notícia fala genericamente de violência sexual quando diz que estão sendo aplicadas nos corpos de presos “[...] *Quemaduras producidas por los choques de picana eléctrica en los órganos genitales* [...]”. Entende-se, então que homens e mulheres sofreram violências semelhantes.

Em 5 de junho de 1970, edição cuja capa trazia os dizeres: “*Subversión de arriba: el informe sobre torturas*”, foi publicada, no semanário uruguaio, uma matéria de três páginas com uma seleção de trechos do informe da comissão designada pelo Senado para investigar as torturas que os agente do Estado estavam perpetrando contra os que foram presos por motivação política desde a instituição das Medidas Prontas de Seguridad. Em destaque está o título da matéria, em fonte de tamanho grande: “*Torturas: el informe de la comisión del Senado*”. A palavra que antecede o título, ou antetítulo é “documentos”. Termo que poderia conferir credibilidade à publicação. Não eram os jornalistas que estavam escrevendo, estava ali a transcrição de um documento produzido pelo Poder Legislativo do país. Com intertítulos, dividiu-se a matéria em quinze seções, de acordo com a cronologia dos trabalhos da comissão. Entre os mais significativos para esta pesquisa estão: “*Hechos probados*”, “*Examen de los elementos probatórios*”, “*testimonios*”, “*Certificado médico*”, “*Testimonio de los defensores de oficio*”, “*Malos tratos a las mujeres*” e “*Conclusiones*”.

Em “*Hechos probados*”, entre as várias formas de sevícias, há claramente a afirmação de que estavam acontecendo violências sexuais nos locais de aprisionamento dos suspeitos. Nos fragmentos de texto

---

<sup>360</sup> Id., 20 mar. 1970. p. 8.

apresentados logo abaixo, veremos que tanto homens quanto mulheres foram submetidos a esse tipo específico de tortura:

*[...] 5) Golpes una vez detenidos ya sea mediante simple utilización del puño o de objetos contundentes (a un detenido en una seccional policial por simple acto arbitrario se le golpeó de tal manera que al salir de la comisaria hubo que extirpársele de urgencia un testículo); [...] 9) Picana eléctrica en diferentes partes del cuerpo, especialmente talones, órganos sexuales [...] 10) Quemaduras de cigarrillos en los genitales, en el ano y se ha señalado un caso concreto conocido de un procesado que resultó quemado con más de sesenta quemaduras de cigarrillo en el bajo vientre (declaración de un médico forense); [...] 11) A todo esto se agrega el uso cotidiano de la tortura sicológica, agravando los malos tratos y la tortura física que toma diversas formas y modalidades y en algunos casos concretos se han señalado intento de violación y manoseo a mujeres detenidas y exposición en lugares donde tienen acceso funcionarios, de jóvenes, incluso menores de edad, obligadas a desnudarse [...]*”<sup>361</sup>.

Conforme veremos, também, mais adiante, no documento da VAR-Palmares, me parece que havia um roteiro a ser seguido quando se escrevia sobre as violências perpetradas pela repressão estatal. Parecendo seguir um itinerário, começava com as informações de torturas consideradas mais comuns, talvez mais leves, chegando até as mais bárbaras, por isso mantive a numeração original do texto. Com isso, dá a impressão que nessa escalada existia uma hierarquia, baseada também nas construções de gênero, que certamente visavam a sensibilização do público.

Dos homens, que teoricamente deviam ser mais fortes e de quem se esperava mais em relação à sua resistência, se falava primeiro. É importante lembrar que o jornal já vinha noticiando há mais tempo, as violências contra eles - desde os conflitos de rua. Então já não era novidade, é como se os leitores estivessem mais acostumados com essas

<sup>361</sup> TORTURAS: el informe de la comisión del senado. **Marcha**. Montevideú. 05 jun. 1970. Nº 1496. p. 12-15.



informações. Depois se fala de golpes contra um preso, que teve que extirpar o testículo. No entanto a informação não classifica tal brutalidade como violência sexual, pois se assim fosse ela deveria vir escrita junto às que falam das tentativas de manuseio e violação contra as mulheres. Mas tem outras informações separando-as. Tenho a impressão de que talvez não se fizesse correlação entre as motivações das duas formas de ataque.

Todavia há que se pensar nos resultados de tais violências. Em sociedades em que se qualificam as pessoas de acordo com seu sexo biológico e se constrói papéis para que elas representem durante suas existências – gênero -, o que significaria para um homem perder parte da genitália? Provavelmente poderia ser considerado menos homem. E para os militares? O que significava transformar esse “soldado inimigo” em um “homem pela metade”? Numa sociedade em que predomina a dicotomia entre homens e mulheres, quando um homem é menos homem ele pode ser feminizado. E sobre as tentativas de violações nas mulheres? A intensão era a mesma. Fazer com que as mulheres fossem ainda mais feminizadas, segundo a construção do gênero feminino, pois o fato de serem dominadas ao ponto de não exercerem controle sobre sua sexualidade remonta aos tempos em que se encontravam cotidianamente à mercê da vontade dos homens, na história do Ocidente.

Outro fato que devemos lembrar no que diz respeito à violência sexual contra mulheres nas ditaduras do Cone Sul é que os crimes ocorridos aqui fizeram parte, de acordo com a Organização das Nações Unidas - ONU, “[...] de uma estratégia deliberada empregada em larga escala por grupos armados a fim de humilhar os oponentes, aterrorizar as pessoas e destruir as sociedades”. Pois, “o estupro há muito é usado como tática de guerra, com relatos de violência contra as mulheres durante ou após conflitos armados em todas as zonas de guerras internacionais ou não internacionais.”<sup>362</sup>

O fragmento da notícia acima mostrou, ainda, outras formas de violências que são classificadas pelos números dez e onze. Primeiro é falado das queimaduras que, em virtude da localização, indica o objetivo de atingir a genitália/sexualidade da vítima. E, logo a seguir, relatam a violência psicológica – que sempre é traduzida em ameaças contra o torturado ou alguém de sua estima; e o desnudamento, modalidade que

---

<sup>362</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/unase/sobre/situacao/>>. Acesso em: 11/07/2013.

até pouco tempo atrás não se entendia como violência sexual, embora fosse o princípio de todo um ritual que buscava aniquilar o preso.

E para completar a lista das violências praticadas contra os presos por motivação política que foram comprovadas pela comissão do Senado, foram listadas as que, provavelmente, seriam consideradas mais repugnantes:

*12) Mujeres embarazadas sometidas a trato inhumano, privación de agua y alimentos, en algún caso concreto mujeres detenidas por represalia contra familiares junto a sus hijos menores debieron permanecer sin elementos indispensables para atender sus indispensables necesidades alimenticias.*

Sabemos que a maternidade costuma despertar sentimentos diversos nas pessoas. E, nestas condições poderia causar a fúria dos agentes repressores, uma vez que a gravidez resultaria na “perpetuação do inimigo”, e, por isso as iniciativas de separar as mães de seus filhos ainda pequenos, como fizeram as forças repressoras, com Maria Amélia Teles, ex-militante do PCdoB, e seus filhos Janaína de Almeida Teles e Edson Luis de Almeida Teles, no Brasil.<sup>363</sup> Entregar aos avós e outros parentes. Ou até mesmo as atitudes extremas de dar para adoção ou abandonar em praças, conforme o que aconteceu com famílias cujos pais eram militantes do Partido por la Victoria del Pueblo - PVP, nos episódios dramáticos de sequestros, mortes e desaparecimentos de 1976, em Buenos Aires.<sup>364</sup> Como os casos de Sara Méndez e seu filho Simón Antonio Riquelo,<sup>365</sup> com 20 dias de vida; entre tantos outros exemplos em todo o Cone Sul. Produziam também, entre os militares, os discursos desqualificadores dessas mulheres, uma vez que “ante los ojos y entendimiento de los captores las mujeres militantes son renunciantes al único rol social valioso reconocido: la maternidad y el cuidado de los

---

<sup>363</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida a Ivonete Pereira (1 cd). Sem local e data informados. Acervo do LEGH/UFSC, p. 6.

<sup>364</sup> BAUMGARTNER, José Luis; MATOS, Jorge Duran; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos**: a história da repressão no Uruguai. Ed. Tchê. p. 203-208.

<sup>365</sup> Ambos sobreviveram à ditadura e se reencontraram 26 anos depois de terem sido separados. Ver em: GINZBERG, Victoria. Página 12. El fin de la larga búsqueda de Simón. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-3069-2002-03-20.html>>. Acesso em: 12/07/2013.

otros.<sup>366</sup> Ou seja, elas saíram do espaço que lhes fora definido, o privado, e “colocaram em risco sua prole”. Quando, em verdade pensamos que no âmbito geral, quem estava colocando a população em uma situação periclitante era o governo, com sua política excludente, elitista e terrorista. Capaz de manter mulheres grávidas, não grávidas, menores de idade, idosas, parentes de suspeitos, enfim, mulheres, em condições degradantes, tanto nas delegacias e demais casas de torturas quanto em prisões/campos de concentração. Bem como os homens, submetidos às mesmas violências, com apenas algumas variações nas práticas em virtude da anatomia. Pois o intuito era o mesmo, aniquilá-los.

Já para os parlamentares, autores dos textos, e demais leitores do semanário, acredito, valorizavam a gravidez como um momento ímpar, tanto no sentido simbólico da renovação da vida quanto no biológico, de cuidados especiais – ao contrário do que estavam passando sob a dominação do Estado - para o bom andamento da saúde da futura mãe e da criança que estava por vir. Por isso a valorização acentuada da informação, que acabou por ser colocada em penúltimo lugar, juntamente com a das mães presas com seus filhos, sem o acesso aos direitos humanos básicos como a alimentação. Essa última parte, sobre as dificuldades com a maternidade na prisão, significava o auge do terror.

Em último lugar, a denúncia fala sobre a prisão das mulheres e filhos em represália ao suspeito. Embora seja complicado dar ordem de importância às denúncias, essa é uma das faces mais perversas do regime ditatorial. Se durante a busca de um suspeito ele não fosse encontrado em casa, sequestravam e faziam parentes de refém, independente de sua idade ou orientação política.<sup>367</sup> Era uma forma de punir as pessoas por terem algum tipo de ligação com opositores do regime, causar medo generalizado na população e inibir outras iniciativas de resistência ao governo civil-militar. Entretanto, em se tratando da escrita da denúncia, foram as mulheres e as crianças as citadas, ainda que qualquer familiar pudesse passar por este processo. Todavia falar de um irmão refém talvez não causasse o impacto

---

<sup>366</sup> SANSAVIERO, Rafael. Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silencios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue un sistema de gobierno. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 58.

<sup>367</sup> BAUMGARTNER, José Luis; MATOS, Jorge Duran; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos**: a história da repressão no Uruguai. Ed. Tchê. p. 171-172.

desejado, pois muitos jovens participaram das lutas contra os governos, já mães com crianças foi menos comum.

No Brasil, um exemplo significativo deste procedimento - o uso das atribuições de “papéis” dados à maternidade - serviu para atingir algumas mulheres. Derlei De Luca faz o seguinte relato sobre a informação que obteve durante sua estada nos porões da ditadura: “Hilda Gomes da Silva foi presa com os filhos, dois meninos e uma menina de quatro meses. Deram choque na menina para fazer a mãe falar”.<sup>368</sup> Apesar de a declaração já possuir a afirmativa de que a tortura da filha era para atingir a mãe, corroboramos com esta ideia após a leitura de depoimentos de ex-militantes que ouviam as ameaças dos torturadores - diante da negação das informações esperadas - de que iam levar os filhos à sala de tortura e torturá-los na sua frente para fazê-las falarem - em alguns casos cumpriram a promessa. Numa clara demonstração de que creditavam à maternidade um estado natural, no qual as mulheres, na sua totalidade, fariam de tudo para protegerem suas crias. Inclusive delatarem seus companheiros de luta. Não posso afirmar aqui quantas delas talvez tenham sucumbido à pressão, no entanto, em relação aos pais também aconteceu coisa semelhante, alguns homens também passaram pela experiência de serem torturados junto com os filhos, como o caso de Joaquim e Ivan Seixas. Em que só o filho Ivan sobreviveu. Então, vimos que os policiais se utilizaram das mais diversas construções culturais no que diz respeito aos *papéis* definidos para homens e mulheres, na sociedade de então, no intuito de atingirem os objetivos dos órgãos de segurança que eram o desmantelamento das organizações e o aniquilamento das forças revolucionárias.

Na seção “*testimonios*” o discurso trazia falas de médicos forenses acerca das torturas, as que estavam no resumo analisado acima, explicando cada uma delas mais detalhadamente - as falas dos médicos davam credibilidade às investigações da comissão. E de vítimas que sofreram as sevícias, com as descrições dos fatos que aconteceram durante sua estada sob o poder dos agentes do Estado. Um médico chamado de Julio Arzuaga, entre várias descrições de torturas, fala dos choques:

*Es un conductor de electricidad, con un voltaje no muy alto para que no vaya a producir la muerte, que deja quemaduras. Como normalmente eligen*

---

<sup>368</sup> DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002. p. 126.

*para su aplicación zonas muy sensibles, como los genitales, y la electricidad nos impone a todos un poco, resulta entonces una tortura tanto física como moral [...].*<sup>369</sup>

Os choques eram aplicados nas genitálias e por isso, o médico fala que além da tortura física se tratava de uma tortura moral, visto que a moral estava muito atrelada à sexualidade dos indivíduos. Especialmente a “moral” das mulheres, como observamos acima, quando falamos do pudor. O Sr. Honorio Grieco, em seu depoimento conta como aplicaram os choques:

*Posteriormente, entre dos, me llevan hacia un lugar y me ponen contra el suelo en una especie de camilla metálica. Al tenderme sobre ella, siento el crujido del metal. [...] Entonces, en silencio, venían con un recipiente con agua, y me echan agua fría. Sobre los órganos genitales me habían puesto una especie de esponja mojada; me mojan todo el cuerpo, me aplican un choque en el estómago, que me hace sentar. Me empieza a preguntar y a aplicarme la picana eléctrica en los muslos, en los testículos, inclusive, con el prepucio hacia atrás, en los hombres [...].*<sup>370</sup>

É claro que havia o desejo de provocar a dor naquele que era considerado adversário, inimigo; arrancar-lhe a informação. Mas me parece que a aplicação dos choques nas regiões erógenas tinha o propósito de prejudicar para sempre a sexualidade do torturado, diminuí-lo enquanto homem, conforme foi explicado acima. Pois conforme um dos médicos relatou para a comissão, os choques, muitas vezes causavam queimaduras graves.

Em “*Malos tratos a las mujeres*” há descrições das violências citadas acima. Mas vou citar apenas as que indicam violências sexuais: “[...] obligar a que se desnudara a jóvenes que, por otra parte, no

---

<sup>369</sup> Julio Arzuaga *apud* TORTURAS: el informe de la comisión del senado. **Marcha**. Montevideu. 05 jun. 1970. Nº 1496. p. 12-13.

<sup>370</sup> GRIECO, Honorio *apud* TORTURAS: el informe de la comisión del senado. **Marcha**. Montevideu. 05 jun. 1970. Nº 1496. p. 13.

*estaban ni fueron acusadas de ningún acto delictivo*<sup>371</sup>, como já afirmei antes, o desnudamento era um dos primeiros abusos sexuais que os policiais cometiam assim que prendiam as pessoas. E tais atos tornavam-se conhecidos por grande parte da população que tinha acesso aos jornais. Por seu caráter vexatório tanto poderia causar revolta nas pessoas, sentimento esperado pelos redatores do jornal, quanto o medo, reação desejada pelo Estado. Em outro trecho há:

*Detener a mujeres en avanzado estado de  
gravidez [...] permitir que fueran sometidas a  
manoseos e incluso existe una denuncia concreta  
de intento de violación cometido por un  
funcionario en estado de embriaguez.”*

Como já mostrei anteriormente, matérias que falavam de violência contra mulheres grávidas eram apropriadas para a sensibilização dos leitores, e essa é ainda mais contundente, visto que uma mulher grávida correu o risco de ser violada por um policial bêbado. Nas palavras dela: *“a esta altura mi cansancio y mi nerviosismo eran intensos y fue precisamente en esos momentos que entró en el calabozo un policía ebrio, trató de besarme y me manoseó”*. Fato que não se deu apenas uma vez. Além da tentativa da violação, o discurso ainda mostrava o quão “desmoralizada” era a polícia, pois em pleno trabalho havia um policial bêbado. No entanto, outros policiais que não estavam bêbados violaram mulheres durante todo o período em que estavam em vigor as Medidas Prontas de Seguridad, antes e durante a ditadura. Ainda sobre a grávida, que era estudante de medicina, o texto informa que ela informou os policiais de sua gravidez e que esse fato foi utilizado para ameaçá-la. Disseram que as “medidas” davam a eles carta branca para fazer o que quisessem.

Durante os depoimentos na Comissão de Investigação do Senado, o presidente perguntou: *“- ¿Quienes la obligaron a desvestirse? ¿La policía femenina? ¿Ellas también la mojaron?”* E a garota N. N. respondeu: *“- Sí, señor presidente.”* Mas a senadora Alba Roballo diz: *“- Tengo entendido que estaban presente, también, policías hombres”*.<sup>372</sup> Ao que a jovem N. N. afirmou: *“Ellos estaban en la puerta del*

---

<sup>371</sup> TORTURAS: el informe de la comisión del senado. **Marcha**. Montevideú. 05 jun. 1970. Nº 1496. p. 12-15.

<sup>372</sup> Señora Roballo *apud* TORTURAS: el informe de la comisión del senado. **Marcha**. Montevideú. 05 jun. 1970. Montevideú. Nº 1496.p. 14.

*baño.*”<sup>373</sup> Estas falas, me parecem, concedem certa legitimidade às denúncias e credibilidade ao jornal frente a seus leitores. Nada como ouvir sobre as violências de quem as sofreu. E na sequência do texto diz:

*En cuanto al caso de N. N. ha sido especialmente destacado por nosotros porque se trata no sólo de una mujer sino de una muchacha de veinte años que fue sometida al vejamen de permanecer desnuda mientras los funcionarios policiales abrían constantemente la mirilla para observarla.*

Assim, podemos observar que no próprio relatório se faz acepção entre as mulheres. Especifica que “se trata no sólo de una mujer sino de una muchacha de veinte años que fue sometida al vejamen de permanecer desnuda”, logo, deu a entender que a violência era ainda pior por se tratar de uma jovem, uma questão geracional. Entretanto naquela situação, o desnudamento era abominável pra qualquer pessoa. E foi feito com o objetivo de humilhar os indivíduos.

No final do item sobre os maus tratos dispensados às mulheres tem uma afirmação que nos mostra os valores em que estava alicerçada a sociedade uruguaia daquele tempo:

*Los elementos de juicio analizados permiten señalar que el trato inhumano dado a mujeres detenidas se ha convertido en algunos casos, además, en trato vejatorio como jamás antes se ha conocido en la historia del Uruguay hiriendo no sólo el sentido elemental de decoro sino que produciendo un agravio insuperable al propio respeto a características inherentes a normas de caballeridad y expresiones de virilidad que nunca antes se ha documentado han sido quebrantadas.*<sup>374</sup>

Acerca das violências, já falei acima. Então, gostaria de levantar a questão da “caballeridad” e “virilidade” colocadas no texto. Estas duas palavras representavam, para quem escreveu o texto, virtudes que

---

<sup>373</sup> Señorita N. N. *apud* TORTURAS: el informe de la comisión del senado. **Marcha**. Montevideu. 05 jun. 1970. Montevideu. Nº 1496. p. 14.

<sup>374</sup> TORTURAS: el informe de la comisión del senado. **Marcha**. Montevideu. 05 jun. 1970. Nº 1496. p. 12-15.

impediriam os homens, que as tivessem, de se comportarem da mesma maneira que esses policiais violentos e despudorados. Entretanto, tais “qualidades” eram<sup>375</sup> impregnadas de desigualdades que afastavam mulheres e homens e indicavam que as mulheres deviam ser protegidas pelos homens, pois eram seres frágeis, em oposição à “virilidade masculina”. No entanto as mulheres que foram torturadas e presas demonstraram possuir força, coragem, medo, angústia, solidariedade, altruísmo, como todos os demais presos, independente do seu sexo biológico.

No item “conclusiones” encontrei a afirmação de “que se aplicaron métodos especialmente vejatorios con las mujeres”, embora anteriormente já tivessem escrito sobre outras sevícias que incluíam violências sexuais. Por tais conclusões podem-se levantar algumas hipóteses: consideravam as violências em geral contra as mulheres atos mais graves. As mulheres não haviam sido “preparadas” para a serem soldados naquela guerra, elas sofreram discriminações mesmo dentro das organizações de esquerda. Havia a denúncia dos manuseios e tentativa de violação, que era ação específica contra as mulheres, perpetradas por policiais homens heterossexuais que nutriam desejo erótico pelas mulheres. E, provavelmente não consideravam as demais violências que atingiam as genitálias dos homens – queimaduras com cigarro, introdução de cabos de madeira, cassetetes no ânus – empalamento –, e fios metálicos, no pênis, entre outras práticas sádicas –, como violências sexuais devido ao “desinteresse sexual” que os policiais teriam em relação aos homens. Embora já tenhamos visto, no início deste capítulo, que apesar do interesse erótico não existir, na maioria das vezes, dos policiais em relação aos homens presos, algumas violências sexuais foram aplicadas da mesma forma e com os mesmos objetivos, contra homens e mulheres.

O Brasil foi tema dos “*Cuadernos de Marcha*” de número 37. Estes eram uma espécie de livreto com um editorial, de várias páginas, sobre algum assunto específico importante para aquele contexto. E o jornal fez propaganda do livreto na edição veiculada em 3 de julho de 1970 com uma denúncia de violência perpetrada contra mulheres brasileiras presas por razões políticas a partir do dia 15 de junho de 1969. Entre as várias sevícias há o relato da ocorrência de violência sexual, traduzida nas ameaças de violação sexual. O texto diz o seguinte:

---

<sup>375</sup> Ainda vale para a atualidade.



*En medio de gritos y comentarios de los más groseros, fui obligada a desnudarme totalmente [...]*

*El mismo día a las 23 y 30 horas fui llevada para la sede del G 2 en la Plaza Libertad donde fui nuevamente obligada a desnudarme por el capitán Portela quien, junto con otro oficial (cuyo nombre desconozco) intentó forzarme a hacer strip-tease.*

*Durante mi permanencia en el D. I. sufrí amenazas de torturas físicas y sexuales que inclusive eran descritas con riqueza de detalles por el teniente Ribas en “conversaciones amigables” a la hora del almuerzo o cena.*

*El 18 de julio de 1969, en el consultorio médico de la cárcel, fui interrogada por los capitanes Jofre Lacerda, del ejército, y Schubert de la P. M., y el investigador José Perpétuo de la D.V. S.; después de recibir amenazas de todo tipo de torturas físicas y sexuales [...].<sup>376</sup>*

Nestes fragmentos de texto vimos que houve violência sexual: o desnudamento e as ameaças de violação. A notícia trouxe o testemunho de uma jovem, cujo nome não é revelado, sobre sua experiência nas torturas sob o poder de agentes do Estado brasileiro, bem como de testemunhos seus sobre as torturas infligidas em suas colegas mulheres durante o tempo em que esteve na Prisão de Mulheres Estevão Pinto em Minas Gerais. Não se fala em militância, todavia ela cita alguns nomes conhecidos, atualmente, como Maria do Rosário da Cunha Peixoto, com quem a protagonista da história residia, Delcy Gonçalves de Paula, levada ao domicílio onde as primeiras moravam, Loreta Valadares (na época militava na Ação Popular)<sup>377</sup> e Gilse María Concenza Avelar, cujos gritos (de todas) foram ouvidos e identificados nas sessões de torturas, bem como os estados precários de saúde percebidos após as

---

<sup>376</sup> BRASIL, seis años de dictadura. **Marcha**. Montevideu. 03 jul. 1970. Nº 1500. p. 6.

<sup>377</sup> JOFFILY, Olivia Rangel, **Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005. 167 p. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. p. 11.

sessões. Um documento<sup>378</sup> da Comissão Interamericana de Direitos Humanos nos informa que a protagonista dessa triste história foi Laudelina Maria Carneiro e, inclusive, traz relatos semelhantes aos dos jornais, mas omite as ameaças de violações sexuais. Embora eu não tenha levantado as organizações as quais eram filiadas as demais jovens, mas é certo que eram militantes de organizações de oposição ao governo ditatorial brasileiro. No entanto tal dado não foi informado, e assim poderia dar a impressão, para os leitores, de que elas eram as chamadas vítimas inocentes do terror de Estado. Vítimas sim, mas elas sabiam o porquê de terem sido presas, pois estava em vigência o temível AI-5,<sup>379</sup> ato institucional oriundo das diretrizes da Lei de Segurança Nacional. E quanto à ausência de nomes, apesar de a presença deles importar - porque mostrariam que as pessoas perseguidas, torturadas, existiam, eram de “pele e osso” como os leitores - em certo sentido dava a entender que podia ser qualquer um, pois todos que criticavam o governo, jornalistas, professores, advogados, estudantes, poderiam sofrer tais sevícias. E ao mesmo tempo entendemos que o anonimato era utilizado na tentativa de evitar que os presos sofressem vingança por parte dos agentes de “segurança”.

Em 18 de setembro de 1970, o *Marcha*, através de seu colunista Paulo Schilling, trouxe uma matéria de quase uma página sob o título “Julião, el voto universal y las torturas”. O jornalista criticou Francisco Julião,<sup>380</sup> advogado que foi atrelado às Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, ao afirmar que ele, no último pronunciamento publicado por este jornal, alguns números antes, mostrou-se “electoralista y avanza por caminos de la conciliación”, Schilling acrescentou, ainda, que Julião possuía desonestidade ideológica. A censura ao advogado terminou aí. Quando comecei a ler a reportagem me perguntei sobre a relação da presença de Julião com o documento transcrito logo abaixo. A resposta veio em seguida. O jornalista mostrou o “comportamento” de um ex-líder popular que estava na contramão dos movimentos de oposição, dos

---

<sup>378</sup> COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/73sp/sec.1.Brasilb.htm>>. Acesso em: 26/07/2013.

<sup>379</sup> Ato Institucional baixado em 13 de dezembro de 1968. Ver em: FGV/CPDOC. **O AI-5**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 26/07/2013.

<sup>380</sup> FGV/CPDOC. **A trajetória política de João Goulart**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/francisco\\_juliao](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/francisco_juliao)>. Acesso em: 03/07/2013.

que estavam presos. Lutavam de dentro dos presídios, ao resistir e denunciar as atrocidades que estavam sofrendo. O documento, segundo o autor da matéria, foi escrito por militantes da VAR-Palmares, por “[...] *las victimas de um verdadeiro “festival de torturas”*”. Sobre a tortura praticada pela “[...] *dirección del Departamento de Ordem Político y Social (DOPS) de Porto Alegre*” o testemunho relata:

*Los choques eléctricos en corriente continua hasta doscientos ochenta vatios se volvió un medio generalizado en la aplicación a cualquier persona detenida. Buscando las partes más sensibles del cuerpo (pies, manos, oídos, boca, órganos genitales), conforme consideran conveniente, también se puede prolongar horas y horas seguidas, en una secuencia de sesiones, por días. A todo le pusieron denominaciones: la sala se llama “fosa”, la máquina de choques la “Maricota”, [...] especificando los choques en los órganos genitales como sesión de muerte de los espermatozoides en su nacimiento”.*

*El uso de drogas para perturbar la consciencia también se efectuó en los compañeros Franki, Gustavo y Eliane. Mantuvieron a Eliane en interrogatorio durante 48 horas consecutivas, usando las más variadas formas de violencia y terror.*

*[...] luego de golpeada la víctima es arrojada contra la pared para herir los órganos genitales.<sup>381</sup>*

No extenso documento haviam intertítulos que juntos formavam uma frase: “la ditadura encarcela... tortura... y mata”, colocados pelo jornalista para que fossem destacados os assuntos trazidos ali. As violências sexuais mais denunciadas foram as que não envolveram conjunção carnal, penetração. Através dos fragmentos de texto, logo acima, podemos ver esse fato. Tanto que chegaram a escrever a “denominação” da tortura como choque nas genitálias. Mas em relação as violências sofridas por Eliane, nenhuma foi descrita, só generalizações, pelas quais não se tem como levantar a tipologia das

---

<sup>381</sup> SCHILLING, Paulo. Julião, el voto universal y las torturas. **Marcha**. Montevideú. 18 sep. 1970. Nº 1511. p. 22.

torturas. O último trecho me deixou em dúvida quanto ao objetivo de ter sido colocado. Como se pode ferir as genitálias de alguém o jogando contra a parede? Seria uma alusão a violência sexual com penetração de algum objeto ou pênis, prensando a vítima contra a parede? Não tem como precisar. Mais adiante, na mesma carta: “*No faltarón las amenazas de estupro y de violación a compañeros de uno u outro sexo*”. E ainda: “*Al compañero Franki o suspendieron por los órganos genitales de una cuerda de nilón, por lo que tuvo que ser sometido a intervención quirúrgica*”. Essa modalidade de tortura também foi citada por Jean Marc em 1971, por ocasião da entrevista concedida ao *Marcha*. Na ocasião ele disse:

*Otra forma frecuente de tortura física es atar los órganos genitales del prisionero. [...] Cuelgan al prisionero en una posición límite de equilibrio, de modo que sólo haciendo un gran esfuerzo consigue evitar que la soga le hale los órganos. Con el tiempo el prisionero pierde las fuerzas: es una forma de que él mismo se torture.*<sup>382</sup>

Sobre o comunicado que estávamos tratando, em relação aos relatos de violência sexual, parece-me que foram sendo aprofundadas as denúncias. Preparando os leitores para o que se pensava ser pior? Falou-se em choques nas genitálias, coisa comum a muitos presos. E, segundo o médico Julio Arzuaga, para um testemunho na Comissão do Senado, esse tipo de tortura é “[...] *tanto física como moral* [...]”,<sup>383</sup> o que significa dizer que havia a intenção de invadir a sexualidade das vítimas.

Depois, sobre Eliane, se falou generalizações. Logo após foi mencionado jogar o preso contra a parede para ferir as genitálias. Em seguida, as ameaças de violação contra homens e mulheres e por último a explicitação da tortura, com detalhes. Essa denúncia comprova que havia certo pudor em denunciar algumas violências sexuais, mesmo quando se tratava das torturas, pois havia certa preparação para o recebimento da notícia. Ao que me parece, pudores que existem ainda na atualidade.

---

<sup>382</sup> BERMEJO, Ernesto González. Brasil: una cámara de torturas. *Marcha*. Montevideu. 09 jul. 1971. Nº 1551. p. 16.

<sup>383</sup> TORTURAS: el informe de la comisión del senado. *Marcha*. Montevideu. 05 jun. 1970. Nº 1496. p. 12.

Ainda sobre o Brasil, destaco as denúncias de violências sexuais relatadas pelo estudante Jean Marc Von Der Weid, em uma entrevista concedida ao *Marcha*, já analisada no que tange às sevícias em geral, no capítulo dois. Além do amarrar com corda os órgãos genitais masculinos conforme mostrei acima, Jean Marc falou que os torturadores também estavam aplicando injeções de éter nos pênis dos torturados, prática que causava uma dor terrível.<sup>384</sup> Quando foi perguntado se as mulheres recebiam as mesmas sevícias que os homens ele afirmou que sim, mas que elas sofriam ainda mais: “*el agregado de sevicias, violaciones, todo lo imaginable. Es muy común hoy día que esto se haga también con religiosas, con monjas.*”<sup>385</sup> Ele certamente se referiu à história da freira Maurina Borges da Silveira, que segundo alguns pesquisadores foi violentada por um torturador dentro da cadeia. E Áurea, uma companheira de cela relatou:

Eu tenho evidências, mas não tenho provas. Ela nunca me falou claramente. Quem dizia isso eram eles. Tinha um militar de Pirassununga, um louro de olho azul, que tirava a gente da cela à noite e ficava torturando. Uma madrugada ele foi buscá-la. Ela sozinha. Ele bebia, talvez se drogasse, ficava com o comportamento todo alterado e levou ela. Uma noite ela voltou chorando, dizendo que ele trancou a sala com ela e que um soldado que ia à missa e era amigo dela veio, abriu a porta. E ficou ali, atrapalhando. Ficou entrando e saindo, e esse capitão xingando ele. Numa outra noite aconteceu a mesma coisa. Na volta da cela ela só chorava, não falava nada.<sup>386</sup>

Apesar de a freira não ter afirmado se foi violada, os envolvidos foram excomungados pelas autoridades eclesiásticas de Ribeirão Preto. Esses fatos ajudaram a Igreja a se posicionar contra a ditadura. E nos mostra como a ditadura não respeitou limites para cumprir seus objetivos de dismantelar as organizações de oposição.

Outro documento publicado, em partes, por *Marcha* e que serviu para denunciar as violências sexuais aplicadas pelos agentes do Estado

---

<sup>384</sup> Bermejo, loc. cit.

<sup>385</sup> Ibid., p. 17.

<sup>386</sup> ÁUREA *apud* CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. p. 97.

Uruguiaio foi a nota enviada por advogados dos Tupamaros - ditos “innombrables” porque o governo tinha proibido de se fazer referências às organizações que optaram pela luta armada sob risco de fechamento -, al comitê Internacional de Juristas. Sob o título de “*Defensa de los derechos Humanos*”, em um dos itens apresentados na publicação. No número um, chamado de “*Apremios físicos*”, lê-se: “*Golpes (puñetazos o puntapiés) en las zonas más sensibles del cuerpo*”. E ainda: “*Quemaduras con cigarrillos, corriente eléctrica (“picana”) en órganos genitales y otras partes del cuerpo [...]*”<sup>387</sup>, torturas já mencionadas em outras notícias analisadas anteriormente, que de forma semelhante, não deixa claro se se trata de presos homens ou mulheres, todavia sabemos através de outras fontes que foi comum a ambos. O número dois e a primeira parte do terceiro já foram analisados no capítulo dois uma vez que tratava das torturas mais gerais. A segunda parte do número três, “*Apremios Morales*” citou outras formas de tortura: “[...] *despojo de toda vestimenta, incluso a jóvenes mujeres; ultrajes y vejaciones de diversa índole; [...]*” além do desnudamento, que já tratamos anteriormente. Nesta citação encontramos os termos “*ultrajes*” e “*vejaciones*”, que certamente indicam violências sexuais: as conjunções carnavais e outras várias formas de manuseio das genitálias, ânus e seios. Pois embora não estivesse especificado inferimos isso devido à consideração que se tinha de que as violências sexuais eram consideradas violências contra a moral bem como a presença desses termos em outras notícias analisadas que mostravam serem sevícias sexuais. Vimos aí que houve a intenção de não explicitar as violências sexuais contra as mulheres, fato que podemos observar sob alguns prismas: ter o objetivo de protegê-las da revitimização, evitar a estigmatização delas e de seus familiares, poupar seus companheiros de conviver - sob a moral vigente da época - com a incapacidade de proteger suas esposas, suas famílias e evitar o sentimento de derrota dos que lutavam contra o governo e evitar que as mulheres se desencorajassem a lutar contra as ditaduras.

Todas essas questões contribuíram para o silenciamento das mulheres, durante muitos anos, acerca de tais violências. Lala Mangado e María Celia Robaina afirmam que “*el perpetrador sabía que al tocar una zona de tanta intimidad y pudor, contaba con el silencio de la víctima*.” As autoras assinalam que durante as torturas e prisão, muitas das mulheres evitavam comentar com suas companheiras as violências sofridas, no intuito de se manterem fortes:

<sup>387</sup> DEFENSA de los derechos humanos. **Marcha**. 24 dic. 1970. Nº 1525. p. 13.

*Nosotras lo negábamos. Hablábamos de la tortura, pero teníamos la idea de que las violaciones habían sido casos aislados. Toda la parte de la violencia sexual te rebaja más, la tortura és más digna... increíblemente. Lo sexual es la parte más desagradable contigo misma, es la parte en la que te sentís más sucia.*<sup>388</sup>

E, além disso, falar dos abusos, para elas, implicava em “*engrandecer la figura del represor, mientras que no hablar era una forma de minimizarlo, no mostrar debilidad y poder controlar la situación.*” E para que elas pudessem falar era necessário o tempo da reconstrução interna no intuito de evitar que os sentimentos de dor, angústia, raiva, sentidos durante as sessões de tortura, viessem à tona. E, depois disso, era necessário um empoderamento para lutar por justiça.<sup>389</sup> No Uruguai, vinte e oito mulheres que sofreram violações durante o período de exceção entraram na justiça em 2011 com um processo para punir os violadores.<sup>390</sup> Esse longo silêncio e posterior quebra, com a denúncia pública, me fez lembrar o que Michael Pollak falou acerca das memórias que entram em disputa em tais situações, onde existiram violadores e violados, vencedores e perdedores no campo belicista, que foram, respectivamente, governos e grupos opositores pequenos: “[...] uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...]”<sup>391</sup>. Então, esse processo pode ser a porta

---

<sup>388</sup> PERONI, Gianella; TRIVELI, Isabel; VALENTINI, Marta; ZAFFARONI, Elena *apud* LARROBLA, Carla. El horror femenino: las representaciones de los episodios traumáticos en testimonios de mujeres víctimas del terrorismo de Estado. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 81.

<sup>389</sup> MANGADO, Lala; ROBAINA, María Celia. La emergencia de un prolongado y silenciado dolor. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 30.

<sup>390</sup> Ver em: <[http://www.subrayado.com.uy/Resources/Uploads/RelatedFiles/Docs/denuncia\\_ex\\_presas.pdf](http://www.subrayado.com.uy/Resources/Uploads/RelatedFiles/Docs/denuncia_ex_presas.pdf)>. Acesso em: 03/02/2014.

<sup>391</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. pp. 3. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 18/05/2014.

aberta para alterações na *Lei de Caducidad*, no intuito de levar à justiça todos os crimes cometidos nos tempos da ditadura uruguaia.

No Brasil o máximo que se fez (faz) em relação a essa questão São as investigações da Comissão da Verdade, uma vez que a Lei da Anistia continua em vigor para que não sejam punidos os militares responsáveis pelos crimes de lesa humanidade no país.

### **3.2. O que denunciaram os jornais clandestinos sobre violências sexuais?**

Neste item analiso as denúncias de violência veiculadas nos jornais que foram publicados em semelhantes circunstâncias: a clandestinidade.

Em todos os jornais do PCdoB pesquisados encontrei algumas notícias que falaram claramente sobre as violências sexuais sofridas por mulheres militantes durante as torturas, e transcreverei abaixo:

Impressionantes e numerosos são os relatos, infelizmente pouco divulgados, de homens e mulheres que passaram pelos cárceres da ditadura. Crianças atormentadas diante dos pais, esposas violadas na frente dos maridos, pessoas idosas afrontadas física e moralmente [...].<sup>392</sup>

Aqui, no intuito de sensibilizar o público leitor para as práticas de tortura pelas quais passavam indivíduos relacionados à oposição e resistência ao regime, os responsáveis pela notícia apontaram pessoas entendidas como naturalmente frágeis: as crianças e as idosas. E situações contundentes que tornariam a denúncia mais incisiva, como, “crianças atormentadas na frente dos pais”, fato contrário à construção cultural que põe os pais como pessoas que amam os filhos incondicionalmente e, portanto, isso tornava aquela situação ainda mais difícil de suportar, pois consistia em responsabilizar os pais pela violência a que estavam sendo submetidos seus filhos. E por último, o fato de as esposas estarem sendo violadas na frente dos esposos. É estranha esta afirmação. Porque não denunciaram a violência sexual contra as mulheres somente? E as demais mulheres que se encontravam

---

<sup>392</sup>TRIBUNAL Russell. **A Classe Operária**. Jun. 1974. Nº 86. p. 7. Disponível em: <[http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_55.pdf](http://www.grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_55.pdf)>. Acesso em: 15/01/2011.



solteiras? Será que não sofreram violência sexual? Porque atrelaram a denúncia de violação das mulheres ao fato de as violarem à vista dos maridos? Esse fato faz lembrar que durante muito tempo se creditou a honra dos homens ao comportamento sexual das mulheres de sua família como a mãe, as irmãs, as filhas e as esposas.<sup>393</sup> Talvez fosse mais contundente à época dizer que as mulheres estavam sendo violadas na presença dos companheiros do que apenas dizer que estavam sendo violadas.

E mais uma denúncia acerca das violências empregadas pelos agentes do Estado foi publicada em novembro de 1969, período que sucedeu o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, marcado pela extrema violência contra militantes de oposição, com a utilização “aperfeiçoada” das modalidades de torturas, físicas e psicológicas, conforme podemos observar logo abaixo:

Os torturadores empregam diferentes métodos: “pau-de-arara”; choques elétricos nas partes mais sensíveis do corpo; sucessivas pancadas na cabeça; espancamentos em quarto escuro; permanência, dias seguidos, em celas de 2 x 2 metros, sob jatos de luz intensíssimos, sem comida e com pouca água; tentativas de afogamento; fuzilamentos simulados; golpes simultâneos nos ouvidos – o chamado “telefone” que provoca o rompimento da membrana do tímpano. Os bandidos chegam a infâmia de cometer violências sexuais contra algumas jovens.<sup>394</sup>

Vimos que a escrita foi bem clara, sem a utilização de metáforas, ao chamar os policiais e militares de bandidos e dizer que eles estavam cometendo violações contra algumas jovens. Outra matéria que tratou claramente da prática de violências sexuais por policiais - estes que deveriam garantir a segurança das pessoas, mas que foram os piores

---

<sup>393</sup> BURITI, Iranilson. Espaços de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no recife dos anos 20 (Século XX). **Revista História Hoje**. p. 5. São Paulo, Nº 5, 2004.

<sup>394</sup> SELVAGERIA fascista. **A Classe Operária**. 1º nov. 1969. Nº 35. p. 8. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_383.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_383.pdf)>. Acesso em: 22/07/2011.

carrascos naquele período -, foi publicada logo no mês seguinte à da citação anterior, dezembro de 1969. Vejamos o que ela trouxe:

Recentemente ocorreu fato gravíssimo e verdadeiramente chocante. Uma aluna foi forçada a entrar em um carro para prestar depoimento na polícia. Depois de rodar várias horas pela cidade, levaram-na novamente ao Instituto, já então como expediente encerrado. Lá não se encontravam mais professores e funcionários. Aproveitando-se desta circunstância, aquele grupo de policiais cometeu violências sexuais contra a jovem. Os miseráveis ameaçaram-na com maiores humilhações caso relatasse o ocorrido. No entanto, ela narrou o fato aos colegas que, por sua vez, comunicaram-no ao diretor. Este não tomou nenhuma providência, tornando-se assim conivente com o crime.<sup>395</sup>

Nesse trecho pudemos observar que o redator utilizou o termo jovem, para adjetivar a mulher estudante que sofreu violência, apesar de poder ser uma escolha corriqueira, ela pode ter sido pensada para sensibilizar os leitores, uma vez que a violência perpetrada contra essa faixa etária choca mais, pois as pessoas tem a possibilidade de viver durante muito tempo, em teoria, e podem ficar traumatizadas durante toda vida, fato que pode trazer danos à sociedade. Quero assinalar, também, o uso da palavra “miseráveis” para desqualificar os policiais, que se aproveitaram da conjuntura para praticar atos violentos, visto que os trâmites da justiça não eram respeitados, sequestravam e apreendiam as pessoas com os objetivos mais torpes. Além disso, o texto revela que ao chegar ao conhecimento do diretor ele nada fez. Pensemos em duas hipóteses para tal negligência: ou o indivíduo era partidário do regime de exceção ou tinha medo de se manifestar e ser atingido pela repressão, pois a ditadura civil-militar foi muito bem sucedida em implantar o Terror de estado, que entre outras premissas, baseava-se na proliferação do medo.

No periódico A Classe Operária, entre as notícias que denunciaram as sevícias sexuais de maneira objetiva não encontrei nenhuma que denunciasse que os homens as sofreram. Entretanto, outros artigos possibilitaram o entendimento de que os homens também

---

<sup>395</sup> Id., dez. 1969. Nº 36. p. 2.

sofreram violências sexuais, como podemos examinar na notícia publicada em 1973, na qual encontramos o termo “vexames monstruosos” que indicam violência sexual, como veremos abaixo:

As forças repressivas tratam brutalmente as jovens que combatem pela liberdade. Os carrascos policiais e os militares usam os processos mais infames nos interrogatórios e as submetem a vexames monstruosos. É grande o número das que se acham presas ou condenadas. Muitas vivem na clandestinidade. Entre pessoas assassinadas pela polícia por motivos políticos contam-se dezenas de mulheres. Deram suas vidas, em plena juventude, combatendo a tirania.<sup>396</sup>

Esta citação foi retirada do artigo intitulado “Intrépidas combatentes da liberdade”, já citado no capítulo anterior com destaque para outro assunto. No ano desta publicação, muitas já tinham sido assassinadas pela repressão, outras haviam sofrido torturas de todo tipo nas delegacias, nas casas clandestinas e quartéis e estavam cumprindo penas em presídios nas principais capitais do país.

A próxima notícia citou os “adversários políticos”, mas não especificou o gênero deles. Trouxe, também, as expressões “vexames” “torturas” e “bestial sadismo”, termos que reunidos podem indicar que os presos sofreram violência sexual, só que desta vez não está claramente falando das mulheres:

Crimes inomináveis são cometidos contra os adversários políticos nas cadeias e cárceres do país. Se os presos não aceitam as acusações ou repelem as brutalidades dos esbirros da polícia e do Exército, são submetidos a vexames e torturas que revelam bestial sadismo. Com verdadeira sanha fascista os carcereiros procuram quebrantá-los fisicamente, abatê-los moralmente e fazê-los capitular. E não são poucos os que têm pago com a vida sua resistência heroica.<sup>397</sup>

---

<sup>396</sup> INTRÉPIDAS combatentes da liberdade. **A Classe Operária**. Jun. 1973. Nº 74. p. 9. Disponível em: <[http://www.graboio.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_43.pdf](http://www.graboio.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_43.pdf)>. Acesso em: 16/09/2010.

<sup>397</sup> **A Classe Operária**. Fev. 1969. p. 8.

Pois a palavra “vexame” é sinônimo de “vergonha”, que por sua vez significa “sentimento de desgosto que excita em nós a ideia ou receio da desonra”<sup>398</sup>. E a honra era um atributo dependente da sexualidade.

Além do uso de palavras que indicavam as torturas sexuais outra maneira de se referirem a elas foi dizer que utilizavam as “partes mais sensíveis do corpo” para seviciar os militantes, familiares e amigos deles, como podemos ver em seguida: “As torturas infligidas aos presos atingem requintes bestiais. A aplicação do chamado pau-de-arara e de choques elétricos nas partes mais sensíveis do corpo é ato de rotina.”<sup>399</sup>

Em conversa informal com a médica Julia Saad<sup>400</sup>, pedi que falasse quais são as partes mais sensíveis do corpo, visto que parte das sessões de torturas eram acompanhadas por médicos que trabalhavam para as Forças Armadas e para as polícias, e que prestavam “assessoria” para os torturadores. Ela afirmou que as partes mais sensíveis do corpo são as que possuem mais terminações nervosas: as mãos, os pés, os genitais e na cabeça, a boca e as bochechas. Há sensibilidade em relação a dor, temperatura, vibração etc. Isto explica determinadas sevícias aplicadas pelos agentes do Estado em suspeitos e presos políticos, como a colocação de lascas de material inflamável sob as unhas e posterior queima, arrancamento de unhas, dedos decepados, choques nas mãos e pés; queimaduras com cigarros e choques nas genitálias, a violação de mulheres com cassetetes, a amarração com corda na genitália masculina para provocar a automutilação, como Jean Marc e outros militantes explicitaram, bem como as mutilações realizadas no corpo de Eduardo Collen Leite, o ‘Bacuri’, cuja boca e bochechas foram cortadas, até a altura das orelhas. A continuação da notícia diz: “Numerosos são os casos de ultrajes inconcebíveis feitos à mulheres detidas.” Falado assim, em separado, parece que tudo que foi falado antes, na notícia, não era inconcebível, ou que as mulheres sofreram violências piores. Talvez estivessem se referindo às conjunções carnavais heteronormativas, pois as demais torturas nos genitais foram semelhantes para homens e mulheres. Ou estavam especificando para sensibilizar os leitores, pois naquela

---

<sup>398</sup> MICHAELIS: MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=vergonha>>. Acesso em: 03/08/2012.

<sup>399</sup> BANDITISMO da ditadura. **A Classe Operária**. 01 abr. 1969. Nº 29. p. 10. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_377.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_377.pdf)>. Acesso em: 29/03/2012.

<sup>400</sup> Em conversa informal com a médica Julia Saad no dia 22 de agosto de 2013.

época, como já vimos, as construções de gênero apontavam as mulheres como pessoas mais sensíveis e mais frágeis que os homens, ainda que o mesmo jornal tenha afirmado que as mulheres estavam combatendo e trabalhando ao lado dos homens mesmo nas mais difíceis condições”<sup>401</sup>.

O *Compañero* trouxe algumas denúncias de casos de violências sexuais ocorridas durante a ditadura naquele país. Começarei mostrando o início de uma matéria sobre um militar que, segundo o jornal, tentou comprar fósforo branco para as Forças Armadas do Uruguai, mas por ser 1975 e as políticas dos Estados Unidos terem se alterado um pouco em relação à América Latina, não conseguiu. De fevereiro de 1979, o texto afirma sobre o general Queirolo:

*La 'guerra' de 1972 (encapuchar, picanear, hacer submarino, maltratar a las muchachas y golpear hombres amarrados) la hizo desde su escritorio de Av. Agraciada, sede de la entonces Región Militar [...]*”<sup>402</sup>

Aqui, vemos que houve uma tentativa de diferenciar as formas de torturas empregadas contra homens e mulheres. Os homens não foram maltratados e as mulheres não foram golpeadas amarradas? Ou o “maltrato” neste caso se referia às violações sexuais, cujo silêncio fez desaparecerem as praticadas contra os homens e contra as mulheres se conheceu limitadamente?

Nas duas páginas seguintes da mesma edição foi publicado um artigo com relatos de um ex primeiro tenente do Exército chamado Julio César Cooper Alves – que veio a público através do Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía em Uruguay – SIJAU –, cuja carreira no Exército foi interrompida em 1977, segundo o jornal, por haver se “*negado a participar de las torturas a los detenidos*” e, em consequência teve de deixar o país. Da Suécia, onde foi viver o exílio forçado ele informou que a tortura vinha sendo utilizada “*en prácticamente todos los cuarteles desde 1972, actuando en sus comienzos los oficiales subalternos bajo las órdenes de la oficialidad superior [...]*”<sup>403</sup> Entre os casos relatados foi destacado o caso de quatro médicos que “*como la justicia los encontró inocentes, los*

---

<sup>401</sup> Id. Jun. 1973. p. 9.

<sup>402</sup> QUEIROLO: um torturador passado por Washington. *Compañero*. 14 feb. 1979. Nº 72. p. 5.

<sup>403</sup> Id., 14 feb. 1979. p. 6.

*volvieron a torturar luego de juzgados, para arrancarles confesiones falsas. Uno de ellos, el Dr. Jorge Isern, sufrió en consecuencia graves fracturas.*” Coisas semelhantes aconteceram no Brasil, de pessoas serem levadas para as dependências policiais no intuito de serem interrogadas sem que tivessem qualquer ligação com as organizações de esquerda<sup>404</sup>.

O tenente Cooper Alves citou nomes de vários militares que foram responsáveis por torturas: Italo Castillo, Arocena, Grajales, Viera da Cuña, Major Abelleira; mortes de militantes durante sessões de torturas: Major Vitorino Vásquez, Capitão Lauri Rodríguez, Tenente Guruchaga, Comandante de Unidade Coronel Dinarte Pérez, Comandante da Região Militar No 3, o General Rodolfo Zubía; bem como de autorização para falsificações de laudos médicos, realizada pelo último. E deixou claro que houve participação massiva da oficialidade nas torturas. Falou, também, que *“Los que no querían participar eran castigados con la transferencia a destinos militares sin importancia o incluso arrestados por desacato habiendo varios militares procesados por ese motivo”* e, ainda: *“torturando, alcance a ver hasta jefes. Me refiero a jefes de Unidad, Comandantes, y presenciar hasta Generales”*. *Os que mais se empenharam em torturar foram premiados.*<sup>405</sup>

O ex-tenente expôs que vários presos políticos que já cumpriam penas foram retirados das prisões *“Libertad”* e *“Punta de Rieles”* para que passassem novamente por torturas, relatou também que vários presos permaneceram incomunicáveis por muito tempo, especialmente os líderes de organizações de esquerda armada como Manera Lluveras, Raúl Sendic e Fernández Huidobro. Outra informação importante fornecida por Cooper deu conta da coordenação repressiva, o Operativo Condor, levada a cabo pelos países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, deste país forneceu os nomes dos integrantes e os postos ocupados nas Forças Armadas e afirmou que os mesmos foram responsáveis pelo sequestros, prisões, torturas e desaparecimentos dos militantes do PVP, e de alguns filhos deles, em Buenos Aires. Outra forma de auxílio trocado entre os governos ditadores foi a prisão e

---

<sup>404</sup> JOFFILY, Mariana. A margem da suspeita. Simpósio Nacional de História. XXVI. 2011. **Anais...** 12p. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299511009\\_ARQUIVO\\_ANPUH\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299511009_ARQUIVO_ANPUH_2011.pdf)>. Acesso em: 15/04/2012. p. 7-11.

<sup>405</sup> “TORTURANDO alcancé a ver a jefes de unidad, a comandantes...”. **Compañero**. 14 feb. 1979. Nº 72. p. 6.

posterior entrega de militantes para seus respectivos países, através das forças armadas.<sup>406</sup>

Outras informações que foram fornecidas por Cooper mostraram que entre vários componentes das Forças Armadas havia corrupção, cujos nomes deu a conhecer. O jornal informou que ele foi o primeiro oficial uruguaio a abandonar o exército e testemunhar acerca das torturas e assassinatos. Entre tantas denúncias deixei para o final a que motivou a inserção de tal matéria neste terceiro capítulo. Segundo o órgão de imprensa do PVP, no testemunho do ex-militar Julio César Cooper Alves “[...] *figuran también vários casos de violación de detenidas. En uno de ellos está envuelto el hijo del Grel. Ballestrino, oficial, por entonces, en el cuartel de Durasno*”. Esta afirmativa excluiu as torturas sexuais praticadas contra os homens. Não se sabe se a omissão partiu de quem sofreu as sevícias, do ex-militar ou do jornal, afinal, naquela época era desonroso afirmar que os homens que lutavam para libertar a nação da ditadura militar estavam sofrendo tais humilhações. Então, os torturadores puderam contar com o silêncio dos torturados em face de tais atrocidades.

Assim como no Brasil existiram “escolas de torturas”, no Uruguai não foi diferente. Em junho de 1980, o *Compañero* trouxe uma grande matéria a partir das informações fornecidas por outro ex-militar e ex-torturador, Hugo Walter García Rivas<sup>407</sup>, cujas funções exercidas no Exército uruguaio foram as de fotógrafo e de agente da Companhia de Contra-informação. Ele detalhou algumas das “aulas práticas” de interrogatório. Iniciou dizendo que os “professores” pretendiam “[...] *inculcarle al alumno que la tortura es necesaria, absolutamente necesaria, para obtener información. Si no, no se obtiene información.*”<sup>408</sup> Fala que demonstrou a institucionalização das violações dos direitos humanos.

Em seguida falou que um preso da Companhia era trazido para a sala, colocavam um tacho e alguns golpeavam o preso ou submergiam a cabeça na água enquanto outro interrogava. Estes presos nem sempre estavam necessariamente sendo interrogados, alguns já haviam passado por esta etapa, mas serviam como “cobaías”, pois o que importava era que os alunos se acostumassem com a aplicação da tortura. Todos os

---

<sup>406</sup> Ibid., p. 7.

<sup>407</sup> Em 1978, ele esteve envolvido no sequestro de Lilián Celiberti, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Días em Porto Alegre.

<sup>408</sup> LOCALES clandestinos de terror estatal. *Compañero*. Jun. 1980. Nº 77. p. 8-13.

alunos passavam pela “experiência”, os presos podiam ser trocados no decorrer do curso com duração de três meses. Quando não havia preso na Companhia, eram trazidos do Batalhão 13 de Infantaria.

Na sequência ele falou de outros tipos de torturas: a suspensão com corda, os choques elétricos - cujo procedimento ele explicou detalhadamente -, em seco ou com o corpo molhado para potencializar o efeito. E acrescentou que “a veces se utiliza um poco de sadismo, se le puede aplicar em los testículos, por ejemplo, o em alguna parte así.” E esse sadismo começava quando alguém tinha uma ideia: ‘*Por que no le recostás el cable em tal lado a ver si es tan macho?*’ o *algo así. Es uma classe que se le toman muy a pecho.*” Com essa fala dá para imaginar os alunos, os mais aplicados, se esforçando para ter “ideias incríveis” para se destacar nas aulas práticas e conseguir fazer o preso falar. Todavia, apesar de o jornal ocupar várias páginas para o depoimento desse ex-militar, o que foi destacado acerca de violências sexuais foi apenas sobre os choques nos testículos e outras partes equivalentes, o que nos deu a entender que estava falando das genitálias, tanto de homens quanto de mulheres, que também serviram de cobaias. Outro trecho que chamou a atenção foi a parte que falou “*Por que no le recostás el cable em tal lado a ver si es tan macho?*”, no que podemos pensar que as torturas estavam profundamente ligadas à construções de gênero. Pois eles entendiam que os homens deveriam suportar mais as sevícias, os que assim não se comportassem eram menos homens para os torturadores. No entanto, ao ler o livro que contém todo o conteúdo do depoimento de Garcia Rivas, há uma passagem que descreveu o “interrogatório”, ao qual estava presente, de uma militante do PVP, Rosário Pequito Machado. Sobre tal evento ele disse:

*Foi torturada no ‘tacho’, como se diz lá. É um tonel cortado pela metade, cheio de água, com uma tábua para deitar a pessoa a fim de que sua cabeça fique dentro d’água, com um capuz impermeável. Ela esteve assim um dia. Depois foi algemada, com as mãos para as costas, e essas algemas foram colocadas num gancho que estava dependurado do teto; ela ficou com os braços levantados, separados do corpo. Estava nua.*<sup>409</sup>

---

<sup>409</sup> VICTOR, J. Confissões de um ex-torturador. São Paulo: Editora Semente, s/d. p. 31.



Logo, segundo os códigos morais da época houve violência sexual, visto que a nudez foi forçada, e conforme já foi visto acima, excetuando o naturismo, e algumas poucas exceções, a nudez é vista como algo erótico, logo ligado à sexualidade.

Além dessas informações o ex-torturador falou que os militares que se encontravam em postos de comando faziam questão de envolver todos os subalternos nas sessões de torturas, ainda que fosse numa espécie de rodízio, ninguém ficava de fora.

Em dezembro de 1981, foi publicado um suplemento especial do jornal *Compañero* com mais casos de ex-militares que resolveram abandonar as Forças Armadas e relatar as formas como operavam essas instituições na repressão ao militantes de organizações de esquerda uruguaias, os suspeitos em geral - nem sempre eram militantes -, dentro e fora do país. Pessoas de outras nacionalidades que se encontravam no Uruguai - cujos países se encontravam sob ditaduras -, e, também, uruguaios que viviam fora das fronteiras, como os casos dos militantes do PVP em Buenos Aires e Porto Alegre. E, além disso, publicar os nomes e rostos de um número bem grande de torturadores e responsáveis por tais práticas. Bem como os lugares para os quais foram levados suspeitos para serem torturados. Pois, alguns deles, por terem sido fotógrafos, haviam feito cópias do material produzido por eles mesmos e levado para fora do país, por isso o responsável pela redação de *Compañero* teve acesso.

Entre eles, o ex-marinheiro Daniel Rey Piuma, que desempenhava a profissão de fotógrafo na Direção de Inteligência da Prefeitura, e fez “extensas declaraciones sobre los servicios de Inteligencia de la Armada Nacional, describió innumerables casos de torturas, robos, vejámenes y corrupción.”<sup>410</sup> Conforme já pudemos observar, a palavra vexame dava conta dos episódios de violações, visto que outras sevícias que envolviam as genitálias, sem que fosse a conjunção carnal eram colocadas no rol das torturas e não consideradas violências sexuais.

Víctor Paulo Laborde Baffico, ex-militar da Força de Segurança Marítima - que disse ter entrado nas Forças Armadas para saber do paradeiro de sua mãe, que desapareceu em Montevidéu em meados de 1978 -, e permaneceu lá por 2 anos sem ter sucesso nas buscas pela mãe, testemunhou “*innumerables atropellos, crímenes, robos*” e resolveu denunciar. Contou de várias deserções, alguns entravam em busca de

---

<sup>410</sup> UM inferno que ‘zozobra’. *Compañero*. Dic. 1981. Nº 83. Suplemento especial, p. 2.

trabalho e quando viam o que acontecia na instituição iam embora e nunca mais voltavam, quando não eram presos. Ele falou que

*La actitud de los integrantes de la Cía. De Infantes frente a la tortura es de que un 80% de ellos están conformes con practicarla. Hasta parece que estuvieran contentos con eso. Incluso cuando el detenido sale de la sala de interrogatorio y va para la celda, lo siguen golpeando y cuando está en la celda, esté de plantón o no, lo siguen golpeando. Lo que buscan es hacerle la vida imposible.*<sup>411</sup>

Estas declarações mostram que entre os militares havia pessoas que não compactuavam com as atrocidades cometidas nas Forças Armadas, das mais variadas patentes, como os exemplos logo acima e também, o exemplo do General Seregni e outros colegas presos conforme vimos no segundo capítulo. Baffico relatou, ainda, que

*Aquí dentro se ve de todo, pasa cualquier cosa. El 3 de febrero de este año, último día que yo permanecí antes de huir, faltaba gente para la guardia, entonces me llamaron a pesar de que estaba de arresto. También participaron en esa guardia efectivos que estaban para fajina. Uno de los escribientes, el marinero C. F. Tiene que hacer guardia. Es un muchacho bueno pero débil y bastante afeminado. Ese día, el Jefe de Cuadrilla Nelson Flores que, junto al Jefe de Cuadrilla Silva y al Infante Ricardo de los Santos estaban en Prefectura, cargaron la carabina y se la pusieron en la nuca a ese marinero. Estaba acostado, Trató de resistirse, Lo golpearon y lo violaron dentro de la Brigada.*

Na citação acima vimos que as violações dos direitos humanos eram práticas realizadas não só contra os “inimigos internos da nação”, no interior das Forças Armadas, mas também entre seus componentes, obedeciam as hierarquias, e deixavam suscetíveis os mais frágeis, os menos violentos. No exemplo vimos que havia violência de gênero, já

---

<sup>411</sup> UM infierno que ‘zozobra’. **Compañero**. Dic. 1981. N° 83. Suplemento especial, p. 3.

que mais uma vez, ao violarem o rapaz que era ‘bastante afeminado’, estavam praticando uma violência simbólica contra as mulheres, contra alguém que carregava códigos que se cria, eram pertencentes às mulheres: a debilidade no sentido de fragilidade e outras características imaginadas que coubessem no “afeminado”.

Em julho de 1984, sob o título “*Desaparecidos: un clamor que ya no pueden acallar*” o jornal comunicou, entre outras medidas que pretendiam algumas entidades que representavam os trabalhadores, um ato público que consistia em interromper o trabalho por 10 minutos em favor da anistia geral e irrestrita no Uruguai. O redator aproveitou a oportunidade para fazer denúncias acerca dos desaparecidos políticos bem como das dificuldades encontradas pelos familiares na busca por notícias acerca de seus entes queridos:

*Durante largos años los mandos militares, los jefes de los establecimientos penitenciarios y militares y de los cuarteles en los que había presos se permitieron toda clase de atropellos sobre los familiares de los presos políticos desaparecidos. Páginas de infamia escribió, en este plano, Cnel. Mainard, desde su despacho de la calle Garibaldi, donde se permitía insultar y manosear a quienes llegaban pidiendo noticias sobre sus seres queridos.*<sup>412</sup>

Como podemos observar, muitas pessoas sofreram violências mesmo não tendo nenhuma participação em nenhuma organização política de oposição ao governo do Uruguai. Bastava ser familiar para ter seus direitos mais fundamentais violados. A palavra “manosear” utilizada no texto acima, segundo a Real Academia Espanhola, indica “tocar repetidamente a alguien com las manos, generalmente com intención erótica.”<sup>413</sup> Logo, os familiares também sofreram violências sexuais, especialmente as mulheres, pois a maioria dos desaparecidos foram homens e, muitas vezes, coube a elas procurarem por seus parentes.

---

<sup>412</sup> Id., 13 jul. 1984. p. 13.

<sup>413</sup> REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la lengua española. Disponível em: <<http://lema.rae.es/drae/?val=demarcado>>. Acesso em: 11/02/2014.

## Considerações Finais

Logo no início do trabalho mostramos que os estudos acerca dos assuntos decorrentes das ditaduras militares nos dois países tem sido realizados de forma contínua nesses últimos anos. E que esse trabalho não buscou esgotar o tema das denúncias sobre as violências sofridas por suspeitos e presos políticos, uma vez que os objetivos desta pesquisa eram o de apontar, nos jornais, os tipos de violências praticadas pelos agentes do Estado contra as mulheres suspeitas e presas por crimes políticos, e por se tratar de uma análise relacional, também do que se publicou em relação aos homens que se encontraram em situação semelhante; pensamos nas possíveis motivações para que os jornais tivessem apresentado determinados tipos de violências em detrimento de outras; observamos a escrita das notícias com o objetivo de identificar se os redatores destes meios de comunicação alternativos utilizaram as construções de gênero em seus escritos, bem como se eles incorporaram aos textos falas de outras pessoas ou instituições que se alinhavam ou não aos ideais das organizações de esquerda, no intuito de sensibilizar o público para convencer os leitores a aderirem à luta contra as ditaduras. E para tais análises, levantamos indícios acerca dos costumes das sociedades em questão no que diz respeito às vivências das mulheres, suas autonomias e liberdades, para relacioná-los com as formas em que foram apresentadas as matérias, notas, editoriais e artigos.

As publicações nos jornais *Marcha*, *Repórter*, *Compañero* e *A Classe Operária* foram apenas um dos recursos utilizados pelos opositores do regime para denunciá-lo. E outros fatores como a delimitação do espaço para a escrita da dissertação; a linha de análise proposta e a variedade de denúncias encontradas nos jornais – que foram limitadas pelas circunstâncias da época, entre elas, o medo, a vergonha, o desejo da não contribuição para a propagação do Terror de Estado e, principalmente, a repressão –, fizeram com que as exposições se tornassem restritas.

Pudemos observar que, assim como as mulheres participaram em menor número nas organizações e partidos de esquerda, as denúncias acerca das violências praticadas contra elas foram pouco divulgadas. Talvez nem tenha sido proporcional à sua participação. E, além disso, algumas delas foram escritas de forma velada. Outras nas quais informaram sobre homens e mulheres, apenas as descrições acerca das violências sofridas pelos homens foram feitas de maneira detalhada. Em relação às violências sexuais, as notícias que mostravam que as torturas

atingiam as genitálias não eram denominadas como tal, e as violações pouco foram noticiadas. Ou eram indicadas pelos termos “vexames” e torturas praticadas com “bestial sadismo”, palavras que indicavam, segundo as análises, violências sexuais de vários tipos.

No primeiro capítulo vimos que houve um aumento significativo na participação das mulheres na vida política nos dois países pesquisados, em decorrência do maior acesso ao mercado de trabalho e à educação superior. Transformações que estavam consonantes com o período de verdadeira ebulição cultural em que se encontravam vários povos. Todavia, ainda que várias dessas mudanças pudessem ser percebidas, as construções de gênero perpassavam as sociedades pesquisadas e reforçavam estereótipos baseados no sexo biológico que acabavam por privilegiar determinados grupos de pessoas em detrimento de outros, ou ainda, delineavam papéis e funções distintas para homens e mulheres, negando-lhes a igualdade.

Por isso, tanto nas organizações de esquerda quanto nas “salas de visita” da ditadura, as mulheres sofreram o peso de suas “transgressões” ao deixarem de lado as posições destinadas a elas pela sociedade - de permanência no âmbito privado da vida, como esposas e mães -, e participarem da vida pública, como militantes de organizações políticas partidárias. Apesar de raras exceções, as mulheres pouco ascenderam às lideranças das organizações ou partidos de esquerda - ainda que demonstrassem competência -, recebiam as piores armas e correram riscos em relação a segurança devido a crença de companheiros que os militares não iam pensar que aquelas jovens pudessem ser terroristas. Pensamento realmente compartilhado por alguns agentes de segurança do governo durante os primeiros períodos de repressão. No entanto, passada essa primeira impressão, as mulheres sofreram os mais diversos tipos de torturas, diferenciando-se dos homens apenas no diz respeito às diferenças na forma física, especialmente nas torturas sexuais conforme vimos no capítulo três. As que suportavam as sevícias eram chamadas de homens, pois se esperava dos homens maior resistência.

É importante lembrar que algumas poucas mulheres não notaram que havia diferenciação entre os militantes em razão do gênero e afirmaram em entrevistas que eram tratadas com igualdade nas organizações, para outras as diferenças de funções eram vistas com naturalidade e haviam, ainda, as que perceberam que mulheres e homens foram tratados de maneira diferente - ao desempenharem “papéis” secundários na militância e não terem sido consideradas como melhores quadros no interior dessas organizações -, apenas no exílio, quando

tiveram contato com os movimentos feministas já existentes fora do Brasil.

Pudemos observar que apesar das restrições pelas quais passaram as mulheres nas organizações, elas tiveram alguns espaços na imprensa de esquerda uma vez que, especialmente na década de 1970, os movimentos de mulheres e feministas tomavam alguns espaços nas lutas por direitos, a ONU instituiu a Década da Mulher a partir de 1975 e elas já não podiam ser completamente invisibilizadas.

Assinalamos que os meios de comunicação foram ferramentas importantes nos embates discursivos entre governos e oposição. Entretanto, dependentes de recursos como qualquer outro empreendimento, as empresas que apoiaram os governos ditatoriais foram beneficiadas com as verbas oriundas destes, bem como de anunciantes que se beneficiaram com os regimes de exceção e, assim, puderam disseminar suas ideias amplamente. Ao contrário das organizações de oposição, cujos recursos eram comumente escassos e, portanto, pouco puderam fazer frente ao grande público no que diz respeito à dispersão de seu ideário. Além destas dificuldades, os periódicos de esquerda sofreram grande perseguição durante o período repressivo através das censuras, dos fechamentos e da ilegalidade. Mas, apesar dos impedimentos daquele período, a imprensa alternativa ou imprensa nanica se multiplicou grandemente, com a criação de mais de 150 periódicos que fizeram oposição ao governo do Brasil. Estes se caracterizaram por atenderem às demandas dos interesses sociais através das denúncias das faltas de infraestrutura nas cidades, do abandono dos principais direitos da população como a educação, a saúde e o transporte público. Noticiaram as greves e as violências sofridas por pessoas das camadas mais exploradas da população dentro das delegacias, cuja condição social era motivo para suspeição. Na década de 1970 as reivindicações dos movimentos de mulheres também ocuparam as páginas dos nanicos.

Todavia, os jornais dos partidos e organizações de esquerda que operaram na clandestinidade foram utilizados especialmente para que houvesse alguma comunicação entre os líderes e os militantes em geral, uma vez que muitos deles, em razão da segurança pessoal e coletiva, nem se conheciam. No caso do jornal A classe Operária, foi usado principalmente para o proselitismo, uma vez que se fazia necessária a adesão de mais e mais pessoas nas lutas contra a ditadura, pois as forças oficiais trabalhavam com um contingente infinitamente maior e para se fazer a revolução eram necessários soldados. O partido se colocou como

vanguarda do movimento e mostrou tal fato ao publicar que era dever de seus militantes educar o povo.

Os jornais estudados publicaram denúncias acerca das violências aplicadas por governos em todo o globo. Os conflitos na Ásia, como a Guerra do Vietnã, e as sevícias praticadas nas demais ditaduras que aconteceram concomitantemente na América Latina ocuparam muitas de suas páginas. Eles estavam em consonância com as séries de declarações sobre as violações sofridas nos países do Cone Sul, realizadas pelos militantes perseguidos que se dirigiram ao exílio e contataram as organizações de direitos humanos, como a Anistia internacional, por exemplo.

Os jornais dos partidos – A Classe Operária e o Compañero -, cujo controle das publicações não passava pela censura governamental, apesar das limitações impostas pela clandestinidade, tiveram a oportunidade de publicar todas as denúncias que quisessem, da maneira que bem entendessem. Se alguma restrição havia era de ordem interna, no sentido de tentar proteger os militantes contra a piora no tratamento dentro das delegacias, quartéis e penitenciárias, por parte dos policiais e militares, enquanto estivessem sob o poder destes.

O periódico A Classe Operária, por existir edições que cobriram a maior parte do período da ditadura brasileira, foi possível notar que as motivações para a confecção das matérias mudaram no decorrer do período, mais precisamente em três períodos, sendo que as bandeiras de luta se misturavam um pouco nas transições. O primeiro, foi marcado pelo convite à adesão ao PCdoB, com muitas críticas a outros segmentos das esquerdas e permaneceu massivamente até o endurecimento pós AI-5. Depois, quando seus militantes, especialmente os que participaram da Guerrilha do Araguaia, começaram a tombar ou sofrer muitas torturas, as denúncias contra tais crimes se tornaram frequentes. Após o aniquilamento das forças de oposição da ditadura brasileira eles se engajaram na campanha pela anistia.

O conteúdo do periódico do PVP foi praticamente feito de denúncias, uma vez que o partido sofrera com o desaparecimento, prisões, mortes e sequestros de parte significativa de seus militantes por ocasião da atuação do Operativo Condor na Argentina, em 1976, para onde vários deles tinham partido para o exílio. Denunciar também era uma forma de luta contra a ditadura uma vez que crianças tinham desaparecido e acreditava-se poder recuperá-las.

O Marcha foi estudado no período em que o Uruguai já sofria com a repressão, em graus variados, antes mesmo do golpe. Em decorrência de tal situação, tanto encontrei denúncias escritas pelos

próprios colaboradores quanto as que estavam contidas nas transcrições de cartas de leitores e discursos de parlamentares protegidos pela imunidade parlamentar, estas últimas foram as que permaneceram nos derradeiros quatro anos de existência do jornal.

Já o Repórter, publicado em meados da segunda metade da década de 1970, fase de certa abertura política, publicou raras notícias que falavam sobre as violências cometidas contra militantes, e elas contaram sobre casos ocorridos no período mais sangrento que antecedeu seu surgimento em 1977. Em compensação, criticaram o governo insistentemente com os assuntos cotidianos, com as deficiências de infraestrutura que se acumulavam em todos os setores da vida social, especialmente as que atingiam as camadas mais desfavorecidas.

No segundo capítulo observamos que os periódicos publicaram denúncias de variadas maneiras. Pois como lembrei logo acima, cada um foi pesquisado em fases distintas dos períodos repressivos, logo apresentaram particularidades advindas dessas situações. Também pertenciam ou eram simpáticos à determinadas linhas teóricas diferenciadas, embora todas de oposição.

A maioria das denúncias feitas pelo jornal comunista a respeito das violências praticadas pelos agentes de segurança do Estado foram escritas com a utilização de substantivos mais genéricos, como cidadãos e patriotas, sem que fosse apontado a sua militância. Assim evitariam o fornecimento de informações para as “autoridades” policiais e indicariam aos possíveis leitores que qualquer pessoa estava correndo o risco de ser presa, como realmente foram, logo era necessário se colocar contra aquele governo autoritário. Enquanto as notícias do Compañero comumente informavam as organizações das quais pertenciam os militantes, e a grande maioria eram sobre militantes do PVP. Fato que aponta para as diferenças entre os níveis de politização da população dos dois países. No Brasil elas eram muito resistentes as ideias acerca do comunismo, do socialismo, enfim, das esquerdas como vimos anteriormente.

Entretanto, para o PCdoB era necessário mostrar que havia uma oposição organizada, que compunha uma vanguarda e esta lideraria o povo na derrubada da ditadura. Por isso escreveram que “adversários políticos” estavam sendo vítimas de “crimes inomináveis”. E, ainda que muitas vezes os “sujeitos”<sup>414</sup> tivessem gênero masculino - escrevia-se no

---

<sup>414</sup> Segundo a gramática do português, *sujeito* é o termo sobre o qual o restante da oração diz algo.



sentido universal - cidadãos, patriotas, adversários -, vimos que tais sevícias foram sofridas tanto por homens quanto por mulheres.

Por várias vezes observei que todos os jornais se referiram a alguns suspeitos, vítimas de prisões ilegais e torturas, através de suas ocupações. Isso poderia atenuar a “carga negativa” que sua militância poderia gerar nas pessoas e, dependendo do ofício, especialmente os ligados à intelectualidade, como os estudantes e professores, poderiam até se tornar simpáticas à causa defendida. Tanto no jornal clandestino brasileiro quanto no *Marcha*, algumas denúncias foram feitas acerca das prisões, torturas e assassinatos pelos quais passaram alguns ex-militares que aderiram às lutas, de oposição e resistência, contra os governos. Tal iniciativa mostrava que até entre os fardados as ditaduras não foram unanimidade, logo, era necessário combatê-la.

Na fase mais dura para o PCdoB, quando a Guerrilha do Araguaia já estava quase aniquilada, em 1974, o jornal publicou denúncia sobre a morte da militante Helenira que se encontrava naquela região. Fez homenagens a ela e a Dina, outra jovem que, segundo o jornal, ainda vivia no Araguaia, auxiliando a população local com conhecimentos de enfermagem, o redator afirmou que elas serviam de exemplos para os mais jovens, pois haviam entregado suas vidas para lutar pelos mais necessitados. Também descreveu o momento da morte, de forma explícita falou em tiros de metralhadora e sangue. Até então a maioria das matérias que falavam das violências contra mulheres eram mais contidas, algumas insinuavam determinadas sevícias através das palavras já apontadas acima. Entretanto foi já a partir de 1972, época de enfrentamentos no Araguaia, que houve um aumento de notícias acerca das violências praticadas contra as mulheres militantes.

Várias notícias, publicadas no órgão de imprensa do PVP, expuseram as violências praticadas pelos agentes de segurança uruguaios, falaram que mulheres e homens estavam sendo presos, mortos e desaparecidos. Por serem eles os dirigentes, na maioria das vezes seus nomes foram citados e homenageados. Algumas vezes essas matérias foram acompanhadas por fotos desses líderes. A “presença” deles suscitava interesse entre os leitores, pois as trajetórias de tais grupos dependiam de suas decisões, de sua existência. Mas isso não significa que as mulheres foram esquecidas. Também figuraram nas páginas do periódico nomes como o da professora Elena Quinteros, desaparecida depois de ter pedido asilo na embaixada da Venezuela, de onde foi retirada por policiais uruguaios, e da professora Telba Juárez, cujo assassinato em Buenos Aires foi contado pelo jornal: teve seu corpo muito perfurado.

O jornal A Classe Operária também publicou notícias sobre os líderes de esquerda quando esses foram presos ou assassinados. Muitas páginas foram preenchidas com as trajetórias deles, bem como com as cartas de condolências de partidos comunistas de várias partes do planeta por ocasião das mortes dos comunistas, em poder dos policiais e militares ou em emboscadas nas ruas, aparelhos ou na selva.

Declarações de instituições internacionais também foram utilizadas para corroborar com as denúncias feitas pelos jornais. Todos eles reproduziram textos escritos por estas entidades com críticas aos governos do Brasil e do Uruguai em uma tentativa de mostrar para os leitores que não eram apenas setores da esquerda que estavam reclamando dos excessos dos governos. Instituições como a Organização Internacional do Trabalho, a Anistia Internacional, a Cruz Vermelha e a Igreja Católica Apostólica Romana se pronunciaram contra os maus tratos e perseguições realizadas contra os presos políticos e suspeitos de subversão. Porém, lembro que a Igreja Católica não teve o mesmo comportamento durante todo o período repressivo e nem formou um corpo unânime em relação às críticas contra os governos. Alguns religiosos apoiaram as ditaduras. Outros, como D. Helder Câmara, denunciaram para a comunidade internacional os abusos cometidos no Brasil em várias oportunidades – fato noticiado pelos jornais analisados. É importante lembrar que o Brasil era um país de maioria católica e novos militantes poderiam ser conquistados entre eles. No Uruguai também havia católicos. Outras pessoas simpáticas às instituições conhecidas em nível mundial poderiam ser sensibilizadas através das posições destas em relação às violações cometidas pelas ditaduras nos dois países.

Ainda sobre a busca de legitimidade para a efetivação das denúncias, gostaria de lembrar que o Marcha utilizou depoimentos de médicos para a Comissão do Senado que investigou casos de torturas, os quais atestaram que vários presos atendidos por eles foram queimados com pontas de cigarro ou durante os choques elétricos, sofreram fraturas devido às pancadas, entre muitas outras violências que deixaram sequelas. Em contrapartida, noticiou matéria sobre o Brasil que denunciou a participação de médicos e outros profissionais nas sessões de tortura, cuja função foi avaliar o estado de saúde dos torturados, se estes suportariam mais sevícias, com ou sem medicamentos, ou se a sessão deveria ser interrompida.

É importante relembrar que o relatório da Comissão do Senado uruguaio, ao informar as violências sofridas pelos presos, cuja militância foi ignorada, citou-as de maneira hierárquica, deixando os maus tratos

às mulheres e crianças para o final, como se estas fossem mais graves. E só há uma explicação para tal disposição, homens e mulheres não eram enxergados como iguais, elas seriam mais frágeis, suportariam menos as dificuldades apresentadas naquela situação, quando sabemos que tais diferenças não dependem do sexo biológico. E a crença nelas é resultado de construções culturais.

Os desaparecimentos foram noticiados por todos os jornais em algum momento, mais foi tema central de várias edições do Compañero conforme já falei mais acima, devido ao número de militantes do PVP que estavam desaparecidos após serem sequestrados em Buenos Aires. Já o periódico do PCdoB foi tímido nesta questão. Segundo alguns ex-militantes, o partido tinha o cuidado de não espalhar o Terror de Estado, já que esta modalidade de violência fazia parte das táticas dos órgãos de segurança para controlar o povo, mantê-lo com medo e imobilizado. Todavia, a notícia que mais discutiu esse tema trouxe a fala de Aliomar Baleeiro, ministro do Supremo Tribunal Federal, que mesmo sendo da UDN, ao dar uma palestra, criticou as arbitrariedades dos quartéis que faziam as pessoas desaparecerem. Tanto nomes de homens quanto de mulheres desaparecidas foram citados nestes jornais.

As más condições vividas por presos políticos também foram denunciadas em todos os jornais pesquisados. Celas apertadas, superlotadas, falta de comida, de água quente e de energia elétrica bem como o abandono de presos doentes sem atendimento médico compunham o quadro de torturas dentro das prisões no Uruguai e no Brasil. Segundo um leitor do Repórter, até a prisão especial estava deixando alguns presos doentes. Entre os uruguaios que sofreram os “interrogatórios”, alguns falaram que mesmo informando que tinham problemas de saúde, ainda que visíveis, não foram poupados das mais variadas formas de torturas e vários reclamaram da inacessibilidade ao banheiro, ao banho. Prova de que tais agentes objetivavam destruir os suspeitos através do desejo sádico de violar os direitos humanos mais fundamentais, conforme vimos acima.

Outra modalidade de violação foram os sequestros protagonizados pelos policiais e militares. O mais famoso e que envolveu agentes de segurança dos dois países foi o dos uruguaios ligados ao PVP, Lilián Celiberti, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Diaz, realizado em 1978 numa cooperação das polícias do país vizinho e de Porto Alegre. Por já haver abertura política no Brasil, aconteceram campanhas para que o evento fosse apurado. O Compañero e o Repórter noticiaram, o primeiro amplamente. O segundo noticiou o sequestro de uma família uruguaia, ainda que Universindo só estivesse

junto para compor uma fachada para despistar a repressão. Militantes do PVP entregaram os dossiês, sobre o caso, nas redações dos jornais. É possível que a manutenção desta “fachada” servisse melhor para sensibilizar a opinião pública brasileira contra os responsáveis pelo sequestro, o governo uruguaio e a polícia gaúcha, pois Lilián estava separada do marido e vivia sob o mesmo teto com um companheiro de militância, justo na época em que o divórcio acabara de ser instituído no Brasil e ainda não era bem aceito por muitas pessoas.

Outro caso envolvendo os dois países e que foi noticiado pelo Repórter foi o da brasileira Flávia Schilling, filha do colaborador do Marcha, o jornalista Paulo Schilling. Ela ficou presa durante vários anos no Uruguai em decorrência de sua militância no MLN-Tupamaros. O periódico brasileiro fez campanha em prol de sua libertação e acompanhou sua chegada ao Brasil.

O Marcha, cerceado pela censura uruguaia em relação às denúncias contra as violências praticadas naqueles país, publicou algumas matérias longas acerca da atuação dos agentes de segurança contra os presos e suspeitos de crimes políticos no Brasil. Assim, a população poderia, por paralelismos, entender que tais violências também podiam estar sendo aplicadas contra parte de sua própria população. Essas matérias trouxeram detalhes reveladores do que aconteceu dentro de quartéis, delegacias, casas clandestinas e prisões, algumas destas apresentaram características de campos de concentração como a Ilha das Flores, no litoral fluminense.

E revelaram que nas casas clandestinas, destinadas aos “interrogatórios” realizados com os líderes mais destacados das organizações de esquerda brasileira que aderiram à luta armada, foi utilizada uma das mais monstruosas formas de torturas - se é que é possível classificá-las hierarquicamente de alguma forma -, a mutilação. Apresentaram o caso de Eduardo Collen Leite, o “Bacuri”. Cujos detalhes, contados pelo estudante Jean Marc Von Der Weid, revelaram a extrema crueldade com que atuaram os agentes do governo brasileiro. Sobre a utilização desta sevícia nas mulheres, não houve menção nos jornais, apesar de sabermos que houve, por exemplo, o conhecido caso de Sônia Angel, cujos seios foram arrancados na tortura.<sup>415</sup>

---

<sup>415</sup> MORAIS, João Luiz de *apud* MOVIMENTO ESTUDANTIL POPULAR REVOLUCIONÁRIO. **Sônia Maria de Moraes Angel Jones**. Disponível em: <<http://mepr.org.br/cultura-popular/herois-do-movimento-estudantil/206-sonia-maria-de-moraes-angel-jones.html>>. Acesso em: 30/01/2011.

As torturas psicológicas também foram explicitadas na entrevista com o brasileiro. Além de toda a situação de prisão que abalava os presos, pois não havia nenhuma garantia de sobrevivência depois que os indivíduos se encontravam sob a responsabilidade dos policiais e militares, foram construídas celas especiais, muito apertadas, para torturar psicologicamente os presos. A partir de mudanças de temperatura que variavam de muito quentes até muito frias. Conjuntamente com a emissão de sons desagradáveis e o desordenamento dos horários das refeições. Tal conjunto de medidas servia para desnortear o supliciado. A simulação de fuzilamento, as torturas e ameaças de torturas em parentes também fizeram parte das torturas psicológicas aplicadas contra os presos políticos nos dois países.

Segundo Von Der Weid, durante os primeiros anos da ditadura brasileira, as torturas obedeciam a lógica de que quanto mais simples e mais pobres os suspeitos e presos, mas violências eram aplicadas. Com o passar do tempo, elas passaram a ser mais bem distribuídas, todos passavam pela tortura, os líderes das organizações eram os mais seviciados. Em um balanço das notícias nos jornais escolhidos pude constatar que os choques elétricos por todo o corpo, os socos, os pontapés, os tapas nas orelhas, as suspensões do corpo com cordas, a privação de alimentação; a utilização de instrumentos como o pau de arara, a cadeira do dragão e o afogamento foram corriqueiros naquele tempo, bem como suas sequelas. Todos os jornais afirmaram que as violências sofridas pelos militantes de oposição também vitimaram presos comuns, pois foram utilizadas nas sessões de “interrogatório”, para “arrancar-lhes” confissões. Logo, práticas que não tinham relação direta com a questão da Segurança Nacional, mas com a cultura de violência na qual foram formadas as corporações policiais e as Forças Armadas dos dois países. Sobre esta questão o Repórter foi o que mais denunciou.

Entre os instrumentos e tipos de torturas usados no Brasil e no Uruguai houve algumas diferenciações. Aqui predominou a utilização do pau de arara com as pancadas e os choques elétricos, no Uruguai as técnicas mais comuns foram o submarino, os choques elétricos e o plantão. Todas precedidas do desnudamento, fato que aumentava o sentimento de vulnerabilidade do indivíduo e implicava na conotação sexual das torturas, conforme vimos no capítulo três. No mais as torturas foram muito semelhantes, fato que possivelmente se deu devido aos treinamentos feitos com os militares, por “professores” estadunidenses, dentro das escolas de torturas, denunciadas pela maioria dos jornais analisados nos dois países.

Outro tipo de violência muito comum naquele tempo, que foram denunciadas pelos jornais existentes no período, foram as repressões contra as manifestações de estudantes. Tanto no Brasil como no país vizinho pessoas foram machucadas ou mortas durante os atos. Alguns casos de assassinatos de estudantes que protestavam foram noticiados no Marcha, como o de Heber Nieto. Na edição de maio de 1968, o jornal A Classe Operária mencionou fato semelhante ocorrido aqui: o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro. Ainda sobre as repressões contra protestos estudantis, o Repórter publicou uma matéria sobre algumas jovens estudantes da PUC-SP que, durante uma invasão da polícia na instituição, sofreram queimaduras profundas em seus membros e por isso foram hospitalizadas sob a suspeita de que haviam sido vítimas da utilização de fósforo branco ou amarelo, potente agente químico utilizado na construção do Napalm, que por sua vez foi usado amplamente na Guerra do Vietnã pelo exército estadunidense.

Pudemos notar, também, que apesar de o Marcha ter um perfil progressista, as construções de gênero estiveram presentes, especialmente porque, em virtude da censura imposta pelo governo, foram transcritos fragmentos de discursos de políticos que reproduziram as construções de gênero responsáveis pela desigualdade entre homens e mulheres, e até mesmo entre as mulheres, que como vimos, foram classificadas entre mulheres “mães de família”, logo, dignas, respeitáveis e as marginais, anormais, a partir de seu comportamento sexual, se era controlado pelo casamento ou não. Mostrou os transtornos e sofrimentos pelos quais passava a família dessas mulheres, especialmente o esposo que teria que contar aos filhos que sua mãe estava presa, e para arrematar o discurso, afirmou que depois de toda a violência vivida pelos presos políticos, aos homens ainda restaria a vingança, às mulheres o sofrimento em silêncio, numa alusão à fragilidade e conformismo das mulheres, características que contrariavam as iniciativas pelas quais foram presas. Certamente tais pensamentos eram compartilhados por parte da população daquele país. Outros estavam em consonância com a posição dos colaboradores de Marcha, em um misto de ideias, observáveis nesta pesquisa.

Lemos na entrevista, concedida ao Marcha, pelo estudante brasileiro Jean Marc que ele buscou desqualificar os torturadores chamando-os de pederastas, devido aos seus comportamentos ditos “sádicos” durante as sessões de tortura, fato que nos mostra que havia violações sexuais contra os homens, pois pederastia era uma das denominações dadas à homossexualidade naquele tempo, e tal observação só seria válida se houvesse “prática” homossexual. Mas,

também, que havia preconceito em relação aos homossexuais, como se eles fossem, necessariamente, pessoas más.

Nas matérias dos jornais, a maternidade foi utilizada diversas vezes para sensibilizar os leitores, foi utilizada também pelos torturadores para fazerem as mães falarem. Sendo a maternidade um dos “papéis” mais cobrados das mulheres, e em nome deste as mulheres sofreram e sofrem diversas restrições e até punições, é vista como sinônimo de amor para com os filhos, mas conforme Elisabeth Badinter, mesmo que o amor materno exista “desde a origem dos tempos”, ele não existe “necessariamente em todas as mulheres”<sup>416</sup>. A paternidade quase nunca foi citada - a exceção foi quando fizeram denúncias de torturas nos filhos na frente dos pais (dos dois), denunciado em uma matéria do jornal do PCdoB, conforme vimos anteriormente -, como se os filhos fossem somente das mães ou mais das mães do que dos pais, conforme ainda observamos na atualidade.

No terceiro capítulo, no qual foram analisadas as denúncias contra as violências sexuais, partimos do pressuposto defendido por alguns autores citados acima, entre eles Rafael Sansaviero, que diz: “en realidad ninguna tortura puede no ser sexual, en la medida que la sexualidad y el orden de géneros son constitutivos de la identidad de quienes padecen los suplicios”<sup>417</sup>. E que as violações foram utilizadas como estratégias de guerra contra os militantes. As torturas sexuais serviram para humilhar e dominar os que estavam sob o domínio dos agentes do Estado. Defendemos que os homens e as mulheres sofreram as mesmas violências de gênero ao sofrerem esse tipo de tortura, uma vez que o objetivo maior dos torturadores era feminizar ainda mais os militantes, independente do sexo. Maneira de desqualificar os homens aos igualá-los às mulheres, pois se cria que elas seriam subjugadas “naturalmente” pelos homens. E as torturas para ambos foram muito semelhantes, salvo as possibilidades que as anatomias permitiam, diferenciadas entre homens e mulheres, além do fato de que a maioria dos torturadores era heterossexual e, portanto, sentia atração pelas mulheres. Todavia, para essas sociedades que haviam se acostumado com as violências sexuais contra mulheres, perpetradas pelos homens, a

---

<sup>416</sup> BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 17.

<sup>417</sup> SANSAVIERO, Rafael. Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silencios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue un sistema de gobierno. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 56.

experiência de um homem sofrer violação por outro provavelmente seria muito mais difícil de superar.

Então, notamos que no Marcha, em linhas gerais, as notícias que trataram desse tema, sobre o Uruguai, foram mais tímidas. Falou-se em tentativas de violações. Mesmo o relatório da Comissão do Senado uruguaio, sobre as denúncias de tortura, evitou os detalhes quando tratou das mulheres. Informaram que houve tentativa de violação e “manoseo”, diferente postura em relação aos homens, pois descreveram melhor as torturas e suas sequelas, que nos possibilita o entendimento de que muitas delas foram aplicadas nas mulheres também, como os choques elétricos nas partes mais sensíveis do corpo, genitália e ânus, diferenciando-se apenas em virtude das diferenças anatômicas. Em várias notícias de falou no desnudamento, fato que não era considerado violência sexual até pouco tempo atrás.

Ainda no Marcha, foram denunciadas as torturas sexuais nas matérias sobre o Brasil, e elas foram mais explícitas, embora se tenha falado pouco a respeito de tais formas de tortura. Tanto nesse jornal quanto no periódico A Classe Operária foram utilizadas palavras como “*ultrajes*”, “*vejaciones*”, “*sadismo*” e “*vexames*”, comumente acompanhadas de expressões como ataque à moral, torturas morais, termos que permitem inferir que aconteceram as violações, pois a moral naquela época estava, principalmente, atrelada ao comportamento sexual das pessoas. Logo, pouco se falou de violação sexual, no sentido de conjunção carnal, durante os períodos repressivos, antes ou durante as ditaduras. Segundo Lilián Celiberti, houve um silenciamento das formas específicas das violências sexuais na repressão no contexto da cultura política da esquerda nos anos setenta<sup>418</sup>.

O Repórter, conhecido por não ter muito pudor para falar de sexualidade, publicou apenas duas matérias, veiculadas em uma retrospectiva por ocasião dos dez anos do AI-5, que falaram em violência sexual contra suspeitas de oposição ao governo. Uma contava da violação de atrizes, com cassetetes, no interior de um teatro por ocasião de ataque do Comando de Caça aos Comunistas – CCC - entre os membros havia militares -, e a outra contou a história de uma professora que sofreu ameaças de tortura sexual. Em nenhuma delas havia construções de gênero.

---

<sup>418</sup> CELIBERTI, Lilián. Desatar, desnudar...reanudar. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 13-23.



O jornal clandestino uruguaio também fez algumas raras denúncias sobre violências sexuais a partir de 1979. Em um texto procurou diferenciar as torturas sofridas por mulheres e homens, e indicar que apenas as mulheres sofreram ou estavam sofrendo abusos sexuais. Outras denúncias foram explicitadas por ocasião da publicação de duas entrevistas de ex-militares que abandonaram as Forças Armadas e denunciaram os crimes cometidos nos quartéis e casas clandestinas. A única violação sofrida por um homem denunciada nesse jornal foi realizada em uma dessas entrevistas. Aconteceu dentro de um quartel e foi sofrida por um soldado, classificado pelo depoente como homossexual. Assim como os demais jornais, citou torturas sexuais sem nomeá-las como tal.

Em meio a tanto silêncio acerca das violações sexuais, o periódico A Classe Operária foi o que mais noticiou tais violências. Especialmente nos anos de 1969 e 1974, o primeiro foi logo depois do AI-5, enquanto o jornal ainda vivia a fase de grande proselitismo, e o segundo foi quando as guerrilhas tanto as urbanas quanto a do Araguaia já estavam derrotadas. No intervalo entre esses anos as denúncias utilizaram aqueles termos já mencionados acima.

Os silêncios acerca dessa modalidade de tortura encontrados nos órgãos de imprensa pesquisados dizem muito sobre a sociedade da época e sua relação com a sexualidade. Vários fatores corroboraram para tal ausência. Em depoimentos posteriores, alguns até bem atuais, algumas mulheres que resolveram falar disseram que pensavam na época dos acontecimento terem vividos casos isolados, por isso não comentavam com ninguém, nem mesmo com suas companheiras de cela. Muitas delas não explicitaram tais torturas por vergonha, como se a responsabilidade daqueles atos tivessem sido delas. Por medo de represálias contra si e seus parentes. Nos casos em que não houve conjunção carnal, todas as demais sevícias, mesmo com ataques à genitália ou aos seios, assim como a nudez forçada, não eram vistas como violências sexuais. Em relação aos homens, as diversas torturas sexuais foram contadas como se assim não fossem, os choques nas genitálias, as queimaduras com cigarros, semelhantes às situações vivenciadas pelas mulheres. Já as violações com conjunções carnavais só foram insinuadas através dos termos já citados acima: vexames, sadismos, torturas morais etc.

Outras razões para não encontrarmos mais notícias que denunciasses essa modalidade de violência provavelmente foram a iniciativa de proteger os torturados da revitimização; impedir a estigmatização deles e de seus familiares; poupar os homens de conviver

com a culpa pela incapacidade de proteger suas esposas e demais mulheres da família, já que este era o dever dos homens na época; evitar que os militantes se sentissem derrotados e evitar que candidatos à militância fossem desencorajados a entrar nas organizações e partidos de oposição aos governos.

Então, posso afirmar que, após analisar todas as edições dos quatro periódicos escolhidos para esta pesquisa, poucas construções de gêneros foram utilizadas pelos redatores na confecção das matérias que denunciaram as violências perpetradas pelo Estado contra presos e suspeitos de crimes políticos, as que utilizaram foram destacadas pela pesquisa. Houve certo silenciamento, em alguns jornais, quanto às violências sofridas pelas mulheres, especialmente sobre as violações sexuais, pois o número de notícias referentes a este tema não foi proporcional ao de mulheres que lutaram contra os governos e sofreram tais abusos. As notícias que falaram das violências praticadas contra homens e mulheres se diferenciaram principalmente quando trataram das violências sexuais, sendo as primeiras mais descritivas e as outras mais veladas. Tais constatações foram reforçadas pela utilização de “sujeitos” no gênero masculino, já que essa prática mascarou para os leitores o número de mulheres que foram presas, que sofreram torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

Os jornais se apoiaram em discursos de indivíduos e instituições, ainda que estes não compartilhassem dos mesmos ideais, para respaldar as denúncias feitas contra as arbitrariedades dos governos.

Houve convergências entre jornais clandestinos e legalizados no que tange à maneira de denunciar as violências sofridas pelas mulheres, especialmente no cuidado ou omissão em descrever as sevícias sofridas por elas. Iniciativa possivelmente decorrente da necessidade de conquistar pessoas para as lutas contra o governo – se tudo fosse exposto talvez muitas mulheres se intimidariam -, como também, de proteger as mulheres e suas famílias da exposição que tais declarações implicariam.

A presença ou ausência de notícias acerca das violências contra os homens e mulheres também apontam construções de gênero no discurso mais amplo do jornal. Essas escolhas foram, de alguma maneira, estratégicas para o alcance de determinado público, nas mais diversas fases das ditaduras, conforme foi mostrado acima: no período mais sangrento do Brasil, nas campanhas pela anistia ou após os desaparecimentos dos militantes do PVP no Uruguai.

A partir destas impressões e pensando nos depoimentos das mulheres sobre os preconceitos vividos dentro das organizações e nos

órgãos de repressão, fatos que indicam que ainda havia muitas restrições para as mulheres naquela época, é possível dizer que a mídia alternativa, embora conservadora em alguns aspectos estava sintonizada com os anseios de mudanças de parte da população, que pautaram muitas vivências naquelas décadas.

## Fontes

### Entrevistas

AMORÓS, Ana Rosa. **Entrevista**. Concedida a Mirian Alves do Nascimento. Montevideu, Uruguai, 05/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

BOGLIACCINI, Brenda. **Entrevista**. Concedida a Mirian Alves do Nascimento. Montevideu, Uruguai, 04/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

JOFFILY, Bernardo; JOFFILY, Olivia Rangel. **Entrevista**. Concedida a Mirian Alves do nascimento. Florianópolis, Brasil, 21/10/2013. Acervo do LEGH/UFSC.

MAGALHÃES, Vera Silvia *apud* RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social. Revista Sociologia - USP, S. Paulo, 2(2): 113-128. 2º. Sem. 1990. p. 4. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol02n2/AS%20MULHERES.pdf>> Acesso em: 19/07/2010.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **Entrevista**. Concedida a Joana Maria Pedro (1 fita cassete). Cárceres - MT, Brasil, 14/10/2004. Acervo do LEGH/UFSC. p. 10.

SANTIN, Ruben Daniel. **Entrevista**. Concedida a Mirian Alves do Nascimento. Montevideu, Uruguai, 09/05/2012. Acervo do LEGH/UFSC.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Entrevista**. Concedida a Joana Maria Pedro (3 fitas cassete). São Paulo, Brasil, 24/08/2005. Acervo do LEGH/UFSC. p. 22.

TREACY, Mary Jane. Latin american women's prison memories. Hypatia. Vol. 11. No. 4. Women and violence. p. 130-145. Disponível em: <<http://jstor.org/stable/3810397>> Acesso em: 21/01/2010 *apud* SANSEVIERO, Rafael. Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silencios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue un sistema de gobierno. In: BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ,

Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. p. 58.

## **Jornais**

### **A Classe Operária:**

jul/1967; set/1967; dez/1967; fev/1968; abr/1968; mai/1968; jul/1968; set/1968; nov/1968; jan/1969; fev/1969; mar/1969; abr/1969; mai/1969; jun/1969; jul/1969; ago/1969; out/1969; nov/1969; dez/1969; fev/1970; mar/1970; abr/1970; mai/1970; jun/1970; jul/1970; ago/1970; set/1970; out/1970; nov/1970; dez/1970; jan/1971; mai/1971; 06/1971; jul/1971; ago/1971; set/1971; out/1971; nov/1971; dez/1971; jan/1972; fev/1972; mar/1972; abr/1972 (+nº especial); mai/1972; jun/1972; jul/1972; ago/1972; set/1972; out/1972; nov/1972; dez/1972; abri-mai/1973; jun/1973; jul/1973; ago/1973; set/1973; out/1973; nov/1973; dez/1973; jan/1974; fev/1974; mar/1974; abr/1974; mai/1974; jun/1974; jul/1974; ago/1974; set/1974; out/1974; nov/1974; dez/1974; jan/1975; fev/1975; mar/1975; abr/1975; mai/1975; jun/1975; ago/1975; set/1975; out/1975; nov/1975; jan/1976; fev/1976; abr/1976; mai/1976; jun/1976; jul/1976; set/1976 (+ nº especial); out/1976; jan/1977 (+nº especial); fev/1977; mar-abr/1977; mai/1977; jun/1977; jul/1977; ago/1977; set-out/1977; nov/1977; jan/1978; jun/1978; jul/1978; ago/1978; set-out/1978; nov/1978; dez/1978; jan/1979; fev-mar/1979; abr/1979; mai/1979; jun/1979; jul/1979; ago-set/1979; out/1979; nov-dez/1979; mar/1980; mai-jun/1980; jul-ago/1980; nov-dez/1980; fev-mar/1981; mai-jun/1981; jul-ago/1981; fev/1982; mar-abr/1982; jun-jul/1982; dez-jan/1983; fev-mar/1983; abr/1983; out/1983; jan/1984; mai-jun/1984; jun/1985; ago-set/1985; out/1985; nov/1985; dez-jan/1986.

### **Compañero:**

1º/mai/1978; 1º/jun/1978; 27/jun/1978; 1º/set/1978; 1º/ out/1978; 1º/nov/1978; 1º/dez/1978; 14/fev/1979; 1º/mai/1979; 1º/mai/1979; 18/ago/1979; set/1979; jun/1980 (+sup. especial); jun/1980; 20/nov/1980; 03/dez/1980; abr/1981; 07/ago/1981; 20/set/1981; 20/set/1981 (+sup. especial); 10/dez/1981 (+sup. especial); mai/1982; jun/1982; out/1982; jan/1983; 1º/abr/1983; 1º/mai/1983; jul/1983; nov/1983; 13/jul/1984; 1º/set/1983; 12/nov/1983.

**Marcha:**

02/fev/1968; 09/fev/1968; 16/fev/1968; 23/fev/1968; 08/mar/1968;  
 14/mar/1968; 22/mar/1968; 29/mar/1968; 05/abr/1968; 18/abr/1968;  
 26/abr/1968; 03/mai/1968; 10/mai/1968; 17/mai/1968; 24/mai/1968;  
 31/mai/1968; 07/jun/1968; 14/jun/1968; 21/jun/1968; 28/jun/1968;  
 05/jul/1968; 12/jul/1968; 20/jul/1968; 26/jul/1968; 02/ago/1968;  
 09/ago/1968; 15/ago/1968; 13/set/1968; 20/set/1968; 27/set/1968;  
 04/out/1968; 11/out/1968; 18/out/1968; 25/out/1968; 1ºnov/1968;  
 08/nov/1968; 15/nov/1968; 22/nov/1968; 29/nov/1968; 06/dez/1968;  
 13/dez/1968; 20/dez/1968; 27/dez/1968; 10/jan/1969; 17/jan/1969;  
 24/jan/1969; 31/jan/1969; 07/fev/1969; 14/fev/1969; 28/fev/1969;  
 07/mar/1969; 14/mar/1969; 21/mar/1969; 28/mar/1969; 11/abr/1969;  
 18/abr/1969; 25/abr/1969; 02/mai/1969; 09/mai/1969; 16 de maio de  
 1969; 23/mai/1969; 30/mai/1969; 06/jun/1969; 13/jun/1969;  
 12/jul/1969; 17/jul/1969; 25/jul/1969; 1ºago/1969; 08/ago/1969;  
 15/ago/1969; 22/ago/1969; 30/ago/1969; 05/set/1969; 12/set/1969;  
 19/set/1969; 26/set/1969; 03 de outubro de 1969; 10/out/1969;  
 17/out/1969; 31/out/1969; 07/nov/1969; 14/nov/1969; 21/nov/1969;  
 28/nov/1969; 05/dez/1969; 12/dez/1969; 19/dez/1969; 30/dez/1969;  
 09/jan/1970; 16/jan/1970; 23/jan/1970; 30/jan/1970; 06/fev/1970;  
 20/fev/1970; 27/fev/1970; 06/mar/1970; 13/mar/1970; 20/mar/1970;  
 03/abr/1970; 10/abr/1970; 17/abr/1970; 24/abr/1970; 30/abr/1970;  
 08/mai/1970; 15/mai/1970; 22/mai/1970; 29/mai/1970; 05/jun/1970;  
 12/jun/1970; 18/jun/1970; 26/jun/1970; 03/jul/1970; 10/jul/1970;  
 17/jul/1970; 24/jul/1970; 31/jul/1970; 07/ago/1970; 14/ago/1970;  
 21/ago/1970; 28/ago/1970; 04/set/1970; 11/set/1970; 18/set/1970;  
 25/set/1970; 02/out/1970; 09/out/1970; 16/out/1970; 23/out/1970;  
 30/out/1970; 06/nov/1970; 13/nov/1970; 20/nov/1970; 27/nov/1970;  
 04/dez/1970; 11/dez/1970; 18/dez/1970; 24/dez/1970; 30/dez/1970;  
 08/01/1971; 15/jan/1971; 22/jan/1971; 29/jan/1971; 05/fev/1971;  
 12/fev/1971; 19/fev/1971; 05/mar/1971; 12/mar/1971; 19/mar/1971;  
 26/mar/1971; 02/abr/1971; 16/abr/1971; 23/abr/1971; 30/abr/1971;  
 07/mai/1971; 14/mai/1971; 21/mai/1971; 28/mai/1971; 18/jun/1971;  
 25/jun/1971; 02/jul/1971; 09/jul/1971; 16/jul/1971; 23/jul/1971;  
 30/jul/1971; 13/ago/1971; 20/ago/1971; 27/ago/1971; 04/set/1971;  
 10/set/1971; 17/set/1971; 24/set/1971; 01/out/1971; 08/out/1971;  
 15/out/1971; 22/out/1971; 29/out/1971; 05/nov/1971; 12/nov/1971;  
 19/nov/1971; 26/nov/1971; 03/dez/1971; 10/dez/1971; 17/dez/1971;  
 24/dez/1971; 30/dez/1971; 07/jan/1972; 14/jan/1972; 21/jan/1972;  
 04/02/1972; 11/fev/1972; 25/fev/1972; 03/mar/1972; 10/mar/1972;

17/mar/1972; 24/mar/1972; 07/abr/1972; 14/abr/1972; 21/abr/1972; 28/abr/1972; 05/mai/1972; 12/mai/1972; 19/mai/1972; 25/mai/1972; 02/jun/1972; 09/jun/1972; 16/jun/1972; 23/jun/1972; 30/jun/1972; 07/jul/1972; 14/jul/1972; 21/jul/1972; 28/jul/1972; 04/ago/1972; 11/ago/1972; 18/ago/1972; 24/ago/1972; 01/set/1972; 08/set/1972; 15/set/1972; 22/set/1972; 29/set/1972; 06/out/1972; 13/out/1972; 20/out/1972; 27/out/1972; 03/nov/1972; 10/nov/1972; 17/nov/1972; 24/nov/1972; 01/dez/1972; 07/dez/1972; 15/dez/1972; 22/dez/1972; 29/dez/1972; 05/jan/1973; 12/jan/1973; 19/jan/1973; 26/jan/1973; 02/fev/1973; 09/fev/1973; 16/fev/1973; 23/fev/1973; 02/mar/1973; 16/mar/1973; 23/mar/1973; 30/mar/1973; 06/abr/1973; 13/abr/1973; 27/abr/1973; 04/mai/1973; 11/mai/1973; 17/mai/1973; 25/mai/1973; 01/jun/1973; 08/jun/1973; 15/jun/1973; 22/jun/1973; 30/jun/1973; 27/jul/1973; 03/ago/1973; 10/ago/1973; 17/ago/1973; 24/ago/1973; 11/out/1973; 19/out/1973; 26/out/1973; 01/nov/1973; 09/nov/1973; 16/nov/1973; 23/nov/1973; 30/nov/1973; 07/nov/1973; 14/dez/1973; 21/dez/1973; 28/dez/1973; 11/jan/1974; 18/jan/1974; 25/jan/1974; 01/fev/1974; 08/fev/1974; 24/mai/1974; 31/mai/1974; 08/nov/1974.

### **Repórter:**

nov/1977; dez/1977; jan/1978; fev/1978; mar/1978; mai/1978; jun/1978; jul/1978; ago/1978; set/1978; out-nov/1978; dez/1978; jan/1979; fev/1979; mar/1979; abr/1979; mai/1979; jun/1979; jul/1979; ago/1979; set/1979; out/1979; nov/1979; dez/1979; jan/1980; fev/1980; mar/1980; abr/1980; mai/1980; jun/1980; jul/1980; ago/1980; set/1980; out/1980; nov/1980; dez/1980; jan/1981; fev/1981; 5-17/mar/1981; 18-31/mar/1981; abr/1981; abr-mai/1981; mai/1981; mai-jun/1981; 3-16/jun/1981; 17-30/jun/1981; jul/1981; ago/1981; ago-set/1981; set/1981; set-out/1981; out/1981; fev/1981.

### **Livros:**

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. 484p.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. (ed.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 440p.

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002. 328p.

CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Lucy. **Meu quarto, minha cela.**  
Tradução: Ernani Ssó. Porto Alegre: L&PM Editores, 1989. 110p.



### Referências bibliográficas

ABELLA, Alcides (dir.). **Cuadernos de la história reciente, 1968 Uruguay 1985:** testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritário. Vol. 1. Montevideo: Banda Oriental, 2006. 136p.

\_\_\_\_\_. **Cuadernos de la história reciente, 1968 Uruguay 1985:** testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritário. Vol. 2. Montevideo: Banda Oriental, 2007. 96p.

\_\_\_\_\_. **Cuadernos de la história reciente, 1968 Uruguay 1985:** testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritário. Vol. 3. Montevideo: Banda Oriental, 2007. 134p.

\_\_\_\_\_. **Cuadernos de la história reciente, 1968 Uruguay 1985:** testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritário. Vol. 4. Montevideo: Banda Oriental, 2008. 112p.

\_\_\_\_\_. **Cuadernos de la história reciente, 1968 Uruguay 1985:** testimonios, entrevistas, documentos e imágenes inéditas del Uruguay autoritário. Vol. 5. Montevideo: Banda Oriental, 2008. 111p.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 153-202.

ALBISTUR, Gerardo. Autocensura o resistencia. El dilema de la prensa en el Uruguay autoritario. In: **Cuadernos de la historia reciente - Uruguay 1968-1985**. Vol 1. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 2006. p. 124-129.

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. **Rompendo vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil:** 1951-1977. 2010. 190p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia. p. 11.

ANGELO, Vitor Amorim de. Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil. In: BRASA CONGRESS. 11, 2012, Illinois. **Anais...** 28p. Disponível em: <[http://www.brasa.org/Documents/BRA\\_SA\\_XI/Vitor-Angelo.pdf](http://www.brasa.org/Documents/BRA_SA_XI/Vitor-Angelo.pdf)>. Acesso em: 25/10/2013.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**. Vol.18. N° 52. São Paulo. Set./Dec., 2004. 109-120p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-40142004000300009>>. Acesso em: 16/07/2012.

BACCEGA, Maria Aparecida. A construção do campo comunicação/educação: alguns caminhos. In: Revista USP. N. 48. **Comunicação**. São Paulo: USP, CCS, dezembro/fevereiro 200-2001. p. 19-31.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 9-33.

BAICA, Soledad González; FERNÁNDEZ, Mariana Risso (Comp.). **Las Laurencias**. Montevideo: Trilce, 2012. 135p.

BAUMGARTNER, José Luis; MATOS, Jorge Duran; MAZZEO, Mario. **Os desaparecidos**: a história da repressão no Uruguai. Ed. Tchê, 1987. 325p.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **El Frente Amplio**: história e documentos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985. p. 21.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 416p.

BETTO, Frei. **Diário de Fernando**: nos cárceres da ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. 287p.

BIELOUS, Silvia Dutrénit. **El Uruguay del exilio**: gente, circunstancias, escenarios. Montevideo: Trilce, 2006. 542p.

BLIXEN, Samuel. **Sendic**. Montevideu: Ediciones Trilce, 2000. p. 234-247.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 125-128.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.203-233.

BRAGA, Suely. Estado Novo. **CPDOC**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Fatos/Imagens/EstadoNovo>>. Acesso em: 02/05/2012.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: \_\_\_\_\_. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. p. 41-78.

BUONICORE, Augusto C.. **A Classe Operária na clandestinidade (1967-1983)**. Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <[http://www.fmauriciograbois.org.br/porta/cdm/noticia.php?id\\_sessao=28&id\\_noticia=3857](http://www.fmauriciograbois.org.br/porta/cdm/noticia.php?id_sessao=28&id_noticia=3857)> Acesso em: 06/02/2011.

BURITI, Iranilson. Espaços de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no recife dos anos 20 (Século XX). **Revista História Hoje**. p. 5. São Paulo, Nº 5, 2004.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; THEML, Neyde. História Comparada: olhares plurais. Revista de História Comparada, vol. 1, n.1, jun.2007. 1-23p. Disponível em: <[http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001\\_Num001\\_artigo003.pdf](http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo003.pdf)>. Acesso em: 28/05/2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

CAMARGO, Virgínia. **Âmbito Jurídico**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1299](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1299)>. Acesso em: 03/08/2012.

CANDIDO, Jéferson. **Versus: a arte como arma**. Disponível em: <[http://www.cce.ufsc.br/~nelic/Boletim\\_de\\_Pesquisa\\_6\\_7/versus6\\_7.htm](http://www.cce.ufsc.br/~nelic/Boletim_de_Pesquisa_6_7/versus6_7.htm)>. Acesso em: 25/05/2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas: o Deops e as minorias silenciadas**. São Paulo: Estação Liberdade/SEC, 1997. 102p.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. 484p.

CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Lucy. **Meu quarto, minha cela**. Tradução: Ernani Ssó. Porto Alegre: L&PM Editores, 1989. 110p.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 5-252.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. 103p.

CINTRA, André. Fundação Perseu Abramo. **Entrevista: Beatriz Kushnir – a estreita união entre imprensa e ditadura**. Publicada em 22 de abril de 2009. <<http://www2.fpa.org.br/conteudo/entrevista-beatriz-kushnir-estreita-uniao-entre-imprensa-e-ditadura>>. Data de Acesso: 24/05/2010.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997. 157p.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. **Revista USP**. N° 48. Comunicação. São Paulo: USP, CCS, dezembro/fevereiro 2000-2001. p. 06-17.

COMPARATO, Fábio Konder. **Convenção de Genebra**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/gen1864.htm>>. Acesso em: 19/08/2013.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar. In: **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 176.

COSTA, Claudia de Lima; Maluf, Sônia. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8607.pdf>>. Acesso em: 03/05/2010.

CUNHA, S. D. B. C. A morte de Edson Luís no Calabouço em 1968. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 25, 2001. Caxambu. **Anais...** Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/SCunha\_Memorias.pdf>. Acesso em: 06/11/2013.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o discurso sobre a televisão na imprensa brasileira. SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 1-7. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/SilmaraCristinaDelaSilva.pdf>>. Acesso em: 08/08/2013.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001 *apud* **FGV/CPDOC**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alio\\_mar\\_baleeiro](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alio_mar_baleeiro)>. Acesso em: 03/08/2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 81, 115, 116.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 27. 2013. Natal. **Anais...** Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045\\_ARQUIVO\\_TEXTOCOMPLETOANPUH2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOANPUH2013.pdf)>. Acesso em: 14/05/2014. 17 p.

ELOYSA, Branca, (Org.). **I Seminário do grupo Tortura nunca mais, depoimentos e debates**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 9-15, 28-37.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 6ª ed. rev. e atualiz. Curitiba: Positivo, 2004. p. 618.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 214p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Vozes da oposição: ditadura e transição política no Brasil. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE:

ditadura militar e resistência no Brasil, Rio de Janeiro, 2004. **Anais...** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 184.

\_\_\_\_\_. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**. Vol. 94. No. 3. P. 111-124. Mai/Jun, 2000. Disponível em : <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/517.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf)>. Acesso em: 10/09/2013.

FICO, Carlos. **Além do Golpe** – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. 392p.

\_\_\_\_\_. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar:** espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269p.

FON, Antonio Carlos. **Tortura:** a história da repressão política no Brasil. 6ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1981. 79p.

FONTENLA, Marta. ¿Qué es el patriarcado? **Mujeres en red. El periódico feminista**. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1396>>. Acesso em: 12/08/2013.

GAVRON, Eva. **Dramas e danos:** estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985). 2008. 300p. Tese de doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p. 15-34.

GILMAN, C. Colaboración para el diccionario enciclopédico de la literatura Latinoamericana. Biblioteca Ayacucho, Caracas. Disponível em: <[http://www.periodicas.edu.uy/Libros%20sobre%20pp/Gilman\\_C\\_El\\_semanario\\_Marcha\\_\(193974\)\\_Articulo\\_para\\_el\\_Diccionario\\_Encicopedico\\_de\\_las\\_letras\\_de\\_America\\_Latina\\_\(DELAL\)\\_Fundacion\\_Biblioteca\\_Ayacucho\\_Caracas\\_Monte\\_Avila\\_editores\\_latinoamericanos\\_1995.pdf](http://www.periodicas.edu.uy/Libros%20sobre%20pp/Gilman_C_El_semanario_Marcha_(193974)_Articulo_para_el_Diccionario_Encicopedico_de_las_letras_de_America_Latina_(DELAL)_Fundacion_Biblioteca_Ayacucho_Caracas_Monte_Avila_editores_latinoamericanos_1995.pdf)>. Acesso em: 04/06/2013.

GONÇALVES, Angelo Barreiro. A igreja católica e o golpe de 1964. **Akrópolis** – Rev. de Ciências Humanas da UNIPAR. Vol. 12. Nº 1. Jan./mar., 2004. 49-56p. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/390/355>>. Acesso em: 16/07/2012.

GUERRA, Cláudio; MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. 291p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

JELIN, Elizabeth. Dilemas del presente: los abusos sexuales como crímenes de lesa humanidade. In: **Crônicas de la utopia**. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/123453.pdf>>. Acesso em: 12/2013.

JOFFILY, Mariana. A margem da suspeita. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26. 2011. São Paulo. **Anais...** 12p. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299511009\\_ARQUIVO\\_ANPUH\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299511009_ARQUIVO_ANPUH_2011.pdf)>. Acesso em: 15/04/2012.

\_\_\_\_\_. Gritos no porão: por meio de tortura e assassinatos, a Oban ganhou a guerra contra a esquerda armada. **Revista de História** [online]. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/gritos-no-porao>>. Acesso em: 12/11/2009.

\_\_\_\_\_. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios da Operação Bandeirante e do DOI de São Paulo (1969-1975). 2008. 349p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

JOFFILY, Olivia Rangel, **Esperança Equilibrista**: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2005. 167 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

JORGE, Graciela. **Maternidad en prisión política**: Uruguay, 1970-1980. Montevideo: Trilce, 2010. 263p.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. 200p.

\_\_\_\_\_. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2003. 441p.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004. 404p.

LANDER, Edgardo. Venezuela: conflito social em um contexto global. In BENEDITO, Flávio (Org.). **Venezuela**: temas contemporâneos. São

Paulo, 2011. p. 7-10. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/65432081/VENEZUELA-TEMAS-CONTEMPORANEOS>>. Acesso em: 12/07/2012.

LENIN, Vladimir I. **Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/cap02.htm>>. Acesso em: 23/09/2010.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUZ, Bianca Alighieri. **Jornalismo público na contramão do sensacionalismo**. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo\\_publico\\_na\\_contra\\_mao\\_do\\_sensacionalismo](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo_publico_na_contra_mao_do_sensacionalismo)> Acesso em: 28/01/2014.

MARIGHELLA, Carlos. **Mini manual do guerrilheiro urbano**. 1969. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/cap01.htm#1>>. Acesso em: 27/05/2012.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Marcha e os exilados brasileiros no Uruguai: a oposição à ditadura militar através da imprensa. **Revista Territórios e Fronteiras**. Vol. 2. N° 1. Jan-Jun/2009. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/31/30>>. Acesso em: 14/06/2011. p. 3.

MARTÍNEZ, Virginia. **Tiempos de ditadura: 1973/1985**. Hechos, voces, documentos. La represión y la resistencia día a día. Montevideo: Banda Oriental, 2003. 290p.

MECHOSO, Juan Carlos. **Acción directa anarquista**. Una historia de FAU. Tomo IV. Montevideu: Ediciones Recortes, 2009. p. 46-172.

MICHAELIS MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>>. Acesso em: 2012-2014.

MORAIS, Taís, SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 656p.



MOREIRA, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. **Revista Opinião Pública**. Vol.6. Nº.1. Campinas. Abr/2000. 54p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v6n1/16919.pdf>>. Acesso em: 07/08/2012.

NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). **Estudos Avançados**. Nº. 24 (69), 2010. P.389-402. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a24.pdf>>. Acesso em: 10/03/2011.

NASCIMENTO, Mirian Alves. **A imprensa alternativa e a violência contra mulheres nas ditaduras militares do Brasil e Chile (1964-1989)**. 2010. 55p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. V. 8. Nº 2. 2000. p. 1. 33p. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>>. Acesso em: 13/08/2013.

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA – SÃO PAULO. Objetivos da comissão da verdade. **Cartilha**. A comissão da verdade no Brasil. p. 10. 2011. Disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Cartilha%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade%20-%20N%C3%BAcleo%20Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 02/05/2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2009. 100p.

\_\_\_\_\_. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em Aberto**. Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994, 53-59 p. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/911/817>> Acesso em: 15/09/2010.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, jul/dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000200002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14/05/2014.

\_\_\_\_\_. **Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional, Uruguay (1968-1985):** do *Pachecato* à ditadura civil-militar. Tomo I. 2005. 434p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. Uruguai: o Pachecato e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26., 2011, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025\\_ARQUIVO\\_TEXTOENRIQUESERRAPADRO\\_S.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300628025_ARQUIVO_TEXTOENRIQUESERRAPADRO_S.pdf)>. Acesso em: 06/05/2013.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, p. 77-98. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 18/12/2013.

\_\_\_\_\_; Veiga, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. 432p.

\_\_\_\_\_; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. 295p.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2008. 191p.

PINTO, José Marcelino de Rezende (*et. al.*). **Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil.** p. 513. Disponível em: <[http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBE\\_P/article/viewFile/137/137](http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBE_P/article/viewFile/137/137)>. Acesso em: 07/08/2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. pp. 3. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 18/05/2014.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa:** como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo, 1976. 3. ed. rev.. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 189.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**. PUC-SP, N° 14, Fevereiro/1997. p. 7-88.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. **Revista de História**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, num. 153, 2º. Semestre de 2005. 11-33p.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 22ª Ed. 2014. Disponível em: <<http://www.rae.es/drae/>>. Acesso em: 2012-2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 202p.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 84p.

\_\_\_\_\_; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto de (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004. 334p.

REIS, Ramiro. Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970. **Estudios históricos**. N° 3. Dec/2009. 20p. Disponível em: <[http://www.estudioshistoricos.org/edicion\\_3/ramiro-reis.pdf](http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/ramiro-reis.pdf)>. Acesso em: 10/07/2012.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**. Revista Sociologia - USP, S. Paulo, 2(2): 113-128. 2º. Sem. 1990. p. 4. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol02n2/AS%20MULHERES.pdf>>. Acesso em: 19/07/2010.

\_\_\_\_\_. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. 285p.

ROCKEFELLER, Nelson. **As condições de vida nas Américas: relatório de uma missão presidencial dos Estados Unidos ao Hemisfério Ocidental**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A. s/d. 148p.

RODRÍGUEZ, Universindo; TRÍAS, Ivonne. **Gerardo Gatti: revolucionário**. Montevideu: Trilce, 2012. p. 24-29.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002. 336p.

\_\_\_\_\_. **Jango e o golpe de 1964 na Caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006. 190p.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, vol.12, n.º.2 Florianópolis. Mai/Ago. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 22/11/2013.

SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 24, 2007. São Leopoldo. p. 4. **Anais...** Ver em: Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0418.pdf>> Acesso em: 10/07/2013.

SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**. No. 3, p.11-27. 1994.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001. p. 134-156. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=WokPpxwIDcwC&pg=PP8&lpg=PP8&dq=Di%C3%A1logosna+sombra.+Bispos+e+militares,+tortura+e+justi%C3%A7a+social+na+ditadura%22&source=bl&ots=yCS0mh0mm-&sig=6NCOH1\\_N-vHuzqqnCxpCr0Kbhm8&hl=pt-BR&sa=X&ei=Op8ZUJuLBoPd0QHk14HYCA&ved=0CEsQ6AEwADgK#v=onepage&q=Di%C3%A1logos%20na%20sombra.%20Bispos%20e%20militares%2C%20tortura%20e%20justi%C3%A7a%20social%20na%20ditadura%22&f=false](http://books.google.com.br/books?id=WokPpxwIDcwC&pg=PP8&lpg=PP8&dq=Di%C3%A1logosna+sombra.+Bispos+e+militares,+tortura+e+justi%C3%A7a+social+na+ditadura%22&source=bl&ots=yCS0mh0mm-&sig=6NCOH1_N-vHuzqqnCxpCr0Kbhm8&hl=pt-BR&sa=X&ei=Op8ZUJuLBoPd0QHk14HYCA&ved=0CEsQ6AEwADgK#v=onepage&q=Di%C3%A1logos%20na%20sombra.%20Bispos%20e%20militares%2C%20tortura%20e%20justi%C3%A7a%20social%20na%20ditadura%22&f=false)>. Acesso em: 16/07/2012.

SILVEIRA, Helder Gordim da. A Notícia-acontecimento em uma ideologia da solução autoritária: o golpe de 1964 no Brasil segundo o diário argentino Clarín. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1., 2011, Florianópolis. **Anais...** p. 888-904. Disponível em: <<http://www.eventos.faed.udesc.br/index>>

.php/tempopresente/tempopresente/paper/viewFile/130/182>. Acesso em: 11/12/2012.

SOUSA, Luana Neres. Platão e Aristófanes: visões acerca da Pederastia em Atenas no período Clássico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 24, 2007, São Leopoldo. **Anais...** Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0486.pdf>>. Acesso em: 18/05/2014.

SOUZA, Sara Cristina de. Igreja Católica, política e moral durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). **Revista Aulas**. Dossiê Religião. N° 4. Abr./jul., 2007. 17p. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4\\_21.pdf](http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_21.pdf)>. Acesso em: 16/07/2012.

TALLER DE GÉNERO Y MEMORIA. **Memoria para armar - uno**. 3ª. Ed. Montevideo: Senda, 2003. 296p.

\_\_\_\_\_. **Memoria para armar - dos**. 1ª. Ed. Montevideo: Senda, 2002. 246p.

\_\_\_\_\_. **Memoria para armar - tres**. 1ª. Ed. Montevideo: Senda, 2003. 307p.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**: os segredos dos porões da ditadura. Ed. ver. e amp. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 302p.

TRÍAS, Ivonne. **Hugo Cores**: pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya. Montevideu: Ediciones Trilce, 2008. p. 13-39; 159-168.

TRISTÁN, Eduardo Rey. **A la vuelta de la esquina**: la izquierda revolucionaria uruguaya 1955-1973. Montevideo: Fin de siglo, 2006. p. 21-62; 185-258.

VALDÉS, Teresa. **De lo social a lo político**: la acción de las mujeres latino-americanas. Coleção Contraseña, Estudios de Género. Santiago: Ediciones LOM, 2000. p. 50-69.

WALLERSTEIN, Immanuel. ¿Qué significa hoy ser un movimiento anti-sistémico? **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. N°. 9. Janeiro/2003. Buenos Aires: CLACSO, 2003. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal9/wallerstein.pdf>>. Acesso em: 16/05/2012.

WOITOWICZ, Karina Janz (Org). **Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. 312p.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**. Vol. 27, Nº 54. 2007. 20p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>>. Acesso em: 25/05/2012.

\_\_\_\_\_. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; ISAIA, Artur Cesar; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 31-48.